ANDRÉ BARCELOS DAMASCENO DAIBERT

PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO NO ESTADO NOVO (1937-1945):

Reflexões a partir da cidade de Petrópolis (RJ)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Fania Fridman

Rio de Janeiro

2016

Daibert, André Barcelos Damasceno
D132p Planejamento Urbano e Turismo no Estado Novo (1937-1945): Reflexões a partir da cidade de Petrópolis (RJ) / André Barcelos Damasceno Daibert. -- Rio de Janeiro, 2016.
253 f.

Orientadora: Fania Fridman.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2016.

1. Planejamento Urbano. 2. Turismo. 3. Petrópolis. 4. Estado Novo. 5. História do Turismo. I. Fridman, Fania, orient. II. Título.

ANDRÉ BARCELOS DAMASCENO DAIBERT

PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO NO ESTADO NOVO (1937-1945):

Reflexões a partir da cidade de Petrópolis (RJ)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em: 19/09/16

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fania Fridman
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Marcello de Barros Tomé Machado
Programa de Pós-Graduação em Turismo – UFF

Profa. Dra. Marlice Nazareth Soares Azevedo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFF

Profa. Dra. Valéria Lima Guimarães
Programa de Pós-Graduação em Turismo – UFF

A Leandra, amor da minha vida e grande companheira que me acompanhou firme nos quatro longos anos dessa dura jornada. O seu apoio foi fundamental para eu chegar até aqui.

A minha querida mãe, que fez o possível e impossível pela minha educação e dos meus irmãos.

Ao Lucão *(in* memoriam*)*.

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de agradecer em primeiro lugar, a professora Fania Fridman que me orientar com muita sabedoria, calma, destreza e paciência. Levarei seus ensinamentos por toda minha trajetória.

Agradeço a toda a equipe de professores do IPPUR. Seria impossível nomear um por um. Gostaria de agradecer especialmente a equipe de servidores técnico-administrativos, dentre eles o André Luiz, Ana Cristina, Márcia, Zuleika, Zezé e o bibliotecário Gilberto, que compreenderam e sempre estiveram disponíveis em me ajudar por eu morar em outra cidade.

Agradeço aos professores Frederico Guilherme Bandeira de Araújo, Marlice Nazareth Soares Azevedo, Valéria Lima Guimarães e Marcello de Barros Tomé Machado, não só por aceitarem participar da minha banca, mas também pelas significativas contribuições que me recomendaram em algum momento do trabalho. Seja nas aulas de metodologia (Frederico), durante o exame de qualificação (Marcello), em debates realizados junto ao Grupo de História e Memória do Turismo (Valéria) ou em disponibilizar o acervo do LDUB/UFF (Marlice).

Não posso deixar de lembrar os meus queridos amigos do CEFET. Minha segunda casa durante seis prazerosos anos. Destaco a ajuda da professora Nara Maria Carlos de Santana que muito me auxiliou ainda na etapa de seleção para o doutorado e da bibliotecária Luciana Castro que sempre me ajudou de forma incondicional em vários momentos da pesquisa. Lembro também das valiosas dicas que recebi da professora Patrícia Souza Lima sobre as fontes de pesquisa petropolitanas.

Agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora em vários aspectos. Primeiro: por ter me concedido afastamento de dois anos para concluir o doutorado; Segundo: por ter me concedido a bolsa PROQUALI durante grande parte do meu curso; Terceiro: viabilizou a contratação de um professor para suprir minha ausência temporária. Aproveito para agradecer o Prof. João Alcântara que realizou esta tarefa com destreza e competência.

Agradeço ainda todos os colegas do Departamento de Turismo da UFJF que não mediram esforços em me ajudar na conclusão deste trabalho e aos alunos do Grupo de Educação Tutorial (GET) que compreenderam minhas ausências nos últimos meses.

Agradeço também aos meus amigos (não caberia no papel o nome de todos, mas gostaria de destacar o nome do Marcello Pires) e familiares (minha esposa, meus pais, sogra, irmãos, sobrinhos, tios e primos), que muito me apoiaram nesta etapa.

Por fim, agradeço todos os arquivistas, bibliotecários, colaboradores e estagiários que me auxiliaram na pesquisa. Seria impossível nomear todos, mas destaco alguns que se dedicaram de forma pessoal em me ajudar: Sra. Fátima Argon (Museu Imperial) e a Sra. Marisa da Silva Gomes (Arquivo da Prefeitura de Petrópolis).

RESUMO

O objetivo central deste trabalho foi entender e discutir criticamente a gênese e evolução do turismo como tema de planejamento territorial no âmbito das políticas públicas brasileiras através de uma perspectiva histórica. Foram estudados os diferentes instrumentos de planejamento que tiveram o Estado como agente protagonista ou interlocutor e que configurou a interseção entre as categorias planejamento urbano / desenvolvimento turístico. Como recorte temporal foi selecionado o período do Estado Novo (1937-1945), a partir de uma determinada realidade empírica. No caso, a cidade de Petrópolis. O estudo foi realizado em duas etapas distintas, a saber: Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A partir da análise percebeu-se que a gênese das políticas públicas de turismo no Brasil advém do Estado Novo. Tais ações do Estado se concretizaram através de políticas territoriais decisivas para a transformação de diversas cidades brasileiras. Nesse período a cidade de Petrópolis passou por uma expressiva reconfiguração urbana visando o seu desenvolvimento turístico onde os grupos dominantes vigentes à época contaram com o significativo aporte do Estado que, em suas três esferas, protagonizou um conjunto de instrumentos e ações que foram decisivas na consolidação dessa reconfiguração nos anos seguintes. Identificou-se ainda que a organização burocrática estatal proposta para o turismo assim como uma série de ações desenvolvidas para este setor possuiu uma profunda influência dos regimes de tendência nacionalista totalitária da época.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Turismo. Petrópolis. Estado Novo. História Urbana. História do Turismo.

ABSTRACT

The main aim of this work was to understand and to critically discuss the genesis and evolution of tourism as anissue of territorial planning within the Brazilian public policies through a historical perspective. It was studied the different tools of planning which had the State as the main agent or the interlocutor and which set up the intersection between the categories of urban planning \ touristic development. As a time frame it was selected the period of the New State (1937-1945), from a certain empirical reality. In this case the city of Petrópolis. The study was conducted in two distinct stages, namely: literature search and desk research. From the analysis it was realized that the genesis of tourism public policies in Brazil comes from the New State. Such State actions were materialized through decisive territorial policies for the transformation of several Brazilian cities. During this period the city of Petropolis underwent significant urban reconfiguration aimed at tourism development where the dominant groups in power at the time relied on the significant State contribution, in its three spheres, played a set of tools and actions which were decisive in the consolidation of this reconfiguration in the following years. It was still identified that the State bureaucratic organization proposed for tourism as well as a series of actions developed for this sector possessed a deep influence of trends of totalitarian nationalist regimes of that time.

Keywords: Urban planning. Tourism.Petrópolis.New State.Urban History.History of tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Monumento Rodoviário 53

Figura 2: Fotografia de Getúlio Vargas e o prefeito Francisco de Paula Assis Figueiredo em Poços de Caldas (1937) 64

Figura 3: Planta de Petrópolis elaborada por Koeler, datada do ano de 1846 80

Figura 4: Planta da Vila Imperial elaborada por Koeler, datada do ano de 1846 81

Figura 5: Esquema representativo do modelo espacial de Koeler para a Vila Imperial esboçado por Morley 83

Figura 6: Hotel Inglês (iconografia de 1872) 85

Figura 7: Imagem do Segundo Congresso Integralista – Petrópolis, 1935 91

Figura 8: Foto e ilustração que comparam Vargas e Pedro II veraneando em Petrópolis 99

Figura 9: Sessão de instalação do Instituto Histórico de Petrópolis (1938) 103

Figura 10: Alcindo Sodré e Getúlio Vargas durante uma das visitas do presidente aos trabalhos de montagem do Museu Imperial. 112

Figuras 11: Praça Monumental da Entrada do Brasil (1) 121

Figuras 12: Praça Monumental da Entrada do Brasil (2) 121

Figura 13: Zoneamento de 1941, Petrópolis, 1º Distrito - Modelo Esquemático 139

Figura 14: Agache (segundo da esquerda para a direita) no Escritório Coimbra Bueno 146

Figura 15: Multado o Sr. Agache! 149

Figura 16: Praça D. Pedro II – Estudo (Coimbra Bueno Cia. Ltda.) 156

Figura 17: Estudo para remodelação da Praça D. Pedro II – Petrópolis (Coimbra Bueno Cia. Ltda.) 157

Figura 18: Mapa Petrópolis (Coimbra Bueno Cia. Ltda.) 158

Figura 19: Intervenções urbanas na Avenida Quinze de Novembro – substituição das árvores e construção do Obelisco (ao fundo) 171

Figura 20: Rua Irmãos D´Ângelo e Edifício Arcádia (ao fundo) 172

Figura 21: Pórtico de Entrada do Quitandinha a véspera de ser inaugurado 174

Figura 22: Plano Geral de Urbanização dos Terrenos de propriedade da Companhia Terrenos Quitandinha S/A (Autoria: Eng. Saboya Ribeiro), 1941 178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diretoria fundadora da Sociedade Brasileira de Turismo 50

Quadro 2: Quadro demonstrativo dos projetos de lei brasileiros e das legislações italianas e francesas sobre a organização pública do turismo. 68

Quadro 3: Quadro comparativo das legislações brasileiras e italianas sobre a organização pública do turismo 73

Quadro 4: Valor da produção industrial brasileira no início do século XX 116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis

ACB - Automóvel Clube do Brasil

AIB - Ação Integralista Brasileira

AIPB - Ação Imperial Patrianovista Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

CFCE - Conselho Federal de Comércio Exterior

CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CNP - Conselho Nacional de Petróleo

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNP - Departamento Nacional de Propaganda

DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

ENBA - Escola Nacional de Belas Artes

ENIT - *Ente Nazionale Industrie Turistiche*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHP - Instituto Histórico de Petrópolis

ICA - Central de Arquitetos do Brasil

MIP - Museu Imperial de Petrópolis

MNBA - Museu Nacional de Belas Artes

NSDAP - Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães

PRM - Partido Republicano Mineiro

PRP - Partido Republicano Paulista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

RCB - Rotary Club do Brasil

SAVI - Sociedade Anônima de Viagens Internacionais

SBT – Sociedade Brasileira de Turismo

SIPS - Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais

SITMP - Sindicato de Iniciativas de Turismo do Município de Petrópolis

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCB - Touring Club do Brasil

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1 ESTADO NOVO NO BRASIL: PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO 27

1.1 Breve contextualização: afinal, o que foi a chamada "Era Vargas"? 27

1.1.1 As décadas de 1920 e 1930: entendendo os "preâmbulos" do Estado Novo 28

1.2 O Estado Novo 35

1.2.1 "Planejando" o Desenvolvimento Econômico e Social: a institucionalização da burocracia estatal e a tecnoestrutura 36

1.2.2 O flerte e as peculiaridades do Estado Novo brasileiro com os movimentos "antiliberais" da época 40

1.3 A organização do turismo no Estado Novo 46

1.3.1 Antecipações promovidas por organizações empresariais 48

1.3.2 O início de uma agenda pública de turismo no Brasil: do Conselho Federal do Comércio Exterior a criação da Divisão de Turismo 59

1.3.2.1 O Anteprojeto de Assis Figueiredo, o flerte com o modelo da Itália Fascista e a formulação da Divisão de Turismo 63

2 A URBANIZAÇÃO EM PETRÓPOLIS ENTRE O IMPÉRIO E O ESTADO NOVO: DO PLANO KOELER AO MUSEU IMPERIAL 76

2.1 O Plano Koeler: hierarquização e controle social na Polis de Pedro 79

2.2 Petrópolis e a elite: de Vila de veraneio aristocrática a cidade turística 84

2.3 Petrópolis e os trabalhadores: de colônia agrícola a cidade operária 88

2.4 Petrópolis na pauta nacionalista do Estado Novo 93

2.4.1 A cúpula do Estado Novo nos verões de Petrópolis 93

2.4.2 A “Cidade Imperial” no projeto doutrinário estadonovista 95

2.4.3 A afirmação da tradição: o papel da Comissão do Centenário e o Instituto Histórico de Petrópolis na construção de consensos sobre a “Cidade Imperial” 100

2.4.4 A figura de Alcindo Sodré e a criação do Museu Imperial no âmbito da política cultural estadonovista 106

3 PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO EM PETRÓPOLIS NO ESTADO NOVO 114

3.1 Urbanização e Planejamento na cidade e no estado do Rio de Janeiro na Primeira República 114

3.1.1 “O Plano Agache e o Turismo” 117

3.2 A institucionalização do Planejamento Urbano e Regional a partir da década de 1930 124

3.3 O Estado Novo no Rio de Janeiro: industrialização e turismo no “Plano Amaral Peixoto de Urbanização das Cidades Fluminenses” 128

3.4 Políticas territoriais e turismo em Petrópolis no período 132

3.4.1 “Petrópolis vai ‘Agachar-se’”: propostas de urbanização elaboradas pelo Escritório Coimbra Bueno 141

3.4.1.1 - Apresentação e análise das propostas 159

3.4.1.2 O que possivelmente “saiu do papel” das propostas elaboradas pelo Escritório Coimbra Bueno 168

3.4.2 O Complexo Quitandinha: o Hotel-Cassino, a urbanização do seu entorno e o apoio do governo estadual 175

CONSIDERAÇÕES FINAIS 180

REFERÊNCIAS 186

ANEXOS 201

ANEXO A: Anteprojeto de “Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística” - Considerações Preliminares 201

ANEXO B: Anteprojeto de “Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística” - projetos de lei 211

ANEXO C: “Regio Decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371 - Istituzione di un Commissariato per il Turismo” 227

ANEXO D:“Decreto Del Capo del Governo, 20 aprile 1931 - Norme di attuazione del Regio Decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371, relativo alla istituzione del Columissariato per il turismo” 229

ANEXO E: Mapa do zoneamento proposto para a Cidade do Rio de Janeiro 234

ANEXO F: Decreto-Lei de Zoneamento (1941) sobreposto ao mapa de Petrópolis (1945). 236

ANEXO G: “Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada pelo Escritório Coimbra Bueno ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso de Miranda” 238

ANEXO H: Contraproposta da firma Coimbra Bueno endereçada ao Prefeito Cardoso Miranda 252

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que pretende tratar da interação, pouco investigada, entre Turismo e Planejamento Urbano através de uma perspectiva histórica. Procurarei demonstrar a relevância desta interação tanto para compreender a evolução das cidades brasileiras, assim como o papel que o turismo desempenhou e ainda desempenha nas políticas públicas no país.

Para tanto, selecionei como objeto de estudo uma cidade que acredito ser emblemática para entender esta relação em diferentes períodos históricos. Uma cidade que foi planejada para ser destino de veraneio ainda no século XIX e que apresenta uma evolução urbana intimamente ligada ao seu desenvolvimento turístico. Estou falando de Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro.

Como recorte temporal optei por estudar o período historiográfico brasileiro denominado de Estado Novo (1937-1945), um divisor de águas na prática do planejamento estatal através de políticas públicas em diferentes setores no país. Examinarei mais especificamente as chamadas políticas territoriais e a forma como o turismo aparece no âmbito dessas políticas.

O turismo é um fenômeno que tem sido objeto de pesquisas em diferentes campos de conhecimento como a Economia, Administração, Geografia, Comunicação e, mais recentemente, às Ciências Sociais. Apesar de sua relevância como fenômeno social e econômico, poucos avanços ocorreram na busca de sua compreensão no contexto histórico e territorial. No Brasil, ainda são poucos os estudos que tratam o turismo através de uma perspectiva histórica espacial. Os significativos trabalhos de Aguiar (2006), Azevedo e Andrade (2014), Barbosa (2005), Camargo (2003, 2007), Flores (2005), Gastal (2008), Guimarães (2012a, 2012b), Marcelo (2013), Marrichi (2015) e Pires (2001) apresentam-se como iniciativas isoladas e pontuais. Diante deste quadro, posso afirmar que ainda são raras as investigações que analisam as políticas públicas de turismo tanto no Brasil como no estado do Rio de Janeiro. Este trabalho pretende preencher parte desta lacuna ainda aberta.

Importantes pesquisas sobre a origem e evolução do turismo na cidade do Rio de Janeiro[1] foram realizados por Castro (1999, 2002), Castro e Freire-Medeiros (2013), Machado (2005, 2008, 2013) e Perrotta (2011). Apesar da relevante contribuição prestada pelos referidos autores, pode-se dizer que os mesmos tiveram como objeto central a urbe carioca através de diversas perspectivas. No entanto, trabalhos que estudem a evolução da atividade turística no interior fluminense ainda são raros. Neste cenário, as recentes análises proferidas por Marcelo (2011, 2013), Fratucci (2005a), Mascarenhas (2004, 2005), Christovão (2013) e Melo (2009, 2011) apresentam-se como exceções. Fratucci (2005a, p. 106), ao analisar a evolução do turismo na capital e no interior do estado do Rio de Janeiro afirma que

> A recuperação da história recente do processo de ocupação e ordenamento do território turístico do estado do Rio de Janeiro ainda deve merecer pesquisas mais aprofundadas que, aliadas às análises multidisciplinares, permitirão um entendimento de como essa atividade turística vem consumindo e transformando esse território.

Além disso, os pesquisadores da área de planejamento urbano e regional tendem a não observar o turismo como objeto de pesquisa. Vale lembrar que estudos de diferentes naturezas que discutam simultaneamente e de forma aprofundada os campos do turismo e do planejamento urbano ainda são raros e quando acontecem, tendem a se concentrar em questões contemporâneas. Os trabalhos de Cruz (2002, 2005 e 2006) e Brandão (2013) são exemplos disso.

Vale lembrar que relevantes estudos analisaram tanto o planejamento urbano (REZENDE, 2012a, 2012b, 2003; FELDMAN, 2010, 2012; AZEVEDO, 2012; FRIDMAN, 2007; LIMA *et al*, 2010; PINHEIRO, 2009) assim como o turismo (AZEVEDO, 2013; GUIMARÃES, 2012a; MARCELO, 2013; PAIXÃO, 2000; SANTOS FILHO, 2003, 2008) no período em tela. No entanto, não encontrei trabalhos que se dedicassem de forma mais aprofundada ao turismo no âmbito do planejamento urbano durante o Estado Novo. Por isso, a realização desta pesquisa justifica-se fundamentalmente pela carência de literatura técnico-científica que busque retratar,

[1] Vale lembrar que até o ano de 1975 o atual município do Rio de Janeiro não fazia parte do Estado do Rio de Janeiro. Até o ano de 1960 foi a capital do país e entre 1960 e 1975 tornou-se Estado da Guanabara. Apenas em 1975 os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara se fundiram, originando o atual Estado do Rio de Janeiro. Considerarei para este presente estudo, como estado do Rio de Janeiro a unidade federativa atual, compreendida pela cidade do Rio de Janeiro e pelo antigo estado fluminense.

analisar e desvendar o papel desempenhado pelas políticas de turismo na urbanização das cidades brasileiras.

Neste trabalho assumo a perspectiva de que o turismo vai muito além do simples deslocamento. O turismo através de sua evolução histórica será aqui entendido como construção cultural moderna caracterizado por uma heterogeneidade de práticas sociais. Segundo Urry (2001, p. 17),

> O turismo é uma atividade de lazer, que pressupõe seus opostos, isto é, um trabalho regulamentado e organizado. Constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são organizados, enquanto esferas separadas e regulamentadas da prática social, nas sociedades "modernas". Com efeito, agir como um turista é uma das características definidoras de ser "moderno" e liga-se a grandes transformações do trabalho remunerado. É algo que passou a ser organizado em determinados lugares e a ocorrer em períodos regularizados.

Urry, assim como outros autores, indica que o turismo é uma criação e uma possibilidade do capitalismo. Para reforçar tal concepção serão utilizadas as palavras de Moesch (2000, p. 9): "O Turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo." É no século XIX, quando o capitalismo industrial se expande, que muitos autores consideram o surgimento do chamado "turismo moderno". Pela via da historiografia, observa-se em Hobsbawm (2000, p. 285) que,

> (...) o capitalismo industrial produziu duas novas formas de viagens de prazer: turismo e viagens de verão para a burguesia e pequenas excursões mecanizadas para as massas em alguns países como a Inglaterra.

Assim, o turismo surge como nova forma de produção e reprodução do capital. Por tratar-se de um fenômeno produzido a partir do liberalismo, percebe-se que as destinações turísticas passam também a ser entendidas como espaços de consumo. Segundo Boyer (2003, p. 16):

> O turismo é um tipo de consumo diferente dos outros, pois se realiza em outro local e não visa a satisfação de uma necessidade fundamental do homem: ele não é um dado da Natureza ou do Patrimônio Histórico, pois nenhum lugar é 'turístico em sí', nenhum sítio 'merece ser visitado', como diz a

> literatura turística; o turismo é um produto da evolução sociocultural (...).

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Cruz (2006, p. 339) afirma:

> reconhecemos desde já um diferencial entre a atividade econômica do turismo e outras atividades econômicas, ou seja, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos já que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica.

Ou seja, a atratividade turística dos lugares não é dada de forma “natural” ou ao acaso como o senso comum tende a generalizar. Ela é necessariamente uma construção simbólica que se dá através dos tempos por atores, agentes, instituições, discursos e relações de poder estabelecidas naquele espaço que, por alguma razão - ou um conjunto delas - se interessam por esta nova construção. Na concepção de Rodrigues (1999, p. 56):

> Entendo que o *Turismo* é uma atividade que produz (mesmo quando se apropria sem transformar) um espaço. *Valora* uma determinada paisagem sem que haja uma intervenção para a produção espacial (...)
>
> É evidente que quando se mudam algumas características do espaço – construindo observatórios, portos, transformando antigas casas em “pousadas, hotéis”, casas de “personalidades” históricas em museus etc., já temos uma transformação do espaço, mesmo que nada de “novo” tenha sido edificado.

Tais apropriações são fundamentais para tornar um determinado espaço “singular” ou “exclusivo”. Como apresenta Harvey (2005, p. 224), “para a renda monopolista se materializar é preciso encontrar algum modo de conservarem únicos e particulares as mercadorias e os lugares”. É neste sentido que o turismo emerge como uma relevante fórmula para dinamizar a valorização de terras.

Rodrigues (1999) ainda lembra que a apropriação do espaço pela atividade turística se dá através de inúmeros agentes que (re)criam condições para a exploração/produção e reprodução do espaço. Dentre eles destacarei um que será decisivo nesta relação - o Estado. Este assumirá importância fundamental na

turistificação dos lugares em determinados momentos históricos. No Brasil, Cruz (2006, p. 344) afirma que

> (...) [n]o papel que passa a exercer o Estado brasileiro na produção do espaço nacional, por meio da adequação de partes eleitas do território, a um uso turístico. Este processo envolve a criação de um novo sistema de ações público (sic) e a implantação de novos sistemas de objetos bem como a recuperação (modernização) de sistemas preexistentes. Desta forma, o Estado valoriza o espaço, tornando-o mais atrativo ao capital privado.

É nesta lógica que o Estado atuará tanto na delimitação de novos objetos de apropriação de consumo turístico ou na implantação de infra-estrutura necessária à atividade. Em alguns casos, esta intervenção no espaço se dará de forma planejada através de diferentes instrumentos institucionais como as políticas públicas.

A partir da década de 1930 - principalmente entre os anos de 1937 e 1945 - o Estado em suas diferentes esferas emerge como um agente decisivo na organização da atividade turística brasileira. Não apenas pelo notório efeito econômico multiplicador que o turismo apresentava, mas também por sua capacidade de contribuir como agente estratégico relevante no projeto ideológico nacionalista do governo ditatorial da época. Acredito que o conjunto de intervenções promovidas e facilitadas por este agente durante o Estado Novo transformou o espaço petropolitano nos anos posteriores e possuem reflexos ainda nos dias atuais. Entre elas estão a instauração do Museu Imperial, a construção do Complexo Quitandinha, os tombamentos federais promovidos pelo recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a delimitação e a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, além do conjunto de intervenções previstas pelos instrumentos de planejamento elaborados nesse período como a Lei de Zoneamento de 1941 e os planos de urbanização para a cidade e para o Complexo Quitandinha. Estas intervenções se constituíram como elementos decisivos para transformar e valorizar parcelas do espaço, tornando-o mais atrativo a atividade turística em Petrópolis que, a meu ver, só ocorreram nessa proporção por intermédio do Estado.

Levando em consideração esse cenário, parto da hipótese que no período entre 1937 e 1945 esboçam-se elementos que apontam para um processo de

delineamento de uma política de planejamento para as cidades onde em algumas localidades o turismo aparece como um tema relevante para se pensar a questão urbana, inclusive sendo tratado como elemento central em alguns municípios. Diante disso, o conjunto de intervenções previstas pelos instrumentos elaborados em Petrópolis estaria inserido num planejamento regional que tem sua gênese no Brasil no Estado Novo.

Com disso, o objetivo central deste trabalho foi entender e discutir criticamente a gênese e evolução do turismo como tema de planejamento territorial no âmbito das políticas públicas brasileiras através de uma perspectiva histórica. Para isso, estudei os diferentes instrumentos de planejamento que tiveram o Estado como agente protagonista ou interlocutor e que configuraram a interseção entre as categorias planejamento urbano / desenvolvimento turístico, além de compreender e analisar o turismo como um tema de política urbana entre os anos de 1937 e 1945. Para analisar objetivamente tal relação, estudei empiricamente a cidade de Petrópolis.

Paralelamente a esta análise foi investigado o debate empreendido por diferentes grupos oriundos dos meios acadêmicos, intelectuais, profissionais e empresariais envolvidos direta ou indiretamente com as referidas ações, pois os mesmos tornaram-se atores fundamentais tanto no plano ideológico quanto no plano processual das respectivas políticas.

A tese foi dividida em três capítulos, a saber:

O primeiro capítulo foi dedicado a apresentar o período denominado “Estado Novo”, tendo como principal enfoque as relações entre Estado, mercado e sociedade a fim de compreender as relações de poder envolvidas assim como as perspectivas ideológicas, doutrinárias e pragmáticas deste regime. Em seguida, apresentei como se deu a organização do setor de turismo no período, desde as suas primeiras organizações empresariais até a sua institucionalização estatal.

No segundo capítulo investiguei a evolução urbana de Petrópolis através dos tempos, onde destaquei o seu ordenamento prévio, a sua ocupação humana, assim como as principais atividades produtivas desenvolvidas no município desde a sua fundação até o Estado Novo, onde enfatizei a industrialização, a vilegiatura e por

fim, o turismo. Em seguida, escrevi sobre a relevância de Petrópolis na pauta nacionalista do Estado Novo, não só pela assídua presença de Vargas e família na serra fluminense, mas também pelo papel que a "Cidade Imperial" desempenhou no âmbito do projeto nacionalista do regime, tendo como plano central as comemorações do Centenário da cidade e a criação do Museu Imperial.

No terceiro e último capítulo realizei uma investigação mais específica sobre os instrumentos de planejamento que configuraram a interseção entre os temas "planejamento urbano" e "turismo" a partir de uma determinada realidade empírica. No caso, a cidade de Petrópolis no período do Estado Novo, onde analisei a aplicação de diferentes instrumentos estatais que, a meu ver, foram fundamentais para a transformação do espaço urbano nos anos posteriores. Aprofundei o estudo sobre os principais instrumentos empreendidos e/ou apoiados pelas três esferas governamentais, enfatizando os debates, discursos, atores e as instituições envolvidas, além de demais projetos e ações que aconteciam no município e no estado do Rio de Janeiro concomitantemente. Por fim, busquei identificar a influência destes instrumentos para o desenvolvimento urbano e turístico de Petrópolis nas décadas posteriores.

O estudo foi realizado em duas etapas distintas, a saber: Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Na pesquisa bibliográfica, levantei dezenas de livros, artigos, dissertações e teses sobre o tema. Esta etapa foi voltada para a compreensão teórica sobre o tema proposto e à ampliação do entendimento sobre o objeto delimitado. Este levantamento foi feito em diversas bibliotecas públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro, além da biblioteca particular do autor. Consultei também, através da internet, os Periódicos e o Banco de Dissertações e Teses da Capes[2], a base de dados SCIELO[3], além de uma série de revistas científicas e anais de eventos disponíveis *on-line*.

Paralelamente, outro passo empreendido foi a pesquisa documental em fontes produzidas no período delimitado (1937-1945). Esta pesquisa não levantou apenas informações sobre os instrumentos em si, mas também buscou compreender

[2] Acesso em http://www.periodicos.capes.gov.br/
[3] Acesso em http://www.scielo.br/

as idéias, os personagens e os debates vigentes na época. Separei os documentos em duas categorias que classifiquei da seguinte forma:

a) Fontes primárias: os documentos originais sobre os instrumentos, ou seja, os planos em si, as legislações e atos públicos sobre o assunto, processos, mapas e imagens produzidos pelos poderes públicos municipais, estaduais e federais e demais instituições afins tendo como principal enfoque o objeto delimitado na pesquisa;

b) Fontes secundárias: Apesar de entender, como os historiadores, que os periódicos configuram-se como fontes primárias de informação, optei por esta diferenciação apenas para caracterizar o tratamento que será dado para cada tipo de documento durante a análise. Sendo assim chamarei de "fontes secundárias" três tipos de publicações, a saber:

b.1) Periódicos especializados: produzidos por associações e entidades de classe, órgãos públicos de diferentes esferas e demais instituições afins tendo como principal enfoque os planos de urbanização delimitados na pesquisa, as ações em prol do desenvolvimento turístico e/ou os personagens envolvidos no mesmo;

b.2) Periódicos de variedades: nestas publicações levantei notícias, relatos, debates e posicionamentos importantes sobre o tema em questão. Foram pesquisados os principais jornais e revistas que na época circulavam na cidade de Petrópolis, assim como outros periódicos de circulação mais ampla[4] nos quais pude localizar diversas informações relevantes sobre os assuntos pesquisados;

b.3) Livros e demais publicações avulsas: nesta categoria estão incluídos os anais de eventos, livros técnicos de época produzidos sobre o assunto pesquisado, dentre outras publicações secundárias.

Vale ressaltar que o período escolhido também apresenta uma série de restrições, entre as quais a dificuldade na localização de fontes documentais. O Estado Novo foi um período de exceção marcado pela gestão autoritária e centralizada, onde a transparência e publicidade dos atos do Regime eram questionáveis. Luca (2011, p. 274) em estudo realizado sobre as publicações do

[4] A maioria dos periódicos de circulação ampla foram consultados através do portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em : http://hemerotecadigital.bn.br/

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo – que a autora teve de pesquisar em arquivos e bibliotecas dos Estados Unidos da América - traz o seguinte relato:

> Segundo informa Almeida, em 1946, o governo do general Eurico Gaspar Dutra, ele mesmo um homem do regime anterior, ordenou "a queima de todo o arquivo da instituição. Foram incinerados ou depositados em galpões como papéis velhos e desprovidos de valor folhas, listas de gratificações pagas a produtores culturais, e os demais documentos internos aos órgãos assim como os folhetins, os livros e periódicos editados sob sua responsabilidade direta". O mesmo autor assevera que, até meados da década de 1960, parte da biblioteca ainda foi preservada no Serviço de Documentação da Agência Nacional. Contudo, um de seus diretores autorizou a dispersão e desmembramento do acervo, selando assim a perda do material produzido pelo Departamento e por seus antecessores.

As dificuldades não se limitam apenas ao momento de exceção do Estado Novo. Fratucci (2005b) afirma que o processo histórico de formação político-administrativa do atual Estado do Rio de Janeiro originou certa duplicidade de órgãos como também algumas lacunas temporárias de responsabilidades na gestão de arquivos e que, em alguns casos, levaram a desagregação ou perda definitiva de algumas fontes documentais extremamente relevantes. Com relação à temática "turismo", o autor apresenta o seguinte cenário:

> No caso específico do setor turístico, a extinção, no início da década de 1990, do Cebitur – Centro Brasileiro de Informações Turísticas da Embratur e das bibliotecas da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – Turisrio e da Empresa Municipal de Turismo – Riotur, todas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, representaram um prejuízo substancial e irreparável para aqueles interessados no estudo da evolução do fenômeno no nosso Estado (2005b, p. 39).

Destaco ainda que durante o levantamento documental percebi que o Estado do Rio de Janeiro não disponibiliza na internet as suas publicações oficiais como o Diário Oficial do Estado, leis, decretos, entre outros. Já a cidade de Petrópolis,

disponibiliza os seus diplomas legais apenas a partir do ano de 1947[5]. Ou seja, no período estudado, apenas os atos da União[6] possuem um acesso mais facilitado.

Apesar de todas as dificuldades mencionadas, localizei uma infinidade de documentos e publicações - processos, legislações diversas, contratos, artigos, relatórios, reportagens, imagens, conferências e entrevistas de época - que tratam de forma direta ou indireta os referidos instrumentos de planejamento e que serão apresentados durante a presente tese.

[5] Acesso em: http://ceaam.net/ptp/legislacao/pesquisa.php
[6] Um exemplo disso é a "Coleção de Leis do Brasil: Império e República" disponível no site da Câmara dos Deputados. Acesso em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao. Os Diários Oficiais da União podem ser acessados no site www.jusbrasil.com.br/diarios que apesar de conter algumas falhas é uma valiosa ferramenta de pesquisa.

1 ESTADO NOVO NO BRASIL: PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO

1.1 Breve contextualização: o que foi a chamada “Era Vargas”?

Antes de iniciar a discussão e explicação sobre os diferentes períodos da chamada “Era Vargas” entendo que seria interessante explanar, mesmo que brevemente, sobre o quadro político, econômico e social do Brasil no final da Primeira República, tendo como enfoque principal a década de 1920, a fim de apresentar o cenário em que se desencadeou a Revolução de 1930.

A Primeira República, momento historiográfico compreendido entre os anos de 1889 e 1930, pode ser entendida como um período em que o Estado Republicano no Brasil dava os seus primeiros passos. Apesar das mudanças na organização política, a Proclamação da República em 1889 não apresentou, em seu primeiro momento, transformações na estrutura de classes brasileira, pois os grupos econômicos hegemônicos do Segundo Império continuaram no poder. Ou seja, as elites agrárias latifundiárias.

Um aparente reflexo disso se deu no campo das políticas públicas com tendência liberal, caracterizada pela baixa intervenção do Estado na economia, limitando seu papel ao de regulador de algumas atividades agro-exportadoras como o café. As políticas sociais neste período praticamente inexistiam. Foi neste mesmo momento que o setor industrial brasileiro começa a dar passos significativos e concentrado nos grandes centros. Apesar da indústria se apresentar como uma atividade subalterna aos interesses agrários, tanto na capitalização quanto na produção de mercadorias, pode-se dizer que aos poucos ela toma espaço e emerge de forma mais independente visando o abastecimento do crescente mercado interno. Com isso, uma nova ordem burguesa urbana emerge.

Com relação à urbanização, houve um gradativo crescimento populacional nas cidades decorrente do aumento da população livre que migrava do campo para a cidade, assim como dos fluxos migratórios internacionais que se direcionavam para os centros urbanos. Além disso, o incremento e complexidade das atividades comerciais e industriais demandaram melhorias nos equipamentos urbanos, o que

contribuiu para a modernização e ampliação das infra-estruturas, colaborando ainda mais com a sua expansão.

Em relação às intervenções urbanas, algumas iniciativas podem ser destacadas como os sucessivos Planos de Melhoramentos em grandes cidades como na capital Rio de Janeiro influenciado pelo pensamento higienista. Os melhoramentos estavam centrados sobretudo na produção de um espaço urbano que visava a atração de investimentos, recebimento de insumos e o escoamento de produção, ou seja, beneficiando os interesses agro-exportadores, imobiliários, industriais e comerciais. As políticas urbanas voltadas para as demandas da população mais carente vão inexistir no período. Ao contrário, estas intervenções foram fortemente marcadas por sucessivas remoções da população. É diante deste cenário que os historiadores Ferreira e Delgado (2006) denominaram a Primeira República como “O tempo do liberalismo excludente”.

1.1.1 As décadas de 1920 e 1930: entendendo os “preâmbulos” do Estado Novo

A década de 1920 pode ser considerada como um período de transição, de profundas transformações e de efervescência nos cenários econômicos, sociais e políticos. Neste momento a sociedade brasileira experimentou uma série de eventos que se manifestaram nos mais variados segmentos, cuja ruptura mais drástica se deu a partir da Revolução de 1930. O ano de 1922 foi emblemático nessa transição, conforme apresentam Ferreira e Sá Pinto (2006, p. 389):

> O ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do Centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.

Existe no pensamento da época, tanto pelos progressistas quanto pelos conservadores, uma intensa crítica ao modelo vigente de Estado Liberal considerado frágil em vários aspectos. No âmbito internacional este debate toma relevante espaço, não só pela crise de 1929 que coloca o sistema econômico liberal em

xeque, mas também pela emergente ascensão de uma série de movimentos, revoluções e doutrinas que surgiram no período entreguerras e que tinham como ponto comum repensar a intervenção do Estado na economia e na sociedade. No âmbito nacional, a historiadora Ângela de Castro Gomes faz a seguinte leitura:

> É interessante ressaltar como o período do entreguerras assinala a emergência de um conjunto variado, consistente e alternativo de propostas às idéias e experimentos de liberal-democracia. Autoritarismo e totalitarismo estão presentes no fascismo, no nazismo e em corporativismos de diversos tipos. (...) Contudo, também existiram propostas como o integralismo da Ação Integralista Brasileira (AIB) e o comunismo, já presente no Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos anos 1920, e na Aliança Nacional Libertadora, nos anos 1930 (GOMES, 2005, p. 109).

Aliado à linha mais conservadora citarei como exemplo o pensamento de Alberto Torres[7]. Apesar de ter falecido em 1917, suas idéias foram muito influentes na vertente doutrinária durante a década de 1930 denominada de "pensamento ruralista" ou "reação ruralista". Baseado no princípio nacionalista, Torres afirmava que a sociedade brasileira de sua época, a Primeira República, sofria de sérios problemas estruturais. Ele sinalizou a falta de capacidade das diferentes classes, apelidadas de "Classes Inorgânicas", de fazer valer seus interesses. Segundo suas próprias palavras:

> O Brasil é um país que nunca foi organizado e está cada vez menos organizado. Sua ordem aparente e sua legalidade superficial correspondem, na realidade, a uma perda constante de forças vivas: o *povo* — longe de se haver constituído, social e economicamente; — e a *riqueza*, extraída, explorada, e exportada, em sua quase totalidade, sem compensação.
>
> (...)
>
> Nós carecemos de organização, e precisamos nos organizar, não como instituição jurídica, segundo os modelos de outros, mas como nacionalidade, como corpo social e econômico, não

[7] Formado em Direito, Alberto Torres foi um político fluminense que passou por inúmeros cargos públicos. Elegeu-se deputado estadual (1892-1893) e deputado federal (1893-1896) pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Justiça (1896-1897) e Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1887-1900). Em 1901 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Suas principais obras publicadas são os livros "O problema nacional brasileiro" (1914), "A organização nacional" (1914) e "As fontes da vida no Brasil" (1915). Faleceu em 1917 (Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Acesso em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto_torres).

> devendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do país: traduzir em leis suas tendências, dando corretivo a seus defeitos e desvios de evolução *[grifo meu]* (TORRES, 2002, s/p)[8].

Paralelo a isso emerge um movimento de idéias nascido na Europa e denominado "corporativismo" propondo uma organização social baseada em associações representativas de interesses profissionais, também denominadas de corporações. A partir dos princípios de solidariedade de interesses e de formas de colaboração, os conflitos presentes na sociedade seriam neutralizados ou até mesmo removidos. Tais conflitos seriam a concorrência no plano econômico, as diferenças ideológicas no plano político e a luta de classes no plano social. Um exemplo de mediação que visava neutralizar os conflitos de classe seria a conciliação entre empregados e patrões através das corporações. Gomes (2005) demonstra que a partir da Revolução de 1930, e mais especificamente do Estado Novo, a influência da doutrina corporativista foi significativa nas ações do Estado brasileiro, através de importantes ideólogos como Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo do Amaral.

Numa outra linha de contestação mais progressista é interessante perceber que, no contexto internacional, o êxito da Revolução Rússia de 1917 proporcionou a ascensão não só das idéias, mas também da militância e expansão do Partido Comunista pelo mundo. O sistema de governo implementado na Rússia se destacou por protagonizar uma significativa intervenção do Estado na economia em contraposição ao modelo liberal dominante da época. O exemplo russo angariou a simpatia das classes operárias ao mesmo tempo em que impulsiona a tensão junto às classes hegemônicas vigentes. Este quadro contribuiu para que os Estados liberais tomassem uma posição mais defensiva e, por vezes, repressiva em relação ao movimento operário. É neste cenário que, no ano de 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) é criado e colocado na ilegalidade alguns meses depois.

---

[8]Torres, Alberto. ***A Organização Nacional***. Versão para eBook eBooksBrasil.org. Digitalização da 3ª. Edição, 2002 [original: 1914]. Acesso em http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html#14 [A versão digital que obtive acesso não possuía paginação].

A economia brasileira da década de 1920 sofreu um processo de sucessiva complexificação marcado por altos e baixos. “A diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão das empresas já existentes e o surgimento de novos estabelecimentos ligados a indústria de base” (FERREIRA; SÁ PINTO, 2006, p. 389) fez surgir também um conjunto de novos grupos de interesses. Estes começavam a exercer um significativo poder econômico, mas não conseguiam expressar suas demandas através das esferas políticas existentes, pois o sistema político vigente estava hegemonicamente dominado pelas tradicionais oligarquias agrárias regionais que, representadas pelos Partidos Republicanos Paulista e Mineiro (PRP e PRM), se alternavam na indicação e consequente vitória de seus candidatos a Presidência que se revezaram no poder durante a maior parte da Primeira República. Esta prática ficou conhecida como “Pacto Oligárquico” ou “República do Café com Leite”, em referência aos grupos agroexportadores de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.

É deste cenário que se originam novas formas de mediação política que não possuíam as oligarquias regionais como base. Não só o PCB, mas também a criação do Partido Democrático (mais voltado aos interesses da burguesia urbana) tiveram um papel fundamental neste momento. Além disso, a ascensão do movimento operário, que desde a década anterior já reivindicava a necessidade de uma legislação trabalhista, ajudam a desestabilizar a hegemonia da ordem oligárquica vigente.

Para completar, ainda em 1929, o PRP indica o paulista Júlio Prestes como candidato para a sucessão a presidência da República. Como o seu antecessor Washington Luis também era paulista, este ato foi considerado por parte das oligarquias mineiras como uma quebra do Pacto Oligárquico caracterizado pela alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais. Com isso, o então grupo hegemônico vigente começa a se desestabilizar politicamente. Este quadro de fermentação política é precipitado pela crise econômica de 1929 que atinge particularmente a economia do café, que era um dos poucos setores apoiados pelo Estado.

Todo este cenário de desestabilização culminou no movimento denominado Revolução de 1930 que tinha como líder o político gaúcho Getulio Dornelles Vargas.

Vale lembrar que existem diferentes interpretações sobre a chamada Revolução de 1930. O historiador Boris Fausto (1970), realizou um balanço destas diferentes leituras demonstrando a existência de duas correntes principais: A primeira entende o evento como uma revolução da classe média pertencente a diversos setores emergentes como os tenentes[9], os "letrados" e os chamados "homens de poucas posses", originária de uma disputa eminentemente econômica entre setores médios e grandes fazendeiros. A segunda defende que se tratava de uma revolução burguesa que visava promover as transformações necessárias ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, permitindo a ascensão da burguesia industrial ao poder estatal.

Uma terceira interpretação que o autor apresenta é a de que houve uma crise entre diferentes setores, pois as oligarquias cafeeiras tradicionais não conseguiam mais se manter na condição hegemônica. Ao mesmo tempo, outros grupos como da indústria ascendente, os tenentes, burguesia comercial, operariado e as oligarquias agrárias locais dos demais produtos agroexportadores, não conseguiam se manter como grupos coesos e homogêneos ao ponto de ter uma organicidade suficiente para fazer frente à soberania dos cafeicultores.

O chamado "Estado de Compromisso" atua como mediador das demandas de diferentes grupos enquanto controla determinadas emergências sociais (FAUSTO, 1970). A indústria, por exemplo, não tinha condições de responder às suas próprias necessidades. Os grupos industriais precisavam que o Estado assumisse algumas das demandas que eles não eram capazes de responder por si só. Assim como os trabalhadores urbanos, que já apresentavam relativa organização de suas reivindicações, mas que eram tratados até então com dura repressão. Getulio Vargas vai gradativamente respondendo as demandas destes diferentes grupos.

Entre as primeiras medidas tomadas por Vargas está na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que prega inicialmente o controle sobre o trabalho através de um conjunto de leis que garantam benefícios sociais aos trabalhadores,

[9] Ficou conhecido como "Tenentismo" o movimento político-militar que se desenvolveu entre os anos de 1920 e 1935, sob a liderança de oficiais das forças armadas, em sua maioria jovens e de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República que culminou na Revolução de 1930. (Fonte: TENENTISMO. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TENENTISMO.pdf. Acesso em 10/11/2016).

regulamenta e controla a ação dos sindicatos e institui a carteira de trabalho, além de promover uma série de incentivos que impulsionaram a industrialização no país. Com isso, Vargas obtém um importante apoio das massas operárias urbanas assim como dos industriais. Ambos se apresentavam como atores fundamentais deste período.

Ianni (2009) argumenta que independente do seu sentido original, a Revolução de 1930 criou condições de ascensão de instituições, padrões e valores sociais burgueses tendo como elementos centrais a regulação das relações de trabalho e a intervenção estatal na economia. Com isso, acabou gerando condições para o expressivo crescimento industrial, a consolidação do operariado urbano e, consequentemente, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir desta década.

Para entender o período do Estado Novo é fundamental compreender a chamada Era Vargas. Getulio Dorneles Vargas foi durante todo o período republicano brasileiro, o chefe de Estado que mais tempo permaneceu no poder. Se somados os seus diferentes mandatos, ele foi Presidente da República durante quase vinte anos em distintas conjunturas políticas, marcadas tanto por rupturas como por continuidades.

Sobre as interpretações sobre a chamada Era Vargas, diversos historiadores consideram errônea esta denominação por se tratar de conjunturas políticas distintas. Pesquisadores defendem que esta Era se estende por períodos que vão além dos governos de Getúlio, por conta do papel assumido pelo Estado brasileiro a partir da Revolução de 1930. Alguns estudos chegam a afirmar que a Era Vargas ainda não acabou[10]. Diniz (1999, p. 22) sintetiza este debate da seguinte maneira.

> Aqui uma primeira dificuldade consiste em definir o que vem a ser a chamada era Vargas. Será ela um somatório das realizações dos dois momentos em que Vargas governou o país? Entretanto, na literatura especializada, não há dúvida de que se trata de dois momentos históricos absolutamente distintos. Além disso, mesmo o primeiro governo Vargas (1930-45) pode ser subdividido em pelo menos três fases, cada uma com sua identidade própria. Portanto, o governo Vargas não forma um todo uniforme. Ademais, em suas várias fases, tem

[10] Entre os quais o artigo "A Era Vargas acabou?" de Denis Bernardes, 2004.

> sido interpretado à luz de visões tão diversas quanto contraditórias.

Pela ambigüidade e abrangência já mencionadas, evitarei usar o termo Era Vargas. Assumirei para a presente tese o período Vargas dividido em quatro fases, a saber: 1) Governo Provisório (1930-1934); 2) Governo Constitucional (1934-1937); 3) Estado Novo (1937-1945) e 4) Período Democrático (1951-1954). Não me debruçarei em analisar minuciosamente cada um dos períodos, mas acredito que seria importante marcar a conjuntura que originou o regime escolhido como objeto da referida tese. O Estado Novo.

No Governo Provisório, Vargas desponta como um líder de uma revolução vitoriosa ainda que possuísse uma complexa heterogeneidade política e ideológica por trás da chamada Aliança Liberal. Apesar disso, o grupo em torno da revolução possuía uma bandeira reformista. Segundo Diniz (1999), esta pauta reformista incluía a temática da justiça social, a questão das liberdades e igualdades políticas e o desafio de enfrentar as grandes disparidades sociais que marcaram a sociedade brasileira. Ou seja, instaurar um novo padrão de relacionamento entre as classes dominantes e classes subalternas. Foi um momento de relevantes reformas políticas onde se destacam a introdução do voto secreto, o reconhecimento do voto para as mulheres e a criação do tribunal eleitoral. Neste cenário que se desenrolam as eleições de 1933 para a Assembléia Constituinte. A Constituição promulgada em 1934 caracterizava-se pelo teor liberal-democrático apesar de conter também considerável tendência intervencionista sobre a ordem econômica e social. A Constituição ainda previa a eleição indireta para presidente quando Vargas foi eleito, inaugurando uma nova fase denominada de Governo Constitucional.

Os dois primeiros períodos acima mencionados foram marcados por incertezas e sucessivas lutas políticas que tentaram desestabilizar a ordem vigente. A heterogeneidade de idéias culminou em embates entre correntes de diferentes tendências, tanto liberais quanto autoritárias. Ianni (2009, p. 32) destaca alguns eventos marcantes desse período:

> (...) fundação da Ação Integralista Brasileira como partido político de direita, de conotação fascista; fundação da Aliança Nacional Libertadora, em 1934, como movimento político de esquerda de tendência socialista; a Revolução paulista, em 1932, tentando recuperar o poder federal; a nova Constituição

> Nacional, em 1934; o levante comunista, em 1935; e o levante integralista, em 1938. Esse é o contexto político em que o grupo reunido a volta de Getúlio Vargas deu o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e instalou a ditadura, sob a denominação de *Estado Novo*.

1.2 O Estado Novo

Em novembro de 1937, Vargas fecha o Congresso Nacional e proclama uma nova Constituição na qual instituía o regime ditatorial denominado Estado Novo. Seguindo a tendência européia de contestação da ordem liberal-democrática, a nova Constituição traz para o cenário político brasileiro as marcas da centralização administrativa e do intervencionismo estatal, da subtração dos direitos políticos. A Constituição continha em seus artigos o modelo antiliberal de organização da sociedade em contraposição aos princípios revolucionários do movimento de 1930 e a recente Carta Constituinte de 1934. Segundo Diniz (*op. cit.*, p. 23), Vargas protagoniza nesse momento uma virada autoritária, “traindo assim os ideais da revolução de que fora um dos principais líderes”. É neste momento que os já citados ideólogos do autoritarismo se destacam como Francisco Campos, Oliveira Viana e Azevedo do Amaral. Segundo suas palavras ao explicar as razões do golpe:

> Desde 1930 vivera o Brasil envolvido em uma atmosfera de confusão ideológica, no meio da qual era difícil determinar o verdadeiro sentido das correntes que se contradiziam e apreciar com acerto as tendências pessoais dos homens representativos da situação surgida do movimento de outubro. Nunca havíamos experimentado, através de todo o nosso passado nacional, semelhantes situações de perturbadora anarquia de idéias e de falta de orientação dos elementos que personificavam as forças dirigentes da política nacional. As expressões clássicas de direita e esquerda e os rótulos ultramodernos de escolas e doutrinas da atualidade podiam ser distribuídos quase ao azar, tão rápidas e surpreendentes eram as evoluções em que as peças do jogo político se deslocavam de um campo para outro sob a pressão de circunstâncias ocasionais e de incidentes efêmeros (AMARAL apud IANNI, 2009, p. 33).

Com o apoio das Forças Armadas, a Vargas são atribuídos poderes excepcionais. Congresso Federal, assembléias estaduais e câmaras municipais foram fechadas, os Estados passaram a ser governados por interventores nomeados pelo presidente, os partidos políticos foram extintos, a imprensa passa a

ser controlada e censurada através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a coerção policial se intensifica. Apesar de todo esse quadro repressivo, o regime protagonizou uma série de medidas relevantes para a modernização do país. Segundo Pandolfi (1999, p. 09):

> Poucas fases da história do Brasil produziram um legado tão extenso e duradouro como o Estado Novo. Em função das transformações ocorridas no país, o período tornou-se referência obrigatória quando se trata de refletir sobre estruturas, atores e instituições presentes no Brasil de hoje.

A partir do viés intervencionista, o Estado promoveu a industrialização e atuou em vários setores da esfera social. Aos poucos o Brasil passa de um país agrário-exportador para um país urbano e industrial.

1.2.1 “Planejando” o Desenvolvimento Econômico e Social: a institucionalização da burocracia estatal e a tecnoestrutura

Os efeitos causados pela crise de 1929 foram determinantes para se perceberem as limitações do sistema econômico liberal e dependente. A partir daí a cadeia econômica alcançou uma maior diversificação, emergindo novos grupos sociais que vislumbraram reformulações no âmbito político-administrativo com base uma maior intervenção do Estado intensificada no decorrer da década de 1930. Tais intervenções vieram, num primeiro momento, como resposta a problemas imediatos decorrentes de crises econômicas e políticas, nem sempre atrelados a uma política de desenvolvimento. Junto a estas intervenções, delinearam-se os primeiros ensaios sobre uma tecnoestrutura oficial que aos poucos se direcionará para uma economia planejada de Estado. No campo da administração pública, ocorreu uma ampla reforma de cunho burocrático-racional que se inicia durante o Governo Constitucional, e que atinge seu apogeu no Estado Novo.

> Essa reforma resultou de um conjunto de medidas voltadas para a desarticulação do Estado oligárquico, como a introdução da estabilidade para os funcionários públicos, a instituição do concurso público para o ingresso no funcionalismo de carreira, em 1934, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, a elaboração do estatuto dos funcionários públicos, em 1939, entre outras (DINIZ, 1999, p. 27).

A reestruturação político-administrativa se deu também pela criação de uma série de órgãos que adotaram esta nova prática. Além do já citado DASP, pode-se destacar o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), criado ainda em 1934 pelo Decreto nº 24.429 de 20 de junho do mesmo ano, e que auxiliava na definição da política econômica do governo e seguia uma estrutura corporativista. Com a deflagração do Estado Novo, o CFCE passou a ter sua ação ampliada através do Decreto-lei nº 74, de 16 de dezembro de 1937, abrangendo as seguintes atribuições:

> I - promover o desenvolvimento das exportações brasileiras, devendo, para êsse fim: a) estudar tôdas as questões internas e externas que visem a colocação de produtos nacionais em mercados estrangeiros; b) propôr os entendimentos e operações de qualquer natureza, para abrir mercados ou alargar os existentes; c) entrar em entendimento direto com as repartições ou autoridades federais, estaduais ou municipais, com as associações de classe e com os particulares, afim de obter informações necessárias aos seus estudos e afim de provocar negociações destinadas a incrementar o comércio exterior do Brasil; d) estudar as modalidades e as praxes da produção e das transações mercantis nas várias regiões do País, sugerindo aos poderes competentes as providências tendentes a incrementar e a melhorar a produção e a incentivar o comércio; e) pôr em contato as associações, instituições, emprêsas ou firmas comerciais e industriais brasileiras com as estrangeiras, fornecendo-nos informações, elementos e diretrizes, afim de estabelecerem-se correntes diretas de intercâmbio mercantil; f) elaborar os projetos de participação da União e dos Estados em exposições e feiras estrangeiras, assim como os planos de propaganda internacional dos produtos brasileiros.
>
> II - Propôr ao Presidente da República a negociação ou a denúncia de ajustes, acordos ou tratados comerciais e de navegação.
>
> III - Dar parecer sôbre quaisquer ajustes, acordos, tratados ou convenções que afetem diretamente os interêsses ou do comércio, ou da agricultura, ou da indústria extrativa, pastoril e manufatureira ou da navegação mercantil.
>
> IV - Dar parecer sôbre quaisquer assuntos relacionados com os interêsses econômicos do país que lhe fôrem submetidos pelo Presidente da República.
>
> V - Propôr ao Presidente da República a regulamentação de determinadas exportações e importações internacionais, segundo as mercadorias, ou conforme sua procedência ou

> destino, estabelecidas as limitações que se tornarem necessárias.
>
> VI - Ministrar aos Governos estaduais esclarecimentos, sugestões e estudos sôbre medidas de ordem econômica da competência dos mesmos quando êles Ihe solicitarem ou o bem público o exigir.

Para Ianni (*op. cit.*), este Conselho pode ser considerado o primeiro órgão de planejamento governamental do Brasil.

> De fato, essa foi, talvez, a primeira vez em que se reuniram funcionários governamentais, empresários e técnicos para estudar e propor soluções para vários problemas do sistema econômico-financeiro e administrativo nacional. Ao criar o Conselho, o poder público abandonou a atitude defensiva, em face dos dilemas e pontos de estrangulamento com os quais se defrontava a economia do País. Isto significa que o governo abandonava o princípio de política econômica que conduzia principalmente a defesa ou proteção dos setores econômicos instalados. Ao criar-se o Conselho, na década dos trinta, passava-se à ofensiva. Isto é, a política econômica governamental passava, também, a criar condições para a expansão e a diversificação da economia brasileira (*Id.,* p.39-40).

Ianni (*op. cit.*) ainda completa que este Conselho protagonizou as primeiras manifestações de tecnoestrutura estatal que iriam se desenvolver nas décadas posteriores. Para o autor a tecnoestrutura estatal corresponderia a um novo estágio de desenvolvimento do Poder Executivo que incorpora o pensamento técnico e científico de forma mais sistemática às técnicas de planejamento em suas ações.

Vale destacar que o referido Conselho foi responsável por uma série de estudos, levantamentos e proposições de novos órgãos atrelados ao poder executivo federal como a criação do Conselho Nacional do Petróleo e do Instituto Nacional do Mate. Apresentarei mais adiante que a Divisão de Turismo criada a partir do Estado Novo foi fruto de uma série de estudos e debates promovidos pelo CFCE. Outros importantes órgãos criados nesse período foram o Conselho Técnico de Economia e Finanças – responsável em controlar as finanças municipais e estaduais – e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No setor energético destaca-se o já mencionado Conselho Nacional de Petróleo (CNP) e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE).

A Segunda Guerra Mundial também terá um papel decisivo nesse conjunto de transformações. As restrições relacionadas às importações durante a Guerra foram importantes na consolidação de uma política de industrialização visando a substituição de importação de gêneros básicos. Neste momento o Estado assume a produção de alguns desses bens através da criação de grandes empresas estatais. É a partir da década de 1940 que essas empresas gradativamente vão assumindo a produção de insumos básicos. Algumas delas são a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco. Ao entrar na Guerra, uma série de medidas de exceção foram adotadas pelo governo brasileiro a fim de aumentar a produção da indústria no período. Dentre elas estão a suspensão de direitos trabalhistas e facilidade de créditos a industriais. Isto foi chamado por Cytrynowicz (2000) de “A Batalha da Produção”.

Se por um lado a Guerra proporcionou um conjunto de dificuldades econômicas relacionadas ao comércio exterior, pode-se dizer que ela possibilitou um ambiente favorável para a consolidação da industrialização nos anos seguintes. Além disso, Ianni (*op. cit.*, p. 51) acrescenta que a origem embrionária da ideologia e da prática do planejamento estatal no Brasil advém da Segunda Guerra.

> É muito provável que a técnica de planejamento, enquanto instrumento de política econômica estatal, tenha começado a ser incorporada no Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ao menos foi nessa época que a planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica ‘mais racional’ de organização das informações, análise dos problemas, tomada de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras.

Em suma, pode-se dizer que durante as diversas fases administradas por Vargas e nos governos que o sucederam, o Estado cresceu em poder e tamanho, centralizando a responsabilidade no processo de modernização do país em suas diferentes esferas. Essa pode ser considerada uma das principais heranças desse extenso período.

1.2.2 O flerte e as peculiaridades do Estado Novo brasileiro com os movimentos “antiliberais” da época

É impossível entender as razões que motivaram a instauração do Estado Novo, assim como as características próprias desse regime, sem analisar a conjuntura internacional presente no momento. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial que o liberalismo clássico e as democracias liberais sofreram um profundo declínio. Este declínio se deu por inúmeros fatores, alguns já apresentados anteriormente como a consolidação do primeiro governo socialista do mundo na Rússia e a crise econômica de 1929. O que darei mais destaque é a gradativa ascensão de movimentos antiliberais totalitários de cunho nacionalista que se originam na Europa após a Primeira Guerra e atingem seu ápice no decorrer da década de 1930, cujos exemplos mais lembrados são o fascismo na Itália e o nacional-socialismo (nazismo) na Alemanha.

> (...) os 23 anos entre a chamada "Marcha sobre Roma" de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais. Em 1918-20, assembléias legislativas foram dissolvidas ou se tornaram ineficazes em dois Estados europeus, na década de 1920 em seis, na de 1930 em nove, enquanto a ocupação alemã destruía o poder constitucional em outros cinco durante a Segunda Guerra Mundial. Em suma, os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia (minimamente), o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça. (...) Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tomou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara (HOBSBAWM, 1995, p. 115).

Como observado na passagem anterior, a década de 1930 é marcada pelo apogeu de tais perspectivas políticas com células organizadas em diferentes partes do globo que chegam ao poder em vários países, como apresentarei mais à frente. É comum observar na literatura sobre o tema, a recorrente caracterização de

diferentes movimentos de natureza análoga como “fascistas”. Schieder (1972 apud SILVA, 2000 p. 97), por exemplo, interpreta o fascismo da seguinte forma:

> (...) se reconhece como fascistas movimentos nacionalistas extremistas de estrutura hierárquica e autoritária e de ideologia antiliberal, antidemocrática e anti-socialista que fundaram ou intentaram fundar, após a Primeira Guerra Mundial regimes estatais autoritários. Neste último sentido, o fascismo constitui um dos fenômenos centrais e mais característicos do entreguerra.

É importante marcar desde já que, apesar desses movimentos possuírem um conjunto de características próximas, eles possuíam particularidades que precisam ser bem compreendidas. Sobre as similaridades e divergências destes movimentos nacionalistas totalitários do período entre guerras, Hobsbawm (1995, p. 116) faz uma leitura do termo “fascismo” utilizado, segundo o autor, para simplificar ou generalizar a interpretação de tais manifestações.

> (...) o rótulo "fascismo" é ao mesmo tempo insuficiente mas não inteiramente irrelevante. Insuficiente porque de modo algum todas as forças que derrubavam os regimes liberais eram fascistas. E relevante porque o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro.

Concordando com tal leitura, evitarei usar a expressão “fascismo” para caracterizar tais manifestações. Usarei a expressão “nacional totalitário” por acreditar ser mais abrangente e comum a tais movimentos. Assim como Savarino (2009) entendo que outras denominações como “antiliberais” ou “extrema direita” são incompletas e podem ser consideradas simplificações errôneas passíveis de críticas. Mesmo assumindo que tais movimentos possuem características peculiares, não há como negar a influência exercida pelo fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão nas manifestações antiliberais nacionalistas do período.

Enfim, apesar de não concordar plenamente com Schieder em denominar as diferentes manifestações nacional-totalitárias como “fascistas”, entendo que as características que o autor elenca como comuns a tais movimentos são passíveis para analisar os mesmos em um plano similar. Tais características seriam: o nacionalismo exacerbado; a estrutura hierárquica e autoritária; a ideologia antiliberal,

antidemocrática e anti-socialista. O que vai variar entre tais movimentos é a forma como cada uma dessas características se manifestou.

A característica central que podemos elencar como comum, e ao mesmo tempo era uma relevante marca de diferenciação em cada um dos movimentos, era o nacionalismo exacerbado. A essência dos nacionalismos estava na valorização de um conjunto de particularidades presente em cada nação como a raça, a religião, o povo, o idioma, os heróis, as manifestações culturais, artísticas e científicas próprias com a negação do estrangeiro, do importado, do “alienígena” (para usar um linguajar da época). O campo das idéias políticas seguiu a mesma tendência. Era necessário – ou desejável - que cada nação desenvolvesse e seguisse um campo doutrinário próprio. Esse é um ponto essencial que distingue cada um dos movimentos. Ou seja, a matriz doutrinária elaborada dentro de cada realidade. Com isso o “fascismo” é uma manifestação própria da Itália e diverge do “nacional-socialismo” (ou nazismo) alemão, do “salazarismo” português e do “franquismo” espanhol, pois o conjunto doutrinário que fundamenta os diferentes movimentos foi desenvolvido por sujeitos e particularidades existentes em cada nação.

Isso não quer dizer que todas as manifestações seguiram a risca a tendência de elaboração doutrinária própria. Existiram entre as décadas de 1920 e 1930, seguidores da doutrina nazista alemã em diferentes países do mundo. O próprio partido nazista possuía filiais em diversos continentes assim como o fascismo italiano contava com simpatizantes e organizações mundo a fora.

A partir daí podemos perceber que no Brasil ocorreram manifestações de movimentos nacionais totalitários. Tivemos desde o registro de partidos nazistas, simpatizantes do fascismo italiano e até a existência de um conjunto diverso e variado de doutrinas próprias desenvolvidas por brasileiros. Bertonha (2001, p.88), ao falar sobre a influência do fascismo no Brasil, descreve alguns desses movimentos.

> Infelizmente, os primórdios do Fascismo no Brasil são ainda pouco estudados. Não resta dúvida, porém, de que os primeiros passos do Fascismo no Brasil foram, em boa parte, inspirados pelo Fascismo italiano e por sua atividade no Brasil. De fato, já em 1922 surgiu, com clara inspiração fascista, a Legião Cruzeiro do Sul. Os movimentos posteriores, como o Partido Nacional Fascista/Ação Social Brasileira de J.. Fabrino,

> a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista de Olbiano de Mello, o Partido Fascista Brasileiro, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira e a Legião 3 de Outubro também tiveram, ao lado de um enraizamento no clima intelectual brasileiro, uma inspiração – que era expressa diretamente em seus manifestos e que, obviamente, variou de movimento para movimento – na Itália de Mussolini. Nesse ponto, concordamos com Carone quando ele identifica, no Brasil dos anos 20, duas correntes de pensamento e ação de extrema direita que se interligavam: a fascista italiana e as pequenas tentativas de criação de um Fascismo indígena.

É sob este cenário que emerge no Brasil o Integralismo. Movimento nacionalista totalitário liderado pelo escritor e político Plínio Salgado se fortalece ao agregar diferentes organizações de caráter semelhante com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932. Constituindo-se como o mais relevante movimento nacional-totalitário existente no Brasil, a AIB foi o movimento que conseguiu arrebanhar o maior número de simpatizantes dessa tendência, embora não seja a única.

Embora Plínio Salgado e outros ideólogos desse movimento como Miguel Reale e Gustavo Barroso insistirem na originalidade do Integralismo como movimento genuinamente brasileiro, Trindade (1974 p. 289) afirma que “a análise da Ação Integralista nos leva a concluir que sua natureza, organização hierárquica, estilo do Chefe e rituais não se podem explicar sem levar em consideração a influência do modelo externo”. Vasconcellos (1979, p. 47-8), em sua leitura sobre o discurso de diferentes ideólogos e simpatizantes integralistas, realiza a seguinte crítica:

> Qual a posição dos camisas-verdes em relação ao mimetismo ideológico de sua doutrina? Eles negam de pés juntos o rótulo de copiadores dos fascismos europeus. E não podia ser de outro jeito; a seus olhos, um dos fatores responsáveis pela crise da sociedade brasileira residia na deletérica influência do Ocidente. (...) Esse esforço, todavia, resultou em vão. (...). Embora não quisesse ser tachado de mais um ‘copiador de regimes exóticos’, para usar uma de suas expressões prediletas, Plínio Salgado jamais conseguiu demonstrar a autonomia do Integralismo, assim como seus adeptos e simpatizantes (caso de Tristão de Athayde) que pretendiam diferenciá-lo através do elemento religioso e espiritual.

Bertonha (Id. p. 87) explicita não apenas a influência doutrinária e ideológica italiana, mas também uma concreta rede de relacionamento e solidariedade patrocinada pelo regime de Mussolini ao movimento liderado por Plínio Salgado.

> Além disso, o governo italiano enviou um emissário ao País, o dr. Gomes, para estudar o Integralismo, e este se impressionou com o movimento, defendendo o apoio ao mesmo para facilitar o seu controle, aumentar a influência italiana na política brasileira e, no limite, levar o Brasil para a órbita do Eixo. Com isso, um subsídio financeiro passou a ser transferido regularmente dos cofres italianos para os integralistas, apoiando o seu esforço para se tornar um movimento político organizado.

Observa-se que apesar de existirem algumas diferenças doutrinárias que exaltavam particularidades no âmbito de tais movimentos, é notória a influência do regime italiano em fomentar tais manifestações não só no Brasil como em diferentes partes do mundo. A "fascistização" no Brasil era de total interesse da Itália por vários motivos como fortalecer a parceria comercial entre os dois países e ampliar a rede de influência fascista pela América Latina. De acordo com Bertonha (ibid.), a instauração do Estado Novo em 1937 foi vista por Roma como um importante caminho para tal "fascistização", por assumir uma série de características comuns ao regime italiano.

> Após a instauração do Estado Novo, porém, a Itália desestimulou os integralistas a lutar contra Vargas, instando-os a colaborar com o novo regime. Não é de estranhar essa mudança de atitude italiana: o novo governo era simpático a Roma; Vargas tinha, nos altos círculos fascistas, um juízo mais alto do que Plínio Salgado, e o Brasil, sob o Estado Novo varguista, parecia se fascistizar com rapidez. Razão para o afastamento do governo italiano da AIB, recusa de fornecimento de armas e cancelamento dos subsídios financeiros em 1938.

Boris Fausto em um breve ensaio sobre "O Estado Novo no contexto internacional" (1999) demonstra a diversificada influência do pensamento e das práticas autoritárias internacionais na formulação do Estado Novo brasileiro.

> Nesse quadro geral de emergência de regimes totalitários e autoritários, tanto na Europa do Leste[11] como na Europa ocidental, é possível apontar alguns regimes com

[11] Além de exemplificar e destacar as conhecidos influências dos regimes italianos e alemães no Brasil, Fausto (ibid.) também mostrará a pouco conhecida influência do autor e político romeno Mihail Manoilescu que, segundo ele, foi referência obrigatória nos círculos industriais brasileiros – sobretudo paulistas – entre as décadas

> direta influência na organização do Estado Novo e na construção de sua ideologia. (...) lembro, por exemplo, que a moldura sindical do Estado Novo teve forte influência da *Carta del Lavoro*, vigente na Itália de Mussolini, e que as técnicas de propaganda estado-novistas foram muito influenciadas pelo exemplo nazi-fascista. (Id. p. 18)

Enfim, como foi apresentado, o Estado Novo pode ser compreendido a partir de um grande caldeirão eclético de idéias e influências, contudo de teor predominantemente nacionalista e totalitário. Em suma, os movimentos nacionais totalitários pareciam, como disse Hobsbawm, "a onda do futuro". Onde não alcançaram o poder, eram amplamente referenciados e no Brasil não foi diferente. Com isso, muitos intelectuais, pensadores, políticos, acadêmicos, lideres sindicais, empresários, religiosos e personalidades das mais diversas estirpes simpatizaram com essas idéias, e, no interior da administração pública não foi diferente. É válido lembrar que no governo brasileiro havia simpatizantes de diferentes correntes de tais idéias. Isso pode ser observado nitidamente desde o início da década de 1930, obtendo o seu apogeu com a deflagração do Estado Novo. A tendência de um rumo nacional totalitário para o Brasil nesta década era tamanha, a ponto de influentes homens do governo como o almirante Ernani do Amaral Peixoto[12] declarar que "O Estado Novo viria com Getúlio, sem Getúlio ou contra Getúlio!". Com isso, a Carta Constituinte promulgada em 10 de novembro de 1937 continha teor nacional autoritário e antiliberal absorvendo uma série de preceitos desta tendência. Segundo Silva (2008)[13], tal Constituição teria sido elaborada pelo jurista Francisco Campos e apelidada por seus críticos de "Polaca", em referência à outorgada pelo marechal Jozsef Pilsudski (1867-1935), líder do golpe militar que o levou ao poder na Polônia em 1921.

Isso fica nítido ao observarmos a formatação de alguns órgãos posteriores à Carta de 1937 como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável

---

de 1920 e 1930. Manoilescu defendia concepções políticas conservadoras, autoritárias e corporativas. Do ponto de vista econômico, ele defendia o protecionismo como forma de desenvolver a economia nas áreas periféricas. Além da simpatia dos industriais, Manoilescu também influenciaria intelectuais ligados ao Estado Novo como Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Este último, inclusive, teria traduzido para o português a obra "O século do Corporativismo" de Manoilescu, publicada em 1934. Fausto (ibid) menciona também a influência do estadista Mustafa Kemal Atatürk – que realizou um conjunto de reformas modernizadoras "pelo alto" na Turquia – junto aos integrantes das Forças Armadas brasileiras.

[12] No capítulo 2 desta tese, apresentaremos com maior profundidade a importância e trajetória política de Ernani Amaral Peixoto no âmbito dos governos de Vargas.

[13] Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-polaca .

tanto pela propaganda quanto pelo controle coercitivo da informação. O escritor e jornalista Lourival Fontes[14], declarado entusiasta e estudioso do regime adotado na Itália, respondia pela direção do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) desde 1934. Relevante personalidade na formulação do Estado Novo, Lourival Fontes ficou à frente do desenho do que veio a ser o DIP. No decorrer desta tese, veremos que a formulação tanto do DIP quanto da Divisão de Turismo - divisão administrativa subordinada ao DIP responsável por pensar a organização pública da atividade turística - sofreu uma profunda influência do modelo fascista italiano.

1.3 A organização do turismo no Estado Novo

Como já apresentei, o turismo é uma atividade que se origina e evolui no âmbito do sistema capitalista. Um dos elementos fundamentais que o diferenciará de outros deslocamentos humanos é o seu caráter de negócio. Conseqüentemente, a organização do turismo, num primeiro momento, vai ocorrer predominantemente entre atores privados que se preocupavam em alavancar tal atividade no intuito de maximizar seus ganhos materiais, e também entre pessoas ou grupos de pessoas que se interessavam na prática do turismo como atividade de lazer. Com isso, as iniciativas pioneiras de organização da atividade se deram através de associativismos envolvendo entes privados. O *laissez-faire,* expressão símbolo do capitalismo liberal entre os séculos XIX e início do século XX, foi também seguida pela atividade turística durante esse período.

É perceptível que a cada passo do capitalismo é seguido por outro do turismo, não só em seus avanços, mas também nos seus retrocessos. É durante a chamada "Era da Catástrofe" (HOBSBAWM, 1995), mais precisamente entre as duas grandes guerras mundiais, que o então hegemônico sistema capitalista liberal sofrerá sérios

[14] Sergipano de Riachão Dantas, Lourival Fontes fora advogado, jornalista, escritor e político que obteve elevada aproximação com Vargas, assumindo uma série de cargos eletivos estratégicos junto ao Governo Federal. Não só na direção do DIP, mas também na chefia do Gabinete da Presidência da República, além de ter sido Senador por Sergipe e diretor de Turismo do Distrito Federal.
Durante a pesquisa, não localizei os decretos de nomeação e de exoneração de Lourival Fontes como Diretor Geral de Turismo do Distrito Federal, mas encontrei diferentes publicações de atos e notícias que o apresentam como Diretor de Turismo e Presidente do Conselho de Turismo do Distrito Federal, nos Diários Oficiais da União (26/09/1935, p. 21459; 10/10/1936, p. 22109; 08/02/1936, p. 3158 e p. 22109) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (02/09/1933, p. 06) pelo menos entre os anos de 1933 e 1936. É interessante perceber que Lourival Fontes também era diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) desde 1934, ano de sua criação. Por isso, acredito que Lourival Fontes acumulou as funções, de Diretor do DPDC junto ao Governo Federal e Diretor de Turismo do Distrito Federal pelo menos entre os anos de 1934 e 1936.

abalos. O avanço dos regimes nacionais totalitários, a alternativa até então exitosa de economia planificada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além da quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, acompanhada pela chamada “Grande Depressão” convergem em um ponto comum: o esgotamento do modelo *laissez-faire* e a necessidade de se repensar o papel do Estado no âmbito do sistema econômico.

É nesse contexto de crise que o economista britânico John Keynes indicará estratégias para a sobrevivência do sistema capitalista que estava cada vez mais ameaçado. Tais estratégias seriam protagonizadas pelo Estado a fim de criar a demanda efetiva, pois segundo Keynes, a crise do capitalismo não estava na produção, mas sim na insuficiência de demanda para os seus produtos. Cabia então ao Estado atuar em um conjunto de investimentos no sentido de elevar a renda e o emprego dos cidadãos, ampliando e diversificando assim a demanda. Além disso, Keynes (1983, p. 121) também argumenta que

> A mais importante Agenda do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, é fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas.

Seguindo estas premissas, vários setores de atividade como energia, siderurgia, mineração, agricultura e indústria contaram com um importante aporte do Estado em diferentes países. Com isso, a década de 1930 protagoniza uma série de iniciativas por parte dos Estados em busca de maximizar a demanda de diversos setores econômicos através de ações planejadas. Com o turismo não foi diferente. É neste momento que alguns Estados nacionais empreendem ações em prol da organização da atividade turística. E o Brasil, por sua vez, seguiu tal tendência, como apresentarei mais adiante.

Mas, para compreender o embrião da intervenção estatal na atividade turística – tema de importância central na presente tese – é necessário analisar melhor como se deu a sua organização de base privada que antecipou a relevante e

consistente agenda além de se apresentar como ator fundamental na constituição das primeiras intervenções públicas do setor.

1.3.1 Antecipações promovidas por organizações empresariais

A década de 1920 pode ser entendida como um divisor de águas importante para a consolidação do turismo organizado no país. E bom deixar claro, de antemão, que não estou afirmando categoricamente que a atividade turística no Brasil só começa a existir a partir dessa década. É notória a existência de diversos empreendimentos como hotéis, agências de serviços semelhantes aos de turismo, a presença de publicações especializadas – como guias de viajantes - que sugerem os primeiros passos de tal atividade e até mesmo tentativas embrionárias de organizações empresariais nas primeiras décadas do século XX ou ainda no século XIX[15]. O que busco marcar é que na década de 1920 a atividade turística se organiza a nível empresarial de maneira mais consistente e consolidada do que em períodos anteriores. Já apresentei anteriormente que a década de 1920, em especial o ano de 1922, aglutinou uma série de eventos de extrema relevância nos cenário político, econômico e social do país. Dentre estes eventos, destacarei aqui o papel da Exposição Internacional do Centenário da Independência[16] realizada no Rio de Janeiro, então capital federal. Tal certame era inédito e grandioso aos padrões cariocas e brasileiros da época, exigindo assim significativas intervenções urbanas.

> A maior destas obras foi o desmonte do Morro do Castelo, berço da cidade colonial, para criação de uma grande Esplanada tomada em aterro sobre a baía de Guanabara, cujo destino mais imediato era sediar a Exposição Internacional do Centenário da Independência. (...) Em paralelo a essa iniciativa descobriu-se [sic] outras, particulares e incentivadas pelo

[15] Apenas para servir de exemplo: em trabalho anterior (DAIBERT, 2010) ao analisar os primórdios do turismo organizado na cidade de Petrópolis, constatei a existência de uma empresa denominada "Agência Alex", fundada em 1908 e com objetivos muito próximos ao que seria hoje uma agência de viagens e turismo. A mesma Empresa editou em 1910 um guia para viajantes com características similares ao que seria um guia de turismo contemporâneo. Além disso, Petrópolis também apresentava uma diversidade considerável de hotéis ainda no século XIX. Outro exemplo são os hotéis construídos na Floresta da Tijuca no último quartel do século XIX (FREITAS; MELLO, 2000).

[16] "Exposição Internacional", "Exposição Universal" ou "Exposição Mundial" são denominações concedidas às várias exposições internacionais públicas ocorridas pelo mundo desde meados do século XIX. A primeira Exposição Universal ocorreu em 1851 na cidade de Londres com o nome "Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações". Desde então, tal evento roda por diferentes países, com periodicidade variada entre uma edição e outra. A cidade do Rio de Janeiro ficou responsável por organizar tal certame no ano de 1922, o que coincidiu com o aniversário de cem anos da Independência do Brasil. Não por acaso, tal exposição foi inaugurada no dia 7 de setembro daquele ano e se encerrou no dia 24 de julho de 1923.

> governo, visando a construção de hotéis de luxo na cidade (HERMES, 2007, p. 04).

A partir da expectativa gerada pelo evento, relevantes empreendimentos hoteleiros vieram à tona como os hotéis Glória (1922), Sete de Setembro (1922) e Copacabana Palace (1923), sendo que este último não ficou pronto a tempo das comemorações do Centenário. Foi nesta década que surgiram as primeiras organizações, empresas e associações voltadas exclusivamente ao desenvolvimento da atividade turística. Castro e Freire-Medeiros (2013, p. 16) afirmam que

> A década de 1920, contudo, testemunha tentativas ousadas de organização do turismo como um "negócio" moderno da cidade. Surgem os primeiros hotéis turísticos, agências de viagens e órgãos oficiais destinados prioritariamente a atrair e a receber visitantes – com destaque para a criação, em 1923, da Sociedade Brasileira de Turismo (em 1926, renomeada como Touring Club do Brasil).

A Sociedade Brasileira de Turismo (SBT) teve papel fundamental nesse contexto, pois além de ser a primeira organização de abrangência nacional preocupada com o avançar desta prática, também apresentou iniciativas importantes em prol do turismo. Os principais objetivos da SBT eram:

> Desenvolver o amor ao turismo no Brasil, estimular o progresso das localidades que por sua beleza, salubridade, importância agrícola ou industrial mereçam a visita de forasteiros; promover a construção de estradas de rodagem, e a facilidade de comunicação entre os centros produtores e consumidores, entre povoados, vilas, municípios e estados; publicar e distribuir entre os seus sócios a 'Revista Brasileira de Turismo'.[17]

A fundação da SBT é tida como "uma das inúmeras expressões cívicas que se seguiram às comemorações do Centenário da Independência do Brasil" (TOURING, 1993, p. 05). Inclusive sua sede provisória localizou-se em duas salas do antigo Pavilhão do Comércio da Exposição Internacional (Ibid., p. 13). Pegando carona nessa exaltação nacionalista gerado pelo pós 1922, a SBT se apresenta como uma instituição

[17] SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO / TOURING CLUB DO BRASIL. *Revista Brasileira de Turismo*. Rio de Janeiro, N. 5, mai/jun. 1927 (texto apresentado na contra-capa da revista).

> Criada para divulgar os recursos turísticos do país junto às então chamadas classes superiores da nossa sociedade – e reverter assim a "monomania de Europa" que dominava as elites brasileiras (...). A partir daí, escreveu-se uma história de rara grandeza entre as instituições civis brasileiras, feita de talento, pertinácia e espírito nacionalista. (*Ibid.*, p. 05).

Tratava-se de uma associação privada composta por empresários dos mais diversos segmentos, políticos, construtores, entre outras personalidades pertencentes à elite econômica nacional que, de alguma forma, possuíam interesse no desenvolvimento do turismo no Brasil. A diretoria fundadora da SBT era formada pelos seguintes nomes:

Quadro 1: Diretoria fundadora da Sociedade Brasileira de Turismo

Nome:	Cargo na SBT:	Ocupação principal na época:
Artur Bernardes	Presidente de Honra	Presidente da República
Estácio Coimbra	Presidente	Vice-presidente da República
José Pires Rebelo	Vice-presidente	Senador da República
João Thomé de Saboya e Silva	Vice-presidente	Senador da República
Pedro Benjamim de Cerqueira Lima	Secretário Geral	Empresário
Octávio da Rocha Miranda	Primeiro-secretário	Empresário
Roberto James Shalders	Segundo-secretário	Não informado[18]
Gervásio Seabra	Primeiro-tesoureiro	Não informado
José Domingues Machado	Segundo-tesoureiro	Empresário
Mozart Lago	Gerente da SBT e Diretor da Revista Ilustrada	Senador da República e jornalista
João Roberto Escragnolle[19]	Editor da Revista	Jornalista e Empresário
Ferreira da Rosa	Editor da Revista	Escritor, autor de livros descritivos sobre o Rio de Janeiro

Fonte: Touring (1993)

[18] Tanto Roberto James Shalders como Gervásio Seabra não tiveram suas ocupações principais publicadas no livro consultado. No caso de Roberto Shalders, o periódico Notícias Rotárias (1924, p.02) menciona apenas que ele pertence ao setor de "maquinas e acessórios". Por isso acredito que ele também era empresário. Conforme algumas referências imprecisas extraídas da internet, o senhor Gervásio Seabra seria um comendador português detentor de diferentes negócios e propriedades na cidade do Rio de Janeiro.

[19] Os nomes de João Roberto Escragnolle como Ferreira da Rosa não constam no ato de fundação da SBT. Segundo Touring (1993), eles foram convidados posteriormente pelo secretário geral Pedro Benjamim de Cerqueira Lima para arrecadar fundos e editar a Revista Brasileira de Turismo.

Além da diretoria mencionada, a SBT também era constituída por um Conselho de Honra - formado pelos presidentes e governadores estaduais e pelo prefeito do Distrito Federal - e por um quadro de sócios fundadores, onde aparecem nomes como Octávio Guinle, Francisco de Oliveira Passos e Hermenegildo Santos Lobo. Em 1926, a SBT se filia à *Alliance Internationale de Tourisme* e passa a se chamar Touring Club do Brasil (TCB).

Outras importantes instituições semelhantes emergiram no período como o Rotary Club do Brasil (RCB) - fundado em 1924 como Rotary Club do Rio de Janeiro e transformado posteriormente em Rotary Club do Brasil - e o Automóvel Clube do Brasil (ACB). Em pesquisa realizada em periódicos do período, observei que as três instituições atuaram em mutua parceria em diferentes agendas, destacando-se as campanhas em prol do rodoviarismo, do automobilismo, do urbanismo, e por fim, do desenvolvimento da atividade turística no país. Observei ainda que campanhas de uma instituição foram divulgadas nos órgãos de publicidade das outras.

Além disso, identifiquei uma íntima coincidência de dirigentes e sócios que eram comuns em ambas as organizações. Ex: entre os diretores fundadores da SBT, João Thomé de Saboya e Silva, Pedro Benjamim de Cerqueira Lima, Octávio da Rocha Miranda e Roberto James Shalders eram também sócios fundadores do Rotary Club do Rio de Janeiro - fundado em 1924 e transformado posteriormente em Rotary Club do Brasil - sendo que os dois últimos também faziam parte da diretoria (NOTICIAS ROTÁRIAS, 1924). Identifiquei ainda personalidades que participavam das três instituições consecutivamente, como foi o caso do empresário Octávio Guinle que respondia pela presidência do ACB e era sócio da SBT e do Rotary. Ou seja, pelo menos na referida década, pode-se dizer que estas três eram mais parceiras do que concorrentes. Analisarei mais especificamente o SBT/TCB, pois tal instituição apresentou uma agenda mais direcionada à atividade turística do que às demais anteriormente citadas.

Uma relevante iniciativa empreendida pelo SBT/TCB, em seus primeiros anos de existência, foi a criação da “Revista Brasileira de Turismo” que teve o seu primeiro número publicado em julho de 1924. Esta revista apresentava-se como um veículo de comunicação com dois objetivos principais: 1) ser um divulgador das iniciativas concretizadas pela então SBT; 2) ser um meio de divulgação do turismo brasileiro, dando destaque às atrações, aos lugares passíveis de visitação e aos serviços de suporte ao turista como hotéis, estradas, ferrovias, passeios

programados, mapas de localização, dentre outras (REVISTA BRASILEIRA DE TURISMO, 1924). Provavelmente esta foi a primeira publicação periódica de abrangência nacional destinada a fomentar a atividade turística no Brasil. Pelo menos é assim que ela se apresenta.

Através da leitura dos diferentes números deste periódico é possível identificar a atuação de tal instituição pois, como já mencionado, o mesmo se destinava a divulgar as ações empreendidas pela SBT e depois TCB. Ao analisar as edições da Revista disponíveis na Biblioteca Nacional[20], destacam-se algumas narrativas interessantes como:

a) Intensa campanha de cunho nacionalista em prol do desenvolvimento do turismo no país em contraposição ao que eles apelidaram de "monomania de Europa";

b) Referências às pontuais atuações do Estado na atividade, como nas passagens que elogiam os "embelezamentos da cidade" (1927, p. 08) promovidos pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Prado Júnior (1926-1930). Vale também destacar os elogios à postura liberal do Estado em relação ao turismo em "garantir o livre exercício de nossas atividades" (1924, p. 57). É importante frisar que na década seguinte, o TCB mudará o discurso, onde passará a reivindicar uma posição mais intervencionista do Estado;

c) Destaque para iniciativas empreendidas pelo SBT/TCB e outras organizações que surgiram na década de 1920 com objetivos semelhantes: Além dos já mencionados Rotary Club e Automóvel Club do Brasil, a revista apresenta a "Sociedade Anônyma de Viagens Internacionais" (SAVI) que seria uma empresa brasileira especializada em organizar excursões internacionais. Ela é apresentada como "primeira empresa nacional que se inicia, no seu gênero, no Brasil". Foram encontrados anúncios de excursões que seriam organizadas pela SAVI em parceria com o SBT/TCB. Outra instituição lembrada constantemente é o "Sindicato de Iniciativas de Turismo do Município de Petrópolis" (SITMP). Os sindicatos de iniciativas de turismo possuíam estrutura e objetivos muito próximos aos da SBT. A diferença era a abrangência regional de atuação. No caso do SITMP enfocava-se

[20] Durante a pesquisa foram analisadas as seguintes edições da Revista Brasileira de Turismo: números I (julho de 1924); número IV (janeiro / fevereiro de 1925); número V (maio / junho de 1927) e número VI (1929). Só foi possível consultar algumas páginas do número II (setembro de 1924), pois grande parte de suas folhas estavam coladas, não sendo possível manuseá-lo integralmente. O número III não foi encontrado na Biblioteca Nacional. Todos estes fascículos foram consultados na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional em sua sede na cidade do Rio de Janeiro nos dias 21 de janeiro de 2012 e 16 de outubro de 2013.

especificamente o município de Petrópolis. Vale lembrar que a Revista apresenta o SITMP como “o primeiro fundado no Brasil” - antes mesmo do que a SBT - e afirma também que a SBT foi criada nos moldes dos sindicatos de iniciativas europeus e do próprio SITMP (REVISTA BRASILEIRA DE TURISMO, 1924, p. 18-19);

d) Campanha em prol do “Rodoviarismo”: A Revista se apresenta como propagadora do movimento pelo rodoviarismo. Em diferentes ocasiões aparecem textos sobre a importância das estradas de rodagem, mapas de rodovias, estatísticas demonstrando o expressivo aumento de importações de automóveis e de gasolina, além de anúncios de veículos como o “Dodge Brothers” apresentado como “Carro de Turismo” (REVISTA BRASILEIRA DE TURISMO, 1925, p. 26). Em 1929 foi publicado um número especial intitulado “O Monumento Rodoviário” em alusão ao monumento construído por iniciativa do TCB na antiga rodovia Rio-São Paulo. Este foi o último número da revista com o nome Revista Brasileira de Turismo. A partir daí, outro periódico toma o seu lugar, nomeado como “Touring Club do Brasil: Boletim Official” contando finalmente com edições mensais a partir de 1933.

Figura 1 – O Monumento Rodoviário

Fonte: http://www.touring.com.br/historia.asp# . Acesso em 27/09/201.

A partir da leitura das revistas percebi que a efetiva atuação do SBT/TCB durante a década de 1920 foi no campo propagandista. Apesar de observar uma série de políticos e grandes personalidades envolvidas com a instituição, na prática quem levava as atividades do SBT/TCB à frente eram o empresário e secretário geral da entidade Pedro Benjamim de Cerqueira Lima. O livro “Touring 70 anos: a memória dos tempos da mão inglesa” (1993) afirma que Cerqueira Lima teria sido o

mentor da idéia e também o principal articulador da instituição em seus primeiros anos. Segundo o livro

> Nessa época, a Sociedade ainda vivia sob o inquietante enigma da própria sobrevivência. Sem recursos para executar seus projetos, abrigava-se em endereços de favor. Primeiro, em duas salas do antigo Pavilhão do Comércio da Exposição do Centenário da Independência (...), e depois, no próprio escritório de Cerqueira Lima, então diretor da Companhia Materiais de Construção (na rua Buenos Aires, 25). Não tinha mais do que duzentos sócios e dependia da generosidade do seu principal fundador e do senador Pires de Rebelo para pagar as despesas de secretaria e os salários dos dois funcionários (TOURING, 1993, p. 13)

Além dos recursos depreendidos, observou-se que Cerqueira Lima participou ativamente como representante do SBT / TCB em diferentes ocasiões como palestras, conferências, eventos públicos e principalmente entrevistas concedidas a importantes meios de comunicação, onde travou uma intensa campanha em prol da organização do turismo brasileiro.

A partir do ano de 1929 é que se observa uma importante virada na atuação do já Touring. Além da repercussão positiva das campanhas proferidas nos anos anteriores, o Touring instalou no Porto do Rio um centro de visitantes especializado em dar suporte aos turistas que chegassem à cidade. Mas foi na década de 1930 que ocorre o seu grande avanço, onde o Touring adquire o caráter de “clube de serviços” aos automobilistas, oferecendo um conjunto de benefícios aos chamados “motoristas amadores” como socorro mecânico dia e noite, licenciamentos junto à inspetoria de trânsito, socorro médico, assistência jurídica, seguros com taxas diferenciadas, além de outros benefícios como descontos na compra de combustíveis e acessórios. Nestes dois últimos itens, vale acrescentar que o Clube fechou importantes parcerias com empresas multinacionais que se interessavam em difundir suas atividades no Brasil como a distribuidora de combustíveis Esso e a montadora de veículos Ford (TOURING, 1993).

Com isso, o sócio do clube não estaria apenas contribuindo com uma entidade de propósitos cívicos, mas sim obtendo uma série de vantagens individuais concretas. Como grande parte destes serviços eram inéditos na época - e ao mesmo tempo a demanda por automóveis crescia em progressões geométricas - tornou-se muito vantajoso aos proprietários de automóveis se associarem ao Touring. Com

isso, o numero de sócios elevou-se exponencialmente, conseguindo o clube não apenas ser financeiramente auto-suficiente, mas também se expandir tanto em tamanho como em diversificação de atividades. Segundo Cerqueira Lima, “com este empreendimento, visa o Touring alargar as suas rendas para poder assim dilatar as ações patrióticas que são a sua atividade fundamental” (ibid.).

Vale lembrar que, segundo Boyer (2003), num primeiro momento o automóvel foi mais um meio de turismo elitista do que um meio de transporte tal como entendemos atualmente. Foi primeiramente para viajar que as pessoas compravam tais veículos, conhecidos até hoje como “carros de passeio”. Mesmo que em alguns países como os Estados Unidos o automóvel já se demonstrava mais acessível e popular no início da década de 1930, pode-se dizer que no Brasil a proliferação desse bem ainda demoraria alguns anos. Ou seja, no período mencionado, as pessoas que adquiriam automóveis no país ainda faziam parte de uma restrita elite econômica que, de uma forma geral, o adquiriam prioritariamente para viajar. Com isso, automobilismo e turismo foram temas que evoluíram de forma concomitante, pois as duas atividades se complementariam - o turismo incrementaria a demanda por automóveis e os automóveis ajudariam a desenvolver o turismo. Neste momento o TCB se configura como uma instituição que incentivaria ambas atividades, executando ações em prol da expansão das mesmas.

Apesar de o automobilismo ter sido responsável por uma considerável ascensão do clube, vale ressaltar que o TCB não desconsiderou sua pauta em prol do turismo e muito menos reduziu o incentivo de tal atividade apenas por vias automobilísticas. O TCB adotará uma nova e diversificada agenda em relação ao turismo que não se limitou a palavras. Além de ampliar a ação propagandística, o TCB executará importantes ações como a organização de excursões para o interior do país, a instalação de centro de atendimento aos visitantes em diversos portos, fora todo o incremento e apoio em torno dos transportes ferroviários e até aéreo. Segundo o *site* da entidade:

> Os jornais da época reconheciam que os folhetos em três idiomas publicados pelo Clube, as reportagens nas revistas especializadas dos Clubes estrangeiros e os estandes do Touring nas grandes exposições internacionais, além da sua obra civilizadora nos portos do Rio e Salvador, fizeram do Brasil escala obrigatória de todos os transatlânticos de turismo e, do Rio, o porto onde por mais tempo se demoravam essas

> luxuosas cidades-flutuantes. (...) Em 1932, o clube já levava 150 pessoas “de nossa melhor sociedade” no primeiro cruzeiro turístico que singrou as águas dos grandes rios amazônicos. Foi o "Mensageiro do Progresso", título que lhe deu a imprensa do Norte e Nordeste, impressionada com as compras dos turistas nas cidades de escala. Foi também, mais tarde, o mensageiros da cultura, com as exposições e feiras flutuantes, que levavam ao Norte a recém-criada Petrobrás, as obras do Aleijadinho e outras manifestações do Sul do país. Foi o Touring que revelou Paulo Afonso ao turismo brasileiro e abriu aos olhos de nossos patrícios uma maravilha nacional que só conhecíamos através da infra-estrutura turística argentina, as Cataratas do Iguaçu. Recuperou Ouro Preto da decadência, levando até lá excursões culturais em trens fretados, que deram um conforto desconhecido às viagens por terra no país. Implantou entre nós a prática do "week-end" e abriu campanha pela proteção ambiental, obtendo do governo a criação do primeiro parque nacional do Brasil, na Serra dos Órgãos[21].

Com isso, pode-se afirmar que o TCB protagonizou uma série de iniciativas que futuramente seriam entendidas como agendas públicas governamentais. A partir da reforma político-institucional que foi empreendida por Vargas durante a década de 1930, observa-se que o TCB vai se consolidar como um importante parceiro das políticas públicas, não só nas na área de turismo, mas também no transporte e no trânsito, nas relações internacionais, no comércio exterior e até no meio ambiente.

Em consulta à legislação do período, percebi inúmeras ações conjuntas do TCB com os órgãos governamentais. O Touring - que já possuía um centro de atendimento aos visitantes no porto do Rio de Janeiro - firma com o Governo Federal um contrato de arrendamento de toda a estação de passageiros do cais do porto, conforme o Decreto nº 22.282 de 30 de Dezembro de 1932. Posteriormente, o Touring passa inclusive a receber subsídios governamentais através de taxas, conforme dispõe a Lei nº 209, de 30 de Maio de 1936 estabelecendo que

> (...) será cobrado um mil réis (1$000) por pessoa, de entrada no Cáes do Porto Rio de Janeiro, na parte destinada á atracação dos vapores estrangeiros, sendo o produto aplicado aos serviços de propaganda e assistência aos turistas e passageiros em geral, a cargo do Touring Club do Brasil, que assumirá compromissos e encargos consignados no regulamento acima referido (...).

[21] Disponível em: http://www.touring.com.br/historia.asp Acesso em 01/08/2015.

Esta lei foi depois acrescida pelo Decreto-Lei nº 1.479, de 3 de Agosto de 1939 que tornava tal ação extensiva aos demais portos organizados do país.

> A cobrança da taxa (...) será iniciada, em cada porto, logo que os serviços de assistência e propaganda locais estiverem organizados, a juizo do Departamento Nacional de Propaganda, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, competindo ao Touring Club do Brasil comprovar, até o dia 30 de janeiro de cada ano, perante o mesmo Departamento, que disso dará conhecimento ao Ministério da Fazenda, o emprego das quantias recebidas durante o ano anterior.

Outras legislações importantes que podem ser citadas são o Decreto nº 24.258, de 16 de Maio de 1934 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Tal legislação reconhece os Tourings como "entidades oficiais de turismo", benefício também estendido aos Automóveis Clubs e os Rotary Clubs, aptos a conceder "carta de apresentação ou recomendação" aos estrangeiros "turistas, excursionistas, peregrinos, estrangeiros que venham a passeio, jornalistas, esportistas, enxadristas, jogadores de bilhar e congêneres". Tal carta proporcionaria facilidades consulares para que o estrangeiro entrasse no Brasil. Vale lembrar que o TCB participou ativamente como membro efetivo de uma série de conselhos criados a época como o Conselho Nacional de Transito[22], o Conselho Florestal Federal[23] e o Conselho Consultivo de Turismo do Distrito Federal.

Outro papel fundamental que pode ser atribuído ao TCB é a sua intensa campanha de reivindicar – pelo menos a partir da década de 1930 - uma postura mais intervencionista dos governos quanto ao turismo. Ainda no ano de 1931, o TCB promoveu um evento intitulado Segunda Convenção Turística Interestadual. O certame, que tinha a finalidade de intensificar as correntes turísticas que se destinam ao país, resolveu em seu encerramento, recomendar quinze medidas aos poderes públicos. Dentre as principais estão:

> 1ª: Criação de um Conselho Nacional de Turismo, entidade executiva que, a semelhança das suas congêneres da Europa, coordene e oriente o turismo no Brasil; (...)
>
> 3ª: Criação dos Departamentos de Iniciativas de Turismo no Distrito Federal e nos Estados, constituídos pelos

[22] Decreto-lei nº. 3.651, de 25 de setembro de 1941.
[23] Decreto nº 23.793, de 23 de Janeiro de 1934.

> representantes das empresas particulares interessadas no turismo e por pessoas idôneas, organizados sob orientação do Touring Club do Brasil;
>
> 4ª: Criação de um Departamento Oficial de Turismo, anexo ao Ministério do Trabalho, órgão oficial do Governo, que terá por fim a ligação necessária e indispensável entre o Conselho Nacional de Turismo e os Departamentos de Iniciativas e os governos federal, estadual e municipal; (...) (Jornal do Brasil, 13/01/1932, p. 12)

A Convenção recomendou aos poderes públicos: a fixação de temporadas oficiais de turismo; a promoção de viagens entre estudantes universitários; a revisão das normas consulares visando a facilitação na emissão de vistos para incentivar a circulação de turistas, assim como diminuir os "embaraços" aduaneiras e alfandegárias nos portos; criação de um serviço de polícia especializado com "policiais intérpretes"; a organização de um serviço de cicerones, oficialmente habilitados, com carteiras de habilitação fornecidos pela polícia; publicação de guias em vários idiomas; criação de agências de câmbio oficial; e por fim, a "organização de um serviço de conservação de monumentos e obras de arte nacionais e de preparação de guias para as visitas dos nossos museus e pinacotecas" *(ibid.)*. Apresentarei mais à frente que, nos anos seguintes, grande parte dessas recomendações obtiveram relevante ressonância no âmbito da esfera governamental, sendo o TCB um articulador importante de tais idéias. Na prática, o TCB atuou como uma associação empresarial em moldes semelhantes aos adotados pelas organizações de empresários do período. Sobre essas últimas, Diniz (1993, p. 58) afirma que

> Naquele momento, os empresários definiram uma agenda própria. Através das suas associações, ajustaram-se à estrutura corporativa tutelada pelo Estado e passaram a ocupar espaços dentro do aparelho estatal, articulando seus interesses diretamente no interior das agências governamentais. Esse padrão implantou-se não só através da reforma político-institucional efetuada por Vargas (que introduziu o sistema de intermediação de interesses de base corporativa tanto para empresários como para trabalhadores industriais), mas também da remodelação do aparelho burocrático, com a proliferação dos conselhos técnicos e comissões consultivas, que, a partir daí, caracterizariam o processo de modernização do Estado brasileiro. No Conselho Técnico de Economia e Finanças, no Conselho Federal de Comércio Exterior, na Comissão de

> Planejamento Econômico, no Conselho de Política Industrial e Comercial, na Comissão de Política Aduaneira, as lideranças empresariais estariam presentes e atuantes.

É neste cenário que o turismo emerge como pauta relevante na agenda do Conselho Federal de Comércio Exterior e o Touring aparecerá como ator fundamental nesse processo.

1.3.2 O início de uma agenda pública de turismo no Brasil: do Conselho Federal do Comércio Exterior a criação da Divisão de Turismo

Como visto até aqui, as iniciativas em prol da atividade turística no Brasil até a década de 1920 foram protagonizadas por entes privados seguindo a tendência liberal do período supracitado. De uma forma geral, a atuação do Estado no setor ocorria de forma pontual e por vezes isolada ou indireta. Exemplos dessas iniciativas são os apoios e concessões a entes privados como nas isenções fiscais concedidas para construções de hotéis para atender a demanda na Exposição Nacional (1908) e na Exposição Internacional (1922), ambas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro.

Vale também lembrar que importantes iniciativas governamentais oriundas das esferas municipal e estadual anteciparam-se às ações da União. Ao tomar como exemplo a constituição de órgãos públicos específicos para pensar a organização do turismo, percebe-se que a prefeitura do Distrito Federal já possuía uma Direção de Turismo e um Conselho Consultivo de Turismo em 1932[24], e o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou o seu Departamento de Turismo e Propaganda em 1938[25] enquanto a União só criará sua Divisão de Turismo ao final do ano de 1939. De fato, uma agenda pública de turismo no Brasil só se dará efetivamente no Estado Novo de Vargas. Mas, cabe salientar que tanto o Governo Provisório quanto o Constitucional, protagonizaram importantes capítulos para a consolidação de tal agenda que apresentarei a seguir.

---

[24] Não localizei os Decretos de criação da Direção e do Conselho, mas achei várias notícias nos jornais de época que mencionam a existência dos respectivos órgãos a partir de 1932. O Jornal do Brasil publicou, durante a década de 1930, várias atas das reuniões do Conselho Consultivo de Turismo do Distrito Federal. Não localizei a ata, mas a edição do dia 30 de Outubro de 1932 (p.06) menciona que ocorreu– sem especificar data exata – a primeira reunião de tal Conselho, o que nos leva a crer que o mesmo foi criado no ano de 1932.

[25] Decreto Estadual n. 429 de 24 de maio de 1938. Explanarei um pouco mais sobre tal órgão no capítulo 3 desta tese.

Com o novo arranjo político-institucional e econômico que começa a se desenhar a partir de 1930, o Estado passa a ter uma participação mais ofensiva em alguns setores produtivos. O já mencionado CFCE será o órgão que centralizará os primeiros debates em prol de uma agenda pública de turismo no Brasil. No dia 2 de maio de 1935, o CFCE convocou uma reunião específica para tratar sobre o tema “turismo”. Segundo a ata de tal reunião, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de maio do mesmo ano, estiveram presentes as seguintes autoridades:

> Presidiu a reunião o consul geral Sebastião Sampaio, nela tomando parte os membros do Conselho Srs. Euvaldo Lodi, João Maria de Lacerda, Vitor Viana, Torres Filho, Arthur de Carvalho, Raul Leite e Lenhoff Brito, tendo comparecido os Srs. Dr. Pedro Benjamin de Cerqueira Lima, em representação do Touring Club do Brasil; José Duarte Gonçalves da Rocha, do Rotary Club; deputado Negrão de Lima, da Prefeitura do Belo Horizonte; Alcides Lins, da Leopoldina Railway; Hugo Fioriano Motta, da Prefeitura de Friburgo; Affonso de Araujo Serra, da de Cambuquira; Assis Figueiredo, da de Poços de Caldas; David Huguenauer do Centro de Navegação Transatlântica; Amantino Camará, da Conferencia da Navegação de Cabotagem; Humberto Luas, da Empresa Radio Excelsior de Buenos Aires; Luiz Cafanhede e E. V. d'Oliveira, da "Wagons-Lits e Cook"; Benitez Perez, de "Cicerone Universal", de Buenos Aires; Francisco Costa da Silva, Luiz Alves Rolim e Malaquias Marcondes Monteiro do Centro dos Proprietários de Hotéis e Classes Anexas; Barão de Saavedra, da Companhia Hotéis Palaces; deputado Francisco Alves dos Santos Filho, do Automovel Club de São Paulo; Tobias Cardoso da Municipalidade de São Paulo; Nelson Pinto, do Automovel Club do Brasil; Hildebrando Torres Barreto, da Exprinter; Lourival Fontes da Prefeitura do Distrito Federal; Cesar Damasceno Ferreira, da Prefeitura de Petrópolis; e Sebastião Guaracy do Amarante, da Estrada de Ferro Central do Brasil (p. 9313-4).

Como pode ser observado, o CFCE convocou para tal reunião personalidades pertencentes a órgãos públicos, empresas e associações envolvidas direta e indiretamente no setor, a fim de se debater uma agenda pública para o turismo. A referida ata, destacou algumas das falas mais relevantes proferidas durante a reunião. A primeira fala - do presidente da reunião e diretor executivo do CFCE - o cônsul Sebastião Sampaio abre o encontro destacando a intenção do CFCE de priorizar, naquele momento, duas pautas centrais: 1) consolidar o turismo entre os países vizinhos; 2) criar um Conselho Nacional de Turismo.

> Para tanto, far-se-ia mister um trabalho de conjunto, não só de todos os Estados do Brasil, com o Distrito Federal á frente, mas do Brasil com os demais países do continente sul-americano, notadamente a Argentina e o Uruguai (Id., p. 9314).

É interessante observar como o Distrito Federal já é colocado num plano central das ações a serem executadas no futuro. Por fim, o cônsul abre para sugestões e opiniões para tornar o turismo uma realidade no país. Nesse momento, Sebastião Sampaio passa a palavra para Pedro Benjamim de Cerqueira Lima, representante do Touring Club, chamado por Sampaio de "pioneiro do turismo no Brasil". Como visto, o TCB havia se antecipado e recomendado uma série de propostas de interesse público em prol da atividade turística ainda na década anterior. Apesar de a ata não reproduzir em essência o discurso de Cerqueira Lima, observa-se o reconhecimento e a influência que o Touring estabeleceu dentro da esfera governamental no período estudado. O fato de ser a primeira instituição a ter voz entre tantas autoridades políticas e empresariais, demonstra o elevado grau de notoriedade que o Clube exercia sobre a matéria. Além disso, percebe-se que grande parte das recomendações da Segunda Convenção Turística Interestadual (1931) começam a tomar forma na reunião do CFCE.

Outra destacada fala na reunião é a do senhor Lourival Fontes, que fora Diretor Geral de Turismo e Presidente do Conselho de Turismo do Distrito Federal[26]. A ata da reunião relata a intervenção de Fontes da seguinte forma:

> É, em seguida, dada a palavra ao representante do Distrito Federal que, revelando-se perfeito conhecedor do assunto, dele trata de forma extremamente prática, demonstrando o que é e o que representa o turismo na vida econômica dos países europeus, da Itália principalmente, onde considera a mais perfeita organização turística. Diz o Dr. Lourival Fontes o que se necessita fazer para incentivar o turismo e declara indispensável a criação, a que aludiu o Sr. Sebastião Sampaio, do Conselho Nacional de Turismo como órgão coordenador e consultivo e do Departamento Nacional de Turismo como órgão administrativo. Pugna S. S. pelo afastamento dos óbices que

[26] Durante a pesquisa, não localizei os decretos de nomeação e de exoneração de Lourival Fontes como Diretor Geral de Turismo do Distrito Federal, mas encontrei diferentes publicações de atos e notícias que o apresentam como Diretor de Turismo e Presidente do Conselho de Turismo do Distrito Federal, nos Diários Oficiais da União (26/09/1935, p. 21459; 10/10/1936, p. 22109; 08/02/1936, p. 3158 e p. 22109) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (02/09/1933, p. 06) pelo menos entre os anos de 1933 e 1936. É interessante perceber que Lourival Fontes também era diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) desde 1934, ano de sua criação. Por isso, acredito que Lourival Fontes acumulou as funções, de Diretor do DPDC junto ao Governo Federal e Diretor de Turismo do Distrito Federal pelo menos entre os anos de 1934 e 1936.

> dificultam o turismo no Brasil, dos quais um dos maiores é o constituído pelas exigências consulares em matéria de passaportes e refuta imprescindível a instituição da caderneta do turista, com validade máxima de noventa dias. (Ibid.)

Esta fala de Fontes obteve elevada ressonância e influenciaria de forma significativa as ações tomadas pelo CFCE nos anos posteriores. A sua sugestão de incluir a criação de um órgão administrativo para o setor pode ser considerada a pedra fundamental do que veio a constituir Divisão de Turismo. Além disso, fica claro no trecho citado o fascínio de Fontes pelo modelo da Itália Fascista.

Em suma, percebe-se que esta reunião definiu as seguintes diretrizes para o setor de turismo no país: a) Criar um órgão administrativo e um órgão consultivo para o setor de Turismo; b) fomentar a organização do setor com a participação de todos os Estados da nação, tendo a frente o Distrito Federal; c) consolidar o turismo entre os países sul-americanos, notadamente a Argentina e o Uruguay.

Em pesquisa realizada junto ao Fundo do Conselho Federal do Comércio Exterior do Arquivo Nacional, localizei diferentes processos em que tais diretrizes indicadas pelo CFCE se desmembraram em estudos, análises, anteprojetos e propostas de planos que sugerem o início de uma agenda pública para o setor de turismo, que tomam um impulso maior com a deflagração do Estado Novo a partir de 1937. Muitos desses processos[27] se reduziram a propostas encaminhadas ao CFCE que foram indeferidas ou substituídas por planos posteriores. Os dois processos que considero mais relevantes são:

1) Processo 527/37: “Plano para incremento do turismo e para a publicidade do Brasil na Argentina”, elaborado pelo Sr. Octávio de Abreu Botelho (Delegado Comercial do Brasil em Buenos Aires): tal proposta inclui uma série de ações que seriam coordenadas pelo Escritório Geral de Informação sobre o Brasil em Buenos Aires em parceria com o Departamento de Turismo e Propaganda do Distrito Federal

[27] A título complementar segue um resumo dos processos localizados sobre o tema junto ao Fundo do CFCE e que foram indeferidos e/ou arquivados: Processo nº 226/35 - “Proposta de propaganda do Brasil na Argentina por intermédio da Empreza Excelsior de Buenos Aires”, encaminhado pelo Sr. Humberto Lanz, não foi aprovado sob a alegação que tais ações ficariam a cargo do recém criado Escritório Geral de Informações em Buenos Aires, sob a direção do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Brasil; Processo nº 267/35 - “Proposta de criação de um escritório de propaganda do Brasil em Paris”, encaminhado pelo Sr. Francisco Guimarães, indeferido; Processo 577/37 - “Pedido de auxílio financeiro da firma Bernstorff para confeccionar um guia do Rio de Janeiro e São Paulo”, encaminhado pela referida firma, negado; Processo 767/38 - “Proposta de instalação de escritórios de propaganda comercial e turística em Buenos Aires e Montevidéu”, proposto por estrangeiros, indeferido por várias razões.

e o então Departamento Nacional de Propaganda. Dentre as propostas destacam-se as ações de intercâmbio entre as nações, a propaganda turística, as facilidades consulares e incentivos fiscais, além de facilitar viagens de estudantes e professores argentinos para conhecer e divulgar o Brasil naquele país[28];

2) Processo 720/38: "Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística" anteprojeto elaborado pelo Sr. Francisco de Paula Assis Figueiredo (então Prefeito da cidade de Poços de Caldas): tal processo seria um abrangente anteprojeto que previa a criação de uma sofisticada organização turística de Estado, baseada em organizações semelhantes às de países europeus e onde foi dado amplo destaque à Itália Fascista. O processo consta tanto do anteprojeto quanto de sua tramitação junto a Câmara de Intercâmbio Comercial, Crédito, Câmbio e Propaganda do CFCE. Este anteprojeto, apesar de não ter sido implementado em sua plenitude, pode ser entendido como um importante esboço do que veio a ser a Divisão do Turismo – órgão estatal destinado a organização desse setor durante o Estado Novo brasileiro. Por esta razão, darei um maior destaque à análise de tal processo.

1.3.2.1 O Anteprojeto de Assis Figueiredo, o flerte com o modelo da Itália Fascista e a formulação da Divisão de Turismo

Antes de analisar o documento em si é importante compreender, mesmo que brevemente, a figura de Francisco de Paula Assis Figueiredo. Durante a pesquisa, não obtive muitos dados biográficos confiáveis sobre ele. O que conseguí levantar, e que considero relevante para a presente tese, é que Assis Figueiredo foi prefeito interventor de Poços de Caldas entre os anos de 1931 e 1939 - década em que o turismo organizado se desenvolve de forma exponencial na cidade mineira – antes de assumir a direção da Divisão de Turismo (proposta por ele) junto ao DIP. A tese "Vilegiaturas de prazer e a formação de uma cultura burguesa na cidade balneária de Poços de Caldas entre os anos de 1930 e 1940" de Jussara Marrichi (2015), demonstra que as ações empreendidas pelo poder público municipal foram fundamentais para o reconhecimento de Poços de Caldas como uma das principais estâncias balneárias do país. Um interessante exemplo é a criação, ainda em 1932,

[28] Para saber mais sobre o intercâmbio diplomático e ações conjuntas entre Brasil e Argentina sobre o fomento mútuo ao turismo no período mencionado, consultar a tese de Valéria Lima Guimarães (2012a).

do Departamento Municipal de Propaganda e Iniciativas que obteve elevado êxito nas ações promocionais da cidade pelo país durante a referida década.

Neste período, Poços de Caldas emergirá como importante centro de visitação onde era comum encontrar personalidades de diferentes regiões do país e até do exterior. Dentre estas personalidades, se destaca a figura de Getúlio Vargas, que visitou a cidade inúmeras vezes durante os anos em que foi presidente[29]. Não conseguí identificar ao certo as origens da proximidade entre Assis Figueiredo e Vargas. Como os prefeitos de estâncias hidrominerais eram indicados é possível que tal aproximação já ocorresse desde o início da década de 1930. O que as fontes consultadas demonstram é que Assis Figueiredo esteve ativamente presente durante as visitas de Vargas e família a Poços de Caldas, seja recepcionando o então presidente e comitiva em suas chegadas, seja em eventos de cunho político e social.

Figura 2: Fotografia de Getúlio Vargas e o prefeito Francisco de Paula Assis Figueiredo em Poços de Caldas (1937).

Fonte: Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto - CPDOC/FGV.

Os documentos encontrados no fundo do CFCE não esclarecem como se deu a escolha de Assis Figueiredo para elaboração tal anteprojeto. A ata da já

[29] O acervo pessoal de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, disponível no CPDOC/FGV, apresenta diferentes coleções fotográficas da família Vargas em visita a Poços de Caldas em diversos anos como 1933, 1934, 1937 e 1938, o que indica uma assídua presença da comitiva presidencial na cidade durante os anos em que Getúlio esteve no poder.

mencionada reunião do CFCE ocorrida em 02/05/1935 mostra que Figueiredo estava presente e que o mesmo teve uma fala, não reproduzida na ata, o que me leva a crer que ele participou dos debates preliminares sobre o tema. Acredito que o sucesso das ações em prol do turismo promovidas pela prefeitura de Poços de Caldas observadas de perto pelo chefe do governo e sua cúpula foram determinantes na escolha de Assis Figueiredo como mentor do anteprojeto.

Outros eventos que chamam atenção é a aproximação de Assis Figueiredo com Lourival Fontes. Identifiquei que no dia 01 de outubro de 1936, Figueiredo ofereceu um almoço em homenagem a Lourival Fontes em Poços de Caldas, por conta da "ação desenvolvida pelo homenageado em prol do turismo no Brasil".

> Saudado pelo prefeito Assis Figueiredo [...] o Sr. Lourival Fontes respondeu discorrendo largamente sobre o que precisamos fazer ainda, em matéria de propaganda para que possamos atrair para o Brasil uma grande corrente de visitantes. O discurso do diretor do Departamento de Propaganda foi vivamente aplaudido. [...] A noite, nesse mesmo dia, teve lugar no Palace Hotel o grande banquete que lhe foi oferecido pala sociedade de Poços de Caldas. [...] Durante o banquete foram discutidos assuntos relativos a propaganda de Poços de Caldas[30].

Alguns dias depois, entre 10 e 12 de outubro, teria lugar em Poços de Caldas o "Primeiro Congresso Hoteleiro das Estâncias Hidrominerais do Estado de Minas Gerais", onde o prefeito Assis Figueiredo apareceria como um dos organizadores e Lourival Fontes fora nomeado vice-presidente de honra[31]. Estes dois eventos demonstram que já havia aproximação entre os dois personagens que posteriormente seriam o chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda e o chefe da Divisão de Turismo, subordinada ao primeiro.

Quanto ao anteprojeto de "Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística"[32] elaborado por Assis Figueiredo, seria uma proposta de se criar uma ampla e sofisticada organização turística de Estado. A proposta foi apresentada através de duas partes, a saber: 1) texto introdutório denominado "Considerações

[30] Correio da Manhã, 02 de Outubro de 1936, p. 07.
[31] O Imparcial, 10 de Outubro de 1936, p. 03.
[32] CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. Processo 720/38 – "Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística": anteprojeto elaborado pelo Sr. Francisco de Paula Assis Figueiredo. Fonte: Arquivo Nacional; Fundo: Conselho Nacional de Economia; Código do Fundo: 1U; Seção de Guarda: SDE; Instrumento: SDE 12.

Justificadas", onde Assis Figueiredo apresenta as fundamentações para o projeto, justificando a importância econômica do turismo e a necessidade do Brasil se organizar para tal atividade (ANEXO A); 2) Conjunto de quatro projetos de lei que sugerem a estrutura e funcionamento da organização turística do país (ANEXO B).

A característica central do documento é propor uma nova diretriz para o turismo, dada a nova ordem econômica antiliberal proposta pela recém lançada Carta Constituinte de 1937. Para tal, Figueiredo cita o artigo 135 da mesma trazendo a seguinte redação:

> Art. 135 – (...) A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estimulo ou da gestão direta (p. 4).

Fundamentado nessa nova premissa, Figueiredo defende que o turismo nacional é um dos setores que deve receber a intervenção do Estado na forma de controle, de estímulo e de gestão direta. Segundo ele,

> a iniciativa individual é necessária, e deve ser estimulada. Ela não será nunca, suficiente. (...) só a União – elaborando as normas, orientando a prática, e estimulando e criando onde as deficiências indicarem – poderá transformá-lo [o turismo] em verdadeira fonte de economia nacional. (p. 4-5)

Para sanar tais deficiências da iniciativa individual, a segunda parte do documento sugere uma organização pública do setor constituída de quatro propostas, redigidas em formato de projetos de lei, denominados da seguinte maneira:

1) "Dispõe sobre a Organização Nacional para o Turismo": proposta de criação de um Comissariado Geral de Turismo, subordinado diretamente ao Presidente da República;

2) "Regulamenta os serviços do Comissariado Geral do Turismo e do Conselho Nacional de Turismo": proposta para estabelecer a articulação e funcionamento entre o Comissariado Geral de Turismo e o Conselho Nacional de

Turismo a fim de criar regras e entendimento com os Estados, Municípios, empresas e associações do setor. O Conselho Nacional de Turismo seria constituído de representantes de órgãos públicos e da iniciativa privada que tivessem interesse no turismo;

3) “Cria a Taxa de Estadia e a Taxa de Jogos nas estações de Cura, Repouso e Turismo”: projeto de lei para regulamentar as Taxas de Estadia e de Jogos, incluindo estimativas de arrecadação que o país poderia adquirir com tais taxas;

4) “Dispõe sobre a criação das estações de cura, repouso e turismo”: projeto de lei que estabelece a criação de tais estações, prevendo entre outras a criação dos “Sindicatos de Iniciativas” – órgãos técnicos para orientar o desenvolvimento do turismo local.

Outra característica que chama atenção em toda a extensão do documento é a exaltação que se dá a organização do turismo na Europa, onde é amplamente citada a experiência de diferentes países. Suíça, Tchecoslováquia, Alemanha e França aparecem referenciadas, mas o exemplo mais enfatizado é o italiano, como na passagem das “Considerações Justificadas” a seguir:

> A Itália, no curso de um inteligente programa administrativo, é hoje o país mais visitado do mundo. Há 15 anos atrás, seus visitantes não passavam de 700.000, compreendendo intelectuais, artistas, amantes da arte, que se fixavam por algum templo na contemplação das maravilhas de arte que um mundo antigo legára aos museus da Florença, Roma, Milão, Veneza. Uma organização turística sabiamente estudada pelo Governo Italiano, coordenando e dirigindo todas as atividades concernentes ao turismo, desde a criação de uma moeda diferenciada para o turista, até a vigilância permanente pela sua comodidade nos hotéis, nos trens de ferro, no policiamento dos vendedores de pequenos objetos de arte, etc., - fez crescer esse número para 2.300.000 a 2.500.000 de visitantes anualmente, com uma permanência média de 13,6 dias, e incorporando à riqueza italiana -, mais de 40 bilhões de liras anualmente! (- Il Movimento Turistico in Italia – do Bolletino de Statistica dell´ENIT – Nov. 1935) -. Na Itália, a organização turística leva o turista a visita não só as suas cidades de arte, estâncias balneárias, grandes lagos, como também a obra fascista, suas rodovias, ferrovias, usinas hidroelétricas, recuperação da região Portina, etc., organizações de educação da juventude, preparo e aparelhamento militar, etc., sendo

> assim, o turismo italiano, uma grande arma de propaganda do regime! [grifo meu]

A aproximação fica ainda mais evidente quando se observam os quatro projetos de lei que completam o documento. Todos os projetos sugerem que foram baseados em leis italianas (com exceção do terceiro, que seria uma mescla com as leis francesas). Isso é referenciado em cada projeto de lei. O quadro a seguir mostra o título de cada um e a legislação na qual foi baseado.

Quadro 2: Quadro demonstrativo dos projetos de lei brasileiros e das legislações italianas e francesas sobre a organização pública do turismo.

Projetos de lei apresentados	Leis que fundamentam tal projeto
1) "Dispõe sobre a Organização Nacional para o Turismo"	Da Organização Italiana – Regio Decreto-legge de 23 marzo de 1931
2) "Regulamenta os serviços do Comissariado Geral do Turismo e do Conselho Nacional de Turismo"	Organização Italiana – Decreto Del Capo Del Governo de 30 aprile 1931
3) "Cria a Taxa de Estadia e a Taxa de Jogos nas estações de Cura, Repouso e Turismo"	Lei Italiana de 11 de dezembro de 1910 e modificações e lei francesa de 15 de junho de 1917 e modificações
4) "Dispõe sobre a criação das estações de cura, repouso e turismo"	Organização italiana – Regio Decreto-legge 15 aprile 1926, e suas ulteriores modificações

Fonte: Elaboração do autor

Localizei, durante a pesquisa, as duas primeiras legislações italianas citadas: "Regio Decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371 - Istituzione di un Commissariato per il Turismo" (ANEXO C) e o "Decreto Del Capo del Governo, 20 aprile 1931[33] - Norme di attuazione del Regio Decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371, relativo alla istituzione del Columissariato per il turismo" (ANEXO D). Ao analisar tais legislações, percebi que ambas se complementam e que os dois primeiros projetos de lei propostos por Assis Figueiredo são traduções dessas leis com exceção de pequenas adaptações e complementos realizados pelo então prefeito de Poços de Caldas. É possível notar

[33] Percebi durante o levantamento, que a data citada do decreto estava adiantada em 10 dias. O dia citado era 30 de abril e o decreto original é do dia 20 de abril. Provavelmente foi um erro de datilografia.

que vários artigos do projeto de lei também constituem traduções literais das legislações italianas. Isso me leva a crer que Assis Figueiredo não só possuía grande conhecimento da organização turística da Itália, como também elevada simpatia por ela, assim como o seu futuro chefe Lourival Fontes. Vale ressaltar que esta simpatia não era restrita a estes atores. Ao folhar os periódicos publicados pelo TCB entre os anos de 1934 e 1938, encontrei uma série de notícias, notas e reportagens elogiosas sobre os feitos da Itália Fascista com relação ao Turismo. A seguinte nota intitulada "O Sr. Mussolini e o Turismo" é um exemplo disso e traz o seguinte texto:

> Ao iniciar-se a estação turística da primavera deste ano o Sr. Benito Mussolini, Chefe do Governo italiano, ofertou um retrato a revista do ENIT [Ente Nazionale Industrie Turistiche], ajuntando-lhe a seguinte frase: "Desejo que a Itália seja visitada pelo maior número possível de turistas estrangeiros. Encontrarão um país belíssimo, um povo ordeiro e magnífica hospitalidade". Impossível, sem dúvida alguma, sintetizar melhor um convite, imprimindo-lhe ao mesmo tempo, uma autoridade que poucos homens podem ter, no atual momento[34].

Ou seja, a organização turística proposta pelo regime fascista da Itália tornou-se básica para significativa parcela de empresários e políticos brasileiros envolvidos com a área de turismo. Por isso, acredito que seria equivocado atribuir que tal simpatia estava restrita a poucos personagens como Assis Figueiredo e Lourival Fontes, mas sim à conjuntura política daquele momento.

Ao analisar a tramitação do Processo 720/38 do CFCE, observei que diferentes entidades empresariais como o próprio Touring, a então recém criada Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)[35], e o Sindicato das Empresas de Turismo e Classes Anexas, se manifestaram favoráveis a tal proposta através de uma série de cartas, pareceres e ofícios. Além disso, vale observar uma tênue aproximação entre o anteprojeto de Figueiredo das já apresentadas recomendações da Segunda Convenção Turística Interestadual (1931) promovida pelo TCB.

Ao que consta no processo, a Câmara de Intercâmbio Comercial, Crédito, Câmbio e Propaganda do CFCE se reuniu no dia 3 de outubro de 1938 para discutir

[34] TOURING CLUB DO BRASIL. Boletim Oficial. n.24 – Anno III. Rio de Janeiro, junho de 1935 (p. 01).
[35] A ABIH foi criada durante o I Encontro Nacional Hoteleiro ocorrido em novembro de 1936 na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: http://abih.com.br/apresentacao/ . Acesso em 11/07/2015.

o anteprojeto. Não fica exposto qual foi a deliberação do Câmara, mas o processo apresenta o voto do conselheiro Artur Torres que teria emitido o seguinte parecer com restrições: “Parece-me que se deveria refundir os organismos já existentes nos Ministérios dando-lhes, se preciso, unidade de direção, de modo a que paulatinamente se chegue a uma estrutura adequada às condições do nosso país”. Aparentemente, alguma deliberação próxima a isso foi decidida pelo CFCE ou por estâncias superiores, como a própria Presidência da República, pois foi o que acabou se concretizando, como será observado adiante.

Outro episódio que vale lembrar é o encontro entre Assis Figueiredo e a Sra. Alzira Vargas[36] – filha de Getulio Vargas e que na época era auxiliar do Gabinete Civil da Presidência da República – ocorrido em Poços de Caldas em fevereiro de 1938 e narrado por ela em seu livro “Getúlio Vargas, meu pai” (PEIXOTO, 1960). Na ocasião, Alzira e sua mãe Darcy foram para Poços de Caldas esperar Getúlio, que chegaria alguns dias depois para uma temporada de descanso. Enquanto isso, o prefeito Assis Figueiredo convidou Alzira para uma reunião em seu gabinete, onde também estava presente o ator e dramaturgo Procópio Teixeira. Alzira Vargas descreve o episódio da seguinte maneira:

> Mostraram-se mapas, folhetos, relatórios, estatísticas, estudos para me provar que o Brasil estava perdendo uma fonte de renda excepcional, por falta de organização turística. Pediram-me que sugerisse ao Patrão, com máxima urgência, a criação de um organismo que se dedicasse à propaganda de nossas belezas naturais e fomentasse a vinda de turistas estrangeiros ao nosso país (PEIXOTO, 1960, p.361 apud SANTOS FILHO, 2008, p.106).

A partir desse episódio, Alzira Vargas teria abraçado a causa do turismo e conversado com o pai, sugerindo o seguinte:

> Quem sabe se juntando o SIPS [Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais] do Filinto [Muller] para a organização do interior e o DIP [sic, pois foi criado posteriormente] do Lourival para a propaganda, se possa começar alguma coisa nesse setor, ainda que modestamente? (Ibid.)

[36] Vale lembrar que a época, Alzira Vargas ainda era solteira. Casou-se em 1939 com Ernani do Amaral Peixoto, importante personagem que será retratado nos próximos capítulos. A partir do casamento, passa a usar o nome de Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

É possível que Alzira Vargas tenha conseguido acelerar o trâmite do projeto proposto por Figueiredo e até mesmo sugerido modificações importantes, não só pela sua situação de proximidade familiar com o Chefe do Governo, mas por fazer parte do Gabinete Civil da Presidência da República. Por isso, acredito que houve uma mescla de interesses, tanto da Presidência da República quanto do CFCE de realizar uma reformulação dos órgãos de propaganda, de promoção, de repressão e coerção ideológica, inclusive para adaptá-los ao novo arranjo político institucional vigente, ou seja, a ditadura do Estado Novo. É neste cenário que se constitui o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)[37], diretamente atrelado à Presidência da República, em substituição ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), originalmente subordinado ao Ministério da Justiça.

Nesse contexto, o tema turismo é encarado não apenas pelo seu potencial econômico multiplicador, mas também por sua capacidade de contribuir como agente estratégico relevante no projeto ideológico nacionalista do governo ditatorial da época. Por conseqüência, o anteprojeto de Assis Figueiredo passa por adaptações que em parte reduziram a importância política da organização proposta inicialmente. Tanto o Comissariado Geral de Turismo como o Conselho Nacional de Turismo[38], diretamente atrelados ao Presidente da República, não foram instituídos nos moldes propostos. O que se concretizou foi a criação de uma Divisão de Turismo subordinada ao DIP, cujo regulamento apresenta dezesseis objetivos, a saber:

> a) organizar planos de propaganda turística no exterior e executá-los;
>
> b) organizar fichários e cadastros de informações turísticas;
>
> c) manter correspondência com as organizações turísticas do mundo;
>
> d) organizar e divulgar publicações de albuns e catálogos de propaganda do Brasil;

[37] O DIP foi criado através do Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939 e regulamentado pelo Decreto 5077, de 29 de dezembro do mesmo ano. A sua organização dispunha de: I - Divisão de Divulgação (D.D.); II - Divisão de Rádio-difusão (D.R.); III - Divisão de Cinema e Teatro (D.C.T.); IV - Divisão de Turismo (D.T.); V - Divisão de Imprensa (D.I.).

[38] O Conselho Nacional de Turismo em moldes semelhantes ao proposto por Figueiredo, só seria criado no país no ano de 1966 através do Decreto-lei Nº 55 — de 18 de novembro de 1966.

e) manter secções de turismo junto aos serviços superintendidos, no interior e exterior, pelos diferentes ministérios ou organismos públicos e privados, e destinados a fins de expansão econòmica, comercial ou industrial;

f) dividir o Brasil em zonas turísticas o manter correspondência com delegações estaduais que forem criadas;

g) estimular o turismo interno;

h) manter uma publicação ilustrada, que servirá como órgão de turismo do D.I.P.;

i) dirigir e coordenar as atividades concernentes ao Turismo em todo o pais, promover o desenvolvimento e zelar pelas entidades, instituições, organizações e empresas que exercam atividades no campo turístico;

j) fixar diretrizes em matéria de Turismo, Termalismo e de Climatismo a serem observadas nas administrações públicas, entidades, institutos e organizações que desenvolvam atividades no campo de Turismo, Termalismo e de Climatismo,

l) coordenar as atividades das administrações e entidades públicas e privadas que interessem ao Turismo, ao Termalismo e ao Climatismo, e as iniciativas e manifestações aos mesmos referentes;

m) exercer vigilância e controle sobre todas as organizações nacionais, estaduais e locais de Turismo, estações de cura, repouso e vilegiatura, as indústrias hoteleiras de viagens e quaisquer atividades que interessem ao desenvolvimento turístico;

n) estimular e unificar as iniciativas das empresas de transportes com objetivo de tornar mais fácil o acesso as estações e locais de turismo, de cura Termal e Climática do país, facilitando a circulação dos turistas;

o) promover facilidades aduaneiras, fiscais policiais e da passaporte turístico em entendimento com as Serviços respectivos;

p) organizar anualmente os planos de temporada turística;

q) estudar e regular as questões concernentes ao desenvolvimento e à criação de estações de turismo, hidrominerais, climáticas, notadamente as relativas aos principais centros nacionais que apresentem interesse

> turístico seja de caráter histórico, paisagístico, monumentos naturais, regiões de caça e de pesca[39].

Observa-se que a Divisão de Turismo possuiu, pelo menos em seu regulamento, uma abrangente atuação que previa uma intensa articulação entre as diversas áreas / ministérios, assim como uma coordenação e cooperação junto às esferas[40] estaduais e municipais, aliado a uma considerável regulação e controle sobre os empreendimentos e o mercado[41]. Apesar de a estrutura organizacional proposta ter sido reduzida em importância política, observa-se que a essência do anteprojeto de Assis Figueiredo – principalmente o que "Dispõe sobre a Organização Nacional para o Turismo" - foi mantida. Além disso, vale lembrar que Assis Figueiredo foi nomeado Diretor da Divisão de Turismo e Lourival Fontes diretor do DIP. Outra característica mantida foi a nítida influência italiana sobre a nova organização brasileira. Elaborei abaixo um quadro que compara o 9º artigo do Decreto 5077/1939 brasileiro sobre a Divisão de Turismo, com as competências do "*Comissariato per il Turismo*" a partir das já citadas legislações italianas.

Quadro 3: Quadro comparativo das legislações brasileiras e italianas sobre a organização pública do turismo.

Legislação Brasileira	Legislação Italiana
DECRETO nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).	REGIO DECRETO-LEGGE 23 marzo 1931, n. 371. Istituzione di un Commissariato per il Turismo.
Art. 9: A Divisão de Turismo compete: (...) i) dirigir e coordenar as atividades concernentes ao Turismo em todo o pais, promover o desenvolvimento e zelar pelas entidades, instituições, organizações e empresas que exerçam atividades no campo turístico;	Art. 2: Spetta al Commissariato per il Turismo di dirigere e coordinare tutte le attività concernenti il turismo; di promuoverne lo sviluppo, e di vigilare su tutti gli enti, istituti, organizzazioni e comitati che svolgono azione nel campo turistico.

[39] Brasil. Decreto 5077, de 29 de dezembro de 1939.
[40] O Decreto-Lei nº 2.557, de 4 de Setembro de 1940, cria os Departamentos de Imprensa e Propaganda nos Estados subordinados ao DIP e com exercício e funções em consonância com o mesmo. Inclusive no que tange a atividade turística.
[41] Um exemplo disso é o Decreto-Lei 2440 de 23 de julho de 1940 que regulamenta o funcionamento das agências de viagens e turismo.

	DECRETO DEL CAPO DEL GOVERNO 20 aprile 1931. Norme di attuazione del Commissariato per il turismo. Art. 1: Spetta al Commissariato per il Turismo:
j) fixar diretrizes em matéria de Turismo, Termalismo e de Climatismo a serem observadas nas administrações púbìicas, entidades, institutos e organizações que desenvolvam atividades no campo de Turismo, Termalismo e de Climatismo;	a) nello impartire le direttive da seguirsi, su quanto interessi il turismo, dalle Amministrazioni dello Stato e dagli enti, istituti ed organizzazioni che svolgono attività nel campo turistico, e nel vigilare a che le direttive stesse siano osservate;
l) coordenar as atividades das administrações e entidades públicas e privadas que interessem ao Turismo, ao Termalismo e ao Climatismo, e as iniciativas e manifestações aos mesmos referentes;	b) nel coordinamento delle attività delle Amministrazioni e degli enti pubblici e privati, in quanto la loro azione interessi il campo del turismo, e di tutte le iniziative e manifestazioni che a questo si riferiscono;
m) exercer vigilância e controle sobre todas as organizações nacionais, estaduais e locais de Turismo, estações de cura, repouso e vilegiatura, as indústrias hoteleiras de viagens e quaisquer atividades que interessem ao desenvolvimento turístico;	c) nella vigilanza e nel controllo su tutte le organizzazioni o Comitati nazionali, regionali, provinciali o locali del turismo; nonchè sulle aziende autonome di cura, soggiorno e turismo, sulle industrie alberghiere, sulle agenzie di viaggio e sugli uffici di turismo, per quanto riguarda la loro attività nel campo turistico;
q) estudar e regular as questões concernentes ao desenvolvimento e à criação de estações de turismo, hidrominerais, climáticas, notadamente as relativas aos principais centros nacionais que apresentem interesse turístico seja de caráter histórico, paisagístico, monumentos naturais, regiões de caça e de pesca; (...)	d) nello studiare, elaborare e promuovere i provvedimenti occorrenti per l'attuazione dei compiti indicati alle precedenti lettere a), b) e c) nonchè quelli, comunque, diretti alla migliore disciplina ed allo incremento delle attività turistiche nazionali.

Fonte: Elaboração do autor

Além da influência italiana, vale observar que a constituição da Divisão de Turismo possuiu uma tênue aproximação com as já apresentadas recomendações da Segunda Convenção Turística Interestadual, promovida pelo TCB em 1931, o que sugere uma significativa importância das instituições empresariais na definição de uma agenda pública para o setor, apesar de o Conselho Nacional de Turismo –

bandeira perseguida insistentemente pelo Touring durante quase uma década[42] – não ter se concretizado naquele momento.

Tentarei mostrar no decorrer da tese, que o turismo não aparecerá apenas como uma atividade isolada, mas sim como pauta estratégica de diferentes setores da administração pública, como nas políticas de relações internacionais, de comércio exterior, de preservação do patrimônio cultural e principalmente nas políticas urbanas no período.

[42] Em consulta as já mencionadas atas das reuniões do Conselho Consultivo de Turismo do Distrito Federal, observei por inúmeras vezes que o Touring – membro efetivo do referido Conselho – protagonizou uma série de intervenções e debates solicitando que as autoridades alí representadas, reivindicassem do governo federal a criação do Conselho Nacional de Turismo.

2 A URBANIZAÇÃO EM PETRÓPOLIS ENTRE O IMPÉRIO E O ESTADO NOVO: DO PLANO KOELER AO MUSEU IMPERIAL

Até o século XVII, a ocupação do território que hoje conhecemos como Brasil se dava predominantemente no litoral. Esta foi uma importante característica da colonização portuguesa em seus primórdios, que segundo Smith (1958), via na ocupação das costas uma importante estratégia de defesa do território. Com isso, as primeiras cidades, os principais aglomerados e assentamentos concentravam-se nas chamadas “bordas” e foram primeiramente urbanizadas.

A partir do século XVIII, com a descoberta e exploração do ouro no interior da colônia originou-se um grande processo de ocupação e de povoamento no chamado “sertão”. Inicialmente, a região das chamadas Minas Gerais estava no centro deste fenômeno e, como era afastada da costa e pouco explorada, exigiu a abertura de caminhos que a ligassem aos centros que detinham uma melhor infraestrutura, no caso as cidades litorâneas portuárias já consolidadas.

A abertura destes caminhos significou muito mais do que apenas uma melhoria dos fluxos humanos e comerciais dos centros mineradores para as cidades litorâneas. Vale lembrar que no seu curso foram surgindo estalagens, roças e comércios de diferentes naturezas que serviam não apenas para dar suporte aos viajantes e tropeiros, mas também para atender um emergente mercado consumidor que surgia nos novos povoados que começavam a se estabelecer tanto nas regiões de mineração quanto nos próprios caminhos. Azevedo (1992) lembra que os “pousos” (paradas de viajantes) foram importantes embriões de povoamento do século XVIII.

O denominado “Caminho-Novo”, que ligava a cidade do Rio de Janeiro às Minas Gerais, recebeu no ano de 1725 uma variante conhecida como “Atalho de Soares de Proença”, que encurtava o trajeto e proporcionava um percurso menos sinuoso em direção às atividades mineiras. Segundo Ambrozio (2008), o “Atalho de Soares de Proença” pode ser considerado o ponto zero de inúmeras sesmarias nas terras que originaram a atual Petrópolis. Em estudo realizado sobre a mesma região, Fridman (2001, p. 612) completa:

> No século XVIII e início do século XIX a metrópole *interiorizou-se* através de pequenas propriedades que produziriam para o mercado interno através de foreiros. Tal economia e povoamento, que orientavam-se para os ditos caminhos, foram facultados pela não-resistência da população indígena puri e coroado.

Com isso, as atividades mercantis da serra fluminense dividiram-se entre servir de pouso aos viajantes e tropeiros e atividades agrícolas para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

No princípio do século XIX, com a necessidade de abertura de novas terras para a expansão da produção cafeeira[43] no interior fluminense e Zona da Mata mineira, deu início a uma nova onda de abertura de caminhos e de criação de vilas e povoados, agora por iniciativa do Estado metropolitano. Este período ficou conhecido como "virada modernizadora". Por conseqüência, esta "marcha do café" também significou uma marcha de povoamento do interior (FRIDMAN, 2001). Murillo Marx (1991) lembra que este período também será marcado por uma série de fatores como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a privatização da terra que se concretizará com a Lei de Terras de 1850.

Com o passar dos anos e a importância adquirida pelo novo caminho, as sesmarias da região serrana fluminense vão sendo parceladas, dando origem a fazendas, sítios e pequenas propriedades, intensificando o povoamento e a dinamização da região. Uma dessas propriedades é a "Fazenda dos Correas". Localizada às margens do caminho para Minas, tal propriedade se destacou pela diversa produção de gêneros agrícolas, além de servir como parada e pouso para viajantes que faziam a travessia entre a Capital Federal e Minas Gerais. Segundo Ambrozio (2008, p. 145):

> A importância econômica da fazenda e o seu local favorável no trajeto Rio-Minas transformariam Padre Correa no maior hospedeiro serra-acima: vice-reis, governadores, capitães-generais, ouvidores, regimentos, tropeiros, viajantes estrangeiros, pousaram nas terras desse homem de Deus e de

[43] Vale lembrar que neste momento, o café passa a ser crescentemente demandado pelos países que se industrializavam. Com isso o comercio cafeeiro mundial sofreu uma vertiginosa dinamização. Neste período o Brasil se desponta como importante exportador desse produto. Freyre (2003) lembra que a entrada do café no circuito de exportações vai conectar o Brasil ao processo de revolução industrial em curso nos países da Europa Ocidental e na América do Norte, o que culminará também em um aumento expressivo do consumo e importação de outros produtos.

> grossa fortuna rural. Alcançara tamanha freqüência a fazenda, que a construção de nova residência foi necessária para, exclusivamente, receber seus hóspedes: casa de sala e muitos quartos.

Um desses visitantes foi o Imperador D. Pedro I que, ao pernoitar em tal fazenda, obteve interesse em comprar uma propriedade na região com a finalidade de construir um palácio imperial de verão como era costume das monarquias europeias à época. Tal desejo começou a se concretizar no ano de 1830, quando D. Pedro I adquire a Fazenda do Córrego Seco – propriedade próxima à do Padre Correas. Quanto ao destino da propriedade nesta década, Schwarcz (1998, p. 231-232) descreve a seguir:

> (...) os planos do primeiro monarca não foram pra frente. Após a sua abdicação em 1831 e sua morte em 1834, pessoas a quem D. Pedro I devia entraram na justiça européia e brasileira para defender seus créditos. Assim, a fazenda da Serra Fluminense, avaliada em 13:974$000, foi destinada a credores do monarca falecido, para cobrir suas dívidas assumidas em testamento. Em 1840, por ocasião da maioridade de D. Pedro II, as questões referentes ao inventário e à partilha de bens ainda se arrastava pelos tribunais. O governo brasileiro, então, entrou em ação e pagou na justiça o valor da fazenda, liberando-a de sorte incerta. E fez mais: apesar de incorporada ao patrimônio nacional, ficava pertencendo a Pedro II e seus sucessores. Marca do regime monárquico, o público e o privado servem-se reciprocamente.

Em suma, a fazenda que originou o povoado que deu origem a Petrópolis, fora paga pelo governo brasileiro e doada aos herdeiros da família imperial. No ano de 1843, depois de sanada a situação legal e financeira, a Casa Imperial[44] assume a administração da Fazenda do Córrego Seco. Dom Pedro II, por sua vez, demonstrou profundo interesse em dar continuidade aos planos de seu pai. Vale ressaltar que a ideia de edificar um palácio fora da capital já era antiga e não se configurava apenas como um fetiche pessoal ou familiar dos dois imperadores. O palácio na serra também continha justificativa política, militar e sanitária. É neste cenário que D. Pedro II instituiu o Decreto Imperial nº 155, de 16 de março de 1843, atribuindo a

[44] A Casa Imperial era uma instituição responsável pela administração, entre outras, dos palácios do imperador e das finanças da família imperial. Entre os Palácios estavam o Paço da Cidade, o Paço de São Cristóvão (ou Palácio da Boa Vista), a Fazenda de Santa Cruz e posteriormente o Palácio de Petrópolis. O administrador da Casa Imperial era o chamado "mordomo-mor" que nomeado pelo imperador, constituía-se no empregado oficial mais importante e possuía direta comunicação com o imperador. Nesse período, tal função era exercida pelo engenheiro militar Paulo Barbosa da Silva. (Schwarcz, 1998, p. 207-208).

seu Mordomo-mor e engenheiro militar Paulo Barbosa da Silva a supervisão e execução de um plano para erguer o palácio e fundar uma povoação em suas terras. O também engenheiro militar major Julio Frederico Köeler[45] foi designado como arrendatário e superintendente da Fazenda do Córrego Seco, subordinado à Casa Imperial. Este decreto seria o embrião do que veio a ser a cidade de Petrópolis e as ações implementadas adiante ficariam conhecidas como “Plano Koeler”.

2.1 O Plano Koeler: hierarquização e controle social na Polis de Pedro

É válido observar que o plano para a cidade de Petrópolis seguiu a tendência manifesta em países como a França e apontada por Picon (2001, p. 66), da presença cada vez mais decisiva de engenheiros de Estado intervindo na gestão das cidades. “Se antes se limitava à criação de equipamentos técnicos como as pontes e os portos, os engenheiros assumem agora um papel cada vez mais importante nas decisões e realizações urbanísticas”. Neste caso, engenheiros do corpo militar do Estado brasileiro. A planta abaixo (Figura 3), assinada por Koeler, ilustra os traçados delineados para Petrópolis.

[45]Segundo Ambrozio (2008), Koeler nasceu na cidade de Mogúncia, margem esquerda do Rio Reno em 1804. Em 1827 chega ao Brasil em busca de contrato para servir junto ao exército imperial. Após exame realizado junto a Academia Militar brasileira, fora admitido como 1º tenente do corpo de engenharia militar. Naturalizou-se brasileiro em 1831. Fora companheiro de armas do engenheiro Paulo Barbosa da Silva. Como engenheiro militar e civil, Koeler realizou uma série de projetos e obras em edificações, aquedutos, estradas, pontes e igrejas na cidade do Rio de Janeiro, no interior fluminense e em Minas Gerais.

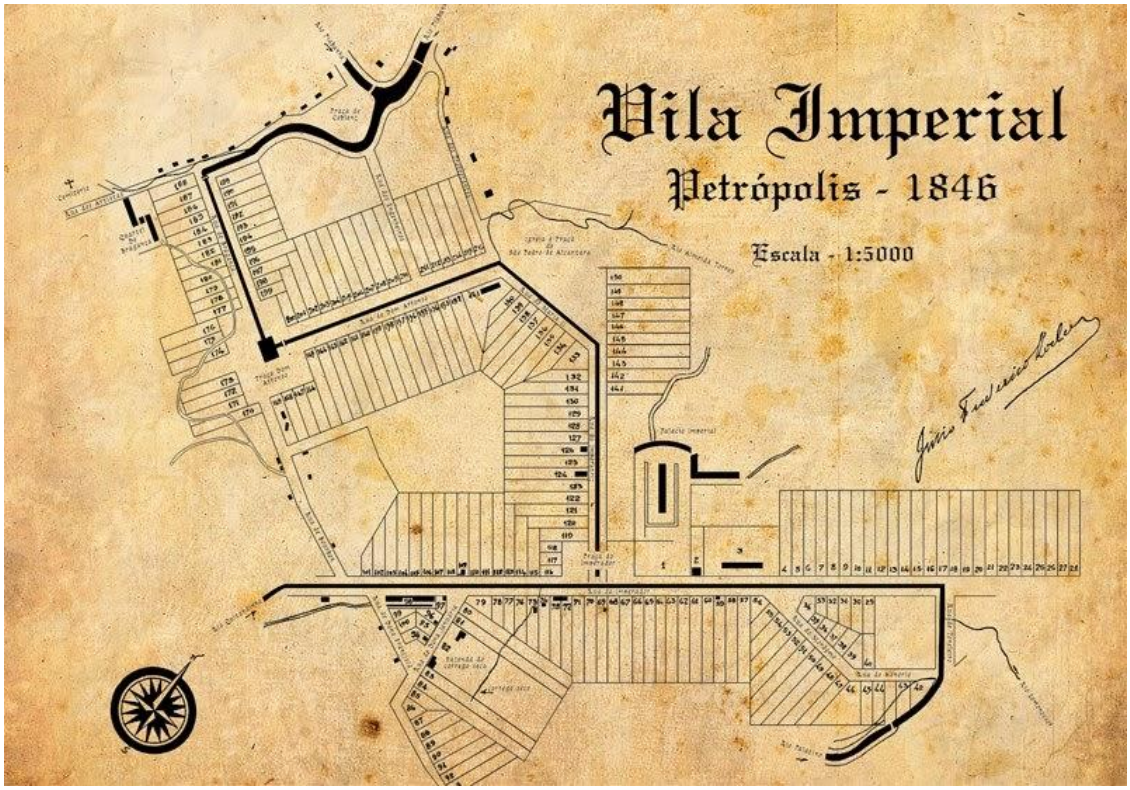
Figura 3: Planta de Petrópolis elaborada por Koeler, datada do ano de 1846.

Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional (Cartografia)[46].

Cabia a Koeler separar uma área para construção do Palácio Imperial com suas respectivas dependências, uma igreja e um cemitério, além de organizar uma vila e um núcleo colonial, cujos lotes seriam aforados a particulares. A ocupação dessas terras se daria de duas formas. A primeira, por parte de D. Pedro II, foi a doação de terras para “certos homens notáveis pelos serviços prestados ao Estado, garantindo e delineando o perfil de uma vizinhança a seu gosto” (LACOMBE apud SCHWARCZ, 1998, p. 232) que ocuparam inicialmente a região mais central, denominada de “Vila Imperial”, vizinha ao Palácio, como demonstrado na Figura 4 abaixo.

[46] Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173950/cart173950.jpg Acesso em 30/03/2016.

Figura 4: Planta da Vila Imperial elaborada por Koeler, datada do ano de 1846.



Fonte: Arquivo da Companhia Imobiliária de Petrópolis[47]

A segunda forma de ocupação se deu com a criação de um núcleo colonial de base agrícola, também sob administração de Köeler que, num primeiro momento, assentou 53 famílias de imigrantes alemães através de aforamento de terras nas regiões periféricas em junho de 1845. Essas duas medidas podem ser entendidas como o embrião da ocupação que se dará em Petrópolis onde na região próxima ao Palácio se concentrará majoritariamente a elite ligada ao Imperador e na periferia os trabalhadores, que inicialmente fora ocupada pelos colonos.

Koeler definiu com rigor os limites onde cada segmento dessa nova comunidade iria localizar-se. Além da distribuição espacial proposta na planta original, os lotes de terra seriam diferenciados segundo a sua localização. A espinha dorsal do plano foi constituída por um conjunto de “recomendações” que podem ser entendidas como o primeiro Código de Posturas da cidade, que determinava uma série de obrigações de cada foreiro demonstrando não apenas preocupações quanto ao aspecto que a cidade deveria ter, mas também para estabelecer um controle sobre as edificações. Exemplos dessas obrigações são: a prévia aprovação das

[47] Disponível em: http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com.br/2013/11/quarteirao-vila-imperial.html . Acesso em 28/03/2016.

fachadas das edificações, a proibição de subdividir prazos de terra, a obrigatoriedade de seguir padrões de construção, plantios de árvores, padrões de calçadas, dentro outras. (MORLEY, 2008)

Vale destacar também que a "ordem urbanística"[48] sugerida pelo Plano foi dotada de considerável rigidez que demonstrou claramente os limites das áreas que seriam ocupadas pelos diferentes estratos sociais que povoariam a Vila Imperial. Para isso, estabeleceram-se três categorias de lotes, denominados a época como "prazos", estipulando para cada classe, os moradores e as atividades que poderiam ali se desenvolver, conforme Morley representa na Figura 5 e descreve abaixo:

> Esta hierarquização dos espaços poderia ser representada por círculos concêntricos cujo ponto central seria o Palácio, ao redor do qual foram concebidos lotes a personalidades escolhidas, sendo permitida a implantação do comércio de alto nível, como hotéis, cassinos, casas de chá, teatros, lojas de produtos importados etc. O afastamento do Palácio indicaria o menor *status* dos habitantes e, inversamente, maior valor de foro a ser pago. No círculo mais afastado, formado pelos prazos de primeira classe, seriam instalados os imigrantes alemães com suas lavouras e, ao ocorrer a falência da colônia agrícola, as chácaras que forneciam produtos a Villa Imperial, as pequenas indústrias domésticas e demais serviços, como os engenhos de corte de madeira (MORLEY, 2008, p. 80).

[48] Entendo aqui "ordem urbanística" no sentido proposto por Rolnik (1997, p. 14): "ao contrário do senso comum, não se trata de 'desordem' ou 'falta de plano', mas sim da formulação de um pacto territorial que preside o desenvolvimento da cidade (...), impedindo-a de crescer com graça, justiça e beleza. Entender como esse pacto foi construído e qual é a sua base jurídico-urbanística pretende ser uma modesta contribuição em direção da sua transformação."

Figura 5: Esquema representativo do modelo espacial de Koeler para a Vila Imperial esboçado por Morley.

Fonte: Morley (2001, p. 56)

Nas palavras do próprio Koeler, ao comentar as recomendações aos prazos mais próximos ao Palácio:

> Poderá parecer, à primeira vista, odiosa e demasiadamente excepcional a cláusula do contrato que reserva para o arrendatário o monopólio de certos ramos de negócio, porém ... é este o único meio de livrar Petrópolis do flagelo de um sem número de tabernas e botequins, foco de vadiagem e de imoralidades (...) (*apud* MORLEY, 2008, p. 78).

A colônia agrícola em Petrópolis terá uma particularidade importante. Suas terras foram arrendadas de D. Pedro II ao major Koeler que, por sua vez, criou uma companhia de colonização a fim de desmembrar e arrendar tais terrenos aos colonos que ali se estabelecessem. Segundo Natal *et al* (2015, p. 128-129), as terras atribuídas aos programas de colonização nesse período no país eram por regra aforadas. Sendo assim, os colonos em Petrópolis não se tornaram proprietários das terras. Há mais um elemento na singular dinâmica fundiária de Petrópolis, a enfiteuse que[49]

> Trata-se de um direito constitucional assegurado a herdeiros da família imperial, os donos das terras de Petrópolis (mais precisamente, apenas das do primeiro distrito), de arrecadar/cobrar, através da chamada Companhia [Imobiliária]

[49] Para compreender de forma mais aprofundada a "enfiteuse" e como ela interferiu na questão fundiária de Petrópolis, vale consultar o artigo "O Território da Enfiteuse e a Cidade de Petrópolis" de Julio Ambrozio (2012), onde o autor realiza uma ampla explanação histórica sobre a complexa temática.

> de Petrópolis, um quantum a cada transação imobiliária. Nesses termos, o domínio útil garante a seu titular, a Companhia antes referida, o direito ao recebimento de foro anual, laudêmio ou preferência em eventual alienação do domínio útil por aquele em uso / desfrute do terreno e / ou do imóvel nele situado. Observe-se que esse ato, o do aforamento, não transfere à propriedade da terra aos que dela estão em seu uso. A enfiteuse consiste assim em direito real, transmissível por herança, sendo reconhecida pela doutrina jurídica como o mais amplo direito sobre a propriedade alheia.

Este dispositivo legal impede o acesso à propriedade do solo pela população mais carente que ainda sofre com significativa elevação do preço do solo (desde suas origens até a atualidade, contribuindo assim para um elevado déficit habitacional). Torna-se

> Impossível, assim, perder de vista que já no nascedouro do atual município houve uma dada dinâmica fundiária (...). Por conseguinte, a questão da segregação urbana, tão visível nos dias atuais, não deve passar ao largo desse processo histórico (...) igualmente inescapável deixar de registrar que parcela importante da história contemporânea de Petrópolis leva consigo as digitais dos dois personagens ora destacados [D. Pedro II e Major Koeler].

Percebe-se assim uma nítida estratificação social de Petrópolis desde as suas origens praticada a partir do Plano Koeler e que Morley chamará de “Geografia da Exclusão” com reflexos até os dias de hoje.

2.2 Petrópolis e a elite: de Vila de veraneio aristocrática a cidade turística

Na década de 1850 a aristocracia que havia recebido terras de D. Pedro II edificava seus palacetes dando uma nova roupagem ao espaço urbano. O Imperador não media esforços e não poupava recursos em prol da construção de seu novo reduto de verão em 1856 o Palácio estava praticamente terminado. No ano seguinte o povoado de Petrópolis foi elevado à categoria de cidade.

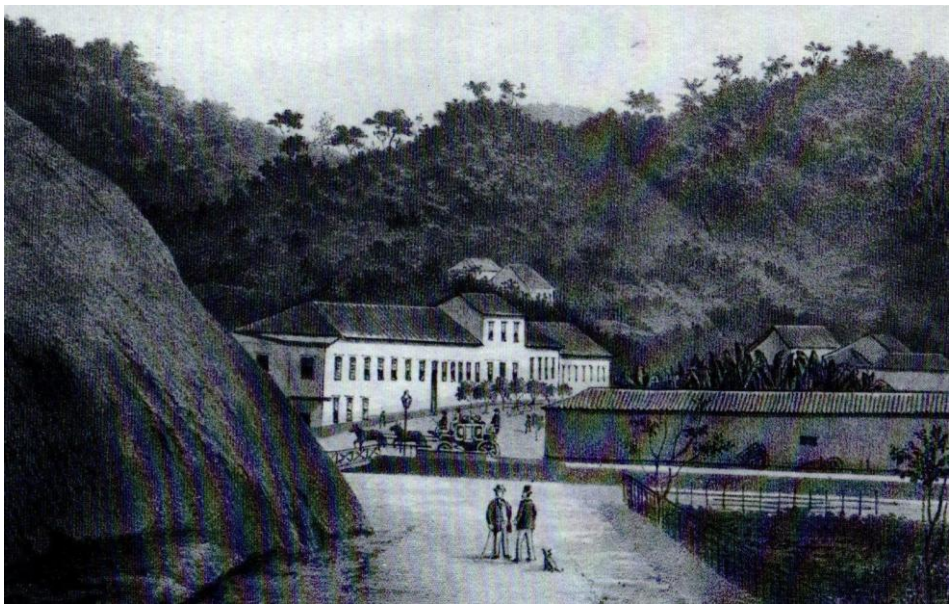
> Nos anos [18]60 já se contavam às dezenas de mansões de nobres cariocas, com seus baronetes, marqueses e viscondes que “na estação” escolhiam o local como sede para os encontros políticos e bailes sociais. A cidade torna-se uma espécie de vila européia, e lá todos vivem como se estivessem “na civilização”. (...) Não fossem os serviçais negros, que dividem o espaço com os imigrantes alemães, dir-se-ia que estávamos em uma nova Europa (SCHWARCZ, 1998, p. 239).

Com o passar do tempo e com a implementação de algumas melhorias estruturais como a construção das pioneiras Estradas de Ferro e a Estrada de Rodagem União e Indústria, as pessoas mais abastadas da sociedade carioca escolhem Petrópolis não só como destino de veraneio, mas também como um nobre local de residência, principalmente pelos problemas de ordem sanitária que a Capital Federal apresentava, transformando-se também em uma rota de fuga para as elites. Segundo Carvalho (2009:19),

> A cidade [Rio de Janeiro] torna-se, sobretudo no verão, um lugar perigoso para viver, tanto para nacionais quanto para estrangeiros. Nos meses de maior calor, o corpo diplomático fugia em bloco para Petrópolis a fim de escapar das epidemias, nem sempre com êxito. O governo inglês concedia a seus diplomatas um adicional de insalubridade pelo risco que corriam representando Sua Majestade.

Vale lembrar que Petrópolis já possuía uma hotelaria de elevado padrão na segunda metade do século XIX. Importantes empreendimentos como o Hotel Bragança, Hotel Inglês e Hotel Beresford aparecem freqüentemente nos relatos[50] de viajantes que passaram por esta região nesse período.

Figura 6: Hotel Inglês (iconografia de 1872)



Fonte: Ministério da Educação e Cultura (1995, p. 113).

[50] Existem quatro importantes narrativas de viajantes que se aventuraram pela região ainda no século XIX publicadas entre 1862 e 1885 e que descrevem alguns desses hotéis existentes. O Museu Imperial de Petrópolis reeditou essas quatro obras em um único volume. (Ministério da Educação e Cultura. *Anuário do Museu Imperial*. Ed. Comemorativa. Petrópolis, 1995).

A soma desses fatores contribuiu de forma significativa para que Petrópolis se estabelecesse como um importante destino de veraneio, que aos poucos vai se diversificando e se consolidando como atividade comercial organizada e profissionalizada. Em outras palavras, a vilegiatura vai aos poucos dando lugar ao turismo. Segundo Ferrara (1996), a diferença básica entre a vilegiatura e o turismo como prática cultural institucionalizada, é que a primeira seria uma atividade de cunho mais privada, se possível anônima, enquanto o segundo se distinguiria por ser uma atividade organizada, pública e comercial. Ao fazer comparação semelhante, Ambrozio (2008:18-19) acrescenta que, de uma forma geral, a vilegiatura se caracterizou como uma atividade direcionada para a aristocracia enquanto o turismo nasce para a burguesia num primeiro momento e depois evolui para uma parcela das classes trabalhadoras. Segundo Ambrozio,

> A vilegiatura, aqui, foi conceituada como gênero adverso do turismo. Vilegiatura como velho contraparente do turismo. Uma designação renascentista para a estada ou permanência no campo, vida de campo ou morada no campo durante a estação calmosa, gerando vilas aristocráticas, diferentemente do turismo, variante do vocábulo tour, que, de fato, apenas surgiu quando os trabalhadores dos países altamente industrializados foram incorporados, como sócios menores, aos benefícios do aumento da produtividade do trabalho, dentre esses proveitos, a redução da jornada de trabalho gerando maior tempo livre remunerado – as férias. O vocábulo turismo nasceu no século XIX na Inglaterra. Não existiria tal prática de deslocamento antes desse século e mesmo aí fora apenas organizado para a burguesia. Até então, deslocamento de cura ou descanso fora prática usual da aristocracia, com ritmo e lugares distantes vinculados à vilegiatura e, no tempo, apartados do turismo.

Com isso, o turismo se desenvolverá como setor a partir de atores que de alguma forma se organizaram através de associações privadas, a fim de garantir a sua sustentação e seu consecutivo desenvolvimento como setor de negócios. Segundo Ferrara (1996, p. 21), alguns exemplos de iniciativas organizadas são a criação dos primeiros Touring Clubs (a partir de 1890) e a edição de guias de viagens comerciais como o Guide Michelin (1900).

Em pesquisa anterior (DAIBERT, 2010, p. 47), percebi que Petrópolis recebeu nas primeiras décadas do século XX organizações empresariais muito semelhantes ao que Ferrara descreve. No ano de 1908, foi inaugurada a “Empreza Alex”,

responsável pelo agenciamento e a prestação de diferentes serviços em turismo, num momento que este tipo de empreendimento ainda era raro no país. Outro importante exemplo está na criação do Sindicato de Iniciativa de Turismo do Município de Petrópolis (SITMP) que data de 1922. Seguindo os moldes dos Sindicatos de Iniciativa europeus[51], o Sindicato de Iniciativa de Turismo do Município de Petrópolis foi uma associação privada que tinha como principal finalidade a organização, promoção e o desenvolvimento da atividade turística na cidade através de diferentes ações. É válido assinalar que tal instituição surgiu antes da já mencionada Sociedade Brasileira de Turismo (1923). Percebe-se também que algumas de suas ações, interlocutores e ideais foram comuns em ambas instituições, o que me leva a crer que Petrópolis protagonizou, junto com a capital federal, o início da organização da atividade turística no atual Estado do Rio de Janeiro e possivelmente no país. Vale também lembrar que ao fim da década de 1920, as duas associações se transformaram no Touring Club de Petrópolis e Touring Club do Brasil, respectivamente.

Entre as várias atividades desenvolvidas em prol da organização da atividade turística, tanto a Empreza Alex quanto o SITMP se destacaram pela publicação de guias turísticos e revistas especializadas. Ao analisar as narrativas e imagens presentes nas referidas publicações no período entre as décadas de 1900 e 1920, identifiquei o consenso de alguns discursos sobre a cidade: 1) É dada importante ênfase à privilegiada condição climática e higiênica da cidade, construindo-se uma imagem de Petrópolis como uma “cidade de cura”; 2) É construída uma imagem de um local campestre, bucólico, pitoresco, aprazível e ordeiro; 3) As publicações também apresentam de forma bem enfática a imagem de Petrópolis como um destino voltado para as elites.

Ao observar a natureza dos anúncios, os locais de circulação das publicações, assim como os atrativos e equipamentos existentes na época, não restaria dúvida da preferência dos atores locais em atrair o turista pertencente à chamada “boa sociedade”, ou seja, as elites (DAIBERT, 2010). Estes elementos demonstram que, pouco antes do período delimitado nesta tese, o setor de turismo

[51] Boyer (2003, p. 67) afirma que o Sindicato de Iniciativa de Grenoble (França) é o mais antigo de todos, criado em 1889. Segundo ele, os Sindicatos de Iniciativa foram comitês de pessoas voluntárias, como as Sociedades de Intelectuais, que prestavam informações turísticas e prestavam serviços aos habitantes.

já se configurava como importante ocupação em Petrópolis, já apresentando uma relativa organicidade, pelo menos se compararmos com outras cidades brasileiras. Assim como ocorreu em alguns países europeus como a França, a organização da atividade se deu prioritariamente através de associações privadas que anteciparam as iniciativas em prol do turismo, dentro de uma premissa mais liberal. O poder público só atuará de forma relevante em momento posterior.

2.3 Petrópolis e os trabalhadores: de colônia agrícola a cidade operária

Outra atividade de destaque no município foi a indústria que dá os seus primeiros passos ainda nos primórdios da urbe petropolitana e que vai crescendo em importância através dos anos. Aos poucos, as manufaturas, fábricas e por fim as indústrias assumem o papel econômico que a colônia agrícola não conseguiu desempenhar. Sobre a colônia agrícola inicialmente proposta, Magalhães (1966, p. 26) demonstra que a mesma não obteve o êxito esperado devido a vários fatores:

> Entre as causas para o seu malogro, citam-se, além do desvirtuamento do braço trabalhador, a constituição do solo, que, muito silicoso, não se prestava para às fainas agrícolas, sendo facilmente levado pelas enxurradas. Atribui-se, também, o malogro, ao pequeno tamanho dos lotes, considerados impróprios para a rentabilidade agrícola.

Fridman (2001) expõe que em 1847 ainda havia 2105 colonos, entre serralheiros, ferreiros, funileiros, cobridores de casas e demais ofícios. Já existiam dois engenhos de serrar, uma fábrica de cerveja e a criação de bicho de seda. Na década seguinte, a autora relata a existência de uma fábrica de sapatos, duas de cerveja e uma de tecer algodão. Com isso

> A colônia permanecendo agrícola, não teria um futuro lisonjeiro e, neste sentido, seria preciso promover o estabelecimento de fábricas e oficinas. Ainda é relatado que após a abertura do trânsito na Serra da Estrela, alguns colonos começaram a montar carros de transporte, seges e carruagens de aluguel, atividade bastante lucrativa. (...). Verificamos a tendência de transformação do núcleo colonial em núcleo operário ou artesanal (FRIDMAN, 2001, p. 619-20)

Magalhães (op. cit.) enfatizará também outras importantes características físicas do sitio petropolitano que pesaram positivamente em seu desenvolvimento fabril futuro:

> A topografia da cidade, possuindo diversos pontões graníticos, que separam as pequenas bacias locais, veio oferecer, também, condições naturais para a instalação de indústrias em Petrópolis, pois não só, cada rio constitui dentro da paisagem uma bacia independente, útil à ocupação por uma grande empresa de tecidos, como permite pelo estreitamento dos vales, o represamento fácil das águas para construção de reservatórios de água para abastecimento potável e para a geração de energia. A obtenção fácil de água e, também, a sua limpidez, favorecem sobremodo a instalação das indústrias e, observe-se como as antigas fábricas de tecidos, que foram as primeiras a se instalarem na cidade, procuraram os vales dos rios de forma dispersiva, isto é cada uma em um vale, para garantir às suas instalações o abastecimento de água necessário às tinturarias e ao alvejamento. (MAGALHÃES, 1966, p. 26)

Além das manufaturas e fábricas já existentes desde os primeiros anos de fundação do povoado, Martins (1983) aponta que o processo de industrialização mais significativo se iniciará ao final do século XIX, quando quatro indústrias têxteis de maior porte iniciam suas atividades: Renânia (mais tarde São Pedro de Alcântara), Companhia Petropolitana, Dona Isabel e Cometa. Tal industrialização se intensificou e se diversificou nas décadas seguintes, incrementando sobremaneira a economia local e atraindo novos fluxos de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Segundo Arbos (1943), no ano de 1920 a cidade possuía 3.438 pessoas ocupadas na indústria e manufaturas, o que correspondia a 23% de sua população economicamente ativa. Em 1937, os operários já ultrapassavam a marca de 8.000 homens, mulheres e crianças, o que fez autores denominarem a Petrópolis das primeiras décadas do século XX como “Cidade Industrial” (NATAL *et al* 2015) ou “Cidade Operária” (MACHADO, 2008; RIBEIRO, 2014). Enfim, turismo e industrialização vão disputar espaço dentro da urbe petropolitana nas primeiras décadas do século XX. Segundo Machado (2008, p. 31)

> A paisagem ia cada vez mais se modificando, fazendo surgir, dentro da Cidade Imperial, uma cidade de operários. Se por um lado, crescia o número de operários na cidade (...) por outro, cresciam as queixas por melhores condições de trabalho e salários, o que gerava forte repressão.

Com isso, as primeiras décadas do século XX foram marcadas não só pelo incremento econômico e demográfico que a industrialização representava com a expansão quantitativa da produção e a atração de fluxos migratórios, mas também

pelas fortes ebulições sociais que emergem principalmente no período entre guerras. Trabalhos como o de Alcântara (2012), Machado (*op. cit.*), Mesquita (2012), Oliveira (2014) e Ribeiro (2014) relatam uma intensa mobilização do operariado petropolitano que, acompanhando uma tendência internacional de mobilizações trabalhistas, se organizou em associações e sindicatos próprios. A ocorrência de atos, paralisações e greves, manifestações que reivindicavam não apenas melhores condições de trabalho e salários, mas também outras demandas sociais, como o direito à habitação, se intensificam na cidade, principalmente no decorrer da década de 1930. Os autores mencionados demonstram que entre 1930 e 1935, o operariado petropolitano teria alcançado uma organicidade que serviria inclusive de inspiração para outros movimentos de semelhante natureza pelo país. Seguindo a tendência nacional, grande parte desses movimentos se aglutinariam na Aliança Nacional Libertadora (ANL) sobre o lema “Pão, Terra e Liberdade”.

Ao mesmo tempo em que o movimento operário crescia e se organizava, a repressão também evoluía tanto na coerção vivenciada dentro das próprias fábricas ou via instituições do Estado como a polícia. A “reação conservadora” se deu pela ascensão de diversos grupos de orientação nacionalista totalitária que também acompanhavam uma tendência internacional. No início da década de 1930, Petrópolis recebeu células de uma série de agremiações dessa natureza como as representações regionais do Partido Fascista italiano, do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB) de tendência monarquista e, por fim, a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de tendência nacionalista totalitário mais significativo no Brasil. Em Petrópolis, a AIB contou com expressiva adesão, inclusive de personagens pertencentes a tradicionais setores conservadores e da elite local como os industriais, membros da própria família imperial, assim como pessoas ligadas à cúpula da Igreja Católica, como apresenta o jornal integralista “A Razão” de 12 de novembro de 1935 (p. 3):

> Engrossando as fileiras do Sigma
>
> Em Petrópolis, onde reside e é muito benquisto, entrou para o integralismo o Revmo. Pe. Josito Barreto, figura de grande prestígio na sociedade petropolitana.

> Após o seu juramento, o Padre Jovito[52] Barreto fez uma profissão de fé, simples na forma que lhe imprimiu o sacerdote despretensioso, mas profunda nos conceitos emitidos pelo homem culto e estudioso.

Segundo Oliveira (2014, p. 31),

> É de relevância a dimensão da atuação da Igreja Católica em Petrópolis no período que se dava principalmente através do intelectual e pensador católico Alceu Amoroso Lima. Tristão de Athayde, como era conhecido através de seu pseudônimo, morou em Petrópolis e foi diretor de uma fábrica de tecidos denominada Cometa durante a década de 1930. Figura fundamental no movimento de renovação católica, Alceu dirigiu o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica (LEC).

No ano de 1935, a AIB organizaria na cidade o seu segundo congresso nacional, conforme a figura 7 abaixo.

Figura 7: Imagem do Segundo Congresso Integralista – Petrópolis, 1935

Fonte: Petrópolis no século XX: http://petropolisnoseculoxx.zip.net/arch2006-11-01_2006-1130.html

O mês de junho do mesmo ano de 1935 ficaria marcado pela ocorrência de uma série de manifestações, atos e greves que desencadearam violentos conflitos

[52] A notícia menciona o padre como "Josito" e depois "Jovito", possivelmente por um erro de datilografia. Não conseguí confirmar ao certo o nome do referido.

entre aliancistas e integralistas em Petrópolis, resultando inclusive na morte de um militante operário, conforme relata Oliveira (2014, p. 41-2):

> No dia 9 de junho, após anunciado o comício monstro da ANL e da Confederação Sindical Unitária em Petrópolis, houve um choque armado entre militantes camisas-verdes. Um grupo de aliancistas colava cartazes de divulgação do comício nos arredores da praça D. Pedro II, quando se depararam com militantes integralistas, que também estavam afixando cartazes no local. O integralista Matheus Hang, de 17 anos, foi esfaqueado e o aliancista João Becker também foi ferido. Esse incidente só veio a se juntar com o clima de tensão em que vivia a cidade e o país. Além disso, no dia 8 de junho, véspera do comício, a ANL lançou um manifesto à nação, avisando que caso houvesse um golpe fascista, a Aliança, junto com o apoio do povo, implantaria um governo popular.
>
> O comício da ANL em Petrópolis reuniu mais de 5 mil pessoas. Foi realizado da praça D. Pedro II e após o evento foi feito um cortejo em direção à fachada da sede dos integralistas. Ali, Roberto Sisson discursou, mas logo após o termino de sua explanação tiros de fuzil e granadas de mão foram disparados da sede da AIB contra os aliancistas, deixando dezenas de feridos e um morto, o operário da companhia Santa Isabel, Leonardo Candú.

Tais ebulições sociais contrastavam com a imagem “ordeira e aprazível” que a classe dominante da cidade ostentava até então. A esse respeito, Machado (2008, p. 96) afirma que

> Ao analisarmos a forma como a memória da cidade foi construída, verificamos que sempre houve a preocupação das elites locais em consolidar a imagem de uma cidade tranqüila e pacata, habitada por uma população ordeira e trabalhadora, incapaz de subverter a ordem estabelecida.

A conseqüência foi uma dura repressão realizada frente aos aliancistas, não só em Petrópolis, mas em todo o país, sendo que no mesmo ano a ANL foi nacionalmente proibida e desarticulada, sendo inclusive utilizada como uma das justificativas para se instaurar a ditadura do Estado Novo dois anos depois.

Com a instauração do regime estadonovista, observaremos que o esforço em disciplinar a ordem no município se dará em dimensões ainda mais elevadas. O campo historiográfico constituído a partir daí terá papel fundamental na consolidação de uma construção discursiva consensual dessa tendência.

2.4 Petrópolis na pauta nacionalista do Estado Novo

2.4.1 A cúpula do Estado Novo nos verões de Petrópolis

Além de cidade industrial e turística é válido lembrar que Petrópolis também se notabilizou por servir de capital de verão não apenas no Império. O hábito dos chefes de Estado veranear na Serra não cessou com a Proclamação da República e o exílio da Família Imperial. O Palácio Rio Negro, residência oficial dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro durante o período em que Petrópolis foi capital da Província (1896-1902), tornou-se residência oficial de verão dos Presidentes da República partir de 1903.

> Nesse palácio, os presidentes retomaram oficialmente o hábito de D. Pedro II de despachar na serra durante a alta estação. A cidade, com o tempo, passa a erguer a bandeira da memória e da tradição, pelas mãos do novo regime, que pretendeu identificar-se tão diretamente com o progresso que inscreveu parte do conhecido lema positivista na Bandeira Nacional modificada (LIMA, 2001, p. 36).

Desde então, o Palácio recebeu com frequência os chefes de Estado que subiam a serra para passar temporadas de verão, como os presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luiz, Getúlio Vargas, Café Filho, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitscheck. Tal costume foi sucessivamente repetido até a transferência do Distrito Federal para o Planalto Central em 1960, quando a frequência dos veraneios petropolitanos reduziram consideravelmente, até cessar com o presidente Ernesto Geisel (ALVES NETTO, 2000)[53]. Já na década de 1990, o presidente Fernando Henrique Cardoso retomou de forma simbólica o ato de veranear na cidade, passando poucos dias no Palácio Rio Negro. Este ato também foi recentemente repetido, também de forma simbólica, pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Dentre todos esses presidentes a figura de Vargas se destaca, não só por ter sido o Chefe de Estado republicano que mais tempo ficou no comando da nação, mas pelo fato de ter passado extensas e sucessivas temporadas de verão serra

[53] Extraído do texto: ALVES NETTO, Jeronymo Ferreira. Os Verões Presidenciais em Petrópolis. IHP, 2000. http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/jfan20000228.htm

acima, em todos os anos que esteve no poder, transferindo os despachos presidenciais para a cidade durante suas estadas. Celina Vargas do Amaral Peixoto - neta de Getúlio – no saudosista ensaio denominado “O Getúlio Petropolitano”[54], relata a relação de Vargas com a cidade da seguinte maneira:

> Durante 19 anos, Getúlio Vargas, logo após as festas de fim de ano, subia a serra e se instalava no Palácio Rio Negro. Evitava retornar a cidade do Rio de Janeiro antes do dia 19 de abril, dia de seu aniversário, que preferia passar recolhido ou em visitas a fazendas. (...) De Petrópolis governou o Brasil administrando e despachando daqui com seus Ministros, Governadores e Prefeitos (PEIXOTO, 2003, p.07).

Tal presença de Vargas na cidade ratificaria assim a posição de Petrópolis como Capital de Verão do país, possuindo não apenas uma simbologia política, mas também uma relevante influência no fluxo de visitantes a partir de então.

> Getúlio Vargas (...) foi ele o presidente que mais frequentou Petrópolis. Tal como D. Pedro II, a extensiva vilegiatura desse republicano nessa serrania forçava ou estimulava a estada prolongada de toda a elite brasileira. O que gerava ainda maior prestígio urbano de Petrópolis em comparação com todas outras cidades do Brasil. Petrópolis, de fato, fora uma espécie de segunda capital do Império e da República (AMBROZIO, 2008, p. 76-7).

Ainda nesse período, no ano de 1939, o então interventor fluminense Ernani Amaral Peixoto adquiriu através do Governo do Estado o palacete que teria pertencido ao Visconde de Itaboraí, primeiro Presidente da Província do Rio de Janeiro (1834-1836). Tal propriedade passa a servir de residência de verão dos chefes de Estado do Rio de Janeiro. Em homenagem ao antigo dono, a residência foi nomeada como Palácio Itaboraí. Com isso, Petrópolis torna-se também capital de verão dos chefes do executivo fluminense. A partir do casamento de Amaral Peixoto com Alzira Vargas, também em 1939, a cidade se consolida como ponto de encontro não só da família Vargas, como de grande parte da cúpula do Estado Novo.

Com isso, Petrópolis obteve um elevado destaque na agenda do poder nacional, onde os palácios republicanos Rio Negro e Itaboraí tornam-se palco de uma série de decisões políticas, reuniões diplomáticas, e de eventos cívicos e

[54] PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **O Getúlio Petropolitano**. Tribuna de Petrópolis (Edição Comemorativa – Petrópolis 160 anos). Petrópolis, 16 de Março de 2003. p. 07.

culturais, assumindo assim um papel similar que fora desempenhado pelo antigo Palácio Imperial nas vilegiaturas de D. Pedro II no século XIX. Esta centralidade foi fundamental para que a cidade se beneficiasse de uma série de investimentos e melhorias urbanas tanto por políticas públicas como por agentes privados. Alguns exemplos dessas iniciativas estão na fundação do Museu Imperial[55], na criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos[56] e nos tombamentos federais de diferentes conjuntos arquitetônicos realizados pelo então recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[57], além da incorporação e construção do Hotel Cassino Quitandinha e todo o complexo imobiliário do seu entorno, como será mostrado mais adiante nesta tese.

2.4.2 A "Cidade Imperial" no projeto doutrinário estadonovista

Como já explanado anteriormente, uma importante marca do Estado Novo brasileiro foi sua proximidade com os regimes nacionais totalitários, principalmente no que tange o campo doutrinário e ideológico. Outra marca ainda não apontada e que serviu como base aos programas nacionalistas desses novos regimes é a profunda simpatia – em alguns casos o fortalecimento ou até mesmo a retomada – pelos regimes imperiais. Tais aproximações serão fundamentais, inclusive, para justificar o expansionismo colonial adotado por estes países, que também contribuiu para o estopim da Segunda Guerra Mundial. A Alemanha Nazista, por exemplo, apesar de se estabelecer através de um sistema republicano presidencialista, utiliza-se da expressão *3º Reich* como referência ao novo regime, fazendo assim alusão ao Império Romano (*1º Reich*), e ao Império de Bismarck (*2º Reich*) que, segundo a doutrina nazista, os dois verdadeiros impérios que governaram a região da Alemanha[58] até então, e que serviriam como referência identitária ao projeto nacionalista da doutrina. Vale lembrar que o Fascismo italiano, o Franquismo espanhol e o Estado Novo português emergiram no âmbito de monarquias já estabelecidas.

[55] Criado pelo Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de Março de 1940 e inaugurado em 16 de março de 1943.
[56] Decreto-lei n° 1.822, de 30 de Novembro de 1939.
[57]Entre os tombamentos, o Palácio Imperial de Petrópolis (1938); o Palácio da Princesa Isabel (1939) e a Casa do Padre Correia (1940) (IPHAN, 2013, p. 103-105).
[58] Vale lembrar que a Alemanha só se constitui como Estado Nacional a partir de 1871. Ou seja, antes desse período, me refiro a porção territorial ocupada por esse país. Lembro também que a divisão geopolítica da Alemanha sofreu uma série de alterações a partir de 1871 devido principalmente a conflitos armados como a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

Vieira (2010, p. 132-8), ao analisar as produções culturais portuguesas do período, demonstra como a apropriação da temática imperial será relevante no projeto doutrinário nacionalista de Salazar.

> Se extrapolarmos a teoria freudiana do fetichismo para uma análise do discurso salazarista sobre a nação verificamos que, por um lado, os dirigentes do Estado Novo estão conscientes das verdadeiras dimensões –políticas, econômicas e geoestratégicas – de Portugal como país europeu periférico, enquanto que, por outro lado, se dedicam a um engrandecimento da pátria que adquire conotações sexuais através da utilização de termos como “dilatação” ou “seiva” e da ênfase no tamanho do território português. O império serve assim como o fetiche que permite manter a ilusão do país como sendo uma grande potência europeia. (...) Esta imagem fetichizada do império, que reduz os vastos território sob o domínio de Portugal a uma série de representações estereotipadas, é transmitida ao público português através da propaganda do regime. O Estado Novo cria em 1933 o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que se transforma em 1944, em virtude das mudanças no clima político internacional nos finais Segunda Guerra Mundial, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Uma das funções deste organismo, dirigido por António Ferro desde a sua criação até 1949, será garantir a adesão tanto dos portugueses como da comunidade internacional ao projecto imperial estadonovista. Para atingir este fim, o SPN/SNI leva a cabo várias actividades, entre as quais se conta, por exemplo, no contexto das celebrações do Duplo Centenário em 1940. (...) O império é assim necessariamente fantasiado para cumprir a sua função de fetiche no discurso do Estado Novo.

Além do “fetiche imperialista”, fazia parte da estratégia doutrinária de tais regimes a apropriação personificada de figuras heróicas, oriundas tanto do campo político, como das áreas artístico-culturais. Ainda no caso português, Vieira apresenta como se deu a apropriação da figura de Camões que, segundo ela, compensaria a ausência de projeção cultural internacional do país nos últimos anos. No caso italiano, existia uma série de simbolismos baseados no Império Romano e nos seus imperadores expressos através de gestos, emblemas, uniformes e outras representações patrocinadas pelo regime fascista. Em todos estes regimes a junção dos temas cultura e política consolidaram-se como estratégicas.

Voltando ao caso brasileiro é nítido perceber tais aproximações. Mesmo que o Estado Novo no Brasil fosse um regime presidencialista republicano é valido notar

que a simpatia pelo período imperial era uma marca notória. Com isso, o Estado Novo se utilizará de semelhante estratégia de fetichização da imagem do império para fortalecer um determinado conceito de nação, assim como fizeram outros regimes nacionalistas totalitários do período. A construção mitológica realizada sobre o estadista Vargas pelo então Ministro Gustavo Capanema - um dos principais articuladores desse regime – em um dos seus discursos, é um exemplo claro de tal fetichização: “O Presidente da República é da mesma linhagem de Péricles, de Augusto, de Luiz XIV e de todos os grandes homens que encheram a história de honra para o espírito humano”[59].

A diferença fundamental, pelo menos se compararmos com o caso português, é que no Brasil tal estratégia se deu por um regime republicano presidencialista, característica que fez a historiadora Ângela de Castro Gomes (2005) apelidá-lo de “Presidencialismo Imperial” possuindo uma vasta unidade territorial de proporções continentais, conotação simbólica semelhante aos territórios coloniais dos outros países. Para tal, o programa nacionalista recupera, se apropria e fantasia o passado monárquico sendo apresentado como a “verdadeira” História do Brasil. E D. Pedro II repaginado emerge como o grande estadista nacional. Ao analisar a imagem construída pelo aparelho do Estado Novo em torno do “mito” Dom Pedro II, Santos (2003, p. 127) descreve como

> um grande estadista brasileiro, esclarecido, iluminado, antes de tudo amigo do povo e das letras e, porque não, o responsável por meio século de paz e tranqüilidade. D. Pedro II é associado àquele que garante unidade nacional, a emergência das liberdades individuais e a prosperidade econômica e financeira. Essas foram condições capazes de elevar o status de primeira potência sul-americana – uma construção que interessou a Getúlio, em 1940, e que não parece ser totalmente desprovida de atenção nos dias atuais.

Assim, o tema “Império”, ou melhor, “Segundo Império” devidamente lapidado foi selecionado para integrar o seleto grupo de construções simbólicas passíveis de serem preservadas e valorizadas pela denominada memória ou patrimônio nacional.

> Ao se optar por enaltecer a vida de um homem – no caso o imperador Pedro II –, o projeto estadonovista pretende estabelecer um tipo de continuidade entre ele e o presidente

[59] JORNAL DO COMMERCIO. **O Centenário de Petrópolis.** Rio de Janeiro, 17 de Março de 1943; (s/p). (Fonte: Arquivo Central do IPHAN).

> Vargas: os dois mitos “eleitos” pela nação e pela história. Uma dupla criação. A criação dos mitos não pode ser compreendida enquanto ato irresponsável da mente humana, uma vez que preenche uma função em resposta a uma necessidade (HEIZER, 1994, p. 20-1).

Certamente a “Cidade de Pedro” tornar-se-ia cenário e palco ideal para tal construção identitária que poderia encarnar não só o nome, mas uma série de representações simbólicas onde a mítica imperial terá um papel central no programa nacionalista do Estado Novo. Assim, o Mausoléu Imperial, os tombamentos federais na cidade e, por fim, a criação do Museu Imperial em Petrópolis são algumas demonstrações de que o aparelho burocrático estadonovista não poupará esforços e recursos para encenar tal programa.

> Com o retorno do corpo do ex-monarca e dos herdeiros da família imperial, a despeito do regime republicano, Petrópolis voltou a ser, de alguma maneira, a cidade de Pedro. E certo que o Museu Imperial — criado com o objetivo explícito de “retratar a história da vida brasileira sob o regime monárquico” — fora inaugurado já em 1940, mais uma vez mediante um decreto de Getúlio Vargas. No entanto, só a partir de então é que a memória ganhava um lugar e o último imperador (...) regressava ao país de que apenas se despedira. (SCHWARCZ, 1998, p. 766)

Figura 8: Foto e ilustração que comparam Vargas e Pedro II veraneando em Petrópolis

Fonte: Revista A Noite Ilustrada (1943, p. 30). (Acervo: Biblioteca do Museu Imperial)

É importante destacar que as ações locais tiveram importância ímpar na constituição de tal programa identitário. Ou melhor, é possível perceber que o Estado Novo proporcionou uma relevante simbiose entre os poderes públicos estatais – federal, estadual e municipal – que tinham objetivos convergentes na formulação de um programa de "Cidade Imperial" para Petrópolis. Obviamente um regime ditatorial centralizado nos moldes do Estado Novo, que fechou assembléias legislativas e que prefeitos e governadores estaduais eram nomeados como interventores, obtinha maior capacidade de promover ações articuladas. O que quero enfatizar é que em Petrópolis, um grupo importante de atores que por alguma razão se sensibilizava na conservação das memórias e tradições em torno do Império e de Dom Pedro II, obteve com o Estado Novo um cenário ideal para a iluminação de suas ações saudosistas que até então estavam nas sombras desde a Proclamação da República. Além disso, tais personagens foram fundamentais no panorama federal, sendo que alguns deles trabalharam diretamente na burocracia estadonovista.

2.4.3 A afirmação da tradição: o papel da Comissão do Centenário e o Instituto Histórico de Petrópolis na construção de consensos sobre a "Cidade Imperial"

Em 16 de março de 1943[60] foi comemorado o Centenário de Petrópolis. A efeméride obteve uma ampla sensibilização no plano local, a ponto que ainda em 1936, sete anos antes da data mencionada, o então vereador Alcindo de Azevedo Sodré encaminhou a Câmara Municipal da cidade a seguinte indicação:

> Considerando que o centenário de Petrópolis deverá ser comemorado em 1943;
>
> Considerando a necessidade do poder público tomar a iniciativa de promover estudos completos e definitivos sobre a História de Petrópolis, bem como cogitar de todas as medidas capazes de dar brilhantismo a esse grande acontecimento;
>
> A Câmara Municipal indica ao Prefeito a conveniência de, sem qualquer ônus para a Municipalidade, ser nomeada uma Comissão para cuidar desses assuntos (SODRÉ, 1939, p. 5[61])

A indicação, aprovada por unanimidade pela Câmara, fundamentou o Ato nº 704 de 28 de junho de 1937, onde o então prefeito Yedo Fiúza instituíra uma comissão responsável por realizar estudos e pesquisas sobre a história da cidade, assim como elaborar uma proposta de comemorações para tal evento. O grupo foi nomeado de Comissão do Centenário de Petrópolis.

Nos anos seguintes os preparativos para as comemorações do Centenário tomaram uma dimensão maior do que o teor expresso tanto na indicação da Câmara quanto no Ato do prefeito. A ditadura do Estado Novo, deflagrada em novembro do mesmo ano, se apropriou e ao mesmo tempo forneceu subsídios para essas iniciativas locais, pois as temáticas escolhidas para contemplação estavam em consonância com o programa nacionalista do novo regime. Ou seja, as comemorações da efeméride petropolitana adquiriram um patamar de importância nacional. Com isso, a Comissão mencionada passa a ter um papel estratégico na

---

[60] Existe um extenso debate entre os historiadores e memorialistas locais sobre a verdadeira data de aniversário de Petrópolis, originando daí três datas e interpretações, a saber: 1) 16 de março de 1843: simboliza a edição do já mencionado Decreto Imperial nº 155 e é considerada por parte dos historiadores como a "Certidão de Nascimento" do Município; 2) 29 de junho de 1845: seria o dia da chegada dos primeiros colonos alemães, que marcaria assim o início do povoamento de Petrópolis; 3) 17 de junho de 1857: simbolizaria a elevação do povoado de Petrópolis a categoria de "Cidade".

[61] SODRÉ, Alcindo de Azevedo. *Comissão do Centenário de Petrópolis (Apresentação). In*: CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS: Trabalhos da Comissão. Vol. 2; Prefeitura Municipal de Petrópolis. Petrópolis, 1939 *(p. 05-09).*

agenda pública municipal nos anos posteriores, onde suas ações resultaram em uma série de propostas e desdobramentos centrais que serão discutidos a seguir.

Um importante personagem que emergirá nesse momento é o prefeito Mario Aloísio Cardoso de Miranda. Nomeado prefeito de Petrópolis entre janeiro de 1938 e abril de 1942, Cardoso de Miranda se distinguia dos seus antecessores por ser um prefeito nascido em Petrópolis. Após a Revolução de 1930 e principalmente durante o Estado Novo, partindo do princípio da racionalidade burocrática, era comum que os interventores estaduais e principalmente os prefeitos municipais fossem escolhidos a partir de critérios técnicos e principalmente, que não fossem personagens ligados aos grupos oligárquicos locais. Em Petrópolis, o prefeito que mais tempo ficou no cargo entre 1930 e 1937 foi Yedo Fiúza, um engenheiro gaúcho enviado a cidade especialmente para este fim. A nomeação do sucessor de Cardoso de Miranda, o mineiro Márcio de Melo Franco Alves também segue a mesma lógica. Anos mais tarde, seu filho Márcio Moreira Alves (1998, p. 02) descreveria a indicação de seu pai para a prefeitura da seguinte maneira:

> Meu pai, engenheiro, chamava-se Márcio de Melo Franco Alves. Fez doutorado no MIT, em Boston, e ao voltar, encontrou no navio o Amaral Peixoto, que ele já conhecia de outras épocas. Mas estreitaram a amizade nessa viagem, que naquele tempo, durante a guerra, levava uns 15 dias mais ou menos. Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro, estava recrutando, para nomear prefeitos, alguns técnicos que arejassem a administração municipal, a tornassem mais eficiente e, sobretudo, a retirassem das pequenas lutas locais das oligarquias existentes. Meu pai foi nomeado prefeito de Petrópolis, cargo que exerceu de 1942 a 45. Tornou-se com isso o único getulista da família.

Cardoso de Miranda, que chegou a assumir o cargo de Secretário de Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro entre dezembro de 1938 e abril de 1940[62], era também um personagem profundamente ligado aos setores conservadores da sociedade petropolitana. Com isso, a sua nomeação conciliava os interesses do Estado Novo e os anseios das oligarquias locais. Apesar da Comissão do Centenário ter sido criada pelo seu antecessor Yedo Fiúza, é na gestão de Cardoso de Miranda que tal Comissão recebe fôlego e cresce em importância e quando os

[62] Neste período a Prefeitura de Petrópolis ficou a cargo do industrial Carlos Magalhães Bastos. A partir de abril de 1940, Cardoso de Miranda retorna como prefeito e permanece no cargo até abril de 1942.

preparativos para as comemorações do Centenário tornaram-se uma das principais bandeiras de sua administração. Interessado pela história do município, ele próprio fez parte de tal Comissão e participava ativamente das reuniões que, num primeiro momento, ocorriam aos sábados na sala da Biblioteca Municipal.

É no âmbito dessas reuniões, que foi sugerida a criação do Instituto Histórico de Petrópolis, que levaria a princípio o nome de Instituto Histórico Pedro II. No dia 2 de dezembro de 1938, data natalícia de D. Pedro II, o Instituto Histórico de Petrópolis (IHP) foi oficialmente instalado e dada posse a sua primeira diretoria em sessão solene realizada no Salão Nobre da Municipalidade presidida pelo prefeito Cardoso de Miranda. Nesse mesmo dia, o professor Pedro Calmon pronunciou uma conferência sobre a personalidade do Imperador intitulada “O perfil espiritual de D. Pedro II”. Como o IHP foi criado a partir da Comissão do Centenário, os seus primeiros sócios efetivos foram os membros da mesma. Segundo a ata de sua fundação,

> A classe dos sócios efetivos, também denominados deliberantes, será inicialmente preenchida pelos fundadores do Instituto, isto é, pelos atuais membros da Comissão do Centenário de Petrópolis e pelos que houverem sido escolhidos para esse fim pela referida comissão até a data da aprovação destes estatutos.[63]

O Instituto foi fundado por quarenta membros, constituído por memorialistas, personalidades, jornalistas e políticos locais, além de alguns intelectuais de relevância nacional marcados por alguma aproximação com a história do município ou de seus personagens, quase sempre ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sobre o perfil dos membros que formaram tanto o IHGB quanto os institutos locais, Callari (2001, p. 60-1) afirma que

> Eram basicamente membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome. Literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares – carreiras de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite –eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos. (...) De maneira geral, pode-se afirmar que o perfil dos membros que engrossaram as fileiras do IHGB foi este: elementos oriundos da burocracia estatal, logo comprometidos com a ordem que representavam, apesar

[63]ATA DE FUNDAÇÃO. Ata de Fundação do Instituto Histórico de Petrópolis lavrada em livro próprio do Instituto. Disponível em http://ihp.org.br/?page_id=19 . Acesso em 30/07/2015.

> do Instituto se definir como instituição político-cultural – apartada, desse modo, dos debates políticos. A hegemonia estabelecida pelos membros do IHGB – que representavam também a elite pensante – era dupla, estendendo-se pelo Estado e pela sociedade civil, na qual possuíam ativa participação como clérigos, jornalistas e professores. Destacava-se aí o papel da escola, canal de formação dos filhos da elite – por conseguinte, de reforço do cimento ideológico – e, conseqüentemente, de difusão dos valores dominantes pela sociedade.

Dentre os membros fundadores do IHP, alguns nomes de destaque são Alcindo de Azevedo Sodré (secretário geral), Américo Jacobina Lacombe, Alceu Amoroso Lima, Pedro Calmon, Príncipe Pedro de Orleans e Bragança, Manoel Cicero Peregrino da Silva (então presidente do IHGB) e os prefeitos Yedo Fiúza e Mario Aloísio Cardoso de Miranda, sendo que os quatro últimos apareciam como presidentes de honra. A Figura 9 retrata a sessão de instalação do Instituto.

Figura 9: Sessão de instalação do Instituto Histórico de Petrópolis (1938)

Fonte: Museu Imperial/IBRAM/MinC.[64]

Como se pode notar, o grupo era formado quase que em sua unanimidade por pessoas de perfil social e político semelhante ao que Callari afirmou na citação

[64] Disponível em http://187.16.250.90:10358/handle/acervo/5881 . Acesso em 24/09/2013.

acima. Ou seja, membros da elite local pertencentes às classes conservadoras hegemônicas ou à burocracia estatal. Criado sobre os auspícios e aos moldes do já centenário IHGB[65] – fundado no século XIX por D. Pedro II – o IHP possuiu desde a sua fundação, semelhante viés conservador e elitista de contemplação de uma historiografia tradicional instituída através de heróis, mitos, datas e costumes calcados em eventos centrados em personagens da classe dominante. Os objetivos apresentados a seguir sintetizam este olhar, e ainda, demonstra que a instituição elegeu a figura de D.Pedro II como o personagem central a ser referenciado. Vale lembrar que por pouco, o próprio Instituto quase foi batizado com o nome do falecido monarca, que acabou recebendo o título de "Augusto Patrono" do mesmo. Segundo a ata de sua fundação, o IHP teria os seguintes objetivos:

> a) velar pelas tradições da cidade de Petrópolis;
>
> b) reverenciar a memória dos fundadores da cidade e de outros vultos que á mesma tenham prestado relevantes serviços, rendendo homenagens condignas a seu Augusto Patrono, o imperador Dom Pedro II;
>
> c) realizar investigações históricas concernentes ao município;
>
> d) procurar obter dos petropolitanos, e especialmente dos descendentes dos primitivos habitantes, a guarda e conservação de documentos relativos ás efemérides petropolitanas, bem como aos costumes e tradições locais;
>
> e) coligir e fazer publicar quantos documentos e estudos históricos possam interessar á biografia do Imperador D. Pedro II, como uma especial e permanente homenagem ao fundador e patrono da cidade;
>
> f) promover conferências públicas sobre assuntos ligados á história do município, incentivar a elaboração de monografias concernentes á mesma, e bem assim os estudos biográficos acerca dos fundadores da cidade, dos petropolitanos ilustres e de outras personalidades estreitamente ligadas a Petrópolis.
>
> g) divulgar pela imprensa, ou através de publicações especiais, as monografias e estudos que tiverem sido objeto das suas sessões;

[65] Segundo Callari (2001), o IHGB estabeleceu desde suas origens uma íntima relação com a Monarquia, cristalizada na figura de D. PedroII – o imperador "amigo das letras". Para saber mais sobre a fundação do IHGB e a trajetória conservadora dos Institutos Históricos brasileiros através dos tempos, consulte o artigo CALLARI, C. R. "Os Institutos Históricos - do patronato de P II a construção de Tiradentes" in: *Revista Brasileira de História.* v. 21, nº 40, São Paulo, 2001 (p. 59-83).

> h) estimular o estudo da Historia Pátria, especialmente no tocante ás gloriosas tradições da antiga Província e atual Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo prêmios para competições e concursos;
>
> i) promover o adiantamento de Petrópolis, cooperando com os poderes públicos nas medidas que vizem o engrandecimento material e cultural do município;
>
> j) atender ás consultas e promover por todos os meios ao seu alcance o desenvolvimento e importância do Museu Histórico de Petrópolis. (IHP, 1938)[66]

O IHP aos poucos foi assumindo a responsabilidade pela parte essencialmente histórica da Comissão, pois os membros responsáveis pelo funcionamento de ambas eram praticamente os mesmos (Silva, 1970, p. 166). Como uma das atribuições centrais da Comissão do Centenário era "coligir os dados e documentos que facilitem a elaboração da história de Petrópolis"[67], tal incumbência passa a ser assumida pelo IHP. Vale ressaltar que tanto o IHP quanto a Comissão do Centenário passaram a receber subsídios financeiros do município.[68]

Um amplo resultado do trabalho desse grupo foi a publicação, entre os anos de 1938 e 1943, de seis extensos volumes intitulados "Centenário de Petrópolis: Trabalhos da Comissão" constituído de inúmeros estudos, documentos, ensaios, memórias, textos de cunho científico ou literários, além de reprodução de artigos, mapas e outras iconografias dos mais variados temas que servissem de subsídio para a história do município. Estes livros foram considerados os mais completos levantamentos sobre a história de Petrópolis e até os dias de hoje servem como importante fonte de pesquisa. Apesar da qualidade expressa em grande parte dos artigos acadêmicos e das fontes pesquisadas, é notório o viés adotado na escolha dos temas voltados a feitos e personagens do Segundo Império e na abordagem de cunho tradicionalista pelos autores, quase sempre saudosista e enaltecedora de

---

[66] INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS. *Ata de fundação do Instituto Historico de Petropolis, por iniciativa da Commissão do Centenario e sob os auspícios do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Petrópolis, 24/09/1938. Disponível em http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/ata19380924.htm Acesso em 08/01/2016.

[67] Prefeitura de Petrópolis. Ato nº 704 de 28 de junho de 1937. *Instituindo a Comissão de Centenário de Petrópolis.*

[68] Prefeitura de Petrópolis. Decreto-lei nº 25, de 22 de Agosto de 1940, subvencionando anualmente o IHP em dois contos de réis. Prefeitura de Petrópolis. Deliberação Municipal nº 197 de 15 de Março de 1939, instituindo a criação do "Fundo do Centenário", composto de subsídios municipais, além de arrecadações oriundas de outras fontes como doações, festividades ou outras subscrições realizadas em prol de financiar as Comemorações do Centenário.

períodos e personagens como D. Pedro II, Major Julio Koeler, Paulo Barbosa e Padre Corrêas. Consequentemente, o IHP tomou a frente da "escrita da história" oficial local, que passa a ser marcada por uma historiografia aos moldes que Peter Burke chamaria de "história tradicional". Segundo Burke (1992, p. 13),

> a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.

Certamente a escrita realizada por este grupo estaria em profunda consonância com a política ideológica e doutrinária estadonovista e serviu de importante subsídio para as ações desempenhadas pelo Estado nos anos posteriores.

2.4.4 A figura de Alcindo Sodré e a criação do Museu Imperial no âmbito da política cultural estadonovista

Dentre os personagens citados anteriormente, uma figura que vale enfatizar é a do médico, advogado, jornalista, escritor, professor e político Alcindo Sodré. Oriundo de tradicional família oligarca petropolitana[69], Sodré possuía formação em direito e medicina, destacando-se profissionalmente como jornalista, tendo dirigido na década de 1920 os dois mais importantes periódicos locais: Tribuna de Petrópolis e Jornal de Petrópolis. Entre as décadas de 1920 e 1930, foi eleito vereador por quatro diferentes legislaturas, onde chegou a ocupar a Presidência da Câmara e a Prefeitura municipal de forma interina. Como já citado, a Comissão do Centenário foi instituída a partir de sua proposição junto a Câmara. Desde então, Sodré exerceu a função de Secretário Geral tanto da Comissão quanto do IHP, onde desempenhou um papel executivo fundamental em ambas. Ainda em 1938, Sodré ficaria

[69] Por ter se casado com sua prima Zulmira, Alcindo Sodré era ao mesmo tempo sobrinho e genro do também político e médico Antônio Augusto de Azevedo Sodré. Filho de fazendeiros do interior fluminense, Antônio Augusto foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e assumiu diversos cargos públicos relevantes, entre eles, foi prefeito do Distrito Federal entre os anos de 1916 e 1917 e deputado federal por duas legislaturas. Em Petrópolis, Antônio Sodré era proprietário da Fazenda Quitandinha, onde costumava veranear com a família e participar ativamente da vida social durante os meses de verão. Faleceu no ano de 1929. (Fonte: SODRÉ, Azevedo [verbete]. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Azevedo.pdf . Acesso em 30/03/2016.

responsável pela montagem do Museu Histórico de Petrópolis,[70] instalado no Palácio de Cristal, e que seria embrião do Museu Imperial, organizado também por ele poucos anos depois.

Um lado pouco conhecido de Alcindo Sodré é a sua atuação como escritor e ideólogo. Sua obra pode ser dividida em duas fases: antes e depois do ano de 1937. O primeiro momento, quando ainda atuava como jornalista e político, Sodré produz diversos livros e artigos de crítica política, entre os quais destaco a obra "A Gênese da Desordem"[71], que analisarei mais à frente. A segunda fase de sua produção intelectual se dá a partir de sua ascensão como Secretário Executivo da Comissão do Centenário e do IHP, e posteriormente, diretor do Museu Imperial, até o seu falecimento em 1952. Tal fase é caracterizada pela exaustiva produção de uma infinidade de artigos de cunho histórico quase todos sobre o Segundo Império, tendo como principal fonte os dados primários e secundários disponíveis na nova instituição dirigida por ele.

O livro "A Gênese da Desordem" fazia parte da conhecida "Coleção Azul", publicada no início da década de 1930 pela Schmidt Editora. As outras quatro obras que completam tal coleção são: "Brasil Errado" de Martins de Almeida, "Introdução à Realidade Brasileira" de Afonso Arinos de Melo Franco, "O Sentido do Tenentismo" de Virgílio Santa Rosa, e "Psicologia da Revolução" de Plínio Salgado. Tais obras marcaram a reflexão sobre a realidade brasileira no conturbado período do Governo Provisório getulista. Para Carone (*apud* Sorá, 2001, p.143),

> A Coleção Azul, tentativa única na época, [...] pretende ser, nesse clima de decepção e incertezas posterior à Revolução de 1930, um instrumento de análise e orientação ideológica da pequena burguesia. Obra de elementos desta classe, reflete seus problemas e deficiências. Todos os ensaios surgidos, mesmo o de Afonso Arinos de Melo Franco (que pertence a velha família da oligarquia mineira), estão dentro desta linha.

[70] Vale lembrar que o Museu Histórico de Petrópolis foi criado e administrado pela Prefeitura do município e, após a criação do Museu Imperial, ele foi extinto pelo Decreto-Lei Municipal nº 22 de 30 de julho de 1940. Tal Decreto-Lei também determinava que todo o seu acervo seria transferido ao Museu Imperial, de modo a constituir a seção petropolitana da nova instituição. Até hoje o Museu Imperial preserva coleções museológicas e arquivísticas com a denominação "Museu Histórico de Petrópolis" em referência a tal acervo.

[71] Só encontrei um exemplar do referido livro na Biblioteca do Museu Imperial que não possui data de publicação. Acredito que a obra tenha sido escrita/publicada entre os anos de 1932 e 1934 por conta de alguns fatos narrados pelo autor como a Revolução Constitucionalista de São Paulo, ocorrida em 1932, e os debates em torno da Constituinte de 1934.

Em “A Gênese da Desordem”, Sodré enaltece uma profunda crítica a presença dos militares naquele movimento político. No caso, os chamados “tenentes” na Revolução de 1930 e no início do Governo Provisório. Ele concentrará sua crítica na postura dos militares durante e após a Revolução. Em tal análise, o autor se aprofundará nas raízes históricas ocorridas entre a transição do Império e a República e afirmará que a derrubada do Império foi protagonizada por uma inaceitável insubordinação e indisciplina por parte dos militares que, na sua visão, realizaram um golpe de Estado. Em suma, estaria aí a “gênese da desordem”. Ou seja, a Proclamação da República foi protagonizada por tais insubordinados, que desde então instauraram uma desordem institucional sem precedentes no país. O que quero chamar atenção aqui não é a essência da obra, os argumentos e muito menos o posicionamento político defendido por Sodré, mas sim as inúmeras e consistentes passagens que ele cita de forma positiva e enaltecedora o Regime do Segundo Império, seus personagens, a forma que o Estado e suas instituições eram organizadas e principalmente, a figura de D. Pedro II.Em outras palavras, a desordem vivida naquele momento – início da década de 1930 - teria as suas raízes na Proclamação da República.

Outra obra anterior, denominada de “A Cidade Imperial: alma e paisagem de Petrópolis” (SODRÉ, 1929), de cunho mais memorialista, chama a atenção por narrar o cotidiano de Petrópolis nas primeiras décadas de sua existência, enfatizando com elevado tom saudosista os períodos de vilegiatura do Imperador e de sua Corte na cidade. Neste livro, Sodré se concentra em elogios sobre a figura humana de Pedro II que caminhava pela cidade, vivenciava sua natureza, visitava as escolas, além de enaltecer a urbe ordeira, pacífica, bucólica, civilizada e de “ares europeus”, encomendada pelo Imperador ao seu gosto e semelhança e planeada por Koeler, e que teria perdido o seu “encanto” no século XX.

As duas obras citadas são importantes indícios que demonstram a elevada predileção exercida por Sodré frente não apenas ao regime monárquico, mas principalmente à figura de D. Pedro II, antes mesmo de ele ser cogitado como organizador do Museu Imperial. O seu contemporâneo Américo Lacombe (1970) afirmaria anos mais tarde que Sodré não era simplesmente um monarquista, mas sim um “pedrista”. Ou seja, seria favorável a um Regime Monárquico aos moldes do que fora o Segundo Império. Apesar disso, não encontrei fontes que aproximassem

ou distanciassem Alcindo Sodré das idéias políticas monarquistas que emergiram nesse período, como o já citado movimento nacionalista totalitário Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB).

Outro aspecto importante é a ampla defesa que será realizada não só por ele, mas pelo grupo mencionado, de retomar a “urbe ordeira” do século XIX que ele chamaria de “A Cidade Imperial”. A soma desses elementos será determinante não apenas na escolha de Sodré como administrador de mais um espaço cultural inaugurado pelo governo federal, mas sim da escolha de um ideólogo que estaria à frente de um amplo e complexo programa doutrinário nacionalista que teria o Museu Imperial como carro chefe.

> (...) a participação dos intelectuais no projeto ideológico do Estado Novo, de fundamental importância, pois através de sua articulação foi possível não só a justificativa e/ou convencimento de uma nova ordem, como também o seu redimensionamento ideológico. A partir de 30, o Estado fará um movimento de absorção destes intelectuais, que devem ser vistos como homens de pensamento e ação. Com o objetivo de formar um modelo de brasilidade, é no passado que esses intelectuais irão procurar as raízes culturais necessárias à fundamentação deste modelo (...) mais especificamente, durante o Estado Novo, assiste-se a uma crença na releitura da tradição como pressuposto para se projetar o futuro. Desejava-se o novo, a mudança; sem que se perdesse de vista, porém, o horizonte conservador – um horizonte de valores extraídos de um passado católico e de uma sociedade patriarcal. Projetava-se um novo Estado, buscando-se legitimidade no passado. (...) Foi neste universo intelectual que foi criado o Museu Imperial – voltado para a lembrança de um passado – o monárquico – através do recolhimento dos objetos que pertenceram à família imperial e dos que, de alguma maneira, estavam envolvidos com ela, e apresentá-los ao público. O lugar escolhido: a casa de verão da família imperial. (HEIZER, 1994, p. 26-37).

A política cultural de cunho nacionalista promovida tanto pelo Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema quanto pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Lourival Fontes, buscou se apropriar de referências passadas para consolidar um projeto de nação calcado na memória e na tradição. A criação de órgãos como o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) dariam suporte a tal construção cultural. O SPHAN, além de cuidar dos processos de tombamentos, foi também responsável pela concepção de diferentes museus federais no período como o Museu das Missões, em São

Miguel no Rio Grande do Sul, os Museus do Ouro em Sabará e da Inconfidência em Ouro Preto, o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) no Distrito Federal e por fim o Museu Imperial de Petrópolis (MIP) que examinarei com mais detalhe. Cada um desses espaços foi criado para valorizar um determinado conjunto de memórias que, naquele momento, interessavam ao projeto nacionalista do Estado Novo. Como já visto anteriormente, a temática imperial e a figura de D. Pedro II estavam entre as memórias que deveriam ser destacadas. Coube ao Museu Imperial o papel de abrigar tal memória.

Segundo Ortiz (1994, p. 141), o papel de identificar e selecionar tais manifestações são atribuídos a atores sociais denominados “mediadores simbólicos”, que muitas vezes vêm incorporados na figura dos intelectuais. Quanto a estes atores sociais, o autor considera que “(...) são na verdade agentes históricos que operam uma transformação simbólica da realidade sintetizando-a como única e compreensível” e ainda “confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global”.

No contexto do Estado Novo, os intelectuais das mais variadas tendências, seja ocupando altos cargos da burocracia estatal, obtendo voz em conselhos e comissões consultivas ou até mesmo participando de forma pontual e esporádica em atos, eventos ou manifestações cívicas governamentais, atuaram decisivamente não apenas como mediadores simbólicos na seleção do que seria valorizado ou não como cultura nacional, mas também nas primeiras concepções a respeito do patrimônio cultural e de sua preservação. Frases como “preservar o que é nosso”, fazem parte da montagem do discurso em prol da defesa do chamado “patrimônio nacional”. Intelectuais como Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecilia Meireles, Lúcio Costa, Gustavo Barroso, Vinícius de Morais, Pedro Calmon, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade são apenas alguns dos muitos nomes que participaram desse processo.

Apesar da aparente hegemonia de ideais modernistas no trato da política cultural estadonovista, Londres (2001) destaca que diferentes correntes disputavam espaço dentro da esfera estatal. A autora cita exemplos como os neocoloniais, liderados por José Marianno Filho e os que exaltavam o culto à pátria, liderados por Gustavo Barroso. É possível que esta última corrente tenha obtido elevada influência

na montagem de alguns museus constituídos no período. Américo Lacombe, na Casa Rui Barbosa e Alcindo Sodré no Museu Imperial são exemplos de intelectuais que em parte compartilhavam as idéias de Barroso. Além disso, Londres também citará cisões ocorridas dentro da própria corrente modernista.

No caso do Museu Imperial, coube a Alcindo Sodré e ao grupo que se formou ao seu redor - através do IHP e da Comissão do Centenário - o papel de mediadores simbólicos que atuaram na seleção das memórias que seriam apresentadas nesse novo espaço.

> Alcindo Sodré assumiu a direção dessa instituição e assinalou claramente a intenção de, com a criação do Museu, imortalizar na exposição permanente do antigo Paço serrano, a figura do imperador sábio, do filósofo, do iluminado pai de família.A idéia de trabalhar a memória do tempo da Monarquia e de fixá-la faz, portanto, parte integrante dos motivos da criação e manutenção desse Museu em Petrópolis. (...) Assim, o Museu Imperial atualizaria, no momento da ditadura getulista, os símbolos do poder imperial. Ter essa memória cristalizada na serra era duplamente útil àquele momento republicano, pois não só celebrava as glórias do passado, mas também reforçava o caráter majestático do poder. O universo de objetos em exposição permanente legitimaria um novo despertar para a nação ao evocar o tempo da Monarquia, marcando esse momento como o verdadeiro início da história brasileira. (LIMA, 2001, p. 78-9)

Segundo relatos do próprio Sodré (1950), a idéia de se erguer o Museu no antigo Palácio Imperial foi uma sugestão sua ao presidente Vargas, quando o mesmo fez uma visita ocasional ao então Museu Histórico de Petrópolis durante uma de suas habituais caminhadas vespertinas pela cidade serrana. Ao receber ilustre visita, o diretor da instituição – o próprio Sodré – teria acompanhado Vargas ao término da caminhada quando sugeriu tal idéia, que foi muito bem recebida pelo presidente. Desde então, Vargas teria sido uma espécie de “padrinho” do novo Museu, criando-o através do Decreto-lei nº 2.096, de 29 de Março de 1940 e acompanhando pessoalmente a sua montagem até a sua abertura oficial em 1943, como apresenta a Figura 10.

Figura 10: Alcindo Sodré e Getúlio Vargas durante uma das visitas do presidente aos trabalhos de montagem do Museu Imperial.

Fonte: Revista Pequena Ilustração, 16 de março de 1941, p. 8 (Acervo DAMI/M.I.P.)

A montagem do Museu Imperial é narrada por Lourenço Lacombe – que na época era assistente de Sodré e posteriormente ocuparia seu lugar na direção da instituição – da seguinte maneira:

> (...) o Museu Imperial foi a menina dos olhos dele [Getúlio Vargas]. Entre 1940 e 1943 ele nos fez diversas visitas mesmo antes da inauguração, e sempre de improviso: estávamos nós muito bem no trabalho e aparecia alguém gritando: "Olha o Presidente! Olha o Presidente!". E ele, sempre amabilíssimo, com aquele jeitão clássico, sentava-se no gabinete do Professor Alcindo, batendo na barriguinha, e perguntava: - "Ô Alcindo, o que está faltando no Museu?". O professor Alcindo falava, o ajudante de ordens anotava; e dali a um ou dois dias o material chegava. Mesmo porque todo o mobiliário do Império que estava nas repartições federais foi entregue ao Museu Imperial. Eu fui o encarregado desse recolhimento, e várias vezes tive que brigar, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, no próprio Palácio do Catete...[72]

O Museu Imperial foi fundado com a previsão de ser inaugurado em 16 de março de 1943 - mesma data de comemoração do centenário de Petrópolis. Vale ressaltar também que o Secretário Geral da Comissão do Centenário, do IHP e o Diretor do MIP eram a mesma pessoa, o que auxiliava na convergência entre os eventos. Consequentemente, as reuniões da Comissão do Centenário e do IHP passam a ser capitaneadas pelo MIP, que passa também a sediar tais encontros, no espaço que futuramente seria a sua biblioteca.

[72] Entrevista concedida por Lourenço Luiz Lacombe ao Jornal Cultural. *O Belisco*, ano IV, n. 39, Petrópolis, 1993.(apud HEIZER, 1994, p. 37).

Por fim, a inauguração do MIP adquiriu o status central no programa das Comemorações do Centenário da cidade. Com isso, as comemorações tomaram uma nova dimensão, deixando de ser apenas um evento de importância local. A montagem e inauguração do Museu simbolizavam que a efeméride centenária petropolitana passaria a ter importância nacional, contando com significativo aporte da União. Demonstrarei no próximo capítulo que o Museu Imperial possuiu significativa importância simbólica, desempenhando uma relevante centralidade nas políticas urbanas que se desenvolveram no município a partir de então.

3 PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO EM PETRÓPOLIS NO ESTADO NOVO

3.1 Urbanização e Planejamento na cidade e no estado do Rio de Janeiro na Primeira República

Apesar de configurarem divisões administrativas distintas no período estudado, é difícil situar a antiga Província e depois Estado do Rio de Janeiro sem levar em consideração a sua relação de dependência e de complementaridade com a então capital federal. Senão vejamos:

Em meados do século XIX, as regiões do Vale do Paraíba fluminense e a Zona da Mata mineira configuravam-se como os mais importantes polos de produção cafeeira do país. Como nesse período o café era o carro chefe da economia brasileira, pois era de longe a principal *commodity* na pauta de exportação, a cidade do Rio de Janeiro caracterizava-se como o principal centro urbano de influência dessas regiões, pois ali encontrava-se o porto de escoamento de café e também de importação de produtos industriais. Isso fez com que o Distrito Federal centralizasse uma série de atividades comerciais e financeiras, tornando-se o grande “empório” da região fluminense e do Brasil.

Com isso, a cidade do Rio de Janeiro consolidou-se não só como sede político-administrativa, mas também como centro comercial do Segundo Império. Com a intensificação da produção do “ouro negro”, que vivia seu apogeu, acompanhada pelas inovações tecnológicas oriundas da Europa (ferrovias, navegação a vapor, utilização da energia elétrica, dentre outras), tornou-se necessária a melhoria da infraestrutura visando otimizar a exportação. Esse período, que se estende até o final do século XIX, foi marcado pelo início da chamada “modernização” da cidade do Rio de Janeiro. A construção das ferrovias, o alargamento de ruas próximas à região portuária, a abertura de linhas de bonde, além dos melhoramentos no porto, são alguns exemplos da mudança da sua estrutura urbana.

Após a Proclamação da República e durante o período da história brasileira denominado de “Primeira República” (1889-1930) o estado do Rio de Janeiro passou por sucessivas crises políticas e econômicas, principalmente em suas atividades

agrícolas como o café (FERREIRA, 1994)[73]. Ao analisar a conjuntura econômica do interior fluminense no período, apresenta o seguinte cenário:

> A participação da renda oriunda da exportação do café na receita do estado, calculada em 79% do total de 1895, decresceu progressivamente, passando a 28,61% em 1905.

Fernandes (2007, p. 80) acrescenta ainda que:

> Em termos sócioeconômicos, o que nos chama a atenção no período que abarca a segunda metade do século XIX e os anos iniciais do século XX são a ascensão e queda da lavoura cafeeira e do escravismo. Tido como o "coração do Império", o Vale do Paraíba, região mais rica da província e do país, era o centro da vida econômica e política do Brasil.

Estas crises observadas também pela diminuição da importância das elites agrárias fluminenses no cenário político nacional foram decisivas para a redefinição da dinâmica econômica do estado. Em conseqüência, a cidade do Rio de Janeiro também teve sua significação econômica colocada em xeque. Aos poucos, as atividades industriais e a prestação dos mais diversos serviços vão tomando cada vez mais espaço da dinâmica econômica fluminense. Fausto afirma que "membros da burguesia do café tornaram-se investidores em uma série de atividades" (2008, p. 287). Além dos investimentos oriundos dos capitalistas cafeeiros, outros fatores[74] também ajudaram a desencadear a industrialização como o capital internacional oriundo de imigrantes. Isso contribuiu para um pioneirismo e uma supremacia momentânea da cidade no Rio de Janeiro na industrialização brasileira.

A partir dos primeiros anos do século XX, outras regiões brasileiras gradativamente cresceram em importância e dividiram com o Rio de Janeiro a supremacia econômica. Aos poucos, a preeminência industrial do então Distrito Federal vai decrescendo e na década de 1920 o cenário se inverte. A tabela seguinte permite visualizar melhor essa transformação:

---

[73] A obra de Marieta de Moraes Ferreira intitulada "Em Busca da Idade de Ouro" (1994) realiza uma análise aprofundada sobre a conjuntura política e econômica das elites fluminenses durante a Primeira República. Outros relevantes trabalhos que enfocam principalmente a conjuntura da cidade do Rio de Janeiro são: Ferreira e Delgado (2006), Lessa (2005), Enders (2008) e Carvalho (2009), além das outras obras de Ferreira (1989, 2000, 2006).

[74] Arias Neto (2006) sustenta a tese de que a industrialização e urbanização brasileiras não foram promovidas prioritariamente pelas oligarquias cafeeiras. Segundo o autor tratam-se de processos complexos que não possuem ligação direta e correlata.

Quadro 4: Valor da produção industrial brasileira no início do século XX

	1907	1920
Rio de Janeiro (DF)	33,2 %	20,8%
São Paulo	16,6%	31,5%
Rio Grande do Sul	14,9%	11,0%
Total	64,7%	63,3%

Fonte: Adaptado de Fausto (2008, p. 288)

Aos poucos o então Distrito Federal vai perdendo sua centralidade econômica. Apesar de ainda permanecer como centro político-administrativo do país, o seu peso político também decresce (CARVALHO, 2009, p. 39). Associado a isso, Benchimol (1990) apresenta que a cidade sofreu inúmeros problemas de ordem sanitária, destacando-se as frequentes epidemias.

Era vital que a capital do país redefinisse seu papel e sua imagem e uma das alternativas propostas pelos primeiros governos republicanos foi a remodelação urbana através dos chamados "Planos de Melhoramentos e Embelezamento da cidade do Rio de Janeiro"[75]. O período da Primeira República foi marcado por sucessivas intervenções urbanas, destacando-se a Reforma Passos (1903-1906), as remodelações preparativas para as comemorações do Centenário da Independência durante a administração Carlos Sampaio (1920-1922) e o Plano Agache do final da década de 1920.

> Ao longo da primeira metade do século XX, a cidade passou por uma série de intervenções no seu espaço urbano, transformando e modernizando o Rio de Janeiro, possibilitando a formação do cenário para o surgimento do turismo, tornando a cidade um importante centro turístico da modernidade, cuja beleza a fez merecer o título de Cidade Maravilhosa (MACHADO, 2005, p. 44, grifo nosso).

Vale lembrar que outros fatores justificaram a implantação dos chamados "Planos de Melhoramentos e Embelezamento da cidade do Rio de Janeiro" como a

[75] Expressão usada por Machado (2005, p. 50) para definir as sucessivas intervenções urbanas pontuais que a cidade do Rio de Janeiro passou desde o século XIX até meados do século XX.

necessidade crescente de modernização da capital do país. Segundo Lessa (2005, p. 196):

> O apoio de Rodrigues Alves à campanha sanitária de Oswaldo Cruz combina com a modernização urbana, reduzindo a mortalidade por febre amarela a zero em 1907. O sanitarista foi por isso reconhecido internacionalmente, inclusive com uma condecoração na Alemanha, no ano da erradicação. O estigma sobre a cidade começou a ser dissolvido. O Rio estaria assumindo condições de recepção de visitantes internacionais. Ainda em 1907 o navio Byron promoveu uma viagem de turismo para conhecer o Rio.

Diferentes perspectivas dos planos de melhoramentos do Distrito Federal no início do século XX foram trabalhadas por autores como Abreu (2011), Andreatta (2006), Benchimol (op.cit.), Enders (2008), Kessel (2001), Pinheiro (2009), Oliveira (2009) e Silva (1996 e 2003). O ponto comum tratado é a aproximação entre os planos de melhoramentos e a construção de um cenário para o início da atividade turística organizada na cidade do Rio de Janeiro. Nesta linha de pensamento, Enders (op.cit., p. 215) afirma que

> As grandes obras do Rio são coroadas por manifestações de prestígio, que estimulam o turismo na capital. Em 1908, o Brasil celebra com uma exposição nacional o centenário da abertura de seus portos e o fim da época colonial. Em 1922, a exposição é internacional e comemora a independência.

Ou seja, os autores mostram que os planos de melhoramentos contribuíram significativamente para tornar a cidade atrativa aos visitantes configurando um cenário ideal no qual o estigma de “Cidade Pestilenta” fosse aos poucos dando lugar a um novo epíteto de “Cidade Maravilhosa”. No início do século XX com a consolidação dos melhoramentos urbanos, a então capital federal vai despontando como principal destino turístico do Brasil.E a década de 1920, com a elaboração do Plano Agache,durante a administração do prefeito Prado Júnior (1926-1930), foi decisiva para a institucionalização do turismo organizado na capital do país.

3.1.1 “O Plano Agache e o Turismo”

Apesar das significativas reformulações e melhoramentos realizados na Capital Federal até o ano de 1922, é válido perceber que tais melhorias tinham uma característica em comum: eram intervenções pontuais em áreas isoladas, quase

sempre localizadas em áreas nobres como a região central ou zona sul, desconsiderando pensar a cidade como um todo. Esse ponto originou uma série de debates[76] acalorados a partir do ano de 1922, tanto no âmbito da administração pública quanto em instituições envolvidas ou críticas a tais proposições. Algumas delas, inclusive, surgiram nessa década como o Instituto Central de Arquitetos (ICA), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o já mencionado Rotary Club, além de outras já tradicionais como o Clube de Engenharia e a própria Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). O ponto convergente nesses debates seria a emergência de elaboraração de um plano que contemplasse a cidade em sua totalidade. Abreu (2011) apresenta que no âmbito da administração municipal, essa discussão se deu durante as gestões de Carlos Sampaio (1920/22) e de seu sucessor Alaor Prata (1922/26), até que em 1927 o então prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Júnior (1926/1930), convidava o urbanista francês Alfred Agache para realizar uma série de conferências sobre o tema urbanismo.

Alfred Hubert Donat Agache[77] fora autor, consultor ou colaborador de vários planos e projetos de urbanização em diferentes países. Na França, ele foi responsável por planos em cidades como Paris, Dunquerque, Tours, Dieppe, Orleans e Reims. Em outros países elaborou planos para Camberra (Austrália), Guayaquil (Equador), Lisboa (Portugal), Casablanca (Marrocos), Istambul e Ancara (Turquia). Ele foi professor titular no *Collège Libre des Sciences Sociales* em Paris, além de fundador e secretário geral da Sociedade Francesa de Urbanistas (SFU). Sua contribuição acadêmica se deu também pela autoria de uma série de artigos e livros sobre urbanismo - termo no qual ele se considerava precursor – o qual definia da seguinte maneira:

> O Urbanismo é uma Ciência e uma Arte, e sobretudo uma Filosofia social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o

[76] Não me estenderei aqui em apresentar com maiores detalhes as instituições, correntes e atores presentes nesse amplo debate ocorrido na década de 1920, pois não é o objeto central desta tese. Um interessante estudo sobre esse assunto é o trabalho de Silva (1996) intitulado *"A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil"*.

[77] A breve biografia de Agache aqui apresentada se baseou na compilação de informações disponíveis em diferentes fontes como Azevedo e Costa (2013), Silva (1996), Coimbra Bueno (1941), além de outros dados complementares contidas no verbete "AGACHE, Alfred Hubert Donat" da seção "autores" do site mantido pela Rede de Pesquisa "Urbanismobr", disponível no link: < http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=12 >. Acesso em 27/04/2016 às 12h36m.

> embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras. (AGACHE, 1930, p. 04)

Em agosto do mesmo ano, Prado Júnior solicitava autorização do Conselho Municipal para abrir os créditos necessários para a elaboração de um plano urbanístico para a capital. Na ocasião, foi contratado um grupo de técnicos coordenados pelo próprio Agache. Esta equipe trabalhou entre os anos de 1927 e 1930 e produziu um documento intitulado “Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento” que ficou conhecido como “Plano Agache” (AGACHE, 1930).

A característica que vai diferir o Plano Agache das demais intervenções realizadas anteriormente, é que pela primeira vez a cidade é tratada em sua totalidade, incluindo ainda o sentido metropolitano (regional) que a Capital exercia com o seu entorno. O Plano Diretor sob o aspecto metodológico possuía uma perspectiva de longo prazo com a duração estimada em cinqüenta anos, ou seja, para além dos tempos dos governos. Apresentava ainda o zoneamento (*zoning*) como instrumento central de ordenamento e controle urbano, complementado por uma ampla legislação para dar suporte jurídico, além de sugerir a criação de órgãos voltados para o acompanhamento e execução do plano, conforme o mapa exposto no ANEXO E.

Além disso, a leitura funcional que Agache realizará da cidade também terá uma característica marcante. Comparando a cidade a um organismo vivo, Agache (*Id.*, p. 226) afirmará que

> (...) essas nascem, crescem, vivem, e como os seres animados, enfraquecem e morrem. Nascidas da poeira, voltam á poeira. (...)
>
> Não se tem dito igualmente, que os espaços livres, avenidas, praças jardins, são os pulmões da cidade? E são efetivamente reservatórios de ar, análogos aos alvéolos pulmonares. O sistema circulatório constituído pelas artérias e vasos que são as avenidas e as ruas, leva e reparte entre todos os pontos do corpo urbano, mesmo os mais distantes, a substância necessária a vida. É no centro da cidade, coração urbano, que são conduzidas todas as grandes correntes da circulação. Do mesmo modo que as células do corpo humano tiram oxigênio pelo contato dos vasos do sistema arterial, as habitações

> recebem o ar e a luz indispensáveis a sua salubridade, dos vãos abertos sobre as artérias das vias de circulação.
>
> Formam o estômago da cidade, os grandes mercados de alimentação. Até a própria rede de esgotos identifica-se perfeitamente com o aparelho digestivo. A sua saúde, seu desenvolvimento, e a sua existência, são governados pelos mesmos princípios. Assim como um ser vivente, a aglomeração urbana está exposta a mal-estares, doenças ou crises, das quais, na nossa época, a do crescimento a afeta muito particularmente. É para ela uma necessidade ter os seus órgãos sempre em estado de exercer as funções que lhes são próprias, rivalizando a harmonia indispensável para manter um constante equilíbrio.

Com isso, Agache sintetizará três funções vitais principais para a cidade: Circulação (tráfego), Digestão (Saneamento) e Respiração (áreas livres, avenidas, jardins e vegetação). O perfeito funcionamento e harmonia dessas três funções, combinados com os embelezamentos estéticos, constituirão as molas mestras das proposições de seu Plano Diretor.

> Saúde primeiro! Uma cidade pode provocar a admiração pela majestade do seu decoro e a beleza dos seus monumentos, mas se for insalubre não conseguirá reter os visitantes (*Id.*, p. 227, grifo nosso).

Outro aspecto relevante tratado pelo Plano Agache, e muito pouco analisado pelos pesquisadores que o estudaram, é o de recomendar o turismo como atividade chave para o desenvolvimento da cidade. Segundo Machado (2005), um dos poucos autores que analisaram esse aspecto,

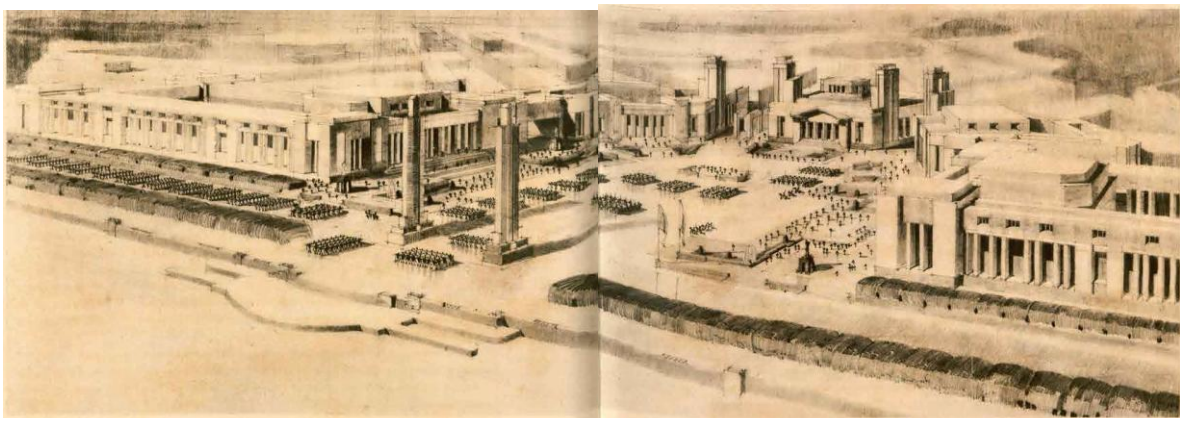
> Alfred Agache foi o primeiro a indicar o turismo como um fenômeno almejado em todos os lugares e que não seria diferente em relação ao Rio de Janeiro, que teria condições de ser um importante centro de turismo receptivo internacional, mas para isso seria necessária uma série de obras de embelezamento e estrutura, indicadas no Primeiro Plano que abordou o turismo na cidade do Rio de Janeiro, o Plano Agache, jamais plenamente implementado (MACHADO, 2005, p. 76).

Além de todos os embelezamentos e estruturas propostas, a preocupação com o aspecto turístico aparecerá em projetos como a “Entrada do Brasil” (Figuras 11 e 12) que além de atender uma função cívica, esse conjunto monumental serviria

também como um “portal de entrada” para receber os visitantes que chegassem ao país. Além disso, os palácios contidos nesse complexo funcionariam também como centro de artes e eventos, conforme sugere Agache (*op. cit.*, 213):

> Os palácios que emolduram a “Entrada do Brasil” foram estudados de modo a equilibrar o conjunto dessa praça de honra. O Palácio de Belas Artes à direita, o da Indústria à esquerda, permitem a instalação, em grandes galerias largamente iluminadas e ventiladas, de museus permanentes e de exposições temporárias. Além de que, cada um possuirá uma grande sala para conferências, festas e congressos de sociedades profissionais e artísticas.

Figuras 11 e 12: Praça Monumental da Entrada do Brasil



Fonte: Agache (1930, p. 214-215).

Observa-se nos trechos abaixo que, ao se utilizar-se largamente de hipérboles, Agache (1930, p. 82-4) maximiza as características estéticas da cidade do Rio, contribuindo assim para reforçar a construção metafórica de “cidade maravilhosa” que se construirá como um estereótipo hegemônico naquele início de século.

> É a interpenetração entre a natureza, mais ou menos bravia, e a cidade edificada e ordeira que dá a capital do Brasil o seu *cachet* e a sua graça especial. É a conjunção íntima que existe entre a cidade, a mata, a montanha e o mar, que a distingue de outras capitais e de outras cidades de importância similar e faz dela a “cidade maravilhosa”, exaltada pelos turistas, e motivo de orgulho para os seus habitantes. (...) Diante dos atrativos do Rio, a obra do homem é, aliás, de uma importância relativa. (...) depois do embelezamento e do saneamento das ruas, a cidade ficou sendo, entre todas as regiões tropicais, aquela em que o

> homem branco pode mais facilmente aclimar-se, e onde é acolhido por um povo amável e hospitaleiro entre todos, compreende-se que esse adorável jardim, que e a capital do Brasil, o Rio, esplendido cenário de sonho, se torna cada vez mais um grande centro de turismo mundial, a melhor estação de inverno para os que desejam escapar a banalidade das termas ou das praias em voga e abandonar-se, ao mesmo tempo, a esse repouso único que oferecem os dias de travessia sobre as calmas ondas do Oceano.

Com relação ao turismo, é válido destacar a visão de Agache sobre o caráter ordeiro, civilizatório e elitista almejado por essa atividade dirigida ao estrangeiro - que ele denomina de “homem branco” - restando ao habitante local apenas o submisso e subalterno papel de “amável e hospitaleiro”. O teor segregador apresentado no Plano não era restrito às questões de turismo. Para Abreu (2011, p. 86), o chamado Plano Agache constitui

> O exemplo mais importante da tentativa das classes dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da forma urbana carioca, já por demais contraditória. (...) Resumidamente, o Plano pretendia ordenar e embelezar a cidade segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço.

Seguindo análise similar, Machado (2005, p. 75) completa que

> O Plano Agache indicou, na verdade, mudanças na cidade que não teriam repercussões apenas locais, e sim mais amplas, envolvendo pelo menos todo o município e seus habitantes. Tratou-se de uma segregação espacial totalmente transparente, sem nenhum subterfúgio. A postura elitista dos governantes não causava estranheza, tanto que poucos jornais e revistas da época que consultamos apresentavam críticas: muito pelo contrário, as obras eram elogiosas e julgadas necessárias.

Em termos das intervenções arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas propostas, é possível afirmar que poucos projetos contidos no Plano Agache do Rio de Janeiro saíram do papel, principalmente naquele momento. Segundo Azevedo e Costa (2013, p. 94-5),

> O plano de extensão, remodelação e embelezamento foi oficialmente entregue à prefeitura do Rio de Janeiro após o retorno de Alfred Agache à França, devido à Revolução de 1930. Em 1931, Adolfo Bergamini chegou à administração da

> cidade. Como sucessor de Prado Júnior, Bergamini instituiu uma comissão para avaliar o Plano Agache, presidida pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy e integrada pelos arquitetos Lúcio Costa, Arquimedes Memória, Ângelo Bruhns, e pelos engenheiros Henrique de Novais, Raul Pederneiras e José Marianno Filho. Em 1934, apesar do parecer favorável da comissão de avaliação, o prefeito Pedro Ernesto Baptista optou pelo arquivamento do plano, dentro do espírito de rejeição desenvolvido pela Revolução de 30 às ações do governo anterior. Outra razão para que o plano não tenha sido implantado pode ser compreendida pela grande revolução que estava acontecendo no urbanismo naquela época, provocada pelo movimento modernista em torno dos congressos CIAM.

Apesar do episódio narrado acima, percebe-se que o cenário se inverte a partir da deflagração do Estado Novo:

> Mais tarde, algumas idéias do Plano Agache foram resgatadas pelo governo do prefeito interventor Henrique de Toledo Dodsworth, no Estado Novo, reativando a Comissão do Plano da Cidade a fim de adaptar o projeto de Alfred Agache à situação da época. O Plano da Cidade elaborado por esta nova comissão e sancionado em diferentes decretos de 1938 a 1948 extraiu do Plano Agache todos os estudos sobre os principais eixos viários da cidade e implantou com base nesses projetos uma etapa de construção de túneis, viadutos e estradas. *(ibid.)*

A partir da análise de diversos estudos[78] consultados sobre o Plano em questão, é possível afirmar que ele não foi implementado em seu sentido estético, mas sim em sua essência, ou seja, que sua relevância encontra-se nas orientações para o desenvolvimento futuro da cidade, assumidas em parte pelas administrações públicas que se seguiram. Além disso, tal plano pode ser considerado um importante marco na institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano como instrumentos de gestão nas cidades brasileiras. Seu ordenamento jurídico e metodológico serviu de base não só para inúmeras intervenções urbanas praticadas no país nos anos seguintes, mas também como referencia na consolidação de políticas públicas. Na opinião do urbanista José Oliveira Reis (apud FARIA, 2007, p. 90).

> O Plano Agache teve o mérito de alertar os engenheiros municipais e despertar o interesse nos meios profissionais

[78] Rezende (1982, 2012b), Underwood (1991), Silva (1996), Berdoulay (2003), Moreira (2007), Faria (2007), Pinheiro (2009) e Azevedo e Costa (2013).

> sobre os problemas de urbanismo. Os problemas de ordem local foram substituídos por outros de âmbito mais largos, visando a áreas maiores, interessando cada vez mais o maior número de munícipes. Os pequenos grupos confinados, que a política estreita restringia a questões meramente locais, foram sendo ampliados e considerados como parte de um conjunto, tendo a cidade por um todo. Desse ponto de vista o urbanismo funcionou como revolucionador de mentalidade. Quem provocou essa alteração em nosso meio foi, sem dúvida, o Plano Agache.

Por isso, é possível compreender a política urbana brasileira antes e depois do Plano Agache para a cidade do Rio. Não só o plano, mas a sensibilização, o debate e as críticas geradas abrem caminho para a profissionalização e o reconhecimento do urbanismo e do planejamento urbano não só como prática, mas também como campo de conhecimento. Além disso, já indica o turismo como um tema relevante no âmbito das políticas urbanas.

3.2 A institucionalização do Planejamento Urbano e Regional a partir da década de 1930

Como mostrado nos capítulos 1 e 2, o período posterior ao ano de 1930 caracteriza-se pela intervenção estatal em diversos setores da economia e na vida social que evoluirá de forma gradativa até se consolidar com a deflagração do Estado Novo. Sobre o cenário desencadeado a partir da Revolução de 1930, Ianni (2009) mostra que independente de seu sentido original, ela criou instituições, valores e padrões sociais burgueses tendo como elementos centrais o intervencionismo estatal sobre a economia e a regulação das relações de trabalho. Deu-se expressivo crescimento industrial e a consolidação tanto de uma burguesia quanto de um proletariado urbanos, culminando no desenvolvimento de um capitalismo mais avançado no Brasil.

Este período também foi marcado pela transformação das cidades com o acelerado processo de urbanização. Este processo deveu-se a fatores socioeconômicos - como a já mencionada industrialização, a melhoria das condições de vida e a consequente migração do campo para as cidades - e ao papel interventor do Estado por meio das políticas públicas e da reorganização da administração segundo uma perspectiva racional.

É neste cenário que se dará os primeiros passos para a institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano como políticas de Estado, concretizados na forma de leis, planos, comissões, e todo um aparato burocrático voltado para este fim. Feldman (2010, p. 3) caracteriza o período como

> um momento em que as mudanças profundas no âmbito da economia, da política, da organização social, da administração pública, do desenvolvimento urbano, no Brasil, forçam a "reconstrução" de saberes e práticas urbanísticas.

Vale lembrar que este período também é marcado pela ascensão do urbanismo como campo profissional e acadêmico, destacando-se alguns eventos relevantes como a proposição de Lúcio Costa - em sua breve passagem pela direção da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) entre os anos de 1930 e 1931 - se criação as cadeiras de urbanismo e paisagismo junto a Escola (CORDEIRO, 2012, p. 953), a instituição do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e a regulamentação de ambas as profissões em 1934, além de uma série de instituições, entidades de classe, eventos e publicações especializadas que vão se consolidar naquele momento. É nesse panorama que Fernandes (2012, p. 52) argumentará que

> Entre 1930 e 1945, estruturam-se institucionalidades, ações e quadros jurídicos que serão basilares para o processo efetivo de constituição de uma política nacional para as cidades, muitos dos quais vigentes ainda hoje e que auxiliam a enfrentar a questão urbana em termos de controle, proposição e gestão.
>
> São assim construídas formas de atuação no período que contemplam um programa variado e complexo que vai desde a esfera da habitação - uma das mais agudas e presentes no período - à criação de novas cidades, ao desenvolvimento de planos diretores até a estruturação de um sistema técnico de administração, entre outros.

Enfim, importantes urbanistas - e seus respectivos escritórios especializados em elaboração de planos – se destacam como atores fundamentais tanto nas práticas como nos debates em torno do urbanismo e do planejamento urbano no país como Atílio Correa Lima, os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, Saboya Ribeiro, Nestor de Figueiredo, José de Oliveira Reis, Saturnino de Brito Filho, Armando de Godoy e Baptista de Oliveira. No ano de 1941 esses profissionais

organizaram o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo. Baptista de Oliveira (1941, s/p) - presidente do referido Congresso – ao prefaciar os anais do certame, apresenta o seguinte cenário:

> Nas últimas décadas, o crescimento vertiginoso das populações das cidades, a rápida evolução das ciências e as diferentes atividades industriais, com a complementaridade dos fatores que põem em jogo, deram um impulso extraordinário às cidades, cujo desenvolvimento, escapando a todas as providências normais, apresenta problemas de tal magnitude, que se torna necessário sair da inércia e da apatia para buscar soluções que evitem males irremediáveis.
>
> Um dos maiores obstáculos a vencer é a tenaz indolência e incredulidade dos que se opõem ao urbanismo. A nossa antiquada legislação precisa ser revista. Medidas preventivas e regras regulamentares precisam ser criadas, para que os erros do passado, as necessidades presentes e as previsões do futuro, possam ser contempladas com a atenção necessária, afim de que fique garantido o bem estar das gerações vindouras, bem como o benefício econômico dos cofres públicos.

Nessa perspectiva, Feldman (2010, p. 1) entende o I Congresso Brasileiro de Urbanismo como “manifesto pela legitimação do profissional urbanista portador de uma nova concepção de urbanismo – o urbanismo que a nova realidade urbano-industrial exige”. A autora ainda completa que

> (...) Essa intensa mobilização no momento em que os urbanistas se confrontam com mudanças estruturais da realidade urbana dá início à construção e à difusão da pauta urbanística que, pelas quatro décadas seguintes, será perseguida, atualizada e não necessariamente consumada no âmbito da administração pública. (*Op. Cit.,* 2010, p. 5)

Neste congresso foram abordadas diversas temáticas relativas ao urbanismo. Além de tratar sobre a própria conceituação do termo em si e seus instrumentos de ação (zoneamento, plano diretor, dentre outros) discutiu-se também uma série de questões envolvendo a consolidação do urbanismo como campo, assim como os entraves a seu desenvolvimento no país.

É importante salientar que o congresso também se notabilizou por abrir espaço para a apresentação de teses sobre o campo do urbanismo. Tais teses trataram de uma série de temáticas como a habitação popular, o “problema das

favelas", as discussões em torno do saneamento, o tráfego e comunicação, a necessidade de se aprimorar uma legislação urbanística, assim como outros temas transversais menos comuns a este campo naquela época, como "A Proteção dos Monumentos Históricos e Artísticos" e por fim, o Turismo.

> [as teses do] I Congresso Brasileiro de Urbanismo expressam um momento de sintonia dos urbanistas com as mudanças em curso nas cidades brasileiras, e que o Congresso é parte da intensa mobilização que ocorre ao longo da década de 1930 no campo do urbanismo e em outros campos disciplinares *[grifo meu]* que atuam na formação de conhecimento sobre a realidade urbana (FELDMAN, 2010, p. 5).

Dentre os campos disciplinares que estavam atuando na formação de conhecimento sobre a realidade urbana, no âmbito do I Congresso de Urbanismo o turismo estava inserido entre eles. Isso fica notório em duas circunstâncias: 1) através de uma comissão temática intitulada "Turismo e Coordenação" e 2) na tese apresentada, no âmbito dessa comissão, pelo engenheiro Aracy Soares[79] intitulada "O turismo sobre o ponto de vista urbanístico" que reproduzo a seguir:

> Urbanismo é a ciência da construção de cidade, cabendo, pois, ao urbanista, prepará-la sob o ponto de vista higiênico, de habitação, de tráfego, comunicações e muitos outros problemas.
>
> Sem urbanismo não pode haver turismo.
>
> Como fazer turismo se uma cidade não for salubre? Se não possuir hotéis que ofereçam conforto? Se não tiveram tráfego rápido e cômodo? Enfim, sem os meios necessários para proporcionar o bem-estar ao turista.
>
> Turismo e urbanismo, pois, completam-se.
>
> O urbanismo prepara o ambiente, cria-o. O turismo aproveita-o explorando para o gozo e bem-estar humanos.
>
> O urbanismo constrói as cidades, prepara-as, para que possam ser vistas, gozadas; quer pelo seu pitoresco, quer pelo que tem de culto.

[79] Durante a pesquisa não localizei informações biográficas e/ou profissionais relevantes sobre Aracy Soares. Apenas identifiquei que era membro e representante do "Centro Carioca", instituição formalmente responsável pela organização do I Congresso Brasileiro de Urbanismo.

> Quer seja uma estância balneária, climática, ou qualquer outro o atrativo, cabe ao urbanismo prepará-la saneando, cultivando todos os recursos que possam prender a atenção do turista, a fim de torná-la mais atraente, mais saudável.
>
> Daí a necessidade da criação de um órgão nacional, independente, o "DEPARTAMENTO NACIONAL DE TURISMO", o qual deverá funcionar em perfeita comunhão de vistas com o "DEPARTAMENTO NACIONAL DE URBANISMO", que julgamos também deva ser criado.
>
> O Departamento Nacional de Turismo, como órgão diretor, centralizará as medidas e normas para o turismo brasileiro, cabendo aos Departamentos Regionais (em cada estado ou grupo de estados) proporcionar os meios se tornem necessários.
>
> Nos municípios haverá Comissões de Iniciativas, as quais, sob a presidência do prefeito local, organizarão programas e outras medidas, a fim de atrair o turista, principalmente nas em que houver estâncias balneárias, climáticas ou de repouso.

Na referida tese, Soares (1941) propõe que sejam criados órgãos e políticas públicas para os dois setores que devem caminhar lado a lado. Com isso, o autor sugere que turismo e urbanismo são áreas que tem que ser pensadas de forma articulada no âmbito das políticas públicas territoriais. Mostrarei adiante que de fato as políticas direcionadas para os dois setores caminharam juntas em alguns casos, como no Estado do Rio de Janeiro e na cidade de Petrópolis que nesse momento já apresentavam institucionalidades semelhantes ao proposto pelo autor.

3.3 O Estado Novo no Rio de Janeiro: industrialização e turismo no "Plano Amaral Peixoto de Urbanização das Cidades Fluminenses"

Após um tortuoso período de crises econômicas e instabilidade política vivenciadas pelo estado fluminense, em novembro de 1937 Ernani do Amaral Peixoto foi nomeado Interventor Federal do Estado concomitantemente à instauração do Estado Novo. Desde que assumiu a interventoria, Amaral Peixoto adotou a direção de reorganização fazendária e de rigidez financeira, regularizando assim a arrecadação e as contas públicas. Ao mesmo tempo foi criado o Conselho

Econômico e Financeiro do Estado – aos moldes do Conselho Federal de Comércio Exterior – que gradualmente foi elaborando uma agenda governamental que aos poucos seria implementada.

> Em termos práticos, ao assumir a interventoria fluminense, Amaral Peixoto encontrou um grande problema a ser resolvido: a situação financeira deficitária na qual se encontrava o estado, reflexo de uma economia em crise. Tudo indicava ser necessária e urgente a remodelação fazendária, de modo a corrigir as falhas do aparelho arrecadador e assim evitar a evasão de rendas. (MOREIRA, 2012, p. 22)

Na medida em que a reforma financeira se consolidava, o estado conseguiu conceder incentivos e isenções para empreendimentos considerados estratégicos, mas também para que se viabilizassem empréstimos para obras entendidas como prioritárias ao desenvolvimento (MOREIRA, 2012). É neste cenário que setores como a agricultura, indústria e serviços começam a receber importante apoio do governo estadual com o qual puderam apresentar melhorias no decorrer dos anos. Foram marcantes os incentivos concedidos para a implantação de grandes indústrias como a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis e a Companhia Siderúrgica Nacional.

> Os anos do governo de Ernani do Amaral Peixoto, entre 1937-1945 e 1951-1954, foram justamente momentos de construção de uma liderança política constante e firme aliada à implementação de um conjunto amplo de obras públicas que renovou o lugar do estado fluminense no conjunto da federação (CÔRTE, 2012, p. 08).

O turismo foi um desses setores que contou com relevante aparato do poder estadual. Através do Decreto-lei n. 429 de 24 de maio de 1938, Amaral Peixoto cria o Departamento de Turismo e Propaganda. No mesmo ano, a Interventoria Estadual constitui as Comissões de Iniciativas nos municípios - através do Decreto n. 569 de 29 de setembro de 1938 - que teriam como incumbência promover, estudar e sugerir medidas que redundassem na expansão da atividade turística.

Em 1940, Amaral Peixoto edita um novo Decreto-lei[80] concedendo isenção de impostos estaduais e autorizando os municípios a fazer o mesmo no caso dos

[80] Decreto-lei estadual nº 157, de 26 de Setembro de 1940.

impostos locais e emolumentos de obras aos hotéis que se construíssem no Estado do Rio de Janeiro. O Preâmbulo deste decreto-lei enfatiza que o mesmo "mereceu a aprovação do senhor Presidente da República" indicando a sensibilidade de ambos os poderes com a questão.

Ainda em 1940, o interventor lançará o Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses[81]. Segundo Azevedo (2012), este plano de iniciativa da Secretaria de Viação e Obras Públicas dividiu o Estado fluminense em duas grandes áreas de atuação urbanística: cidades industriais nas proximidades do Vale do Paraíba fluminense e cidades de interesse turístico nas regiões Serrana, do Norte Fluminense e dos Lagos.

Na verdade, este Plano Estadual constituiu-se em um conjunto de planos municipais financiados pelo Governo do Estado que, através do Departamento de Municipalidades, contratou escritórios de urbanismo para sua elaboração em parceria com as prefeituras locais. Segundo Azevedo (2012) as cidades do Vale do Paraíba ficaram a cargo do Escritório Atílio Correa Lima e as cidades de interesse turístico na região dos Lagos e na região Serrana ficaram por conta do escritório Coimbra Bueno e Cia. Ltda. A autora mostra também que a contratação dos escritórios não se deu em conjunto, pois realizou-se um contrato para cada município com distinções no tempo de execução, nos conteúdos e nos valores. Certamente devido às particularidades e às negociações empreendidas com cada localidade.

Os planos relativos às cidades de interesse turístico foram inicialmente regulamentados pelo Decreto-lei estadual n. 125 de 03 de Agosto de 1940, que no seu preâmbulo e em seus artigos 1° e 4º enfatiza que:

> Considerando que está o governo empenhado em promover o turismo em determinadas regiões do Estado, cuidando do embelezamento das mesmas;
>
> Considerando que muitas localidades do Estado se desenvolvem rapidamente no presente momento, sem um plano previamente definido, não podendo as respectivas

[81] Conhecido também como "Plano Amaral Peixoto de Urbanização das Cidades Fluminenses". Localizei dois importantes documentos estaduais que regulamentam o referido Plano: 1) Decreto-lei nº 125, de 3 de Agosto de 1940 que dispõe sobre a organização de planos de urbanização para municípios de interesse turístico e 2) Decreto n° 1024, de 18 de Abril de 1941 que amplia a atuação do Plano, propondo também a urbanização de alguns municípios do Vale do Paraíba fluminense para fins industriais.

> Prefeituras arcar com os encargos consequentes dos seus planos urbanísticos e da sua fiscalização, pelo que é aconselhável a assistência do Estado.
>
> Decreta:
>
> Art. 1º: Fica a Secretaria de Viação e Obras Públicas autorizada a entrar em entendimento com as Prefeituras de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro de Aldeia, Cabo Frio, Angra dos Reis e São João da Barra, por intermédio do Departamento de Municipalidades, para organizar os planos de urbanização de suas sedes e vilas. (...)
>
> Art. 4°: <u>As despesas relativas ao projeto de urbanização e sua demarcação correrão por conta do Governo do Estado</u>.
>
> Art. 5º: Outras prefeituras poderão gozar das vantagens desta lei, desde que o Governo o determine por decreto (grifo nosso).

As concessões por parte do Estado não se restringiam aos melhoramentos urbanos e às isenções de impostos citadas anteriormente. Identifiquei na legislação contrapartidas e investimentos realizados pelo Estado, o que demonstra uma significativa intervenção no desenvolvimento de empreendimentos turísticos tradicionalmente privados. No caso de Araruama, por exemplo, o Decreto-lei estadual n° 257, de 10 de maio de 1941, mostra que o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Viação e Obras Públicas, adquiriu uma área com 125 hectares destinada à edificação de um hotel turístico e demais instalações complementares. O preâmbulo deste Decreto-lei deixa clara a posição do Governo sobre o assunto:

> Considerando que o Governo vem fomentando as correntes turísticas em determinadas regiões do Estado;
> (...)
> Considerando que, em algumas dessas regiões, é necessário que o Governo <u>forneça o exemplo aos particulares, na execução de melhoramentos materiais</u>, previstos nos planos urbanísticos, mas que, se deixados às iniciativas privadas, só muito remotamente poderiam ser concretizados (grifo nosso).

Com isso posso afirmar que, no período estudado, o Estado não atuou apenas como apoiador ou incentivador do setor de turismo. Pelo menos no caso

fluminense é notório que o Estado atuou também como investidor e empreendedor da atividade.

3.4 Políticas territoriais e turismo em Petrópolis no período

Demonstrei nos capítulos anteriores que o período do Estado Novo foi um "divisor de águas" importante no desenvolvimento urbano de grande parte das cidades brasileiras. Em Petrópolis, essa marca fica bem nítida e não por acaso o exemplo foi escolhido para ser objeto da presente tese. Nesse período, a cidade passou por importantes intervenções de ordem urbanística como a abertura de novos logradouros, a acentuada verticalização das edificações e a significativa expansão horizontal de sua periferia. Tais fatos já vinham ocorrendo e se acentuaram nas décadas seguintes. Além disso, um relevante tema entrará na pauta das ações urbanizadoras: o turismo. Com isso, planejamento territorial e turismo começam a aparecer interligados no âmbito das políticas públicas, tendo o Estado em suas três esferas - municipal, estadual e federal – um papel fundamental em tais ações.

Dentre as inúmeras ações empreendidas no período, destacarei algumas que considero fundamentais para o desenvolvimento urbano e turístico petropolitano naquele momento e que influenciarão na evolução urbana posterior.

O Decreto-Lei municipal de número 48, de 26 de Março de 1941, que dispõe sobre o zoneamento e loteamento urbano de Petrópolis pode ser compreendido como um importante marco regulatório da política urbana do município não só no período, mas também para as décadas seguintes. Ele foi uma espécie de consolidação sistematizada dos sucessivos códigos de obras, posturas municipais, regulamentos e normatizações urbanas que de forma dispersa e até mesmo contraditória, regulavam a ocupação e uso do solo em Petrópolis até então.

Mas, antes de apresentar o referido zoneamento, destacarei algumas deliberações municipais emitidas na gestão do prefeito Cardoso Miranda a partir de 1938 e que considero como relevantes antecipações não só do zoneamento, mas também como demonstrações do papel intervencionista que o novo Estado assumirá na configuração urbana da cidade a partir de então.

Como a presente tese objetiva estudar o turismo como tema de política urbana, tomarei como análise as legislações que apresentam de forma mais direta a preocupação com este setor. Observei que grande parte dessas normas são ainda do ano de 1938, poucos meses após a deflagração do Estado Novo – ocorrida em novembro de 1937 – e que apresentarei a seguir em ordem cronológica.

a) Deliberação nº 70, de 21 de janeiro de 1938: redução de impostos para veículos licenciados em outras localidades e que permanecessem em Petrópolis entre os meses de dezembro e março. Esta deliberação possuía um claro objetivo de incentivar não só o fluxo, mas também a permanência do turista que se locomovia de automóvel durante a chamada temporada de verão. Como já foi apresentado no capítulo 1, esta modalidade de turismo que ainda era considerada elitista, foi amplamente incentivada por empresas e entidades que de alguma forma se beneficiavam com o desenvolvimento do chamado "rodoviarismo" que deu importantes passos nesse período e que rapidamente se alastrou e se consolidou pelo país. Em decorrência disso, as cidades brasileiras tiveram de se repensar e se adaptar a este novo modal de transportes. No caso de Petrópolis, que já possuía duas importantes e pioneiras ligações rodoviárias – uma com a capital federal e outra com Juiz de Fora – necessitaria naquele momento de uma ampla remodelação de seu sistema viário como obras de abertura, alargamento, pavimentação e duplicação de suas ruas, avenidas e pontes, além de inúmeras remodelações que este novo meio de transporte demandava.

Vale ressaltar também que no ano seguinte, a prefeitura de Petrópolis cancelou o contrato de concessão da empresa que operava as quatro linhas de bondes que atuavam no município e anunciou a extinção desse meio de transporte na cidade, assim como a retirada dos trilhos dos carris elétricos das vias públicas. Dentre as justificativas para esta ação, o então prefeito Magalhães Bastos, em entrevista concedida ao jornal A Noite[82], afirmou que

> Se o bonde é um meio de transporte praticamente condenado a desaparecer nos dias atuais, em Petrópolis ele jamais conseguiu satisfazer as necessidades. Nos áureos tempos em que o bonde criava bairros no Distrito Federal, levando por desertas linhas novas, a rápida valorização de terrenos com a

[82] PETRÓPOLIS VAI SUPRIMIR OS BONDES: como o prefeito daquela cidade justifica a rescisão do contrato. *Jornal A Noite.* Rio de Janeiro, 20 de junho de 1939, p. 7.

> consequente edificação urbana, como aconteceu por exemplo, em Copacabana, em nossa cidade, ele permaneceu apenas em quatro linhas, de zonas mais povoadas, e nem sequer procurou atingir, os bairros já existentes no perímetro urbano, que há muito tempo já, estão servidos por ônibus. (...)
>
> Se o bonde não atendia as necessidades do progresso local, e a sua existência ainda prejudicava o calçamento, o transito e a arborização, o seu desaparecimento não poderia ser lamentado.

Nas palavras do então prefeito, que em sua concepção de progresso parecia compreender que o transporte público deveria atender prioritariamente a valorização imobiliária do que as necessidades de mobilidade da população mais carente - que na época trabalhava e/ou residia nos bairros que ele denominou de "zonas mais povoadas" -, demonstrava também uma nítida preferência pelo modal rodoviário, que no âmbito do transporte público intra-urbano passava a obter exclusividade. Assim, a saída dos bondes abriu espaço em diferentes frentes para a futura hegemonia do transporte rodoviário, seja ele coletivo ou individual.

b) Postura nº 8, de 26 de abril de 1938: "regulando a conservação, corte e replantio de arvoredos e matas do município". Esta postura estabelece um conjunto de normatizações em defesa da preservação de áreas naturais públicas e também de restrições ao desmatamento em terras privadas. Tal legislação é apresentada pela imprensa da época como a primeira legislação municipal promulgada no Brasil em defesa das árvores[83]. Essa postura demonstra que o viés preservacionista presente na gestão Cardoso de Miranda se ampliava também para questões ambientais mais abrangentes, não se restringindo apenas aos chamados bens culturais. É importante observar que esta legislação também antecipava algumas importantes pautas como a valorização de aspectos sanitários, paisagísticos e de embelezamentos, comumente apropriados pelo setor de turismo.

c) Postura nº 12, de 18 de agosto de 1938: "dispõe sobre a instalação de estabelecimentos comerciais na Avenida 15 de Novembro"[84]. Esta postura institui no

[83] Por não ser o objeto central da presente tese, não me detive em investigar se esta é a primeira - ou uma das primeiras - legislações sobre a área no país. Esta afirmação foi extraída do artigo "PETRÓPOLIS: A cidade que é uma obra de arte" na "Revista Ilustração Brasileira". Ano XIX, Número 74, Ed. "O Malho"; Rio de Janeiro, 1941 (p. 75-8).

[84] Este logradouro, que desde a fundação de Petrópolis denominar-se-ia Rua do Imperador, foi assim reconhecido até a Proclamação da República, ocorrida em 15 de Novembro de 1889. Alguns dias após esse evento, o logradouro foi renomeado de "Avenida 15 de Novembro" em homenagem a nova forma de governo no

seu primeiro artigo que na referida avenida – que, aliás, era e ainda é o principal logradouro comercial da cidade – “só será permitida a instalação de estabelecimentos considerados de primeira categoria”. O mesmo artigo, em seu segundo parágrafo, completa que

> Em hipótese alguma será permitida a instalação de açougues, peixarias, quitandas, casas de secos e molhados e congêneres, de aves e ovos e cereais; de depósitos de farinha, açúcar, forragens, carvão, lenha e materiais para construção, de indústrias pesadas, e oficinas mecânicas; de garagens comerciais ou particulares e de postos ou casas para abastecimento ou concerto de automóveis.

Tal postura previa também consideráveis punições para estabelecimentos de outras categorias que descumprissem essas determinações, como a sobretaxa progressiva de 20% ao ano no imposto predial ao estabelecimento irregular. Além disso, a mesma postura oferecia uma série de incentivos fiscais para a reconstrução de imóveis de apenas um pavimento na avenida, favorecendo assim a verticalização desse importante logradouro. É notório observar o viés segregador presente neste documento, onde os comércios, manufaturas, indústrias e atividades conhecidas como “populares”, são rejeitadas na avenida central da cidade.

d) Deliberação nº 142, de 16 de setembro de 1938: “Isenta de tributos os hotéis e restaurantes cuja construção esteja iniciada até 31-12-1938 e seja concluída até 30-06-1940”. Esta Deliberação demonstra um claro apelo da prefeitura em estimular a construção de equipamentos hoteleiros e de alimentação, como pode ser observado no texto abaixo:

> Considerando que o Município de Petrópolis por sua topografia e situação de proximidade da Capital da República à qual se acha ligado por estrada de ferro e de rodagem de rápido e agradável percurso constitui um dos principais pontos de atração do território nacional, para excursionistas e turistas;
>
> Considerando que nas épocas de maior frequência de forasteiros é insuficiente o número de hotéis e restaurantes atualmente estabelecidos neste Município e capazes de satisfazerem as exigências do conforto moderno;

Brasil. Já no ano de 1979 este logradouro retornou ao seu nome original “Rua do Imperador” conforme a lei municipal nº 4.001 de 9 de Outubro de 1979 e assim permanece até os dias atuais. Ou seja, no período analisado na tese, o logradouro era denominado “Avenida 15 de Novembro”.

> Considerando que é dever dos poderes públicos amparar e incentivar as iniciativas particulares que visem o progresso coletivo e bem público; (...)
>
> Art. 1º - Ficarão isentos, pelo prazo de dez (10) anos, do pagamento de imposto predial e de obras que sobre eles incidam os hotéis e restaurantes que se construírem no Município de Petrópolis, desde que sua construção esteja iniciada até 31 de Dezembro do corrente ano e acabada até 30 de Junho de 1940.
>
> Art. 2º - Somente poderão gozar desse favor (...) se hotel, o mínimo de 100 quartos ou aposentos separados e dotados de todos os confortos modernos, e, se restaurante, salões, cozinha e mais dependências com capacidade para servir almoço ou jantar a 200 pessoas ou mais, simultaneamente; (...) (grifo nosso).

Percebe-se que a referida deliberação traz uma série de características importantes sobre a intervenção da prefeitura no desenvolvimento desse setor. A primeira é a que proporciona um considerável subsídio em forma de isenções tributárias aos estabelecimentos hoteleiros e restaurantes que seriam construídos na cidade. Mas, não apenas isso. Em uma leitura mais atenta, pude perceber que as exigências em torno desses estabelecimentos possuíam características bem específicas como um porte quantitativamente mais elevado – mínimo de 100 unidades habitacionais para hotéis e 200 lugares para restaurantes – fora outras exigências quanto à sofisticação dos empreendimentos, chamados na deliberação de “confortos modernos”. Vale salientar também que o poder público demonstrava interesse em resolver tal demanda com certa urgência, visto o curto prazo estabelecido para tal incentivo - menos de dois anos. Além disso, o terceiro artigo da mesma deliberação estabelece que

> Art. 3º - A Diretoria de Engenharia, além das funções técnicas que por lei ordinária lhe cabem, ficará, também, com as de opinar sobre a estética dos projetos e sobre a situação e localização das construções, e fiscalizar as obras, até o seu final acabamento (grifo nosso).

Isso sugere que o poder público não atuava apenas incentivando e amparando as iniciativas particulares – conforme recomenda o preâmbulo da própria deliberação – mas estava também interessado em controlar a formulação desses empreendimentos, tanto em sua forma estética quanto em sua localização na cidade. Vale lembrar que em setembro de 1940, o governo estadual emitiu um

decreto similar que já foi tratado no início do capítulo. Ou seja, a Prefeitura de Petrópolis se antecipou em dois anos ao Governo do Estado.

Outro importante conjunto de legislações se refere às regulamentações e incentivos criados para a construção de moradias populares e operárias. Vários documentos dessa natureza foram emitidos entre o período de 1938 e 1941, onde se destacam a Postura nº 11, de 28 de junho de 1938, que dispunha sobre loteamentos, desmembramento de terrenos e construções de vilas, e o Decreto-Lei n. 38, de 28 de novembro de 1940, que isentava de emolumentos de obras e imposto predial por um período de dez anos as edificações de vilas proletárias que as empresas industriais viessem a construir. Cabe assinalar que ambas legislações sinalizavam que tais moradias destinadas à população menos abastada não poderiam ser localizadas na região central da cidade. O artigo 38 da Postura nº 11, de 28 de junho de 1938 deixa claro que

> É proibida a abertura de vilas nas seguintes ruas e avenidas: Paulo Barbosa, Dr. Porciuncula, Caldas Viana, 15 de Novembro, Koeler, Raul de Leoni, S. Pedro de Alcântara, Barão do Amazonas, Souza Franco, Benjamim Constant, Pedro I, Epitácio Pessoa, Nilo Peçanha e praças Visconde do Rio Branco, D. Pedro II, Ruy Barbosa e da Princesa.
>
> § único – É proibida a abertura de vilas proletárias nas seguintes ruas e avenidas: 1º de Março, João Pessoa, 7 de Abril, Padre Siqueira, Piabanha, Barão do Rio Branco até o Matadouro, Dr. Sá Earp, Santos Dumont, General Osório, Marechal Deodoro, Aureliano Coutinho.

Ribeiro (2014, p. 85), em seu estudo que descreve o problema habitacional dos operários industriais petropolitanos desse período, afirma que as poucas ações que se concretizaram para amenizar tal questão possuíam uma declarada intenção de “localizar os obreiros” próximos aos locais de trabalho. Ou seja, nas regiões periféricas onde estavam as principais indústrias têxteis da cidade.

Por fim, em 26 de março de 1941 é publicado o Decreto-Lei nº 48 dispondo sobre o zoneamento e o loteamento urbano Petrópolis. Este documento delimitava a cidade em diferentes zonas, demarcadas através de seus logradouros. Cada uma dessas zonas recebia um conjunto de normatizações próprias, classificadas de acordo com a função principal que deveria desempenhar na cidade. Ou seja, logradouros residenciais - categorizados hierarquicamente como A, B e C -,

comerciais, mistos, rurais e agrícolas, e por fim, núcleos industriais. Segundo o documento:

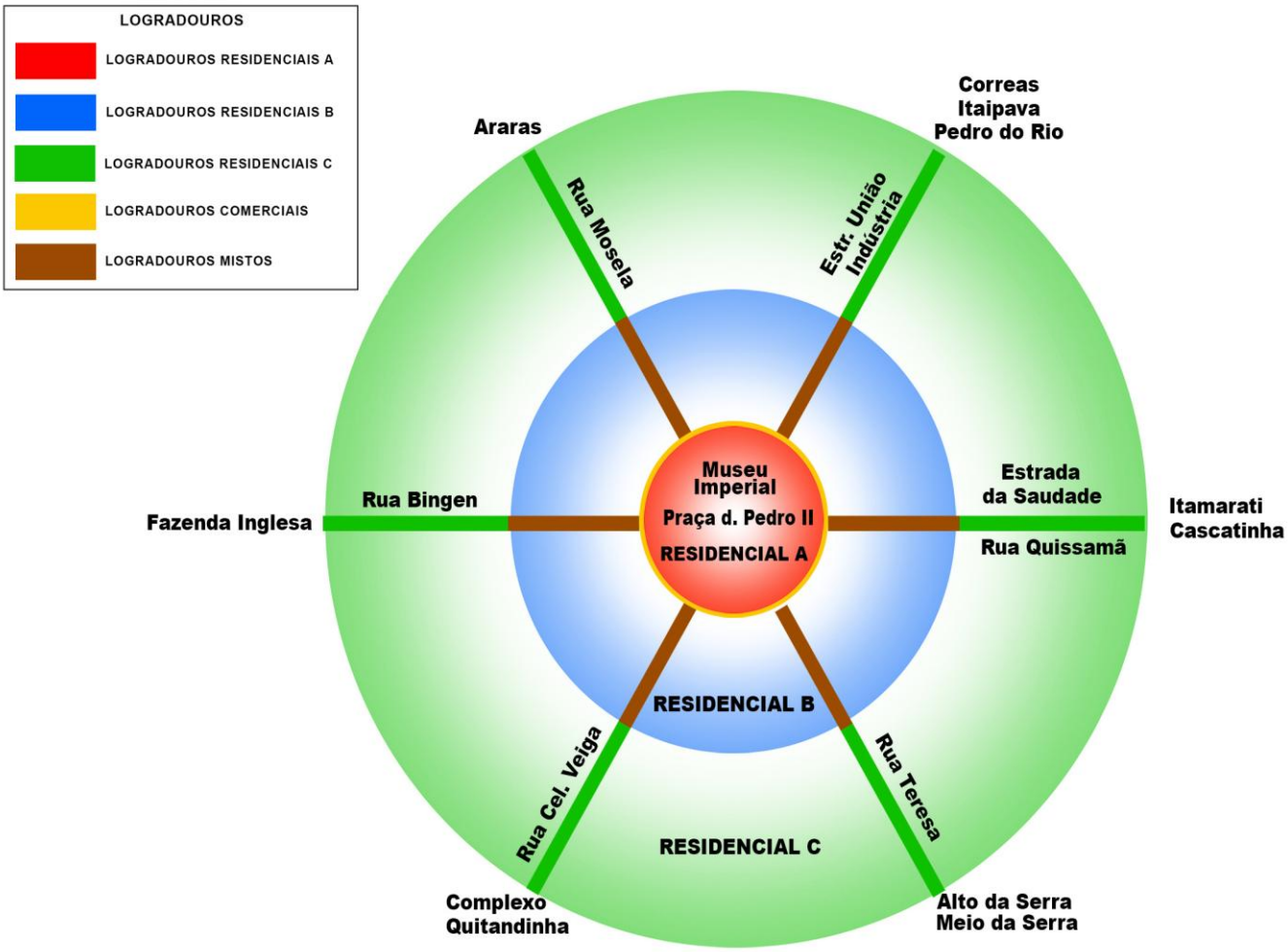
> Logradouros residenciais:
>
> A – Logradouros que só comportam edificações para residência particular, sendo proibidas as que se destinarem a quaisquer estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, as construções de prédios geminados ou de mais de dois pavimentos, casas de apartamentos, vilas, avenidas, colégios, templos, conventos, laboratórios, consultórios, policlínicas, hotéis, casas de saúde, asilos, associações, clubes e similares (...).
>
> B - Logradouros que podem receber, além de prédios residenciais, inclusive hotéis e casas de apartamentos, com as respectivas garagens, os destinados a estabelecimentos de ensino, templos, conventos, asilos, clubes esportivos e estabelecimentos hidroterápicos, a saber (...).
>
> C - Logradouros que, embora residenciais, poderão receber em determinados pontos e de acordo com o interesse geral, a juízo da Prefeitura, edificações destinadas a armazéns de secos e molhados, açougues, leiterias, quitandas, padarias, estâncias de lenha, carvoarias, barbearias, farmácias, oficinas de sapateiro, hospitais para moléstias não contagiosas, policlínicas, chácaras de flores, cocheiras de animais para aluguel e casas de alugar bicicletas, além de outras espécies em núcleos comerciais formados de acordo com esta lei (...).
>
> [Logradouros comerciais:] Os prédios situados em logradouros comerciais, deverão ter o pavimento térreo destinado a estabelecimentos comercial ou profissional, sendo proibida a instalação de estabelecimentos industriais, de grandes oficinas, garagens, cocheiras, estâncias de lenha, carvoarias, hospitais e casas de saúde, toleradas, entretanto, as clínicas e ambulatórios.
>
> [Logradouros mistos:] os logradouros mistos poderão receber, indiferentemente, prédios residenciais ou comerciais, sendo proibida a instalação de estabelecimentos industriais, de grandes oficinas, cocheiras, estâncias de lenha, carvoarias, hospitais e casas de saúde, toleradas, entretanto, as clínicas e ambulatórios.

Abaixo de cada uma das classificações, aparecia o conjunto de logradouros que seguiriam tal normativa. Para compreender melhor como se deu espacialmente

este zoneamento sobrepus as classificações de cada um dos logradouros[85] em um mapa contemporâneo a lei, do ano de 1945, conforme exposto no ANEXO F.

A partir do referido mapa, elaborei o seguinte modelo esquemático aproximado:

Figura 13: Zoneamento de 1941, Petrópolis, 1º Distrito - Modelo Esquemático



Fonte: Elaboração do autor

[85] Vale lembrar que alguns poucos logradouros não foram localizados ou identificados por vários motivos como a sucessiva mudança dos nomes entre a década de 1940 até a atualidade e a abertura e extensão de novos logradouros. Aconteceu também de alguns deles – principalmente próximos da zona residencial "C" - não constarem em nenhuma das classificações.

Ao ler as classificações indicadas para as áreas residenciais A, B e C, é notório que quanto mais afastadas da região central, mais flexíveis eram as normatizações. Enquanto na zona A “só comportam edificações para residência particular”, na zona C “embora residenciais, poderão receber (...) edificações destinadas a armazéns de secos e molhados, açougues, (...) cocheiras de animais para aluguel (...) além de outras espécies em núcleos comerciais”. É válido acrescentar que os denominados “núcleos industriais” só seriam delimitados décadas depois. O que esta lei de 1941 estabelecia era que:

> (...) a instalação das fábricas em geral, das grandes oficinas, das garagens comerciais, dos grandes laboratórios e similares só será permitida em locais situados fora dos logradouros residenciais A e B, comerciais e mistos e que tenham sido reconhecidos previamente, de acordo com esta lei, núcleos industriais.

Ou seja, o único espaço no Primeiro Distrito onde não foi proibida a instalação de indústrias e de outros estabelecimentos de natureza diversa foi a zona residencial C, transparecendo que as regiões mais periféricas eram mais suscetíveis a “flexibilizações” no zoneamento. Vale também ressaltar que para os outros distritos periféricos de Petrópolis, identificados como “zona suburbana”, além de os logradouros não receberem quaisquer classificações, as normatizações eram ainda menos restritas:

> Nas zonas suburbanas, a juízo da Prefeitura, será permitida a construção de edifícios destinados às indústrias, depósitos de explosivos, e inflamáveis, comércio, depósitos, hospitais, estabelecimentos de ensino e esportivos, estúdios, garagens, cocheiras, oficinas e similares.

Ao instituir regras e restrições diferenciadas para cada uma das zonas, tal instrumento estabeleceu um viés segregador e desigual de evolução e desenvolvimento da cidade. Em linhas gerais, o Zoneamento de 1941 serviu para preservar, através de um instrumento jurídico legal, uma ordem urbanística historicamente construída que afastava os indesejáveis - operários, indústrias, moradias e comércios populares – e aproximava os novos elementos de modernidade – rodoviarismo e turismo. Este zoneamento possuiu profunda relevância, pois as normatizações das décadas posteriores o utilizaram como referência.

O que se pode concluir é que tanto o zoneamento de 1941, assim como as legislações que o antecederam, possuía uma clara intenção de (re) estabelecer ou reforçar uma ordem urbanística que separava a "Cidade Imperial" aristocrática, tradicional, turística e central da "Cidade Operária" das indústrias, dos trabalhadores proletários e periférica.

3.4.1 "Petrópolis vai 'Agachar-se'": propostas de urbanização elaboradas pelo Escritório Coimbra Bueno

Em investigação que realizei em arquivos, bibliotecas públicas e centros de pesquisas especializados[86] entre os anos de 2013 e 2015 encontrei uma infinidade de documentos, catálogos, fotografias, imagens, reportagens e croquis que sugerem a confecção de um plano de urbanização para Petrópolis. No entanto, o documento final que sistematizaria o plano não foi encontrado, o que inclusive confirmaria se o mesmo de fato existiu. Apesar disso é possível afirmar que principalmente entre os anos de 1941 e 1942 foi elaborado e publicizado um conjunto consolidado de diretrizes para a urbanização de Petrópolis. Muitas delas, inclusive, foram executadas nos anos posteriores, como demonstrarei mais à frente. Sistematizarei tal perspectiva em duas partes: 1) apresentação cronológica dos eventos e seus respectivos documentos; 2) apresentação e análise das propostas elaboradas.

Em janeiro de 1941, diferentes jornais noticiaram que o então prefeito Cardoso de Miranda, havia convidado o urbanista francês Alfred Agache, para elaborar um plano de urbanização para a cidade que seria inserido no âmbito das já mencionadas comemorações do Centenário de Petrópolis. O Jornal Correio da Manhã[87] trouxe a seguinte notícia:

---

[86] Os principais espaços visitados para este fim foram: a) Cidade de Petrópolis - Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral, Arquivo Público de Petrópolis, Biblioteca e Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis; b) Cidade do Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (sessão de livros, periódicos, cartografia e hemeroteca digital), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Bibliotecas Paulo Santos (Paço Imperial), Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), Biblioteca do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV); c) Cidade de Niterói: Biblioteca da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo do laboratório "Levantamento Documental do Urbanismo no Brasil" da Universidade Federal Fluminense (LDUB/UFF).

[87] Fonte: A URBANIZAÇÃO de Petrópolis. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 janeiro de 1941. p. 5.

> Petrópolis, 23 (A. N.) - O professor Agache, técnico francês em urbanismo, que foi convidado pelo prefeito Cardoso de Miranda, para elaborar o plano de urbanização local, esteve, com esse fim, nesta cidade, tendo percorrido demoradamente os seus pontos principais, em companhia do seu colaborador, engenheiro Guilherme Eppinghauss[88]. Falando à imprensa daqui, aquele urbanista declarou que, em toda sua carreira não havia encontrado uma só cidade com tão valiosas possibilidades para um trabalho perfeito de remodelação e urbanismo. Disse ainda que Petrópolis, era para si, nesse terreno, a única até hoje, e, por isso, após ser urbanizada e remodelada, poderia se colocar entre as mais belas cidades do Brasil, quiçá do mundo (p. 05).

É provável que esta visita de Alfred Agache a Petrópolis deveu-se às primeiras tratativas e entendimentos entre a prefeitura local e a equipe responsável pelo futuro plano, assim como à realização de diagnósticos iniciais. O jornal O Globo, ao noticiar tal evento, acrescentaria ainda que

> O professor Agache, depois de ter percorrido a cidade em companhia do Sr. Eppinghauss, diretor de Engenharia da Prefeitura, exprimiu uma impressão geral favorável do que pode observar e solicitou que lhe fossem fornecidas plantas da cidade e documentos descritivos da fundação de Petrópolis e sua evolução para servirem de base no tocante às tradições locais.
>
> O urbanista francês interessou-se particularmente em conhecer os vales e outros detalhes topográficos com o objetivo de orientar-se acerca da questão das entradas da cidade; uma do Rio e outra do interior, e quanto aos problemas de circulação.
>
> Depois de ter em mãos os dados solicitados, o professor Agache subirá novamente afim de aqui passar alguns dias em atividade. (...)
>
> [Agache:] “(...) a cidade oferece problemas importantes a resolver, antes de mais nada, e são eles os criados pela sua topografia toda especial.
>
> O prof. Agache veio em companhia do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, um de seus colaboradores[89].

Apesar de os jornais darem maior destaque a figura de Agache, vale ressaltar que o urbanista francês atuava no Brasil como consultor técnico junto ao escritório

[88] Na época referida, o engenheiro Guilherme Pedro Eppinghauss era Diretor do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Petrópolis, nomeado através do Ato n. 30, de 02 de Abril de 1940.
[89] REMODELAÇÃO imediata de Petrópolis. **O Globo**, 22 de Janeiro de 1941, matutino, geral, p. 02.

de engenharia Coimbra Bueno & Cia. Ltda. de propriedade dos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno. Este último, inclusive, acompanhava Agache nos trabalhos, negociações, entrevistas e conferências. Percebe-se que o convite do prefeito Cardoso de Miranda foi extensivo ao Escritório Coimbra Bueno, mesmo escritório que fora contratado pelo governo estadual para elaborar planos para diversas cidades fluminenses nesse mesmo período. Tal consideração me leva a crer que a iniciativa de Cardoso de Miranda estava articulada às proposições do poder estadual, apesar das notícias não evidenciarem isso. Vale ainda ressaltar ainda que poucos meses antes Cardoso de Miranda fora Secretário de Interior e Justiça do governo do Estado.

O Jornal Diário de Notícias[90], ao mesmo tempo em que proclama um tom enaltecedor à iniciativa, dá destaque a uma advertência de que o plano elaborado por Agache para a cidade do Rio de Janeiro não havia sido plenamente executado.

> A urbanização de Petrópolis pode adaptá-la a um dos mais vantajosos finalismos da sua existência: o turismo. Uma sumidade como o Sr. Agache facilmente compreenderá que é necessário tirar um partido turístico do plano de urbanismo que se projeta. (...) Mas é preciso que o plano se execute. Que o exemplo da nossa planície poupe do seu infeliz contagio a rainha da serra... (p. 04).

No dia 20 de fevereiro - menos de um mês após as notícias destacadas - foi protocolado um requerimento na Prefeitura intitulado “Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda”[91] (ANEXO G). Trata-se de um anteprojeto redigido pelo Escritório Coimbra Bueno e Cia. Ltda. a fim de preparar um Plano de Urbanização para Petrópolis. O referido documento apresenta em sua primeira parte um memorial descritivo da equipe envolvida, os trabalhos já realizados tanto pelo escritório quanto por seu consultor Alfred Agache. Este documento mostra, inclusive, que Agache era consultor da referida firma e não o contrário, como sugeria a já destacada notícia do

[90] URBANIZAÇÃO de Petrópolis. **Diário de Notícias**, 21 de Janeiro de 1941. p. 04.
[91] COIMBRA BUENO Ltda. **Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda.** Requerimento n° 1904/41. Petrópolis, 20/02/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

jornal Diário de Notícias[92], que tratou Abelardo Coimbra Bueno como um dos "colaboradores" de Agache.

Na sua segunda parte o documento traz uma proposta para a elaborar o plano de urbanização para a cidade. Ali já adiantava alguns diagnósticos preliminares, as linhas mestras para seu desenvolvimento, a especificação dos serviços a serem realizados pelo escritório, os dados que deveriam ser fornecidos pela prefeitura e o orçamento pelos serviços. Além disso, o requerimento também possui uma carta assinada por Agache solicitando ao prefeito Cardoso de Miranda uma série de dados e documentos sobre o município, a fim de subsidiar a elaboração do plano.

Um despacho anexado ao próprio requerimento mostra que a prefeitura negou preliminarmente a proposta apresentada por dois motivos: 1) o valor proposto para a elaboração do plano, 965:000$000 (novecentos e sessenta e cinco contos de réis), estava acima da disponibilidade orçamentária do município; 2) para pagar o valor orçado, que estava acima do limite legal exigido para dispensa de concorrência, a prefeitura deveria abrir um processo de licitação pública. O referido despacho traz a seguinte redação:

> (...) o Decreto-Lei Estadual nº 10, de 12 de Setembro de 1939, estabeleceu que todas as obras e serviços públicos municipais cujos valores excedam de 100 contos, para as Prefeituras de receita orçamentária superior a 800 contos, só poderão ser objeto de contrato de concessão mediante concorrência pública que terá lugar no edifício do Departamento de Municipalidades em Niterói.

Em 12 de setembro, o escritório Coimbra Bueno realiza uma contraproposta para a Prefeitura (ANEXO H)[93]. Em linhas gerais, a firma propõe que tanto a elaboração do plano de urbanização e das obras esboçadas bem como as desapropriações previstas sejam financiados pelo próprio escritório. Tal financiamento seria coberto pela valorização dos terrenos após a realização das melhorias previstas no plano. A contraproposta traz o seguinte texto:

---

[92] URBANIZAÇÃO de Petrópolis. **Diário de Notícias**, 21 de Janeiro de 1941. p. 04.
[93] COIMBRA BUENO Ltda. **Carta endereçada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda.** Requerimento n° 9087-41. Petrópolis, 12/09/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

> 1º: A Prefeitura promoverá a desapropriação dos terrenos a serem entregues à firma, a fim de serem retalhados, beneficiados, e vendidos por ela, para cobertura das despesas;
>
> 2º: A firma promoverá o financiamento: a) da elaboração do plano, b) das desapropriações, c) da execução das obras;
>
> 3º: A firma fará por sua conta, os estudos necessários incluindo o anteprojeto do plano de urbanização da cidade, compreendendo as linhas mestras do plano, com a localização das áreas a serem desapropriadas, etc. (...)
>
> Planos assim ideados, já tem sido praticados no estrangeiro (como, por exemplo, em Paris, para a execução do Boulevard Haussmann), articulando-se as iniciativas privadas com os poderes públicos na execução dos benefícios de utilidade coletiva. No Brasil entretanto, tais iniciativas são ainda novidades. A nossa legislação só nos últimos anos vem sendo orientada para este *desideratum*, estando já definida, nas suas linhas mestras, mas faltando, ainda, uma rotina administrativa, já fixada, que possa servir de norma a todos os processos e atos administrativos necessários, circunstâncias essas que irão certamente dificultar o trabalho de V. Excia. nessa tarefa.

Ainda em dezembro de 1941, o prefeito Cardoso de Miranda baixa uma Portaria[94] recomendando que os processos relativos à construção de edificações de maior porte sejam encaminhados ao exame dos organizadores do plano de urbanização antes de serem apreciados pelos setores técnicos da prefeitura. Esse é o primeiro ato municipal que atribui responsabilidades ao escritório Coimbra Bueno. Observei diversos processos de construção de edificações que foram submetidos e analisados pelo referido escritório, entre eles o Requerimento 4180/42[95], referente a um projeto de construção de uma edificação residencial na região central de Petrópolis. Cito ainda o Requerimento 4205/42[96], sobre a instalação de uma nova indústria no município. Ambos requerimentos foram encaminhados ao Escritório Coimbra Bueno que emitiu parecer técnico no dia 23 de abril de 1942 com os seguintes dizeres:

> Atendemos, com a presente, as ordens de V. Excia., exaradas nos termos da Portaria nº 150, de 4 de Dezembro de último (...) dando assim, <u>cumprimento antecipado de nossas obrigações contratuais</u>, constantes das cláusulas primeira, terceira e sexta,

[94] Prefeitura de Petrópolis. Portaria n. 150 de 4 de Dezembro de 1941.
[95] Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.
[96] Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

> de nossa proposta de 10 de janeiro último, protocolada nessa prefeitura, sob o nº 391, a 13 do mesmo mês (grifo nosso).

A contraproposta mencionada anteriormente se refere a uma minuta de contrato protocolada pela firma Coimbra Bueno junto a Prefeitura de Petrópolis[97]. Tal documento detalha como seria a elaboração do plano, a constituição de uma empresa concessionária para administrar os terrenos desapropriados, além de especificar como seria o financiamento das obras e as contrapartidas oferecidas pelo poder público. Tal requerimento tramita nos setores técnicos da Prefeitura e do Departamento de Municipalidades do Governo do Estado. Isso deixa claro que, pelo menos até o final de abril de 1942, a prefeitura e o escritório não tinham ainda firmado um contrato formal, mas apesar disso, o Escritório já estava trabalhando efetivamente na preparação do plano.

Nesse meio tempo, no dia 28 de fevereiro de 1942, Alfred Agache proferiu uma conferência intitulada “Petrópolis: Cidade de Verão” no Salão Nobre do Paço Municipal. Acompanhado pelo Engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, Agache teria apresentado um esboço geral do Plano de Urbanização que estava sendo elaborado para a cidade. Este certame foi amplamente noticiado pela imprensa local e da capital federal[98]. Quatro dias depois, o jornal “A Noite”[99] entrevistou Agache na sede do Escritório Coimbra Bueno na cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Agache detalhou o que falou na conferência, ou seja, as propostas para o plano de urbanização de Petrópolis. Esta entrevista é um dos principais documentos que localizei sobre o referido plano, pois expõe a concretude das propostas.

Figura 14: Agache (segundo da esquerda para a direita) no Escritório Coimbra Bueno

[97] COIMBRA BUENO Ltda. **Minuta de Contrato a ser firmado entre a firma Coimbra Bueno Cia. Ltda., a Prefeitura Municipal de Petrópolis e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis**. Requerimento n° 391/42. Petrópolis, 13/01/1942. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

[98] Alguns dos meios de comunicação que noticiaram a conferência: Revista Pequena Ilustração (08 de março de 1942); Tribuna de Petrópolis (01 de março de 1942) e Jornal de Petrópolis (01 de março de 1942).

[99] A FISIONOMIA URBANÍSTICA DE PETRÓPOLIS: o plano que o professor Agache elaborou para a “Cidade das Hortências” – os diferentes bairros – Novas avenidas, parques e jardins – Tornando o belo mais bonito ainda. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 1-2.

Fonte: Jornal A Noite, 04 de Março de 1942, p. 1.

Na mesma edição, o jornal noticiaria a visita de Agache ao escritório que estava elaborando o Plano de Urbanização para o bairro Quitandinha[100]. Na ocasião, Agache mencionara que o plano do complexo Quitandinha "se conjuga admiravelmente com o plano de urbanismo que estou projetando para Petrópolis"[101].

A já mencionada edição do jornal "A Noite" também teria um preço alto para Agache. Em 05 de maio do mesmo ano, o então Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região (CREA Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo) emitiria o seguinte Auto de Infração para Agache:

> Auto de constatação de infração n. 857: Alfredo Agache (...) tendo infringido as disposições do art. 1.° do decreto n. 23.569 de 11 de dezembro de 1933, conforme foi verificado pela fiscalização deste Conselho, ter elaborado o plano de urbanização da cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, conforme declarações feitas ao jornal "A Noite" e publicada em sua edição final de 4 de março do corrente ano, sem se achar habilitado ao exercício da profissão perante este Conselho Regional, infringindo assim, a citada disposição do decreto n. 23.569, fica intimado a, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente auto de constatação de infração no Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, apresentar a defesa que tiver, sob pena de revelia bem como a efetuar, dentro do mesmo prazo acima concedido, na Tesouraria deste Conselho, (...) o pagamento da multa de

[100]CONJUGA-SE ADMIRAVELMENTE! A valiosa opinião do Prof. Alfredo Agache sobre o novo Hotel em construção em Petrópolis. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 4. Apesar da notícia não mencionar, acredito que o escritório visitado é o do Engenheiro Saboya Ribeiro. Mostrarei mais a frente que o Plano de Urbanização do novo bairro Quitandinha foi assinado por este escritório.
[101] *Ibid.*

> 500$0 (quinhentos mil réis), de conformidade com o art. 38, letra a, do decreto acima referido e em virtude do fato supra mencionado, sob pena de, não o fazendo, ser enviado o competente auto de multa, independentemente de nova intimação, à autoridade judiciária.[102]

O Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, que regulava o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e de agrimensor no Brasil a partir daquele ano, previa que os profissionais estrangeiros deveriam ter seus títulos revalidados no país e ainda possuir registro no CREA da(s) região(ões) que fossem atuar profissionalmente. O mesmo decreto também disponha que:

> Art. 4º Aos diplomados por escolas estrangeiras (...) que, à data da publicação deste decreto, exerciam a profissão no Brasil, e registrarem os seus diplomas dentro do prazo de seis meses, contados da data da referida publicação, será permitido o exercício das profissões respectivas.
>
> Art. 5º Só poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico os estudos, plantas, projetos, laudos e quaisquer outros trabalhos de engenharia, arquitetura e agrimensura, quer públicos, quer particulares, de que forem autores profissionais habilitados, de acordo com este decreto, e as obras decorrentes desses trabalhos, também só poderão ser executados por profissionais habilitados, na forma deste decreto.

Ao que tudo indica[103], Agache não havia realizado até então esses procedimentos, ficando assim impedido de atuar profissionalmente no país. A imprensa da época repercutiu a referida infração nos dias posteriores. O jornal O Globo destacou o episódio com a seguinte chamada:

---

[102] Fonte: Diário Oficial da União. (Seção I). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 07 de Maio de 1942. p. 7556.

[103] Não encontrei, junto ao atual CREA/RJ, o processo originário do Auto de Infração 857 do ano de 1942. A servidora que me recebeu na instituição no dia 28 julho de 2014 informou que toda a parte relativa à memória do CREA/RJ (Centro de Cultura e Memória, Biblioteca e Arquivo) estava passando por uma ampla reformulação e o arquivo e a biblioteca estariam fechados para consulta. Esta servidora indicou o e-mail do responsável pelo arquivo. Tentei contato com esta segunda pessoa para tentar agendar uma visita, mas não obtive retorno.

Figura 15: Multado o Sr. Agache!

Multado o Sr. Agache!

O famoso urbanista não poderia ter aceito a missão re reurbanizar Petrópolis

Sr. Agache

Fonte: Jornal “O Globo”. 13/05/1942 (vespertino), p. 3.

O mesmo periódico, em sua edição vespertina no dia 16 do mesmo mês, realizou uma entrevista com Alfred Agache no escritório Coimbra Bueno no Rio. Em tal entrevista, intitulada “Não é de Agache o plano de urbanização de Petrópolis”, o urbanista se defende afirmando que:

> Se realmente existe o plano de urbanização da cidade de Petrópolis, não foi criado por mim. E, além de tudo, não há nenhum contrato firmado entre mim e a Prefeitura da bela cidade serrana, no que diz respeito à elaboração do plano de urbanização. Por isso mesmo, não vejo como me caber a penalidade que me é imposta. Certamente, a celeuma foi suscitada pela entrevista que concedi a um vespertino. Quase ao mesmo tempo, convidado especialmente pelo então prefeito da cidade, Sr. Cardoso de Miranda, levei a efeito uma conferência sobre aquela matéria. Fiz nessa minha palestra, é verdade, certo número de sugestões visando o futuro urbanístico de Petrópolis. Foi o que realmente aconteceu.
> (...)
> Como vê, não se trata de nenhum plano ou projeto, nem de direção ou fiscalização de serviços de que não fui encarregado

> por ninguém e dos quais, também, por meu turno, não encarreguei ninguém de executar. Mas, de uma coisa fique certo. Se realmente eu tivesse elaborado um plano para a urbanização de Petrópolis, pagaria de bom grado a multa referida.

Como pode ser observado, Agache não só negou a autoria do possível plano de Petrópolis, mas também dos outros planos no Brasil que lhe eram atribuídos a partir de seu retorno ao país em 1939 até a data da entrevista. Sobre suas atribuições junto ao escritório Coimbra Bueno, Agache prossegue:

> Minha função se resume tão somente em ser conselheiro auxiliar junto aos escritórios técnicos dos irmãos Coimbra Bueno. Não me preocupam as confecções técnicas de planos e projetos. Estes são elaborados pelos engenheiros e arquitetos que compõem o corpo técnico do escritório. Minhas atribuições se resumem à propaganda, à feitura de comentários, conferências e artigos para a divulgação do urbanismo, bem como às relações com as Municipalidades e os jornais.
>
> De resto, nenhum dos planos e projetos elaborados pelos escritórios técnicos dos irmãos Coimbra Bueno é executado por mim. Mas, se não pedi minha inscrição junto ao Conselho Nacional de Engenharia, o que deveria ter feito em 1933, foi unicamente devido à circunstância de não estar no Rio de Janeiro no lapso de tempo concedido para essa inscrição.

Nos diferentes documentos consultados, uma contradição aparece de forma notória. Nos requerimentos direcionados à Prefeitura, ou seja, nos documentos oficiais de cunho mais formal como propostas técnicas e minutas de contrato, fica evidente a apresentação de Agache como "consultor" da firma Coimbra Bueno, apesar de não transparecer quais seriam suas atribuições nos projetos. Tais requerimentos vêm timbrados pelo escritório e aparecem assinados por um dos irmãos Coimbra Bueno[104]. Além disso, o próprio texto dos requerimentos deixa claro que o conjunto do trabalho seria executado pelo Escritório e sua equipe, na qual Agache também participava.

Apesar disso, é válido notar que em diferentes situações o próprio Agache se apresentava como autor principal dos planos. Um exemplo pode ser observado

[104] Vários dos documentos localizados constam uma assinatura onde é possível ler os dizeres "Coimbra Bueno", mas o primeiro nome não aparece, o que me leva a crer que pode ser de qualquer um dos dois irmãos, Jeronymo ou Abelardo.

numa carta assinada por ele e endereçada ao prefeito Cardoso de Miranda – que aliás está anexada em um dos requerimentos - dando a entender que ele estava a frente não apenas dos estudos, mas também das negociações do suposto plano:

> Excelentíssimo Senhor; Conforme o entendimento que tive a honra de manter com V. Excia., sobre os estudos preliminares para a elaboração do Plano de Urbanização dessa cidade, volto a presença de V. Excia. para enaltecer os pontos que se seguem: 1º Uma vez que o Plano deverá estar elaborado pela ocasião do Centenário da cidade, não há tempo a perder para os estudos; 2º Preciso, assim, desde logo, preparar a documentação preliminar, antes mesmo de processado o contrato respectivo, de maneira a poder iniciar os estudos propriamente ditos, tão logo tal contrato seja firmado; (...)[105]

As afirmativas de Agache na primeira pessoa do singular se repetirão em algumas entrevistas que ele concedeu sobre o plano petropolitano, como no já citado trecho: “se conjuga admiravelmente com o plano de urbanismo que estou projetando para Petrópolis”[106]. Conforme já demonstrado, os jornais – pelo menos os datados até março de 1942 - apresentam Agache como o principal autor dos planos. Quanto aos irmãos Coimbra Bueno, quando eram mencionados, era-lhes reservado apenas o papel de “colaboradores” do urbanista francês.

É possível, ainda, que a repercussão negativa do auto de constatação de infração tenha atrapalhado o andamento das negociações entre a prefeitura de Petrópolis e o Escritório Coimbra Bueno. Apesar de não ter localizado documentos oficiais que endossem esta hipótese, é notável pelos jornais da época a elevada admiração que a figura de Agache causava em diferentes meios. Eram quase hegemônicos os elogios endereçados a suas ações e também a sua pessoa. Após a conferência que ele proferiu na cidade em fevereiro de 1942, tanto a imprensa local quanto a do Distrito Federal foram unânimes nos elogios. Quando a crítica aparecia, era direcionada aos que não cumpriram os traçados que Agache estabelecia, como no caso do Plano da Cidade do Rio de Janeiro que foi arquivado num primeiro momento. A coluna da Revista “Pequena Illustração” é emblemática nessa linha:

---

[105] CARTA DE ALFRED AGACHE endereçada ao Prefeito Mario Cardoso de Miranda. *In:* COIMBRA BUENO Ltda. **Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda.** Requerimento n° 1904/41. Petrópolis, 20/02/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

[106] *Ibid.*

> Petrópolis vai "agachar-se", quero dizer, vai ser remodelada em sua fisionomia pelo famoso urbanista francês professor Alfredo Agache, o mesmo que no Rio e outras cidades realizou coisas do arco da velha. Vão desaparecer as ruas tortuosas e mal calçadas; os parques e jardins traçados sem o menor sentido de arte e estética e os prédios do centro da "urbs" obedecerão a um estilo uniforme. Surgirão assim esplendidas avenidas e belos jardins; o que já é bonito mais belo ficará.
>
> A "Cidade das Hortênsias" (e por falar nisso, onde estão elas?) preferida do "grand mond" (sic) que nela passa os meses de estio, vai transformar-se dentro em pouco tempo na verdadeira "Rainha de todas as serras".

Por fim, em sessão ordinária realizada no dia 09 de novembro de 1942, o CREA resolveu pelo cancelamento do auto de constatação de infração n. 857 imposto a Agache[107]. Não consegui dados suficientes para mensurar se, a partir disso, Agache passou a ter sua situação profissional regulamentada ou se o CREA apenas cancelou este auto de infração específico, continuando o urbanista com restrições legais de atuação no país.

Em vista de todos esses fatos e contradições, acredito que três hipóteses não podem ser descartadas: 1) Agache e os irmãos Coimbra Bueno trabalharam em parceria nos planos do período; 2) estaria Agache utilizando o nome dos engenheiros Coimbra Bueno para assinar os projetos que ele próprio elaborava no país, na medida em que estava legalmente proibido de realizá-los; ou 3) seria Agache apenas um “relações públicas” do Escritório, conforme ele próprio afirmara, e os Coimbra Bueno os reais autores dos trabalhos. Como não foi possível comprovar e nem descartar nenhuma das hipóteses indicadas, optei por mencionar o “plano” ou as “propostas” como de autoria da pessoa jurídica “Escritório Coimbra Bueno e Cia. LTDA”, pois tal denominação abrangeria tanto os irmãos engenheiros Coimbra Bueno, Alfred Agache - que comprovadamente prestou serviços para esse escritório, mesmo que a natureza destes serviços não fique evidente -, além de toda a equipe técnica envolvida nas ações.

O que de fato se percebe é que desde a publicação do auto de infração em maio, a imprensa passa a dar mais destaque à figura de Abelardo Coimbra Bueno, enquanto Agache aparecerá mais discretamente. Isso é notório nas entrevistas e

[107] Fonte: Diário Oficial da União. (Seção I). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1942. p. 18003.

apresentações que Abelardo começa a realizar em nome do Escritório a partir de então. Foi assim em junho de 1942 quando o jornal Correio da Manhã estampou na reportagem intitulada “Petrópolis e seu grandioso plano de urbanização, extensão e embelezamento”[108], as linhas gerais do plano e atribuindo a elaboração do mesmo aos irmãos Coimbra Bueno, sem mencionar o nome de Agache. Vale lembrar que ainda no mês de abril, Cardoso de Miranda pedira exoneração do cargo de prefeito e o engenheiro Márcio de Melo Franco Alves é nomeado em seu lugar. Na prática, as duas figuras centrais envolvidas na negociação do plano petropolitano, Agache e Cardoso Miranda, foram gradualmente substituídas por Abelardo Bueno e Márcio Alves. Em uma das entrevistas de Abelardo Bueno, o urbanista destaca que:

> Em Petrópolis, cujos estudos vêm sendo feitos há quase dois anos, o engenheiro Márcio Alves, tão logo assumiu a Prefeitura se interessou das linhas mestras da remodelação. E nenhuma providência toma sem tê-las em mente[109].

Entre os meses de agosto e setembro de 1942, ocorreu nos salões do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) a exposição “Urbanismo no Estado do Rio de Janeiro”. Tal exposição visava divulgar os planos e estudos de urbanismo que se encontravam em elaboração ou implementação nos diferentes municípios fluminenses. Segundo o jornal Correio da Manhã[110]:

> Nessa Exposição, que ocupa todos os salões e galerias do museu, é apresentada, em primeiro lugar, a cidade de Niterói, seguindo-se as demais na seguinte ordem: Barra do Piraí, Campos, Cabo Frio, Araruama, Atafona, Maricá, Petrópolis e o seu novo bairro, Quitandinha.
>
> Os estudos relativos à remodelação de Niterói são expostos pela Cia. Melhoramentos de Niterói. Os de Barra do Piraí são de autoria do professor Lincoln Continentino. Os de Maricá foram feitos pelos técnicos do Departamento das Municipalidades do Estado do Rio. Os demais, compreendendo todas as cidades, são de autoria dos engenheiros Coimbra Bueno, inclusive a parte geral de Petrópolis. Os do novo bairro

[108] PETRÓPOLIS e seu grandioso Plano de Urbanização, Extensão e Embelezamento. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1942, p. 15.
[109] CORREIO DA MANHÃ. “UM PIONEIRO DO URBANISMO - Como o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno ‘construtor da cidade Goiânia’ considera os problemas de urbanismo e as iniciativas da administração Amaral Peixoto”. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1942, p. 3.
[110] CORREIO DA MANHÃ. “A inauguração da exposição de urbanismo do Estado do Rio”. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1942, p. 21.

> do Quitandinha foram elaborados pelo professor Saboia Ribeiro.

Nesta Exposição, Abelardo Bueno despontará como porta-voz quando proferiu discursos e concedeu entrevistas aos jornais em nome do Escritório, papel antes desempenhado por Agache. Curiosamente, as últimas notícias encontradas que fazem menção direta à elaboração de um plano de urbanização para Petrópolis advém da referida exposição ocorrida no MNBA.

Outro evento que não pode ser ignorado e que influenciará decisivamente nas ações políticas no período é a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Apesar de o Brasil só ter declarado oficialmente guerra às potências do Eixo em 22 de Agosto de 1942, os reflexos econômicos perante o conflito internacional já se acirravam no país alguns meses antes. Ainda em maio, o governo brasileiro havia decretado um primeiro racionamento de petróleo e seus derivados (Decreto-lei nº 4.292, de 7 de maio de 1942). Com a declaração de guerra, o racionamento se agrava. Afeta primeiramente o setor de transportes, produzindo um efeito em cascata nas áreas de abastecimento, indústria e agricultura. Um dos setores afetados nessa conjuntura é o de construção civil e obras públicas. Nesse cenário, é criada a Comissão de Mobilização Econômica que irá direcionar os setores que devem receber os investimentos prioritários naquele momento de exceção. Uma notória consequência local foi a restrição imposta na agenda de gastos previstos para as Comemorações do Centenário. O periódico “A Noite Ilustrada”, que lançou uma edição especial apresentando em minúcias as atividades que se realizaram nas comemorações da efeméride, deixa bem claro que:

> As restrições impostas pela guerra influíram um tanto sobre as comemorações do primeiro século de existência política de Petrópolis, impedindo maior magnitude e extensão aos festejos projetados. (...) a confecção do primitivo programa de comemorações do Centenário, o qual deixou de ser executado integralmente em virtude das dificuldades oriundas da situação que o país atravessa.[111]

Como o plano de urbanização foi preliminarmente concebido para fazer parte das comemorações do Centenário é possível que sua preparação tenha sido reduzida ou adiada. Enfim, até o dia 16 de março de 1943, o plano de urbanização

[111] RESENHA dos festejos do Centenário de Petrópolis. *In:* REVISTA A NOITE ILUSTRADA. (Edição Comemorativa do Centenário de Petrópolis); N. 739; Rio de Janeiro, 4 de maio de 1943, p. 16.

não foi elaborado, sequer implementado. Apesar do notório apoio do novo prefeito em levar adiante a iniciativa, tal empreendimento não chegou a fazer parte das comemorações do Centenário da cidade, conforme era ideia inicial do prefeito Cardoso de Miranda. Apesar disso, a mesma edição comemorativa de "A Noite Ilustrada", traz a seguinte nota:

> **Cadastro de Petrópolis:** Engenheiro, uma das primeiras preocupações do Sr. Márcio Alves, ao assumir o governo municipal, foi concretizar o Cadastro Predial e Imobiliário de Petrópolis. Esse serviço era indispensável à obra de urbanização da metrópole serrana, sabendo-se que o cadastro é a base técnica de qualquer intento urbanístico, sem o qual a urbanização defronta-se com dificuldades irremovíveis. O serviço do Cadastro já vai bem adiantado e, até agora, mais de 2.000 prédios e outros imóveis foram cadastrados, prosseguindo-se os respectivos trabalhos[112].

As notícias indicam que na data comemorativa do Centenário o Escritório Coimbra Bueno estaria trabalhando na preparação da planta cadastral e do cadastro imobiliário do município. Como tais serviços eram tidos como etapas preliminares de um plano de urbanização, a notícia acima dá a entender que o plano estava começando a ser elaborado, apesar de não oferecer maiores detalhes. Mas, a partir de março de 1943, raros foram as notícias e documentos encontrados sobre uma possível continuidade do plano ou sobre uma formalização definitiva entre o poder público e o Escritório Coimbra Bueno. Encontrei apenas duas pequenas notas no periódico local "Pequena Illustração", a saber:

> No edifício Mauá está funcionando desde terça-feira o escritório dos "Serviços da Planta Cadastral de Petrópolis", dirigidos pela conceituada firma Coimbra Bueno[113].
>
> A Prefeitura deste município [Petrópolis] está publicando edital de concorrência pública para lançamento de um empréstimo interno de vinte milhões de cruzeiros. Esse decreto, de que tratamos num dos últimos números de Pequena Ilustração, destina-se á execução das obras de reforma e ampliação do atual sistema de abastecimento d'água a cidade, elaboração da

[112]PETRÓPOLIS e sua administração atual. *In:* REVISTA A NOITE ILUSTRADA. (Edição Comemorativa do Centenário de Petrópolis); N. 739; Rio de Janeiro, 4 de maio de 1943, p. 37.
[113] REVISTA PEQUENA ILLUSTRAÇÃO. Ano XIII; N. 634. Petrópolis, 14 de novembro de 1943, p. 3

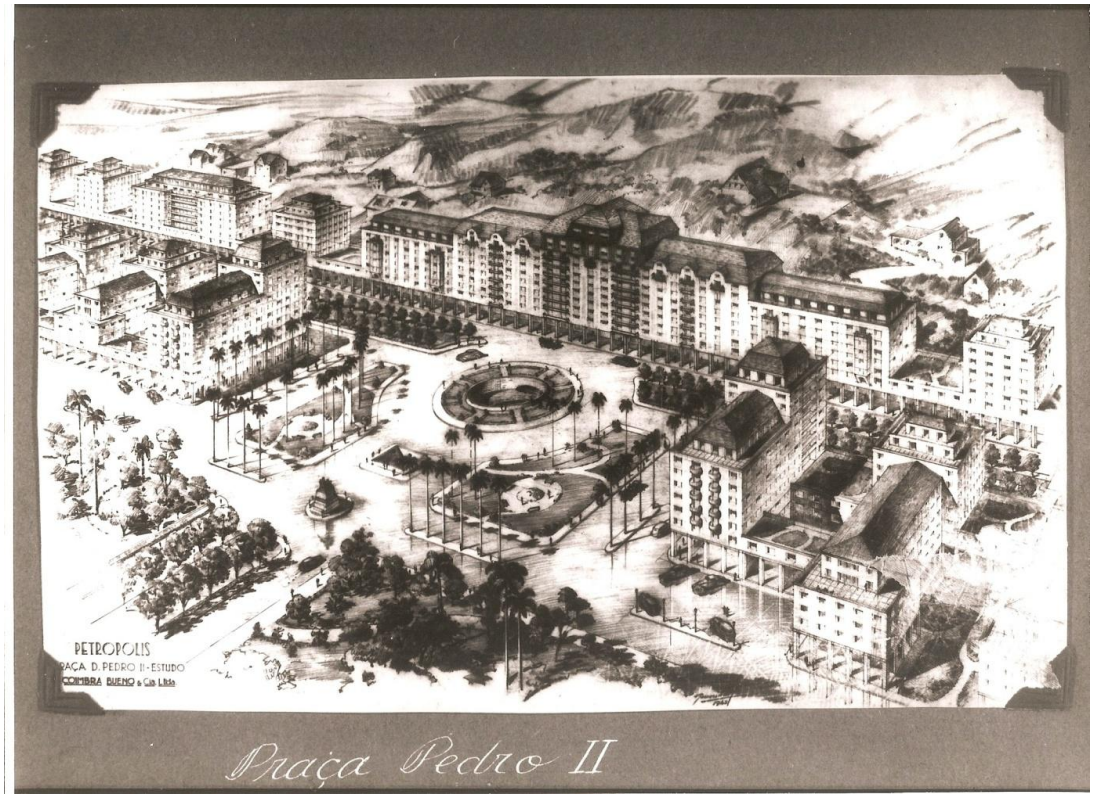
> carta cadastral e cadastro imobiliário, rescisão do contrato do Mercado Municipal, pavimentação de ruas, etc. (grifo nosso)[114].

Esta última notícia, mencionando a necessidade da Prefeitura realizar um empréstimo para pagar os serviços de elaboração da planta cadastral e do cadastro imobiliário, leva a crer que tal serviço ainda não havia sido concluído em maio de 1944. E ainda, não esclarece se de fato já existia um contrato firmado entre a Prefeitura e o Escritório Coimbra Bueno.

Apesar dessa imprecisão quanto a contratação ou não do Escritório, assim como a incerteza se de fato existiu um documento final que sistematizasse tal plano, algumas imagens atribuídas ao mesmo foram localizadas em diferentes meios. Duas delas, denominadas de “Praça D. Pedro II - Estudo” e “Estudo para remodelação da Praça D. Pedro II”, ambas assinadas pelo Escritório Coimbra Bueno e amplamente reproduzidas por diferentes meios de comunicação durante o ano de 1942, sugerem uma abrangente proposta de remodelação viária, paisagística, arquitetônica e urbanística da região da praça central da cidade - denominada ainda hoje de Praça D. Pedro II, conforme representadas abaixo:

Figura 16: Praça D. Pedro II – Estudo (Coimbra Bueno Cia. Ltda.)

[114] REVISTA PEQUENA ILLUSTRAÇÃO. Ano XIII; N. 661. Petrópolis, 21 de maio de 1944, p. 3.



Fonte: Arquivo LDUB/UFF

Figura 17: Estudo para remodelação da Praça D. Pedro II – Petrópolis (Coimbra Bueno Cia. Ltda.)

Fonte: Jornal de Petrópolis, 11/01/1942 (p. 1).

Outra imagem que frequentemente aparece associada ao referido plano é a de um mapa que traz apenas a expressão “Petrópolis / Escala 1:5000” e o logotipo do escritório Coimbra Bueno. Tal mapa, aparentando ser um levantamento aerofotogramétrico do primeiro distrito da cidade de Petrópolis e adjacências, não possui data.

Figura 18: Mapa Petrópolis (Coimbra Bueno Cia. Ltda.)

Fonte: Arquivo LDUB/UFF

Observado o levantamento documental, não fica evidente a contratação do escritório Coimbra Bueno pelo poder público para elaborar o plano petropolitano, diferentemente do que Azevedo (2012) apresenta para outros municípios fluminenses como Araruama e São João da Barra com sua estação balneária de Atafona, onde a autora localizou os contratos firmados entre o escritório e o Governo do Estado. Neste sentido, a própria existência de um plano de urbanização para Petrópolis no período ainda é questionável.

O que chamo atenção aqui é que, independente de um plano ter sido publicizado ou não, algumas dessas propostas serviram como diretrizes para o desenvolvimento urbano petropolitano nos anos posteriores, quando parte delas se concretizaram. Algumas inclusive décadas depois, como apresentarei mais à frente. Relembre-se que esse conjunto de ações estava inserido num plano regional abrangendo parte significativa do Estado do Rio de Janeiro, conforme já apontado.

Procurarei, a partir dos documentos apresentados, sistematizar as principais ideias e propostas apresentadas pelo Escritório Coimbra Bueno, para em seguida analisar sua relevância para a evolução urbana de Petrópolis enfatizando o aspecto turístico.

3.4.1.1 - Apresentação e análise das propostas

De antemão, percebi uma profunda semelhança e complementaridade entre o Plano que Agache elaborou para a cidade do Rio de Janeiro e as propostas da firma Coimbra Bueno para Petrópolis, mesmo que embrionárias, dispersas e pouco detalhadas se comparadas às 426 páginas publicadas de estudos, diagnósticos, proposições, mapas e modelos do plano carioca.

A semelhança primeira que se percebe entre ambos é sobre o ponto de vista teórico e metodológico. Os dois estudos são marcados pelo aspecto funcional expresso nos discursos e nas ações, onde o plano diretor como método e o zoneamento como instrumento são norteadores em ambas as propostas. O ordenamento proposto para Petrópolis utilizará tanto do zoneamento *(zoning)* como de outros instrumentos legais. Os principais documentos localizados demonstram a intenção de dividir a cidade em zonas especializadas, cada uma com um

regulamento próprio, estabelecendo assim uma disciplina funcional sobre a ordem urbanística. A fala de Agache ilustra bem essa ideia:

> (...) remodelação e transformação dos centros especializados – do comercial, com o seu mercado e suas estações férreas e rodoviárias; dos sociais e recreativos com as suas sedes e clubs, do centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado e, finalmente, dos centros residencial e aristocrático, bem como do quarteirão destinado à localização das indústrias. (...)
>
> Para a perfeita execução do plano (...) torna-se de capital importância por em prática em cada um desses centros ou bairros uma disciplina arquitetônica diferente, de modo a corresponder à estética e aos fins de cada um[115].

Assim como o Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro, as propostas para Petrópolis se resumem em três dimensões básicas que seriam: remodelação, extensão e embelezamento, conforme Agache sintetizará:

> Essa alteração, para melhor, da fisionomia urbanística de Petrópolis, pode ser dividida em três partes essenciais, cuja execução requer harmonia e disciplina para a maior beleza do conjunto. Resumindo, essas partes são as seguintes: remodelação do centro comercial, orientação prévia para o seu desenvolvimento futuro horizontal e vertical e, finalmente, embelezamento geral com a criação de novos parques, jardins e avenidas com divisão própria para veículos, cavaleiros e pedestres[116].

A complementaridade entre ambas as propostas se apresentam sob vários aspectos. O Plano Agache (1930) previa que a capital federal poderia ser "rodeada" por cidades-satélites que, segundo a definição do próprio Agache, seria uma forma urbana "autônoma, e organizada por uma vida social completa, mas que permanece na dependência econômica de uma grande cidade próxima" (p. 22). Para isso, Agache sugere que as cidades de Petrópolis e Teresópolis, que à época foram beneficiadas por um novo sistema de vias, entrariam nessa primeira categoria, enquanto as ilhas do Governador e de Paquetá, fossem tratadas como "cidades-

[115] A FISIONOMIA URBANÍSTICA DE PETRÓPOLIS: o plano que o professor Agache elaborou para a "Cidade das Hortências" – Os diferentes bairros – Novas avenidas, parques e jardins – Tornando o belo mais bonito ainda. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 2.
[116] Ibid, p. 2.

jardins”. Estas duas últimas, que pertenciam ao Distrito Federal, recebem um detalhamento melhor no Plano, através de uma proposta de aproveitamento turístico da Baía de Guanabara.

No caso de Petrópolis e Teresópolis, o plano de 1930 apenas sugere o potencial de ambas de servirem como futuras cidades satélites, por conta de suas características peculiares, dentre elas a disponibilidade de um bom sistema de vias de transporte para a então capital federal, sem apresentar maiores detalhes. Isso daria margem para um futuro planejamento não só para Petrópolis, mas para as outras cidades também mencionadas sobre o mesmo aspecto. Com isso, o plano para Petrópolis que começou a ser elaborado onze anos depois, sugere uma continuidade em relação ao Plano carioca.

Durante a descrição das propostas para Petrópolis, Agache deixa claro a sua intenção de inserir Petrópolis como subúrbio “elegante” da Capital Federal em moldes próximos que Versalhes representava para Paris. A passagem a seguir é emblemática nesse aspecto:

> Petrópolis pela sua situação e pelos seus aspectos característicos, está destinada a representar para o Rio o mesmo papel que Versalhes desempenha para a vida parisiense. Cidade elegante e dispondo de clima e ambiente dos mais convidativos para confirmar sua fama de centro preferido e de fácil acesso dos que fogem do calor e da agitação da metrópole, Petrópolis, analisada dentro do sentido da moderna técnica urbanística, tem “charme” e tem defeitos. Pode ser comparada a uma criança bem bonita, mas impedida de crescer para impedir os efeitos da própria beleza. Para acompanhar o progresso e por-se em nível com as exigências do notável desenvolvimento da capital brasileira, que lhe fica próxima, a linda cidade serrana reclama, agora, alguns retoques na sua fisionomia tradicional e histórica.

Esta passagem também elucida uma característica marcante nos projetos de Agache: a valorização de aspectos históricos. Como já mencionado no início do capítulo, a ideia de contemplar Petrópolis com um plano de urbanização estaria inserida no âmbito das comemorações do centenário do município. No epicentro dos preparativos das festividades, organizadas por um grupo de traços conservadores, estava a retomada e a valorização das memórias tradicionais locais. Certamente o plano a ser elaborado deveria estar em sintonia com esse aspecto. Tanto Agache em suas entrevistas como os documentos emitidos pelo escritório Coimbra Bueno evidenciam esta preocupação. Isso é observado, por exemplo, em entrevista

concedida no ano de 1941 - ainda no início dos trabalhos - onde Agache solicita ao poder público municipal “documentos descritivos da fundação de Petrópolis e sua evolução para servirem de base no tocante as tradições locais”[117] ou ao final da citação que demonstrei no parágrafo anterior, onde o urbanista cautelosamente menciona a necessidade de se realizar em Petrópolis “alguns retoques na sua fisionomia tradicional e histórica”, subentendendo a preocupação com o ordenamento urbano passado, do seu conjunto arquitetônico e paisagístico, ou mesmo do culto e da valorização das chamadas “tradições” locais, ao mesmo tempo em que sugere adaptações aos novos tempos.

Com isso, as propostas não apresentam uma ruptura brusca na fisionomia urbana petropolitana. A própria sugestão quanto ao zoneamento traz a seguinte frase: “tendo em vista o zoneamento já existente” (COIMBRA BUENO, 1941), o que me leva a crer que o escritório pretende seguir, e possivelmente atualizar, os instrumentos já em vigor no município, em vez de propor uma ruptura aos mesmos. Só não fica claro se o zoneamento que eles se referem é o Decreto-lei de 1941 ou outras regulamentações passadas como códigos de posturas ou de obras.

Uma curiosidade importante que vale relatar é a de que Paulo Paulista Ulhôa Cintra – que aparece na minuta de contrato como advogado da firma Coimbra Bueno e se apresenta como “estudioso de assuntos de urbanismo” – publicou um amplo artigo intitulado “A fundação de Petrópolis” (CINTRA, 1943) na Revista Urbanismo e Viação, exaltando o Plano de Koeler e a figura do engenheiro militar Paulo Barbosa. Cintra defende que este seria o primeiro plano regional de urbanismo do Brasil. Para isso, ele apresenta uma série de aspectos presentes no Plano de Koeler comparando-os aos instrumentos legais utilizados na época em que escreve.

Na visão de Cintra, o plano Koeler continha uma clara delimitação de zonas, acompanhada por um conjunto de normatizações legais, que muito se assemelhava aos zoneamentos aplicados na década de 1940. Além disso, o autor utiliza de terminologias hodiernas para interpretar o plano passado, como “Centro Cívico” e “Avenida Parque”, fora os elogios proferidos nos aspectos estéticos, viários e sanitários elaborados para Petrópolis.

[117] REMODELAÇÃO imediata de Petrópolis. **O Globo**, 22 de Janeiro de 1941, matutino, geral, p. 02.

> Foi um verdadeiro Plano Regional de urbanização e embelezamento, deliberadamente concebido, com características ousadas e inteiramente novas para um século atrás, no Brasil adolescente de D. Pedro II. (CINTRA, 1943, p. 21)

Isso mostra que a equipe envolvida na elaboração da proposta da década de 1940 obteve não apenas informações detalhadas sobre os esboços de Koeler, mas também revela elevada simpatia pelo plano que estaria completando um centenário, o que me leva a acreditar que, pelo menos em parte, o escritório optou pela retomada ou manutenção de determinados preceitos do Plano Koeler.

Outra característica marcante exposta nos documentos é o contraste das atividades funcionais existentes em Petrópolis, colocando em xeque a dicotomia entre a industrialização e o turismo. Esta característica fica ainda mais clara no primeiro item do “Diagnóstico da cidade de Petrópolis” apresentado na proposta preliminar definindo as seguintes “funções principais da cidade”:

> a) Descanso e veraneio (cidade jardim);
> b) Parque industrial;
> c) Capital Provisória da República;
> d) Turismo (COIMBRA BUENO, 1941, p. 06).

Em seguida, os urbanistas proclamam o seguinte diagnóstico:

> As funções de cidade de descanso e parque industrial são antagônicas. Isso deve ser objeto de cuidadosos estudos (zoneamento, regulamentação, tráfego) (Ibid.)

Vários aspectos podem ser analisados a partir desta definição dada pelo escritório Coimbra Bueno. O primeiro é a clara inserção de Petrópolis no cenário regional, com uma nítida relação de influência e de interdependência com a capital federal. O segundo é que dentre as quatro funções previamente definidas, três delas estão interligadas com o aspecto turístico - descanso e veraneio, capital provisória da república e turismo - enquanto a função de parque industrial apresenta-se mais deslocada e até mesmo negativa nesse cenário. Neste momento o zoneamento aparece como alternativa possível para disciplinar tal antagonismo:

> São duas funções cuja vizinhança é antagônica e que poderão se tornar incompatíveis e comprometer o futuro da cidade, se não houver um planejamento racional.

> Só o zoneamento poderá resolver esse grave problema, com o melhor aproveitamento das áreas.
>
> Embora já um pouco tarde, é ainda tempo de estabelecer-se uma disciplina entre essas atividades funcionais contrastantes, provendo e prevendo o crescimento de cada uma delas[118].

Apesar da dicotomia e da importância da industrialização para a cidade, os discursos demonstram maior ênfase nos aspectos que dinamizariam a atividade turística, enquanto a industrialização já aparece com um tom de "problema", mas passível de ser disciplinado, afastado e controlado. Isso será observado no elevado destaque dado tanto aos melhoramentos e embelezamentos estéticos assim como aos aspectos ligados à circulação e tráfego. É interessante perceber que questões estéticas e de tráfego aparecem lado a lado, numa clara referência de complementaridade. Ou seja, funcionalidade e embelezamento aparecem aliados nas propostas. Entre os seis principais melhoramentos apresentados para a cidade, quase todos estão ligados a estas duas áreas. Conforme Agache:

> 1º: melhorar e embelezar os trechos de saída e entrada da cidade;
>
> 2º: a abertura de uma avenida de contorno, de modo a evitar a travessia pelo centro urbano dos ônibus, caminhões e outros veículos destinados no tráfego rodoviário que passam por Petrópolis;
>
> 3º: abertura de várias estradas panorâmicas, ligando entre si os "talwegs" de serventia individual;
>
> 4º: retificação e alargamento, quando necessário, do leito dos rios para evitar inundações sempre possíveis;
>
> 5º: criar jardins, parques e praças de sports para crianças e adultos e demarcar zonas florestais para a manutenção de bosques e zonas de retiro;
>
> 6º: remodelação e transformação dos centros especializados – do comercial, com o seu mercado e suas estações férreas e rodoviárias; dos sociais e recreativos com as suas sedes e clubs, do centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado e, finalmente,

[118] Texto extraído da reportagem: PETRÓPOLIS e seu grandioso Plano de Urbanização, Extensão e Embelezamento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1942, p. 15.

> dos centros residencial e aristocrático, bem como do quarteirão destinado à localização das indústrias[119].

Tais propostas de melhoramentos e embelezamentos estão intimamente ligados aointeresse de “turistificar” o espaço petropolitano. A primeira proposta, relacionada às entradas e saídas da cidade, possui uma grande similaridade com a “Porta de Entrada do Brasil”, um dos principais projetos de Agache para o plano do Distrito Federal e que tinha um objetivo tanto cívico como turístico, pois serviria para melhorar a primeira impressão dos visitantes estrangeiros que chegassem tanto à cidade quanto ao país. A diferença é que na cidade do Rio se daria por via marítima e em Petrópolis por via terrestre.

Os segundo e terceiro melhoramentos propostos, se referem às questões viárias. Tais melhoramentos possuíam múltiplas funções como melhorar a circulação, desafogar o fluxo de veículos e ao mesmo tempo, proporcionar a abertura de novas vias compostas de uma estética paisagística que também teria fins turísticos. Nesse período, os veículos que se deslocavam da cidade do Rio de Janeiro em direção à Juiz de Fora tinham necessariamente que passar por dentro da cidade de Petrópolis, pois não existia uma ligação direta entre as rodovias Rio - Petrópolis e a União Indústria (Petrópolis - Juiz de Fora), o que gerava um elevado fluxo de veículos rodoviários nas vias centrais da cidade. A “avenida de contorno” proposta visava fazer esta ligação direta entre ambas rodovias por fora do perímetro urbano, diminuindo assim o fluxo de veículos no centro da cidade.

Além disso, a progressiva demanda por automóveis que o já mencionado “rodoviarismo” incentivava, acompanhada do encerramento da concessão dos bondes que tornou exclusivo o modal rodoviário coletivo, exigiriam a abertura de novos espaços dentro das vias de circulação da cidade, o que acentuaram a necessidade de reestruturação viária. Os projetos propostos nas Figuras 16 e 17 (Estudos para remodelação da Praça D. Pedro II) sugerem o alargamento de algumas vias existentes, a abertura de novos logradouros, a construção de novas pontes e canalizações parcial de rios, além de uma completa reestruturação viária do cruzamento central da cidade. Isso tudo acompanhado de uma ampla

[119] A FISIONOMIA URBANÍSTICA DE PETRÓPOLIS: o plano que o professor Agache elaborou para a “Cidade das Hortências” – os diferentes bairros – Novas avenidas, parques e jardins – Tornando o belo mais bonito ainda. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 2.

reconfiguração estética e paisagística das praças, jardins e até mesmo a redefinição arquitetônica das edificações do entorno.

Com o quinto melhoramento, de demarcação de áreas recreativas assim como de criação de jardins e parques, Agache atribui grande parte desse papel ao novo complexo que estava sendo construído na região do bairro Quitandinha, que ele chamaria de “centro recreativo”. Na mesma entrevista, Agache realizaria a seguinte descrição do complexo:

> **Quitandinha, centro recreativo:** Numa das últimas visitas que fiz a Petrópolis tive a oportunidade de percorrer a importante obra que está sendo feita em Quitandinha. O notável centro recreativo que ali está sendo ultimado segundo os projetos do extenso programa de valorização turística elaborado pelo governo do Estado do Rio, representa uma iniciativa de grande vulto e que eu, como especializado em trabalhos desse gênero, considero realmente ousada, considerando os detalhes monumentais do magnífico conjunto. Analisando essa obra dentro dos planos urbanísticos reclamados pela linda cidade petropolitana, não tenho dúvida em considerá-la digna de apreciação como fator de beleza e importância para acentuar adequadamente a futura feição metropolitana de Petrópolis, bem como motivo precioso para que seja localizada em Quitandinha a zona recreativa de preferência, não só dos petropolitanos, como dos milhares de veranistas, procedentes do Brasil e do exterior, que concentrarão, ali, naqueles lindos recantos de serra, tudo quanto precisam para alegria dos olhos, do corpo e do espírito. (AGACHE, 1942, p. 2)

Essa afirmativa demonstra que ambas as iniciativas, o plano de urbanização para Petrópolis e o plano para o Complexo Quitandinha aparentavam um estreito diálogo naquele instante.

Mas é válido lembrar que, num primeiro momento, a construção e urbanização do Complexo Quitandinha e a elaboração do Plano de Urbanização para Petrópolis apresentaram-se como iniciativas independentes e que se aproximaram ao longo do ano de 1942. Isso pode ser notado em vários documentos que localizei. Em um parecer emitido pelo Departamento de Municipalidades do Governo do Estado sobre as negociações envolvendo a contratação da firma Coimbra Bueno para a elaboração do Plano para Petrópolis, encontrei a seguinte indicação:

> É interessante, a nosso ver, para a Municipalidade de Petrópolis, a proposta de "Coimbra Bueno & Cia." para o plano e execução dos melhoramentos da cidade.
>
> Lembramos que será necessário, no plano a ser elaborado, levar em consideração, na parte relativa ao novo bairro da Quitandinha e suas adjacências, que foi objeto de em estudo especial, o projeto de urbanização, de autoria do professor Saboya Ribeiro, já aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Interventor Federal, devendo haver perfeito entrosamento entre os dois projetos[120].

Ainda em 1942, a já citada notícia do jornal "A Noite" destaca o seguinte:

> Na visita que fez aos escritórios da Empresa que está construindo o suntuoso hotel e ao local da obra, nos terrenos da velha fazenda Quitandinha, o Prof. Alfredo Agache, depois de examinar as plantas e os serviços de urbanização e as obras do monumental edifício, assim se manifestou: "Esplêndido! Tudo isso se conjuga admiravelmente com o plano de urbanismo que estou projetando para Petrópolis"[121].

O sexto e último melhoramento sintetiza que a cidade deveria ser ordenada através de um detalhado zoneamento. Como este aspecto já foi discutido neste capítulo, destacarei o elevado apelo cívico expresso nas reformulações propostas. Além dos alargamentos de avenidas centrais, que à época eram também concebidos para receber eventos cívicos e desfiles militares, a reformulação da Praça D. Pedro II parece ter sido pensada como um conjunto paisagístico que complementava a transformação em curso da antiga residência do imperador em Museu Imperial. A Figura 16 (Praça D. Pedro II – Estudo) apresenta ainda a intenção de deslocar a estátua de D. Pedro II para o meio de uma das avenidas, dando assim uma maior centralidade ao monumento em homenagem ao patrono da cidade. Apesar de Agache não detalhar onde seria localizado o "centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado" é possível que os mesmos estivessem localizados nos edifícios projetados no entorno daquela Praça.

---

[120] Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Municipalidades. **Parecer sobre a** p**roposta da firma Coimbra Bueno e Cia. para elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis.** Processo n° 391/42. Niterói, 10/03/1942.

[121] CONJUGA-SE ADMIRAVELMENTE! A valiosa opinião do Prof. Alfredo Agache sobre o novo Hotel em construção em Petrópolis. **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 04.

3.4.1.2 O que possivelmente “saiu do papel” das propostas elaboradas pelo Escritório Coimbra Bueno

Apesar de não ficar claro se o plano de urbanização para Petrópolis elaborado pela firma Coimbra Bueno foi de fato publicado, é notório que parte das sugestões apresentadas tomaram corpo e se concretizaram, seja naquela época, alguns anos depois ou até mesmo após muitas décadas.

É válido lembrar também que tais propostas não podem simplesmente ser interpretadas como idéias plenamente elaboradas pela equipe do escritório, pois um plano de urbanização pode constituir-se em um apanhado geral dos problemas e de soluções construídas em diálogo com atores locais. Ou seja, não é necessariamente um conjunto de proposições originais elaboradas por urbanistas. Neste sentido um plano de urbanização pode absorver projetos e sugestões que já estão dadas[122].

Apresentarei nesse item algumas das ideias que, pelo menos em parte, foram viabilizadas através dos tempos para, em seguida, analisar em que medida elas foram executadas.

a) Zoneamento como instrumento central de ordenamento territorial do município: As sugestões propostas pelo Escritório Coimbra Bueno mencionam a necessidade de se elaborar um detalhado zoneamento, por ser um instrumento central de ordenamento. Apesar de não ficar claro se eles estão considerando ou não a Lei de zoneamento criada em março de 1941, é possível perceber um tom crítico dos urbanistas quanto a alguns instrumentos existentes, como na seguinte passagem de Agache no ano seguinte à publicação da lei:

> (...) o regulamento a ser elaborado a respeito não pode ser um só para toda a cidade, mas vários e perfeitamente estudados, segundo as características e a especialização urbana de cada uma das zonas organizadas.

[122] Um exemplo disso são os inúmeros artigos que localizei produzidos por José Marianno Filho na imprensa local e publicados nos anos 1930 (MARIANNO FILHO, 1933), nas quais o autor relatava uma série de problemas urbanos de Petrópolis e ensaiava um conjunto de propostas para tais problemas, assim como os debates promovidos pelo Rotary Club petropolitano no período. É possível perceber que algumas das proposições de Marianno Filho, assim como os debates do Rotary - inclusive Marianno Filho foi conferencista de um deles em 1940 (MARIANNO FILHO, 1940) - se assemelham em parte as propostas do Escritório Coimbra Bueno.

É possível que a crítica esteja fundada no caráter mais generalista do zoneamento de 1941 que não previa os chamados “centros especializados” (cívico e recreativo, por exemplo) e que por isso poderia ser considerado incompleto por Agache. Apesar disso, é possível observar uma tênue semelhança entre a essência das propostas dos urbanistas e a referida lei. Vale lembrar também que, com o passar dos anos, a lei de zoneamento vai sendo completada, detalhada e atualizada com novas normatizações que vão aos poucos considerando as especificidades de cada zona, como na Deliberação nº 2.613, de 27/10/1967, que apesar de só ter sido publicada vinte e seis anos depois, estabeleceu a delimitação e elementos específicos da Zona Industrial. Por fim, como já apresentado, a lei de zoneamento de 1941 tornou-se o instrumento central de ordenamento territorial da cidade nas décadas posteriores.

b) Melhoramentos da área central - embelezamento geral, reestruturação viária e intervenções urbanísticas, arquitetônica e paisagística: É notório que os desenhos sugeridos pelo Escritório não foram implementados à risca. Mas é válido perceber que com o passar dos anos, algumas das proposições centrais parecem ter tomado forma como a abertura de novos logradouros na região da Praça D. Pedro II. A própria Rua do Centenário – atual Dezesseis de Março - fora aberta em 1943. A mesma aparecia no desenho e certamente já estava em implementação quando os projetos foram publicados.

Cabe ressaltar que esta região passou por inúmeras reestruturações viárias e estéticas desde o período estudado até a atualidade. Uma inclusive mais recente, durante uma das administrações do Prefeito Rubens Bomtempo, entre os anos de 2005 e 2008. Uma importante intervenção ocorreu na segunda metade da década de 1950, na administração do então prefeito Flávio Castrioto.

> **Urbanização do Centro Comercial** - As imposições do progresso estavam exigindo, todavia, uma urbanização do centro comercial, que se mostrava insuficiente para dar vazão ao movimento atual, principalmente no verão, quando milhares de automóveis, notadamente do Rio, circulam nas alamedas petropolitanas.
>
> O Prefeito Flávio Castrioto iniciou, assim, em princípio deste ano a reforma das ruas do centro comercial. (...) A rua Nilo Peçanha foi prolongada até a rua 7 de setembro e, dentro em

> breve, irá se comunicar com a rua 16 de Março, através de ponte a ser construída.
>
> As obras da Av. 15 de Novembro – a via principal – (...) As pistas de transito foram alargadas de dois metros e meio em cada lado do rio que corta a Avenida, obtendo-se um alargamento total de cinco metros. As pontes correspondentes às ruas João Pessoa, General Osório e Marechal Deodoro, foram triplicadas na sua largura e, na parte correspondente a Praça D. Pedro – coração da cidade – os rios Palatinato e Quitandinha foram capeados numa extensão superior a 150 metros, formando uma nova praça ao centro da qual foi eregido o Obelisco da Colonização (...)[123].

Na proposta dos Coimbra Bueno, a junção entre os Rios Palatinato e Piabanha - chamada antigamente de “Bacia” - seria parcialmente capeada, onde ficaria mantido um vão circular, servindo também de rotatória central no entroncamento das avenidas. Em 1957, tal “bacia” foi totalmente capeada, formando o largo que recebeu a construção do Obelisco. Apesar dessa alteração no projeto, nota-se que parte das proposições viárias foram implementadas como o prolongamento da Rua Nilo Peçanha ligando-a à Rua Dezesseis de Março, o alargamento da Avenida principal e das pontes e o extenso capeamento do encontro dos rios, que além de formar uma nova praça, auxiliaria no alargamento das pontes e vias do entorno. Quanto aos ajardinamentos foi possível perceber que a referida administração providenciou a substituição de parte das árvores por arbustos de menor proporção, assemelhando-se às propostas do Escritório. Ou seja, muitas das sugestões esboçadas pelo Escritório Coimbra Bueno foram viabilizadas na administração Castrioto (segunda metade da década de 1950). A figura abaixo (figura X) retrata parte dessas intervenções:

[123] URBANIZAÇÃO e Embelezamento. In: **A Noite**. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1957.

Figura 19: Intervenções urbanas na Avenida Quinze de Novembro – substituição das árvores e construção do Obelisco (ao fundo).

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Imperial, s/d [Foto possivelmente tirada no ano de 1957].

Outro logradouro aberto que chama a atenção é a Rua Irmãos D´Angelo. Embora tenha sido concretizado apenas no início da década de 1960 é notório que o conjunto dos edifícios construídos formam amplas galerias cobertas, a partir de um sistema de pilotis de sustentação dos edifícios com lojas comerciais nos andares inferiores e apartamentos residenciais (ou escritórios) nos andares superiores, conforme a fotografia a seguir (Figura 20). Tal característica é percebida em ambos os lados da rua. Vale lembrar que o logradouro fica no coração da cidade, a poucos metros da Praça D. Pedro II. Apesar de o traçado da rua não aparecer nos “croquis” do Escritório Coimbra Bueno é perceptível que as edificações da mesma assumiram características nitidamente expressas nos dos desenhos.

Figura 20: Rua Irmãos D´Ângelo e Edifício Arcádia (ao fundo).

Fonte: Disponível em http://www.flickr.com/photos/jorgebrazil/5436082996/ Acesso em 04/06/2016.

Ao centro da fotografia pode ser observado o Edifício Arcádia, na esquina da Praça D. Pedro II com a rua Rua Dezesseis de Março. Este edifício, construído ao fim da década de 1940, possuí elevada semelhança arquitetônica com o esboço que aparece na mesma esquina no desenho “Praça D. Pedro II – Estudo” de autoria do Escritório Coimbra Bueno. O estilo se assemelha ao *Art Déco* que Agache também propôs para parte do centro da cidade do Rio de Janeiro. A diferença se dá pela altura, pois o esboço apresenta uma edificação com menos pavimentos do que a que foi construída.

Vários outros edifícios construídos na região central de Petrópolis entre a segunda metade da década de 1940 e o início da década de 1960 acompanharam características estéticas e funcionais muito semelhantes às propostas do Escritório Coimbra Bueno, apesar de não seguirem os locais exatos dos “croquis”. É possível,

inclusive, que tais edificações tenham sido implementadas em outros espaços justamente porque os croquis sugeriam a derrubada de antigos conjuntos arquitetônicos. Alguns inclusive, remanescentes do século XIX. Acredito que esta sugestão de substituição das edificações não tenha sido bem recebida - principalmente pelos "preservacionistas" - e tais melhorias teriam sido implementadas em outras áreas, como o caso da nova Rua Irmãos D´Ângelo.

c) Abertura da avenida de contorno e de estradas panorâmicas: Esta obra viária saiu do papel e foi oficialmente inaugurada em 1960. Denominada de "Estrada do Contorno", com 41 quilômetros de extensão, ligava o distrito de Xerém (no município de Duque de Caxias) até a localidade de Bonsucesso (no distrito petropolitano de Itaipava), contornando assim o perímetro urbano da cidade de Petrópolis. A iniciativa ficou a cargo do governo federal, através do DNER. Curiosamente, o ministro de Viação e Obras Públicas do período era Ernani do Amaral Peixoto.

Vale destacar que, além de possuir um relevante papel viário, a Estrada do Contorno também foi idealizada para servir de via panorâmica vislumbrando fins turísticos, onde foram projetados dois Belvederes (mirantes) com restaurantes e bombas de combustíveis (GOMES, 2011)[124], atendendo pelo menos em parte a intenção de abrir "várias estradas panorâmicas".

d) Melhoria e embelezamento dos trechos de saída e entrada da cidade: Acredito que tal melhoria se deu pela construção dos pórticos (ou portais) nas diferentes entradas da cidade. Localizei uma deliberação municipal que autorizava a construção de um pórtico no Quitandinha no ano de 1956 (Deliberação nº 706, de 07/08/1956), mas aparentemente, tal empreendimento não foi executado naquela década.

Tais pórticos só foram implementados a partir do ano de 1999, na administração do prefeito Leandro Sampaio (1997-2000). O primeiro deles, construído na entrada no Quitandinha (Figura 21), foi inaugurado em novembro de 1999. Segundo o Jornal Tribuna de Petrópolis, o referido pórtico foi

[124] GOMES, Mariza da Silva. Estrada do Contorno - Belvedere – Pavelka. IHP; Petrópolis, 2011. Disponível em: http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/msg20110808a.htm . Acesso em 17/01/2016.

> Construído em estilo neoclássico, seguindo as linhas do Museu Imperial, na entrada da avenida Ayrton Senna, no Quitandinha, ele terá um Centro de Informação Turística, um posto da Polícia Militar, espaço para lojas de souvenirs e um Banco 24 horas[125].

Figura 21: Pórtico de Entrada do Quitandinha a véspera de ser inaugurado.

Fonte: Tribuna de Petrópolis (30/11/1999, p. 08)

Durante a gestão do mesmo prefeito, as entradas do bairro Bingen – que inclusive foi viabilizada a partir da Estrada do Contorno - e do distrito de Itaipava foram contempladas com postos policiais e Centros de Informações Turísticas, com a promessa de receberem futuramente seus respectivos pórticos. Por fim, apenas no ano de 2008 a entrada do Bingen recebeu o seu pórtico. Ou seja, as melhorias relativas às entradas e saídas da cidade só foram implementadas mais de meio século depois.

e) Criação de jardins, parques, praças e delimitar zonas florestais: Percebe-se que várias praças e jardins da cidade receberam melhorias. O próprio jardim do Palácio Imperial passa por melhoramentos e torna-se área pública com a transformação da propriedade em Museu, aberto em 1943. O novo bairro

[125] LEANDRO inaugura o Pórtico do Quitandinha. *In:* **Tribuna de Petrópolis**. Petrópolis, 30 de Novembro de 1999, p.08.

Quitandinha também foi projetado com ampla arborização que previa um conjunto de praças e jardins, além do próprio parque projetado no entorno do lago localizado em frente ao Hotel-Cassino. Este parque é utilizado até hoje como área de recreação para os moradores e visitantes da cidade.

Quanto à preservação e demarcação de zonas florestais, Petrópolis já havia sido contemplada com duas iniciativas importantes: a já mencionada Postura nº 8, de 26 de abril de 1938 que regulava a conservação, corte e replantio de arvoredos e matas do município e a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos[126], ainda no ano de 1939. Localizei também na legislação municipal a Deliberação nº 584 de 1º de agosto de 1955 que traz a seguinte redação: "Art. 1º Fica criado no 1º Distrito de Petrópolis, no Bairro do Caxambú, o Parque da Cidade, com a finalidade de incentivar o turismo em nossa Cidade". Outras áreas de preservação foram delimitadas com o passar dos anos.

Por fim, encontrei uma deliberação municipal que concede "o título de 'Cidadão Petropolitano' ao ex-Senador da República, Dr. Jeronymo Coimbra Bueno, pelos bons serviços prestados ao nosso Município"[127]. Essa deliberação me leva a crer que não só Jeronymo, mas as ações do Escritório Coimbra Bueno possuíram alguma relevância no desenvolvimento urbano de Petrópolis, sendo inclusive reconhecido pelo município duas décadas depois.

3.4.2 O Complexo Quitandinha: o Hotel-Cassino, a urbanização do seu entorno e o apoio do governo estadual

Outro importante empreendimento implementado em Petrópolis no período foi a construção do Complexo Quitandinha. Este foi uma iniciativa do empresário mineiro Joaquim Rolla, proprietário de diversos estabelecimentos comerciais como o Cassino da Urca e financeiros, como o Banco Mercantil do Brasil, além de uma série de negócios que o notabilizavam como um dos homens mais influentes do país à época. No livro "Apostas Encerradas: O breve império do Cassino Quitandinha", Neves (2009, p. 15) descreve o complexo da seguinte maneira:

[126] Decreto-lei nº 1.822, de 30 de Novembro de 1939.
[127] Petrópolis. Deliberação nº 1.841, de 6 de dezembro de 1963.

> Nas terras de Petrópolis não surgiria apenas um gigantesco hotel de luxo em estilo normando. Desde 1939, Rolla acumulava na região lotes suficientes para a fundação de uma pequena cidade. E era o que tinha em mente: fazer daquele loteamento, com milhões de metros quadrados, um universo para o turismo como nunca se viu. O Quitandinha foi concebido como o centro da nova capital mundial do jogo e entretenimento. O hotel se constituiria (...) um colosso com 300 apartamentos e a mais completa estrutura de lazer, esportes e bem-estar já vista em qualquer hotel do planeta.
>
> À volta do estabelecimento seriam construídas milhares de casas de veraneio, em áreas urbanizadas e com serviços de apart-hotel prestados pelo corpo de empregados da Companhia Terrenos Quitandinha, constituída pelo empresário em 1939 para tocar a empreitada. Hotéis de menor porte também surgiriam na região, para acomodar o mundo de gente atraído pelo cassino.

Apesar de o Complexo Quitandinha se apresentar como um empreendimento privado que "não recebeu das autoridades governamentais qualquer auxilio financeiro oficial"[128], observa-se que o mesmo obteve significativo apoio do governo estadual. Neves (2009, p. 15), ao descrever os bastidores da construção do Hotel pelo seu proprietário Joaquim Rolla, afirma que:

> Estimulado pelo Estado a tocar o empreendimento, "em nome do Turismo", firmou com o governo de Amaral Peixoto um contrato para a construção do hotel, com garantias que lhe asseguravam o reembolso de 120 milhões de cruzeiros, em valores de época, na hipótese (que parecia remota) de o jogo ser banido. O contrato também permitia que a obra recebesse empréstimo do chamado Crédito Hoteleiro, que cobria 70% dos custos da construção com financiamento a longo prazo.

Ao obter acesso ao referido contrato, percebi ainda que outros importantes benefícios foram concedidos ao proprietário do Complexo Quitandinha, como o monopólio da exploração dos jogos de azar no município, além de isenções tributárias que não se limitavam à contratação do empreendimento, mas se estendiam para uma série de serviços prestados no interior do hotel cassino. Seguem alguns trechos importantes:

---

[128] SETE verdades sobre Quitandinha. **Boletim Quitandinha.** Ano 1, V. 2.Petrópolis, 1ª Semana de Fevereiro de 1945.

> Contrato que entre si fazem o Estado do Rio de Janeiro e o senhor Joaquim Rolla. (...)
>
> Ao contratante, fica assegurado o direito de exploração, com exclusividade, dentro do município de Petrópolis e pelo prazo de quinze anos, no Hotel Cassino a ser construído, dos jogos e diversões típicos de Cassino, como tais considerados os que se praticarem nos estabelecimentos congêneres do Distrito Federal e outras estações balneárias, climatéricas e hidrominerais. (...)
>
> Ao contratante ficam asseguradas as isenções tributárias definidas no Decreto-lei nº 157, de 26 de Setembro de 1940. O comércio, a indústria e a atuação artística, realizados dentro do Hotel-Cassino e seus anexos também ficam isentos de contribuições fiscais, do Estado ou do município, exceção feita para os impostos de jogos e diversões, vendas e consignações e quaisquer taxas remuneratórias de serviços públicos (água, esgotos, sanitária, etc.)[129]

O próprio Amaral Peixoto, em entrevista concedida quatro décadas depois, afirma os privilégios concedidos aos grandes proprietários de Hotéis Cassino além das isenções de impostos previstos no já mencionado Decreto-lei estadual nº 157 de acordo com o qual o Quitandinha foi beneficiado:

> O que eu fiz foi o seguinte: fechei todas as pequenas casas de jogo de Niterói, muitas vezes espeluncas que funcionavam em fundo de garagem, e só mantive a licença de uma delas, com a condição de que eles construíssem um grande hotel. O hotel foi feito em prazo record e se chamou Cassino Icaraí. Em Petrópolis, dei licença para a construção do Quitandinha, que foi feito sem um tostão do estado. O terceiro cassino licenciado foi o Higino, de Teresópolis. De modo que, em vez de 40 ou 50 pequenas casas, o estado ficou com três grandes hotéis, que além de desenvolver o turismo pagavam uma taxa para explorar o jogo (Peixoto, 1986, p. 162).

Apesar desses inúmeros benefícios, cabia também ao contratante assumir uma série de obrigações. Dentre elas, o empreendimento se comprometeria em dinamizar os fluxos turísticos locais e também ficou obrigado a elaborar e executar um plano de urbanização para o entorno do Hotel Cassino, conforme demonstram as cláusulas abaixo:

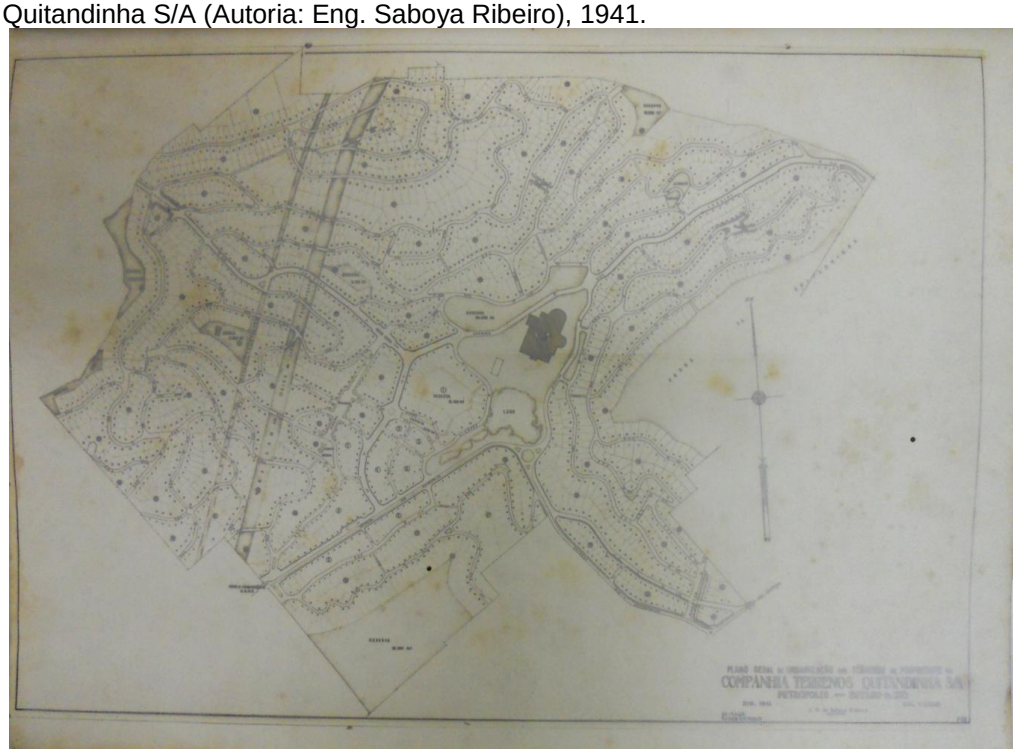
---

[129] CONTRATO que entre si fazem o Estado do Rio de Janeiro e o senhor Joaquim Rolla. *In:* Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ). Imprensa Oficial. 26 de Julho de 1941, p. 8-10.

> O contratante se compromete a incrementar por todos os meios ao seu alcance, e condignos, as correntes de turismo, ouvindo e atendendo, nesse sentido, às deliberações dos Serviços de Propaganda e Turismo, e contratando e fazendo atuar, no “grill-room” do cassino, nas estações de veraneio, os melhores artistas e os mais variados programas. (...)
>
> O contratante obriga-se a realizar um plano de urbanização da área circundante daquela em que for construído o Hotel-Cassino, de modo a ligar o bairro Quitandinha à cidade de Petrópolis (...)[130].

Em vista disso, o loteamento do Bairro Quitandinha foi também acompanhado de um plano de urbanização elaborado pelo engenheiro e urbanista Saboya Ribeiro (Figura 22).

Figura 22: Plano Geral de Urbanização dos Terrenos de propriedade da Companhia Terrenos Quitandinha S/A (Autoria: Eng. Saboya Ribeiro), 1941.



Fonte: Saturnino de Brito (1942, s/p)

Os projetos de saneamento visando o abastecimento de água e os sistemas de esgotamento sanitário ficaram a cargo do Escritório Saturnino de Brito que faz a seguinte descrição do bairro:

[130] CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O SENHOR JOAQUIM ROLLA. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ). Imprensa Oficial. 26 de Julho de 1941, p. 8-10.

> Compõe-se o novo bairro de perto de 2300 lotes e um hotel de 303 apartamentos, dotado de todas as características de conforto e luxos modernos: comodidades internas, campos de esportes, cassino, piscina, lago com praia artificial, pista para patinação no gelo e outras. (SATURNINO DE BRITO, 1942, p. 4).

Com isso, as terras da antiga Fazenda Quitandinha se transformaram não apenas em um hotel cassino, mas num conjunto imobiliário e hoteleiro de proporções consideráveis que alterou significativamente a morfologia urbana de Petrópolis nos anos posteriores.

O que quero enfatizar é que o Complexo Quitandinha, apesar de ser um empreendimento privado, contou com importante aporte do Estado em incontáveis frentes para se viabilizar. Este último, por sua vez, parece não ter medido esforços para apoiar tal iniciativa. E ainda, estabeleceu obrigações para que o empreendimento dinamizasse os fluxos turísticos locais. Isso fortalece ainda mais a tese de que o Estado foi um ator fundamental na promoção e no desenvolvimento do setor turístico ocorrido no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o quadro apresentado nos capítulos anteriores, entendo que a partir da década de 1930 o Turismo tornou-se um tema passível de políticas públicas, crescendo gradativamente em importância nas ações estatais e inserindo-se em planos urbanos e regionais. Citem-se como exemplos o Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses ou os novos núcleos urbanos nas estâncias termais em Minas Gerais. Houve no país certamente experiências isoladas, no entanto em parte dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, existem elementos para se pensar numa política de planejamento de cidades onde o Turismo aparece como um vetor fundamental de desenvolvimento urbano.

Trabalhos recentes como o de Marcelo (2013) e Guimarães (2012a) demonstram que o Estado já empreendia ações no campo do Turismo através da sua divulgação interna no país ou como braço importante na política externa. O que quero acrescentar refere-se à intervenção do Estado Novo na atividade turística vinculada ao campo das políticas territoriais.

Mesmo admitindo que as ações supracitadas se deram de forma restrita e pontual privilegiando determinadas porções do território nacional, entendo que essas iniciativas configuram a gênese do planejamento turístico estatal no Brasil. Com isso afirmo que no período estudado o Estado não atuou apenas como regulador ou fiscalizador do setor de Turismo mas também como facilitador, parceiro e, em alguns casos, protagonista da atividade.

Apesar do quadro considerado nesta tese, ainda é comum encontrar na literatura argumentações de que no Estado Novo ocorreram iniciativas isoladas no campo das Políticas Públicas do Turismo, como nessa recente passagem de Knupp (2015, p. 120):

> O Turismo se coloca entre os setores governamentais que somente nas últimas décadas têm sido alvo de uma intervenção mais sistemática dos governos (...). As primeiras políticas federais de turismo que visavam um direcionamento estrutural da atividade surgiram no regime autoritário, sob centralização acentuada do poder na burocracia do Executivo federal, isolando associações de classe e outros grupos de interesse presentes no setor de turismo. [grifo nosso]

> (...) nessa época, de 1937 a 1945, é possível afirmarmos que os governos não estavam empenhados em desenvolver a atividade turística no país, e que, por isso, existiam poucas políticas diretamente relacionadas ao turismo, as quais não trouxeram resultados significativos para o planejamento da atividade.

Outro significativo exemplo é a periodização proposta por Cruz (2002). Ao analisar as políticas públicas de turismo no Brasil, a autora chama o momento compreendido entre os anos de 1938 a 1966 como a “pré-história” jurídico-institucional das políticas de turismo no Brasil. Ao descrevê-la, Cruz (2002, p. 42) afirma que

> (...) essas políticas eram resultantes de diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, fundamentalmente à regulamentação de agências de viagens e de turismo.

Tal periodização proposta por Cruz tornou-se relevante, sendo amplamente citada e transcrita por importantes obras relativas ao Turismo no âmbito das políticas públicas brasileiras. Entre os escritos que atribuem destaque ao fim da década de 1950 estão os de Sancho (2007), Dias (2003) e Becker (2001). Verifiquemos o que escreveram Sancho e Becker:

> As primeiras diretrizes para uma política nacional de turismo no Brasil foram delineadas em 1958, através do Decreto 44.863/58, que criou a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, cujas atribuições, superaram, pela primeira vez, a abordagem simplista conferida ao setor de turismo (que tinha, sobretudo, enfoque para a regulamentação e fiscalização de agências de viagem e turismo), passando a priorizar ações e estratégias relacionadas à ampliação e melhoria de infra-estrutura turística do país (SANCHO, 2007, p. 63).

> Na realidade, esta política de turismo no Brasil, é bastante recente. Suas primeiras regulações foram feitas em 1958, no período de Juscelino Kubitschek, ligadas, evidentemente, à energia, transporte, circulação de automóveis, estradas e à formação de uma classe média proprietária de carros particulares de passeio. É a gestação da "classe média do Fusca", que viabilizou uma ampliação da circulação mercantil, desenvolvendo os mercados turísticos brasileiros. O grande marco institucional na evolução dessa política foi a criação da Embratur em 1966, como uma autarquia, e que enfocava o turismo como uma "indústria nacional" a ser fomentada, dentro das prioridades estratégicas dos governos militares posteriores

> a 1964. Na Embratur a atividade era rigidamente controlada, centralizada (BECKER, 2001, p. 05).

No entanto, contrariando as falas dos autores supracitados, entendo que a gênese das políticas públicas de Turismo no Brasil adveio do Estado Novo sem que se restringissem à regulamentação e à fiscalização de empreendimentos. Ao contrário, o Turismo foi um importante vetor de intervenções públicas do período que se concretizaram nas políticas territoriais decisivas para a transformação de diversas cidades brasileiras. De forma antagônica ao afirmado por Knupp na citação apontada mais acima, vale ainda ressaltar que a inserção do Turismo na agenda pública estatal se deu, em considerável medida, por sugestão e até reivindicação de organizações empresariais como os Tourings Clubs, atores políticos fundamentais neste processo.

Observei também nesta tese que à época tanto a organização burocrática estatal proposta assim como a série de ações desenvolvidas para este setor sofreram uma profunda influência dos regimes de tendência nacionalista totalitária. Esta influência não se encontrava apenas no já conhecido papel que os órgãos de turismo desempenharam na consolidação da propaganda ideológica e doutrinária daqueles regimes, mas igualmente pela forma que os governos encaravam o Turismo, ou seja, como um setor econômico passível de receber intervenção estatal. Esta relação ficou explícita quando apresentei o processo de criação da Divisão de Turismo estadonovista - baseada na legislação fascista italiana - e a estratégia de construção de uma imagem (mágica) de Império na qual Petrópolis desempenharia um papel fundamental. Seja através da constituição de um museu histórico voltado àquele período (daí seu nome, Museu Imperial de Petrópolis) seja por promover um conjunto de ações urbanizadoras direcionadas à valorização de um conceito de nação semelhante ao propugnado pelo regime de Salazar em Portugal.

É válido considerar que o fim do Estado Novo - quando foi extinta a Divisão de Turismo também associada a outros fatores como a proibição dos jogos de azar a partir de 1946 - impediu a continuidade de grande parte das ações apresentadas. Entendo que tenha ocorrido naqueles tempos de reabertura liberal democrática o que Ferraz (1992) chamará de “hiato jurídico-positivo” do Turismo no Brasil entre 1946 até 1958 quando da criação da COMBRATUR. Talvez este período tenha em parte ofuscado as ações desenvolvidas no decorrer do Estado Novo e creio que tal

afirmação poderá ser comprovada a partir de futuras investigações, dado o verdadeiro hiato de pesquisas referidas àquele momento (assim como outros períodos) de nossa história.

Verifiquei que o Turismo organizado tanto em Petrópolis (quanto na capital federal) foi sustentado e incentivado em seu primeiro momento por uma elite econômica que objetivava diversificar seus investimentos, tornando-se uma alternativa capaz de proporcionar ganhos financeiros com a especulação de terras, a construção civil e de impulsionar novas atividades como a hoteleira e os jogos nos cassinos. A atividade turística estimulou ainda uma série de novos produtos e serviços como a produção e comércio de veículos, combustíveis, pneus, serviços de manutenção automotiva e a indústria da construção de rodovias surgidos com a "era do automóvel", mas que não obtiveram organicidade suficiente para desenvolver tal setor. Apesar de uma série de iniciativas promovidas anteriormente por esses entes de caráter privado, é apenas com o aporte do poder público iniciado no Estado Novo que o Turismo se consolidará como atividade econômica relevante no município.

O Estado sendo "a forma na qual indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política" (MARX, 1973 p.98), entendo que as intervenções urbanas empreendidas na cidade de Petrópolis entre 1937-1945 foram orquestradas pela elite que, por intermédio do Estado, fizeram valer os seus interesses. Durante o período do Estado Novo, a cidade de Petrópolis passou por uma expressiva reconfiguração urbana visando a sua capacitação para o Turismo e quando os grupos dominantes vigentes à época contando com o significativo aporte das três esferas de governo, protagonizaram a implementação de um conjunto de instrumentos e de ações decisivas para a consolidação desta reconfiguração nos anos seguintes.

Independentemente de ter existido ou não um "Plano Agache" ou um "Plano Coimbra Bueno" para Petrópolis é notório que um conjunto de ideias debatidas para a sua elaboração através de projetos, croquis e de conferências, tomou corpo e, pelo menos em parte, foi implementado através dos anos:

a) o zoneamento como instrumento central de ordenamento territorial do município;

b) os melhoramentos, embelezamentos e reestruturação viária da região central da cidade;

c) a abertura da avenida de contorno;

d) a melhoria e o embelezamento dos trechos de entrada e saída da cidade; e

e) a criação e a requalificação de jardins, parques e praças, e a delimitação de áreas de preservação ambiental.

Percebi que este conjunto de propostas e concepções alinhadas com outras ações empreendidas no período, como a construção do Complexo Quitandinha e a inauguração do Museu Imperial, ressaltaram a atividade turística da cidade que se tornou vigorosa com o passar dos anos.

Corroborando com o raciocínio de Cruz de que “a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica” (2006, p. 339) acredito que a atratividade turística de Petrópolis pode se consolidar a partir do Estado Novo favorecida pela conjuntura econômica e política vigente. Esta construção se deu por grupos de interesses específicos que “planejaram” esta “atratividade” para a cidade. Ou seja: não foi feita por acaso ou de forma desordenada.

Acreditando tal como Rolnik (1997, p. 14) que a ordem urbanística “ao contrário do senso comum, não se trata de ‘desordem’ ou ‘falta de plano’, mas sim da formulação de um pacto territorial que preside o desenvolvimento da cidade”, esta tese pretendeu descortinar como se deu esse “pacto territorial” em Petrópolis num determinado momento histórico, pois “entender como esse pacto foi construído e qual é a sua base jurídico-urbanística pretende ser uma modesta contribuição em direção da sua transformação”.

A segregação socioespacial presente em Petrópolis desde sua fundação e que se acirra ao longo do tempo, não se deu apenas por um “conjunto de ocupações” ou através de um “crescimento desordenado” como o senso comum, imprensa e memorialistas locais costumam atribuir. Ao contrário, esta segregação é efeito de uma sucessão de ordenamentos articulados por grupos sociais dominantes

de cada época que projetaram o território urbano através de instrumentos jurídicos e urbanísticos adequados ao seu proveito - tanto econômico quanto simbólico.

Espero que este trabalho, através do exemplo petropolitano, possa ter contribuído para a compreensão da história das políticas públicas e do planejamento urbano e regional no país. Espero ainda que provoque e sensibilize pesquisadores e estudiosos não só para a necessidade de dedicarmo-nos ao avanço do conhecimento, ainda lacunar, da história do Turismo brasileiro e, sobretudo, para a reflexão sobre o papel que tal atividade deve desempenhar na amenização das desigualdades sociais e regionais.

REFERÊNCIAS

FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Maurício de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* 4ª Ed; Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2011.

AGACHE, Donat Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro*: remodelação, extensão e embellezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

AGUIAR, Leila Bianchi. *Turismo e preservação de sítios históricos:* o caso de Ouro Preto. 2006. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ALCÂNTARA Priscila Musquim (2012). *O candidato civil do PCB*: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

ALVES NETTO, Jeronymo Ferreira. *Os Verões Presidenciais em Petrópolis*. IHP, Petrópolis, 2000. Disponível em: http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/jfan20000228.htm .

ALVES, Marcio Moreira. *Marcio Moreira Alves II* (depoimento, 1997). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

AMBROZIO, Júlio César Gabrich. *O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis:* uma história territorial. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

_____. O Território da enfiteuse e a cidade de Petrópolis - RJ, Brasil. In: Colóquio Nacional de Geocrítica, XII, 2012, Bogotá. *Anais do XII Colóquio Nacional de Geocrítica*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. 16 f.

ANDREATA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX.* Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

ARBOS, Phillipe. Petrópolis: esboço de uma Geografia Urbana. In: Centenário de Petrópolis. Trabalhos da Comissão. Vol. 6, Petrópolis, Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1943. p. 117-225.

ARIAS NETO, José Miguel. Economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In:* FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano, livro 1 - O tempo do liberalismo excludente*: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial*: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Terra Livre 9100, jan/jul. 1992.

AZEVEDO, Denio; ANDRADE, Polyana B. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua Apropriação pelo Turismo no Estado de Sergipe (1937 – 1979). *ROSA DOS VENTOS*, América do Norte, 6, jul. 2014. Disponível em:

http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2666. Acesso em: 29 Ago. 2014.

_____. Turismo, Comunicação Social e Patrimônio Histórico no Estado Novo (1937- 1945). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Conhecimento Histórico e Diálogo Social, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História.* Natal: UFRN, 2013, p. 01-14.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: Vera F. Rezende. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas: A transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012, p. 177-196.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; COSTA, Milena Sampaio. O Urbanismo do Início do século XX: A Escola Francesa de Urbanismo e suas repercussões no Brasil: Trajetórias de Alfred Agache e Attilio Correa Lima. *Urbana* - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, Campinas, v. 5, n.7, p. 64-97, 2013.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *História das viagens e do turismo*. 2.ed.rev. São Paulo: Aleph, 2005.

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo.* Rio de Janeiro, Vol. 1, N° 1, UFRJ, 2001.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

BENI, Mario Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BERDOULAY, Vincent. Modernismo e espaço público: o Plano Agache do Rio de Janeiro. Revista Território. Rio de Janeiro, Ano VII, nº 11, 12 e 13, p. 123-132, set./out., 2003.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. A Era Vargas acabou? In: SEMINARIO 50 anos da Era Vargas, 2004, Recife. *Getulio Vargas 50 Anos Depois*. Recife, 2004, 9 f.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 85-105, 2001.

BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. Bauru, SP: EDUSC / EDUFBA, 2003.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Territórios do turismo, territórios de todos?* um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2013.

BURKE, Peter. Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro. *In:* _____. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 07-37.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos - do patronato de D. Pedro II a Construção de Tiradentes. In: *Revista Brasileira de História*. v. 21, nº 40, São Paulo, p. 59-83, 2001.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Fundamentos Multidisciplinares do Turismo: História. In: TRIGO, Luiz Gonzaga de Godoi (Org.). *Turismo, como aprender, como ensinar, 1.* 3ª ed. São Paulo: Senac, 2003.

_____. *Uma pré-história do Turismo no Brasil:* recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850). São Paulo: Aleph, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTRO, Celso. A Natureza Turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (Org.). *Turismo e identidade local:* uma visão antropológica. (2ª Ed.); Campinas: Papirus, 2002. p. 117-125.

_____. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. *In:* VELHO, Gilberto (Org.) *Antropologia Urbana:* Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 80-87.

CASTRO, Celso; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Destino: Cidade Maravilhosa. In: CASTRO, Celso.; GUIMARÃES, Valéria; MAGALHÃES, Aline. (Org.). História do Turismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 13-36.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. O Projeto Político de Nilo Peçanha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *A República na Velha Província.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

CHRISTOVÃO, João Henrique de O. A gênese do turismo em Cabo-Frio, ou de como o sol se sobrepôs ao sal. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria; MAGALHÃES, Aline. (Org.). *História do Turismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 113-128.

CINTRA, Paulo Paulista de Ulhôa. A fundação de Petrópolis: o primeiro plano regional de urbanismo no Brasil. *Urbanismo e Viação*. [S.l.], Rio de Janeiro, p. 15-21, abr./mai. 1943.

CORDEIRO, Caio Nogueira Hosannah. A reforma Lucio Costa e o Ensino da Arquitetura e do Urbanismo da ENBA à FNA (1931-1946). In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa, 2012. *Anais Eletrônicos*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CÔRTE, Andréa Telo da. Apresentação. In: _____. (Org.). *Amaral Peixoto*: história, memória, política. Niterói, FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *En publicación: América Latina:* cidade, campo e turismo. CLACSO, San Pablo, p. 337-350, 2006.

_____. *Política de turismo e território*. 3. Ed; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Turismo, território e o mito do desenvolvimento. *Espaço e Geografia* (UnB), Brasília, v. 5, p. 19-26, 2000.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra:* A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial, Edusp, 2000.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. *História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930.* Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

_____. *Notas preliminares para a história do turismo na cidade do Rio de Janeiro*. Monografia (Especialização em Política e Planejamento Urbano). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do Turismo:* política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 21-38.

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro.* (2.ed.); Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

FARIA, Rodrigo Santos de. José de Oliveira Reis, o historiógrafo e seus diálogos com Armando de Godoy: entre Agache e Le Corbusier, a ação da engenharia brasileira na construção intelectual do processo de institucionalização do Urbanismo. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano E Regional, Belém, 21 a 25 de maio de 2007. *Anais do XII ENANPUR*. Belém, 2007. 21 f.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *História do Brasil.* 13.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 17-20.

FELDMAN, Sarah. As Comissões de Planos da Era Vargas. In: Vera Rezende. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas*: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 21-44.

_____. O Urbanismo que exige a vida moderna. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2010, Vitória. *Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. UFES, 2010, p. 01-18.

_____. Os anos 30 e a difusão do urbanismo americano no Brasil. VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2000, Natal. *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal: UFRN, 2000.

FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. In: Vera Rezende. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas*: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 45-69.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. *Cadernos de Ciências Humanas* - Especiaria. v. 10, n.17, jan./jun., 2007, p. 277-301.

FERRARA, Lucrécia D´Alessio. O Turismo dos Deslocamentos Virtuais. In: IÁZIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza; CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.) *Turismo:* Espaço, paisagem e cultura*.* São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRAZ, Joandre. *Regime jurídico do turismo.* Campinas: Papirus, 1992.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano, livro 1: o tempo do liberalismo excludente*: *da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *A República na Velha Província.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

_____. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930).* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

_____. *Rio de Janeiro: uma cidade na história.* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Condé. A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de Trinta. *In:* FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano, livro 1: O tempo do liberalismo excludente:* da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FLORES, Elio Chaves. As Fundações Historiográficas da Turismologia*. SAECULUM* – Revista de História, ano 11, nº 12. João Pessoa: Departamento de História / UFPB, p. 142-163, jan./jun. 2005.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. *In:* BARTHOLO, R. DELAMARO, M. BADIN, L. (orgs.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005ª. p. 81-109.

_____. Memória e ocupação do Espaço. *In:* BARTHOLO, R. DELAMARO, M. BADIN, L. (orgs.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005b. p. 37-43.

FREITAS, Mônica Rosa de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de. Estrada de Ferro Corcovado e o Hotel das Paineiras, uma implementação turística na Floresta da Tijuca no final do século XIX. In: VI Seminário de História do Urbanismo e da Cidade – Brasil, Natal. *Cinco Séculos de Cidade*, Natal, 2000. 14 f.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos.* Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global Editora, 2003.

FRIDMAN, Fania. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, IX, Rio de Janeiro. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*, vol. 2, Rio de Janeiro, 2001, p. 610-623.

_____. *Paisagem Estrangeira*: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GASTAL, Suzana. CASTRO, Marta Nogueira. A Construção do campo do turismo: o papel do Touring Club no Rio Grande do Sul. *In:* CÂNDIDO, L. A. ZOTTIS, A. M. (Org.). *Turismo:* Multiplas abordagens*.* Novo Hamburgo: Feevale, 2008, p. 30-41.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *REVISTA USP*, São Paulo, n.65, março/maio 2005, p. 105-119.

GOMES, Mariza da Silva. *Estrada do Contorno - Belvedere – Pavelka.* IHP; Petrópolis, 2011. Disponível em: http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/msg20110808a.htm . Acesso em 17/01/2016.

GUIMARÃES, Valéria Lima. Estado da arte da produção científica em História do Turismo no Brasil. In: V Congresso Latino-Americano de Investigação Turística, 2012, São Paulo. *Anais do V Congresso Latino-Americano de Investigação Turística*, 2012b, 12 f.

_____. *O turismo levado a sério*: Discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946). Tese (Doutorado em História Comparada). Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012a.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIZER, Alda Lúcia. *Uma casa exemplar*: Pedagogia, memória e identidade no Museu Imperial de Petrópolis. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

HERMES, Maria Helena da Fonseca. O antigo Hotel Balneário Sete de Setembro: Arquitetura eclética de tendência clássica. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/hotel_balneario.htm>.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital* (1848-1875). (5a ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Era dos Extremos*: o breve século XX (1914-1991). (2ª Edição, 9ª Reimpressão); São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938 – 2012). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263

KESSEL Carlos. *A vitrine e o espelho*: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. (Memória carioca; v. 2); Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

KEYNES, John Maynard. O fim do "laissez-faire". In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) *Keynes (Economia)*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 106-126.

KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves. *Fundamentos do Turismo.* Curitiba: InterSaberes, 2015.

LACOMBE, Américo Jacobina. Alcindo Sodré: O Historiador. In: *Anuário do Museu Imperial,* Petrópolis, v.21-31, p.156-161, 1960/1970.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis:* uma reflexão em busca de auto-estima. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIMA, Fabio J. M. de; FERREIRA, Cássia de C. M.; PORTES, Raquel Von R.; REZENDE, Raquel F. Olhares de engenheiros, arquitetos e outros planejadores, Francisco Baptista de Oliveira e a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo em 1941, no Rio de Janeiro. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (I ENANPARQ). *Anais do I ENANPARQ*, Rio de Janeiro, 2010, p. 1-8.

LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Petrópolis:* progresso e tradição nos trabalhos da memória. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LONDRES, Cecília. A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema*: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001, p. 85-102.

LUCA, Tania Regina de. A Produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 31, nº 61, p. 271-296, 2011.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. A formação do Espaço Turístico do Rio de Janeiro. *In:* BARTHOLO, R. DELAMARO, M. BADIN, L. (orgs.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 44-80.

_____. *A Modernidade no Rio de Janeiro:* construção de um cenário para o turismo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

_____. As etapas evolutivas do turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, v. 1, p. 105-127, 2013.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial*: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2008.

MAGALHÃES, J. Cezar de. A Função Industrial de Petrópolis. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXVIII, nº 1, p. 19-55, jan./mar. de 1966.

MARCELO, Hérnan Venegas. Estâncias termais, turismo e poder público federal no Brasil. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, RN. *Anais eletrônicos do ENANPUH*, 2013, p. 1-17.

_____. *Patrimônio Cultural e Turismo no Brasil em perspectiva histórica:* encontros e desencontros na cidade de Paraty. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2011.

MARIANNO FILHO, José. *O problema florestal de Petrópolis*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1933.

_____. *Problemas urbanísticos de Petrópolis.* Brilhante conferência proferida no Rotary de Petrópolis pelo rotariano José Marianno Filho. Revista Rotary Club Brasileiro (Separata). Rio de Janeiro, junho de 1940.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. *Vilegiaturas de prazer e a formação de uma cultura burguesa na cidade balneária de Poços de Caldas entre os anos de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2015.

MARTINS, Ismênia de Lima. *Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis* – 1850/1930. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis / Museu Imperial / Prefeitura Municipal de Petrópolis / Instituto Histórico de Petrópolis, 1983.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 5ª ed. São Paulo: Hucitech. 1973.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil. Terra de quem?* São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. *Caderno Virtual de Turismo.* v. 14, UFRJ; Rio de Janeiro, 2004.

_____. Urbanização turística e a produção do lugar em Penedo. In: BARTHOLO, R., DELAMARO, M., BADIN, L.. (Org.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2005, v. 1, p. 110-136.

MELO, Erick Silva Omena de. *Da privatização das paisagens às tentativas de homogeneização do território:* políticas públicas e conflitos na urbanização turística de Cabo Frio. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) –

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Gênese da Urbanização Turística em Cabo Frio (1950-1978). In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XIV, Rio de Janeiro, 23 a 27 de maio de 2011. *Anais do XIV ENANPUR*. Rio de Janeiro, 2011. 21 f.

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. *A formação industrial de Petrópolis*: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Anuário do Museu Imperial*: Edição Comemorativa. Museu Imperial: Petrópolis, 1995.

MOESCH, Marutschka. *A Produção do Saber Turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

MOREIRA, Fernando Diniz. Urbanismo e Modernidade: reflexões em torno do plano Agache para o Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 9, n. 2, p. 95-116, novembro de 2007.

MOREIRA, Regina da Luz. "… e o Interventor desembarca em Niterói": Amaral Peixoto e o Estado do Rio de Janeiro nos álbuns fotográficos de D. Alzira. In: CÔRTE, Andréa Telo da. (Org.). *Amaral Peixoto*: história, memória, política. Niterói, FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

MORLEY, Edna June. A forma da Utopia: o Plano Koeler e a construção da Vila Imperial, Petrópolis, RJ. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. A forma da Utopia: o Plano Koeler e a implantação da Villa Imperial – Petrópolis/RJ. In: CORREIA, Maria Rosa. *Oficinas de estudos da preservação,* Coletânea 1, Rio de Janeiro, IPHAN, 2008, p. 77-84.

NATAL, Jorge; COSTA; Daniel; MIRANDA, Daniel. Discursos hegemônicos e o desenvolvimento contemporâneo de Petrópolis, Rio de Janeiro / Brasil: uma contribuição à crítica da sua formação social. In: NATAL, J.; MIRANDA, D.; COSTA, D.; STOTZ, E.. *Cidades e Capitalismo*: a barbárie urbana contemporânea em diferentes espaços. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 125-152.

NEVES, Flávio M. B. *Apostas Encerradas*: o breve império do Cassino Quitandinha. Petrópolis: Globalmídia Comunicação, 2009.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. *Do integralismo ao udenismo*: a trajetória política de Raymundo Padilha. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Francisco Baptista de. Prefácio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE URBANISMO, Primeiro. 1941, Rio de Janeiro. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo*. Centro Carioca, Rio de Janeiro, 1941.

OLIVEIRA, Sandra Maria Queiroz de. (org.) *Planos Urbanos do Rio de Janeiro:* Plano Agache. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945). In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000.

PANDOLFI, Dulce Chaves. "Apresentação". In: _____. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 09-14.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

PEIXOTO, Ernâni do Amaral. *Artes da política:* diálogo com Amaral Peixoto. Organização de Aspásia Camargo. (Coleção Brasil Século 20); Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os Planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro *in:* RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, Povo e Nação*: Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 363-376.

PERROTTA, Isabella Vicente. *Desenhando um paraíso tropical.* A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

PETRÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Petrópolis. *Guia do Investidor.* Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; Petrópolis, 2012.

PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização. In SALGUEIRO, H. A. (org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940. GOMES, Maaf. (org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em SciELO Books: <http://books.scielo.org>.

PIRES, Mário Jorge. *Raízes do Turismo no Brasil:* Hóspedes, hospedeiros e viajantes do século XIX. São Paulo: Manole, 2001.

REZENDE, Vera. L. F. M. A Era Vargas, o planejamento de cidades e a circulação de ideias: um olhar a partir do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro. In: _____. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas:* a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Intertexto / Editora da UFF, 2012b, p. 71-118.

_____. O Urbanismo na Era Vargas: uma introdução. In: _____. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas:* a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Intertexto / Editora da UFF, 2012a, p. 09-19.

_____. *Planejamento Urbano e Ideologia*: quatro planos para a Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 130p.

_____. Refazendo caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. X Encontro Nacional da ANPUR, 2003.

RIBEIRO, Norton. *Petrópolis, cidade operária:* a trajetória do movimento operário na Indústria Têxtil (1930-1964).Luminária Acadêmica; Ed. Multifoco: Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Arlete Moyses. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: IÁZIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza; CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.) *Turismo:* Espaço, paisagem e cultura. (2ª ed.) São Paulo: Hucitec, 1999.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANCHO, Altair. *Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social?*Uma Reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS FILHO, João dos. O turismo brasileiro: equívocos, retrocessos e perspectivas: o balanço que nunca foi feito. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano 3, n. 25, Maringá, Junho de 2003.

_____. O Turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, Ano 2, v. 2, p. 102-115, 2008.

SANTOS, Myrian. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 111-131.

SATURNINO DE BRITO. Escritório. *Saneamento de Quitandinha*: Relatório dos projetos elaborados para os serviços de abastecimento de água e esgotos do novo bairro Quitandinha. Petrópolis, 1942.

SAVARINO, Franco. Juego de ilusiones: Brasil, México y los “fascismos” latinoamericanos frente al fascismo italiano. *Historia Critica,* Nº 37, Bogotá, pp 120-147, enero-abril 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Orgs.). *O Século XX*: o tempo das crises, Vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p. 109-164.

SILVA, Lúcia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil *in:* RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, Povo e Nação*: Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 397-410.

_____. *Historia do Urbanismo no Rio de Janeiro*: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 20 a ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.

SILVA, Paulo Machado Costa e. O fundador e o presidente do Instituto Histórico de Petrópolis. In: *Anuário do Museu Imperial*, v. 21-31, 1960/1970. Petrópolis: Museu Imperial, 1970. p. 162-167.

SILVA, Paulo Sérgio da. A "Polaca" - Constituição do Estado Novo traduzia idéias antiliberais de um único jurista: Francisco Campos. *Revista História.com.br*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-polaca Acesso em 11/09/2015.

SMITH, Robert C. *Urbanismo Colonial no Brasil.* Bem Estar (1), fev/mar 1958.

SOARES, Aracy. O turismo sobre o ponto de vista urbanístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE URBANISMO, Primeiro. 1941, Rio de Janeiro. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo*. Centro Carioca, Rio de Janeiro, 1941.

SODRÉ, Alcindo de Azevedo. *A Cidade Imperial*: Alma E Paisagem De Petrópolis. 1929. Petrópolis: Ipiranga, 1929.

_____. A gênese da desordem. (Coleção Azul); Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Schmidt Distribuidora, s.d.

_____. Comissão Do Centenário De Petrópolis (Apresentação). In: *Centenário de Petrópolis*: Trabalhos da Comissão. Vol. 2; Prefeitura Municipal De Petrópolis. Petrópolis, 1939. p. 05-09.

_____. *Museu Imperial*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1950.

SORÁ, Gustavo. Livraria Schmidt: literatura e política - gênese de uma oposição elementar na cultura brasileira. *Novos Estudos CEBRAP.* N.° 61, p. 131-146, novembro de 2001.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Versão para e-Book. Digitalização da 3ª. Edição, 2002. [original: 1914]. Acesso em http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html#14

TOURING Club do Brasil. *Touring 70 anos*: a memória dos tempos da mão inglesa. Rio de Janeiro: Graphitour Empresa Gráfica, 1993.

TRINDADE, Hélgio. Integralismo: o Fascismo brasileiro da década de 30. São Paulo: Difel, 1974.

UNDERWOOD (1991), Alfred Agache, French Sociology, and Modern Urbanism in France and Brazil. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. 50, No. 2, University of California Press, pp.130-166, Jun. 1991. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/990590?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents . Acesso em: 27/05/2016.

URRY, Jonh. *O Olhar do Turista:* lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. (2ª ed.) São Paulo: Studio Nobel / SESC, 2001.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia Curupira:* análise do discurso imperialista. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

VIEIRA, Patrícia I. O Império como fetiche no Estado Novo: "Feitiço do Império" e o sortilégio colonial. *Portuguese Cultural Studies*, v. 3, Utrecht, The Netherlands, p. 126-144, 2010.

FONTES PRIMÁRIAS

BOLETIM QUITANDINHA. Ano 1, V. 2. Petrópolis, 1ª Semana de Fevereiro de 1945.

COIMBRA BUENO Ltda. "Carta endereçada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda". Requerimento n° 9087-41. Petrópolis, 12/09/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

_____. "Minuta de Contrato a ser firmado entre a firma Coimbra Bueno Cia. Ltda., a Prefeitura Municipal de Petrópolis e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis." Requerimento n° 391/42. Petrópolis, 13/01/1942. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

_____. "Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda." Requerimento n° 1904/41. Petrópolis, 20/02/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. "Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística": anteprojeto elaborado pelo Sr. Francisco de Paula Assis Figueiredo. Processo 720/38. Rio de Janeiro, 1938. Fonte: Arquivo Nacional; Fundo: Conselho Nacional de Economia.

_____. "Pedido de auxílio financeiro da firma Bernstorff para confeccionar um guia do Rio de Janeiro e São Paulo". Processo 577/37. Rio de Janeiro, 1937. Fonte: Arquivo Nacional; Fundo: Conselho Nacional de Economia.

_____. "Proposta de criação de um escritório de propaganda do Brasil em Paris". Processo nº 267/35. Rio de Janeiro, 1935. Fonte: Arquivo Nacional; Fundo: Conselho Nacional de Economia.

_____. "Proposta de instalação de escritórios de propaganda comercial e turística em Buenos Aires e Montevidéu". Processo 767/38. Rio de Janeiro, 1938. Fonte: Arquivo Nacional; Fundo: Conselho Nacional de Economia.

_____. "Proposta de propaganda do Brasil na Argentina por intermédio da Empreza Excelsior de Buenos Aires". Processo nº 226/35. Rio de Janeiro, 1935. Fonte: Arquivo Nacional; Fundo: Conselho Nacional de Economia.

CONTRATO que entre si fazem o Estado do Rio de Janeiro e o senhor Joaquim Rolla. *In:* Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ). Imprensa Oficial. 26 de Julho de 1941, p. 8-10.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Municipalidades. “Parecer sobre a proposta da firma Coimbra Bueno e Cia. para elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis”. Processo n° 391/42. Niterói, 10/03/1942. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

ROTARY CLUB DO BRASIL. *Notícias Rotárias.* Anno 1, N. 1. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1924.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO / TOURING CLUB DO BRASIL. *Revista Brasileira de Turismo*. Rio de Janeiro, N. 5, mai/jun. 1927.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO. Revista Brasileira de Turismo. Rio de Janeiro, N. 1, jul. 1924.

_____. Revista Brasileira de Turismo. Rio de Janeiro, N. 2, set. 1924.

_____. Revista Brasileira de Turismo. Rio de Janeiro, N. 4, jan/fev. 1925.

TOURING CLUB DO BRASIL. Boletim Oficial. n.24 – Anno III. Rio de Janeiro, junho de 1935.

_____. Revista Brasileira de Turismo. *Número especial: o monumento rodoviário*. Rio de Janeiro, 1929.

PERIÓDICOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Jornal A Noite

Jornal Correio da Manhã

Jornal de Petrópolis

Jornal Diário de Notícias

Jornal do Commercio.

Jornal O Globo

Jornal O Imparcial

Jornal O Malho

Jornal Tribuna de Petrópolis

Revista A Noite Ilustrada

Revista Ilustração Brasileira

Revista Pequena Ilustração

SITES

http://abih.com.br/

http://ceaam.net/ptp/legislacao/pesquisa.php

http://cpdoc.fgv.br/

http://hemerotecadigital.bn.br/

http://ihp.org.br

http://www.periodicos.capes.gov.br/

http://www.revistadehistoria.com.br

http://www.scielo.br/

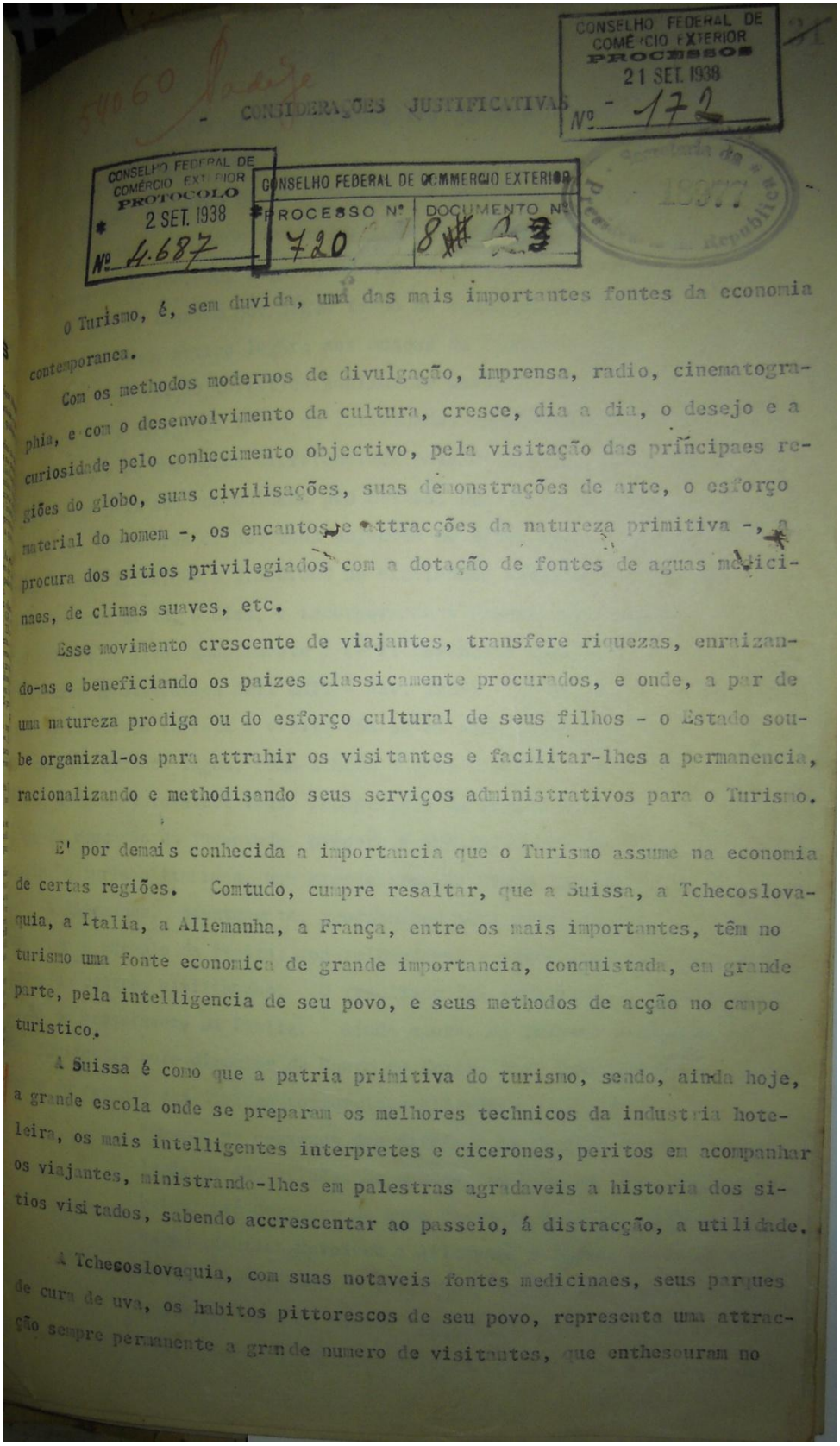
http://www.touring.com.br/historia.asp

http://www.urbanismobr.org

http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao

www.jusbrasil.com.br/diarios

ANEXO A: Anteprojeto de “Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística” - Considerações Preliminares



CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR PROCESSOS 21 SET. 1938 Nº 172

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR PROTOCOLO 2 SET. 1938 Nº 4.687

CONSELHO FEDERAL DE COMMERCIO EXTERIOR | PROCESSO Nº 720 | DOCUMENTO Nº 8 # 23

- CONSIDERAÇÕES JUSTIFICATIVAS

O Turismo, é, sem duvida, uma das mais importantes fontes da economia contemporanea.

Com os methodos modernos de divulgação, imprensa, radio, cinematographia, e com o desenvolvimento da cultura, cresce, dia a dia, o desejo e a curiosidade pelo conhecimento objectivo, pela visitação das principaes regiões do globo, suas civilisações, suas demonstrações de arte, o esforço material do homem -, os encantos e attracções da natureza primitiva -, a procura dos sitios privilegiados com a dotação de fontes de aguas medicinaes, de climas suaves, etc.

Esse movimento crescente de viajantes, transfere riquezas, enraizando-as e beneficiando os paizes classicamente procurados, e onde, a par de uma natureza prodiga ou do esforço cultural de seus filhos - o Estado soube organizal-os para attrahir os visitantes e facilitar-lhes a permanencia, racionalizando e methodisando seus serviços administrativos para o Turismo.

E' por demais conhecida a importancia que o Turismo assume na economia de certas regiões. Comtudo, cumpre resaltar, que a Suissa, a Tchecoslovaquia, a Italia, a Allemanha, a França, entre os mais importantes, têm no turismo uma fonte economica de grande importancia, conquistada, em grande parte, pela intelligencia de seu povo, e seus methodos de acção no campo turistico.

A Suissa é como que a patria primitiva do turismo, sendo, ainda hoje, a grande escola onde se preparam os melhores technicos da industria hoteleira, os mais intelligentes interpretes e cicerones, peritos em acompanhar os viajantes, ministrando-lhes em palestras agradaveis a historia dos sitios visitados, sabendo accrescentar ao passeio, á distracção, a utilidade.

A Tchecoslovaquia, com suas notaveis fontes medicinaes, seus parques de cura de uva, os habitos pittorescos de seu povo, representa uma attracção sempre permanente a grande numero de visitantes, que enthesouram no

paiz, a maior parcella de ouro extrangeiro que elle obtem na balança de seu commercio internacional.

A Italia, no curso de um intelligente programma administrativo, é hoje o paiz mais visitado no mundo. Ha 15 annos atraz, seus visitantes não passavam de 700.000, comprehendendo intellectuaes, artistas, amantes da arte, que se fixavam por algum tempo na contemplação das maravilhas de arte que um mundo antigo legára aos museus de Florença, Roma, Milão, Veneza. Uma organização turistica sabiamente estudada pelo Governo Italiano, coordenando e dirigindo todas as actividades concernentes ao turismo, desde a creação de uma moeda differenciada para o turista, até a vigilancia permanente pela sua commodidade nos hoteis, nos trens de ferro, no policiamento dos vendedores de pequenos objectos de arte, etc., - fez crescer esse numero para 2.300.000 a 2.500.000 de visitantes annualmente, com uma permanencia media de 13, 6 dias, e incorporando á riqueza italiana -, mais de 40 bilhões de liras annualmente ! (- Il Movimento Turistico in Italia - do Bolletino de Statistica dell'ENIT - Nov. 1935) - . Na Italia, a organização turistica leva o turista a visita não só as suas cidades de arte, estancias balneares, grandes lagos, como tambem a obra fascista, suas rodovias, ferrovias, usinas hydro-electricas, recuperação da região Portina, etc., organizações de educação da juventude, preparo e apparelhamento militar, etc., sendo assim, o turismo italiano, uma grande arma de propaganda do regime !

A Allemanha, recentemente, reorganizou seus serviços para o Turismo, seguindo o exemplo da Italia, apparelhando-se e attrahindo o visitante de todos os centros civilisados. O resultado foi immediato, e segue a mesma linha de crescimento da Italia. Ainda agora, os jornaes annunciam, os dados publicados pelo director do Banco do Reich, Snr. Rudolpho Eicke, a respeito do resgate das dividas commerciaes allemãs:-

> "Apezar da escazzes das dividas, as dividas commerciaes allemãs de 450 milhões de marcos, em fins de 1934, puderam baixar até dezembro do anno corrente para 200 milhões. De forma identica devolveu a Allemanha a divida exterior existente pelo tratado de Versalhes, nos ultimos annos, especialmente por meio de marcos "register", para turistas extrangeiros. Segundo calculos prévios, resulta que o turismo extran-

geiro, neste anno, com 900.000 pessoas, diminuiu a divida extrangeira de 250 milhões de marcos !" - (Dos jornaes de 14/12/1937).

A França, com seu maravilhoso parque de cidades de turismo e de curas:- 122 estações hydromineraes, 91 estações climaticas de altitude, 100 estações balneares de cura maritima e de clima, espalhadas nas costas Norte, Oeste, e no Midi - com Paris, capital espiritual do mundo -, com seus museus, castellos, regiões vinicolas, ruinas historicas, etc -, terra classica do turismo, disfructando um prestigio secular -, tudo isso - largado á anachronica mentalidade do "laissez faire, laissez aller", de poucos annos para cá, diante a campanha magnifica que a Italia e a Allemanha desferiram no terreno turistico, dotado de organizações perfeitas -, quasi perdeu seu antigo prestigio. Viu, desolada, seus hoteis se fecharem, suas praias vasias, seus balnearios com baixa frequencia, sua balança turistica reduzida a 30 % - com as mais graves consequencias para a economia nacional.

A reacção, comtudo, não tardou. Os francezes comprehenderam que estavam vivendo um era nova, de competição, de esforço e de reclame. Comprehenderam que o interesse collectivo deveria sobrepor-se a considerações meramente individualistas, e, com a experiencia da Italia e da Allemanha, acabam de munir-se de um apparelho de efficiencia, - bem organizado, capaz de agir sem entraves, em todos os sectores que o interesse turistico determinar.

Pelo decreto ministerial de 25 de Julho de 1935, foram creados os "Serviços Administrativos do Turismo, do Thermalismo e do Climatismo" -, com a technica, attribuições e competencia do Commissariado do Turismo, tanto da Italia, quanto da Allemanha.

Que examina o desenvolvimento turistico desses paizes, e se assegura de que os principaes turistas do mundo, os norte-americanos, os inglezes, os sul-americanos, os norte-europeus - andam a cata de novas sensações, de novos scenarios -, deprehende facilmente que o Brasil, com seus climas diversos, com a riqueza e magnificencia de seus monumentos naturaes, suas regiões mineraes, suas modernas capitaes, com a variedade de suas fontes medicinaes, suas selvas, grandes rios, lagos nordestinos, grandes

plantações, regiões pastoris, fazendas, cidades de tradição historica, etc., offerece um vasto campo de exploração turistica, não só de villegiatura como de propaganda de suas riquezas em materias primas.

Proprio para a exploração da industria turistica sob varias modalidades, o Brasil poderá tirar dessa fonte de economia, grandes recursos annuaes para sua balança de commercio. O simples facto dos norte-americanos dispenderem annualmente cerca de 700 milhões de dollars em viagens de turismo no extrangeiro, dos quaes 560 milhões nas regiões mais proximas á America do Norte:- Canadá, Cuba, Mexico, America Central, Ilhas do Pacifico - está a indicar que poderemos contar com essa clientela rica, desde que nos organizemos para attrahil-os e inculcar-lhes o habito de sua visita annual ao nosso territorio. Dez por cento daquella corrente turistica, trazendo 56 milhões de dollars para o paiz, collocaria o turismo, quasi que no primado entre nossos productos exportaveis.

A ordem economica, é um dos postulatos mais vivos do novo regime instaurado no Brasil, em 10 de Novembro de 1937. O Governo tem dado prova de que lhe reconhece a importancia e necessidade.

O art. 135 da Constituição de 10 de Novembro dispõe:-

> "art. 135 - Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do individuo, exercido nos limites do bem publico, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no dominio economico só se legitima para supprir as deficiencias da iniciativa individual e coordenar os factores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflictos e introduzir no jogo das competições individuaes o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado.
>
> A intervenção no dominio economico poderá ser mediata e immediata, revestindo a forma do controle, do estimulo ou da gestão directa".

Pois bem. No campo do turismo nacional, a intervenção do Estado, deve revestir-se da forma de controle, de estimulo e de gestão directa.

Só dessa maneira, poder-se-á crear uma cousa util. A iniciativa individual é necessaria, e deve ser estimulada. Ella não será nunca, suffi-

ciente. O Turismo tem intimas relações com os transportes, com as medidas de segurança e de protecção do turista; exige regulamentação adequada para hoteis e serviços hoteleiros, pois, ninguem sae de sua casa para viver sem as commodidades a que se habituou; exige uniformidade e controle da propaganda, apresentando-se ao turista, no extrangeiro, as indicações e suggestões honestas, os meios rapidos e efficientes de viagem e passeio nos cruzeiros que preferir; exige a organização de programmas festivos, mostras e espectaculos de arte, de esporte -, capazes de attrahir o visitante; exige regulamentação, controle e equipamento das estações de curas hydro-mineraes, afastando o charlatanismo e, ao contrario, contribuindo para o prestigio crescente das nossas aguas mineraes; em consequencia, exige a creação de institutos de pesquizas hydrologicas, de cursos de hydrologia medica nas faculdades de medicina, organização de viagens de estudos medicos nas estações balneares; exige a protecção das riquezas naturaes e artisticas, e as disposições elementares para que possam ser apreciadas; exige, emfim, uma somma immensa de actividades dizendo respeito a sectores diversos da acção publica e privada, de tal sorte que, só a União -, elaborando as normas, orientando a pratica -, e estimulando e creando onde as deficiencias indicarem - poderá transformal-o em verdadeira fonte de economia nacional.

Com esse pensamento, e tendo em vista as actuaes organizações turisticas de Estado, da Italia, Allemanha e França - planejamos uma organização semelhante para o Brasil, contando de:-

1º) - Creação do Commissariado Geral do Turismo, orgão de acção multipla, agindo na esphera de varias actividades publicas e privadas, e, por isso mesmo, e conforme a pratica daquelles paizes, collocado sob a auctoridade directa do Presidente da Republica.

2º) - Creação do Conselho Nacional de Turismo, constituido de representantes de todas as repartições publicas e actividades privadas com interesse turistico. Esse Conselho é orgão technico orientador dos trablhos do Commissariado, e é presidido pelo Presidente da Republica. Sua Secção Permanente, trabalha continuamente junto ao Commissario Geral, para cumprimento da acção

turistica.

3º) - O Commissariado Geral do Turismo e o Conselho Nacional de Turismo, constituirão a cupola da organização turistica do paiz, e, estabelecendo regras e entendimentos com os Estados e Municipios, com as emprezas de transporte, agencias de viagem, associações e agrupamentos diversos, com as estações de cura, repouso e turismo -, creando, controllando, estimulando -, poderão exercer as actividades de seu objecto, sem os embaraços das autonomias exageradas, e do individualismo sem limites.

4º) - Um projecto de lei estabelece as regras que presidirão a creação das estações de cura, repouso e turismo, dentro da technica a mais moderna, dando providencias para sua articulação com o Commissariado Geral do Turismo, e creando para ellas, os Syndicatos de Iniciativas - orgãos technicos que orientam o desenvolvimento do turismo local.

5º) - Outro projecto estabelece a creação das Taxas de Estadia nas Estações de Cura, Repouso e Turismo, e bem assim institue as regras a serem obedecidas, para a exploração dos jogos de azar nas mesmas, previstas as Taxas que os Clubs e Casinos deverão pagar. A Taxa de Estadia e a Taxa de Jogos, têm sido, universalmente - as contribuições que os turistas dão aos thesouros publicos, para o fomento do turismo. Entre nós, sua existencia tem sido rudimentar e esporadica, e, por muitas vezes, illegal. Os proventos que podem dar, com a expansão do turismo, assumem sommas enormes. Nos paizes europeus citados, taes Taxas têm, quasi que exclusivamente, sido sufficientes para o apparelhamento de suas estações de agua, construcção de suas rodovias, subvenção ás linhas de aviação de interesse turistico, financiamento dos programmas de festas das temporadas, - o que equivale dizer, têm ellas, pelo sabio emprego - contribuido para augmentar as attracções nacionaes, e elevar o nivel de conforto dos visitantes.

Uma synthese previa do que se poderia arrecadar no paiz, nos principaes centros turisticos existentes, é indicada a seguir:-

CALCULO PROVAVEL DA RENDA ANNUAL DA TAXA DE ESTADIA, TENDO EM VISTA A ACTUAL FREQUENCIA TURISTICA, E DECRETO-LEI QUE INSTITUIRA' A TAXA.

Rio de Janeiro - 100.000 visitantes a 10 dias de permanencia media, - 1.000.000 diarias, a 30$000, em medio - 30.000:000$000 x 0,05	1.500:000$000
S.Paulo - Santo Amaro - 800.000 diarias, a 30$ 24.000:000$000 x 0,05	1.200:000$000
Santos - Guarujá - 200.000 diarias a 30$ 6.000:000$ x 0,05	300:000$000
Estancias baln.Minas - 50.000 visitantes x 20 dias de permanencia = 1.000.000 a 20$ a diaria 20.000.000$ x 0,05	1.000:000$000
Est.S.Paulo - Lyndoia, Prata, etc. - 10.000 visitantes x 20 dias de permanencia = 200.000 a 20$ 4.000:000$ x 0,05	200:000$000
Petropolis, Theresopolis - 10.000 visitantes - idem, idem	200:000$000
Cidades historicas - Bahia - Ouro-Preto- Recife - etc. 5.000 visitentes - idem, idem	100:000$000
Estação Caça Matto Grosso e Iguassú - 5.000 visitantes idem, idem	100:000$000
	4.600:000$000

-CALCULO RENDA TAXA SOBRE CASINOS TENDO EM VISTA AS ACTUAES CIDADES DE TURISMO, SUA POPULAÇÃO FIXA, E NUMERO DE VISITANTES ANNUALMENTE -, E NOS TERMOS DO DECRETO-LEI RESPECTIVO - BASE DE CALCULO, SEGUNDO A ACTUAL TAXAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. -

Rio - 3 Casinos -

pop. 1.600.000 h - a 1:000$/por 1.000 habitantes	1.600:000$000
100.000 visitantes	2.000:000$000
	3.600:000$000

8

10.800:000$000

3 Casinos

S.Paulo - Santo Amaro

pop.fixa 1.200.000 - a 1:000$/por 1.200:000$
1.000 habitantes 1.600:000$ 2.800:000$000
80.000 visitantes

Santos - Guarujá

pop.fixa - 300.000 300:000$
20.000 v. 400:000$ 700:000$000

Poços de Caldas

pop.fixa 20.000 20:000$
visit. 20.000 400:000$ 420:000$000

Caxambú

pop.fixa 10.000 10:000$
visitantes 10.000 200:000$ 210:000$000

S.Lourenço

pop.fixa 10-000 10:000$
visitantes 14.000 300:000$ 310:000$000

Cambuquira

pop.fixa 8.000 8:000$
visitantes 5.000 200:000$ 208:000$000

Lambary

pop.fixa 8.000 8:000$
visitantes 5.000 200:000$ 208:000$000

Araxá

pop.fixa 10:000 10:000$
visitantes 5:000 200:000$ 210:000$000

Prata

pop.fixa 800 1:000$
visitantes 2.000 200:000$ 210:000$000

Lyndoia

pop.fixa 300 1:000$
visitantes 2.000 200:000$ 210:000$000

Petropolis

pop.fixa 50.000 50:000$
visitantes 8.000 200:000$ 250:000$000

Theresopolis

pop.fixa 5.000 5:000$
visitantes 3.000 200:000$ 205:000$000

16.741:000$000

Total das Receitas das Taxas de Estadia 4.600:000$000
e sobre Casinos 16.741:000$000
21.341:000$000

dos quaes, 70 % para applicação na origem, e 30 % para os serviços do Commissariado Geral do Turismo, nos termos do Decreto-Lei respectivo.

70 % = 14.938:700$000
30 % = 6.402:300$000
Total ..... 21.341:000$000

O projecto de lei dispõe,que 30 % do producto dessas taxas seja destinado a manter os Serviços do Commissariado Geral do Turismo -, medida justa, pois que, será sob sua acção emprehendedora que o turismo levará a riqueza ao interior brasileiro -, e 70 % entregue aos Estados, onde foram arrecadados, para exclusiva applicação no apparelhamento de suas Estações de Cura, Repouso e Turismo. Essa ultima exigencia, deverá ser controlada pelo orgão federal, sob pena de haver desvios de emprego em outras utilidades publicas - que, de qualquer modo, desvirtuariam e annullariam o desenvolvimento do turismo.

Outras lei, successivamente, deverão ser instituidas e dizendo respeito:-

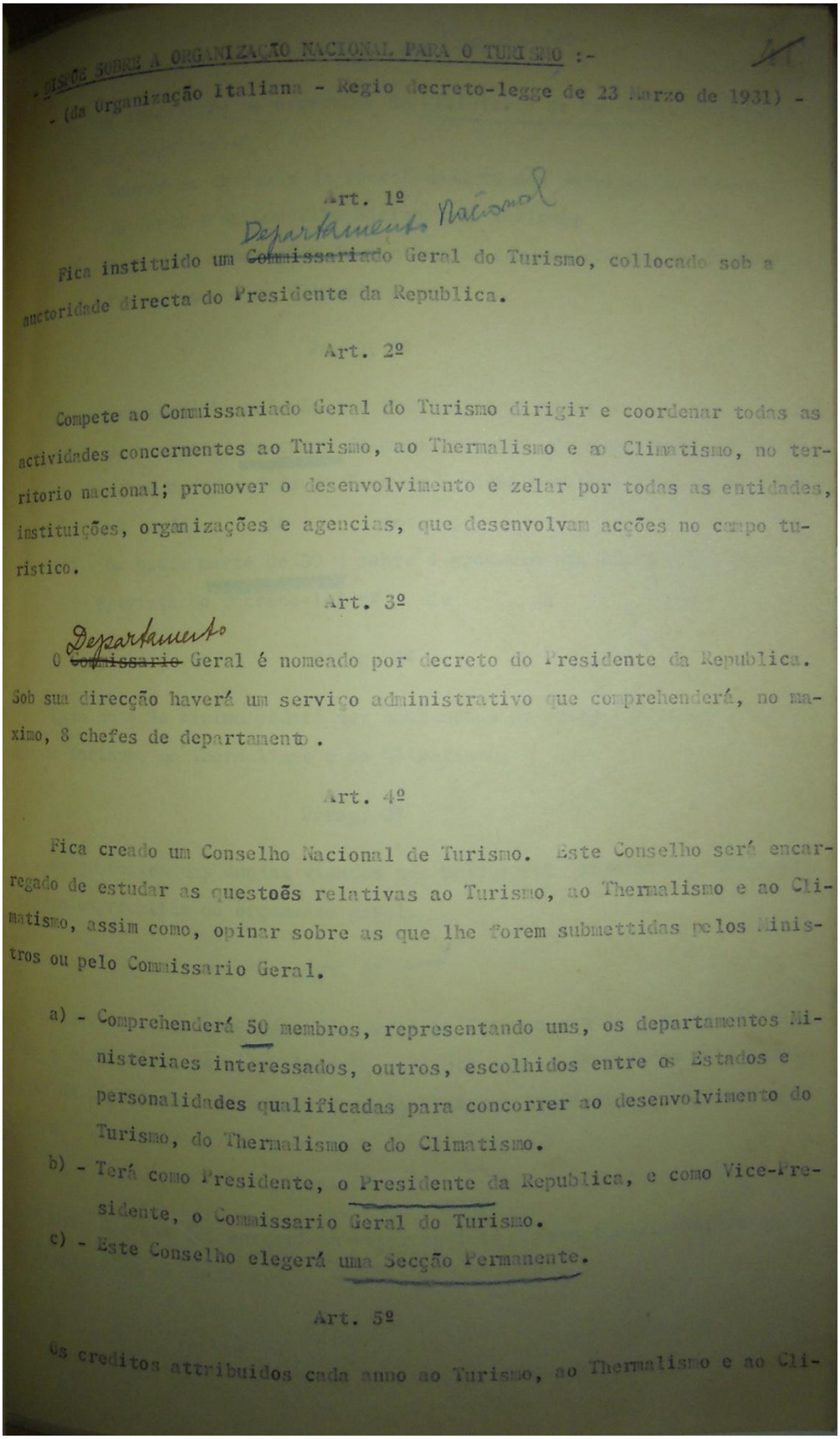
- á organização hoteleira;
- á regulamentação das estações hydro-mineraes, concessão de fontes, perimetro de protecção, apparelhamento balnear, indicações scientificas, etc -, tudo orientado por uma instituição federal de hydrologia;
- estabelecimento das colonias de ferias para a juventude, programmas escolares em villegiatura, etc.;
- regras para a entrada, permanencia e sahida dos turistas extrangeiros;
- cambio para o turista;
- creação das Camaras de Commercio nas Estações de Cura, Repouso e Turismo, e entidades, semi-officiaes, especialisadas em algumas ou todas as modalidades do turismo.

Essa legislação, que hoje é completa e muito vasta, em paizes de grande desenvolvimento turistico como a Italia, França e Allemanha, só poderá, utilmente ser instituida entre nós - após a creação do Commissariado Geral do Turismo, e á medida que a pratica e a observação a indicarem.

São essas, Snr.Presidente, as considerações que julguei necessarias fazer, ao apresentar ao exame de V.Excia. a possibilidade de crear-se no Brasil, uma nova politica de expansão turistica, como é do desejo de V.Excia.

Poços de Caldas - Abril de 1938
F. P. Assis Figueiredo

ANEXO B: Anteprojeto de “Criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística” - projetos de lei



DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO NACIONAL PARA O TURISMO :-

- (da Organização Italiana - Regio decreto-legge de 23 Marzo de 1931) -

Art. 1º

Fica instituido um ~~Commissariado~~ Departamento Nacional Geral do Turismo, collocado sob a auctoridade directa do Presidente da Republica.

Art. 2º

Compete ao Commissariado Geral do Turismo dirigir e coordenar todas as actividades concernentes ao Turismo, ao Thermalismo e ao Climatismo, no territorio nacional; promover o desenvolvimento e zelar por todas as entidades, instituições, organizações e agencias, que desenvolvam acções no campo turistico.

Art. 3º

O ~~Commissario~~ Departamento Geral é nomeado por decreto do Presidente da Republica. Sob sua direcção haverá um serviço administrativo que comprehenderá, no maximo, 8 chefes de departamento.

Art. 4º

Fica creado um Conselho Nacional de Turismo. Este Conselho será encarregado de estudar as questoẽs relativas ao Turismo, ao Thermalismo e ao Climatismo, assim como, opinar sobre as que lhe forem submettidas pelos Ministros ou pelo Commissario Geral.

a) - Comprehenderá 50 membros, representando uns, os departamentos Ministeriaes interessados, outros, escolhidos entre os Estados e personalidades qualificadas para concorrer ao desenvolvimento do Turismo, do Thermalismo e do Climatismo.

b) - Terá como Presidente, o Presidente da Republica, e como Vice-Presidente, o Commissario Geral do Turismo.

c) - Este Conselho elegerá uma Secção Permanente.

Art. 5º

Os creditos attribuidos cada anno ao Turismo, ao Thermalismo e ao Cli-

2 Não - na Previdencia

matismo, por inscripção no orçamento do Ministerio da Fazenda, serão empregados do modo seguinte:-

1º) - Cobrir as despezas de funccionamento dos Serviços do Commissariado Geral e do Conselho Nacional de Turismo;

2º) - Manter as subvenções destinadas ao desenvolvimento do Turismo, do Thermalismo e do Climatismo.

Parag. 1º

Esses creditos não poderão ser inferiores ao total:-

1º) - Do producto, ao curso do anno anterior, da quota parte de 30 % sobre o arrecadado da Taxa de Estadia prevista pelo decreto-lei nº de de de ;

2º) - Da quota parte de 30 % sobre o producto das Taxas sobre jogos prevista no decreto-lei nº de de de ;

Parag. 2º

Esta dotação minima poderá ser accrescida de outras eventuaes attribuidas ao Turismo, ao Thermalismo e ao Climatismo.

Parag. 3º

Os productos das quotas visadas nos paragraphos anteriores, serão inscriptos em receitas do orçamento geral.

Art. 5º

As relações do Commissariado Geral do Turismo com os Estados, Territorios e Municipios, se estabelecerão mediante normas approvadas pelo Presidente da Republica e encaminhadas pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 6º

Este decreto lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

- REGULAMENTA OS SERVIÇOS DO COMMISSARIADO GERAL DO TURISMO E DO CONSELHO NACIONAL DE TURISMO -

(Organização Italiana - Decreto del Capo del Governo de 30 aprile 1931)

Art. 1º

O Commissario Geral do Turismo, cujas attribuições foram fixadas pelo decreto-lei nº de de de, é especialmente encarregado de:-

1º - Ordenar as directrizes a observar-se sobre tudo quanto interesse ao Turismo, ao Thermalismo e ao Climatismo, nas Administrações Ministeriaes, nos Estados, Territorios, Districto Federal e Municipios, entidades, institutos e organizações que desenvolvam actividades no campo do Turismo, do Thermalismo e do Climatismo, e zelar para que essas directrizes sejam observadas;

2º)- Coordenar as actividades das administrações e entidades publicas e privadas, que interessem ao Turismo, ao Thermalismo e ao Climatismo, e as iniciativas e manifestações a elles referentes;

3º - Exercer vigilancia e controle sobre todas as organizações nacionaes, estadoaes ou locaes de turismo; sobre as organizações de cura, repouso e turismo; sobre as industrias hoteleiras, agencias de viagem, e sobre tudo que se apresentar á sua actividade, no campo do Turismo, do Thermalismo e do Climatismo;

4º - Encorajar e unificar as iniciativas das empresas de transportes com objectivo de tornar mais facil o accesso ás estações e sitios de turismo, de cura thermal e climatica do paiz, facilitando a circulação dos turistas;

5º - Determinar e suggerir as medidas necessarias a assegurar o bom acolhimento dos turistas e favorecer a sua estadia;

6º - Estudar e regular as questões concernentes ao desenvolvimento e á creação das estações de turismo, hydromineraes, climaticas, notadamente as relativas aos principaes centros nacionaes que apresentem interesse turistico, seja de caracter historico, paysagistico, industrial, agricola, pecuario, monumentos naturaes, regiões de caça, de pesca;

7º - Coordenar e desenvolver toda a publicidade feita no interesse do turismo nacional, no Brasil e no extrangeiro.

8º - Recolher e ter em dia uma documentação e estatistica, proprias a orientar o desenvolvimento do Turismo, do Thermalismo e do Climatismo, contribuindo, com a collaboração do Conselho Nacional do Turismo, para o preparo dos textos legislativos e regulamentos, controlando sua applicação;

9º - Estudar, elaborar e promover as providencias necessarias para a execução do indicado nos numeros precedentes e, bem assim, tudo aquillo, que, de qualquer modo, se refira á melhor disciplina e ao incremento das actividades turisticas nacionaes;

10º - O Commissario Geral do Turismo se corresponderá directamente com os Ministros, e, sob o patrocinio do Ministro do Exterior, seja com os agentes diplomaticos e consulares, seja com os addidos e agentes commerciaes no extrangeiro.

Art. 2º

O Commissario Geral do Turismo tem a faculdade de adoptar as providencias necessarias a assegurar a observancia das directrizes emanadas das administrações, entidades e organizações, submettidas á sua vigilancia.

Art. 3º

O controle da gestão financeira do Commissariado Geral do Turismo é exercido por um Collegio de Revisores, nomeado pelo Presidente da Republica. Destes, tres são effectivos e dois supplentes.

Os revisores permanecerão no cargo durante um anno, e poderão ser confirmados. Seus relatorios annuaes, serão submettidos á approvação do Presidente da Republica.

Art. 4º

E' instituido o Conselho Nacional de Turismo. O Conselho é presidido pelo Presidente da Republica, ou, em seu logar, pelo Commissario Geral do Turismo, e é composto dos seguintes membros, nomeados por decreto presidencial:-

1 representante do Ministerio da Justiça e Negocios do Interior;
1 " " Fazenda;
1 " " Viação e Obras Publicas;

3

1 representante do Ministro do Trabalho, Industria e Commercio;
1 " " Guerra;
1 " " Marinha;
1 " " Educação e Saude Publica;
1 " " Agricultura;
1 " " Exterior;
~~1 Ministro do Tribunal de Contas;~~
Inspector-~~Chefe da Inspectoria~~ Federal de Estradas de Ferro;
~~2 representantes dirigidas das estradas de ferro nacionaes;~~
Director do Departamento Federal de Estradas de Rodagem;
" " de Aeronautica Civil;
Inspector-~~Chefe da Inspectoria~~ Federal de Portos, Rios e Canaes;
~~Director do Orçamento do Ministerio da Fazenda;~~
" Aviação Militar;
" " Naval;
~~2 Senadores e 2 Deputados por suas respectivas Assembléas;~~
~~1 representante do Conselho de Economia Nacional;~~
~~Director de Cambio~~ do Banco do Brasil;
~~Membros representando os Estados que tenham grandes actividades referentes ao Turismo;~~
Director ~~Geral das~~ Bellas Artes;
" " do ~~Patrimonio Historico e Artistico;~~
Presidente do Touring Club do Brasil;
" Automovel Club do Brasil;
" Jockey Club Brasileiro;
~~2 Membros escolhidos entre os industriaes~~ em industria hoteleira e restaurants;
~~2 " " " trabalhadores da industria hoteleira e restaurants;~~
1 representante das agencias e empresas de turismo;
2 peritos escolhidos entre as pessoas ~~que tenham~~ de reconhecida competencia technica em materia de turismo e publicidade;
1 representante das ~~organizações~~ sportivas; ~~nacionaes~~
1 " das empresas ~~de diversões~~ theatraes e cinematographicas;

4

1 representantes das emprezas ferroviarias;
1 representante das empresas de navegação maritima;
1 " " " aerea;
1 " do medico especialisado nas questões de hydrologia e climatismo, designado pelo Ministro da Educação e Saude Publica;
1 geologo especialisado em questões referentes á geologia hydro-thermal, designado pelo Ministro da Agricultura;
1 representante das Associações Brazileiras de Imprensa e ~~Radio Diffusão~~ Radio-difusão
1 representante das Associações de Radio-difusão

Art. 5º

O Conselho Nacional de Turismo é orgão consultivo e de estudos do Commissariado Geral do Turismo. Cessarão de pleno direito de fazer parte do Conselho, os membros que não exercerem mais as funcções em razão das quaes, haviam sido designados a fazer parte do Conselho.

Art. 6º

A Secção Permanente do Conselho Nacional de Turismo, comprehende onze membros, dos quaes, seis eleitos em seu seio, por um anno, e cinco membros designados pelo Presidente da Republica, por proposta do Commissario Geral e escolhido entre os membros de direito e os representantes dos Ministros.

A Secção Permanente é presidida pelo Commissario Geral, e, em sua falta, por um Vice-Presidente designado por elle.

Art. 7º

O Chefe do Expediente do Commissariado Geral do Turismo é encarregado do Secretariado do Conselho Nacional de Turismo e da sua Secção Permanente.

Por proposta do Commissario Geral, e designação do Presidente da Republica, poderão ser designados relatores especiaes entre os funccionarios dos diversos Ministerios, de accordo com o assumpto a relatar.

Art. 8º

O Conselho Nacional de Turismo se reune, por convocação do Presidente da Republica, ao menos, uma vez por anno, e sua Secção Permanente tantas vezes quantas seu presidente julgar necessario, e por convocação deste.

A presença da metade de seus membros é necessaria para a validade de suas deliberações.

Art. 9º

O Conselho Nacional de Turismo, cujas attribuições foram creadas com o decreto-lei nº de de de , estuda especialmente as questões relativas aos transportes, á estadia dos turistas, á organização da publicidade feita no paiz e no extrangeiro, para o Turismo, o Thermalismo e o Climatismo, os meios proprios para coordenar a actividade dos serviços publicos e das associações, grupamentos, commercio e industria que interessam ao Turismo, ao Thermalismo e ao Climatismo.

Art. 10º

A Secção Permanente do Conselho Nacional de Turismo, emitte parecer sobre as questões remettidas a seu exame, seja pelo Commissario Geral, seja pelo Conselho Nacional.

Ella é, obrigatoriamente, consultada;-

1º) - Sobre as solicitações tendentes a obter o patrocinio do Commissariado Geral, apresentadas pelos particulares, associações ou grupamentos, assim como pelas entidades publicas e privadas;

2º) - Sobre a concessão de subvenções destinadas ao desenvolvimento do Turismo, do Thermalismo e do Climatismo;

3º) - Sobre as questões previstas:-

a) - Pelo decreto-lei nº de de de , no que concerne á creação das Estações de Cura, Repouso e Turismo;

b) - Pelo decreto-lei nº de de de , no que concerne ás condições do estabelecimento e emprego da Taxa de Estadia e da Taxa de Jogos;

c) - Pelo que concerne ao exame das contas administrativas sobre o Turismo, e dos fundos eventuaes a elle attribuidas;

d) - Sobre meios proprios que facilitem a entrada, permanencia e sahida de turistas;

e) - Sobre cambio para o turista;

f) - Sobre regulamentação da industria hoteleira, compensações, favores e exigencias para os hoteis em locaes de turismo;

g) - Sobre accordos e convenios com empresas de transporte, para organizações de viagens especialisadas para o turista;

h) - Creação e classificação dos centros de turismo, que terão legislação adequada para os serviços locaes referentes ao turismo;

i) - Regulamentação e licenciamento dos Casinos de jogos de azar em determinados centros de turismo;

j) - Creação e accordos para estabelecimento de cursos technicos de preparação do pessoal hoteleiro, preferivelmente junto aos hoteis de turismo, inclusive formação de interpretes e cicerones;

k) - Regulamentação das estações hydro-mineraes, com sua classificação scientifica, indicações de cura e plano de apparelhamento;

l) - Convenio com os Estados interessados em Turismo, para applicação da legislação e acção Federal sobre a materia;

m) - Organização da Propaganda, programma das temporadas turisticas e agencias de turismo no exterior;

n) - Organização das Colonias de férias para a juventude nos climas adequados;

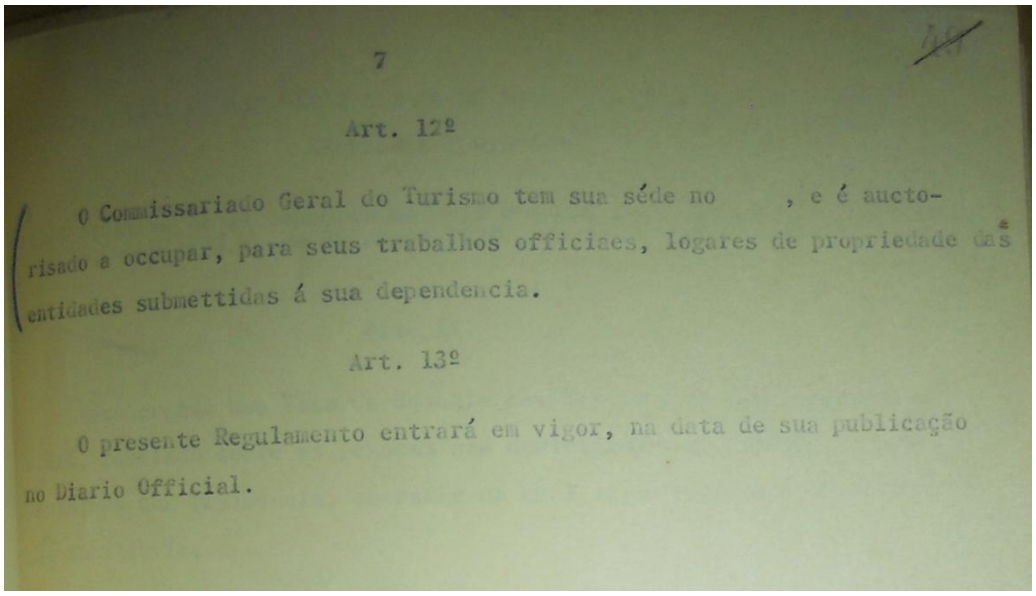
o) - Estudo do credito hoteleiro para fomento turistico;

p) - Apparelhamento de locaes apropriados para estações de caça e pesca, e dos meios de accesso aos mesmos.

Art. 11º

Para o funccionamento dos serviços de sua competencia, alem do pessoal titulado no quadro do Commissariado Geral do Turismo, o Commisario Geral poderá solicitar do Presidente da Republica, a designação de funccionarios dos diversos Ministerios, para prestarem serviços nas repartições do Commissariado, nos limites estrictamente indispensaveis.

Em casos excepcionaes e por evidentes exigencias technicas, poderá ser contractado pelo Commisario de Turismo, pessoal com contracto a prazo determinado, segundo as normas do emprego privado.



7

Art. 12º

O Commissariado Geral do Turismo tem sua séde no , e é auctorisado a occupar, para seus trabalhos officiaes, logares de propriedade das entidades submettidas á sua dependencia.

Art. 13º

O presente Regulamento entrará em vigor, na data de sua publicação no Diario Official.

- CREA A TAXA DE ESTADIA E A TAXA DE JOGOS NAS ESTAÇÕES DE CURA, REPOUSO E TURISMO -

(Lei Italiana de 11 dezembro de 1910 e c/modificações - e leis francezas de 15 Junho 1907 -, de 25 Junho 1920 - de 24 Setembro 1919) -

Art. 1º

Fica creada uma Taxa de Estadia nas Estações de Cura, Repouso e Turismo, recaindo sobre as pessoas não domiciliadas na Estação, e ahi não possuindo uma residencia, em razão da qual sejam passiveis de contribuição mobiliaria.

Art. 2º

A taxa é estabelecida por pessoa e por dia de estadia na Estação; não poderá ser inferior a $500 por pessoa e por dia, nem superior a 2$500; deverá ser baseada sobre a natureza e o preço de locação dos locaes occupados; comportará attenuações em razão da idade e do numero de pessoas de uma mesma familia. A Taxa não será devida senão por um periodo maximo de quatro semanas, por temporada.

Poderão ser isentados da Taxa de Estadia, as pessoas occupando locaes um preço inferior determinado.

A tarifa assim como as bases de estabelecimento e as condições de aplicação, de attenuação ou de isenção, são fixadas, por decreto do Governo, ouvido o Conselho Nacional de Turismo, e o Commissariado Geral do Turismo, podendo ser revistas, annualmente.

Art. 3º

A Taxa será cobrada por intermedio dos locadores, hoteleiros e proprietarios, e recolhida pelos mesmos, e sob sua responsabilidade, conforme instrucções baixadas pelo Ministerio da Fazenda.

Art. 4º

Por derogação do art. do Codigo Penal, poderá ser concedido aos Clubs e Casinos das Estações de Cura, Repouso e Turismo, sob qualquer nome esses estabelecimentos sejam designados, acutorisação temporaria para

pratica de certos jogos de azar, sob as condições enunciadas nos artigos seguintes.

Art. 5º

As localidades nas quaes as disposições precedentes são applicaveis, não poderão se beneficiar das mesmas, senão mediante parecer favoravel da Camara Municipal, do Syndicato de Iniciativas e do Governo do Estado. As auctorisações serão concedidas pelo Ministro do Interior, após meticuloso exame, e tendo em consideração uma lista de encargos, organizado pelo Commissariado Geral do Turismo, tendo em vista a cooperação dos Clubs e Casinos nos programmas de distracções das temporadas, e ainda, as suas installações.

A auctorisação Ministerial fixará a duração da concessão; determinará a natureza dos jogos de azar auctorizados, seu funccionamento, as medidas de vigilancia e o controle dos agentes da auctoridade, as condições de admissão nas salas de jogo, as horas de abertura e fechamento, a taxa e o modo de percepção da mesma.

A auctorisação poderá ser revogada pelo Ministro do Interior, em caso de não observancia da lista de encargos ou das clausulas da auctorisação Ministerial.

Em nenhum caso, e notadamente no caso de abrogação ou de modificação do presente decreto-lei, a cassação das auctorisações não poderá dar logar a qualquer indemnisação.

Art. 6º

Todo o club ou casino auctorisado, seja ou não organizado em sociedade, terá um director geral e uma directoria responsavel, cujos nomes, profissões, domicilios, deverão ser trazidos ao conhecimento da administração local.

Todos os directores deverão ser brasileiros natos, maiores, gozando de seus direito civis e politicos.

Art. 7º

Independentemente das condições em proveito do Municipio ou do Estado, os clubs e casinos das Estações de Cura, Repouso e Turismo ficam sujeitos

ao pagamento de uma Taxa, calculada segundo a Tabella abaixo, graduada, conforme a população fixa e o numero annual dos visitantes da Estação:-

- TABELLA DE TAXAS ANNUAES POR CASINO OU CLUB DE JOGO DE AZAR -

Frequencia annual de visitantes.

Até	10.000	200:000$000 por anno
Acima de	10.000 até 15.000	300:000$000 " "
"	15.000 " 20.000	400:000$000 " "
"	20.000 " 25.000	500:000$000 " "
"	25.000 " 30.000	600:000$000 " "
"	30.000 " 40.000	800:000$000 " "
"	40.000 " 60.000	1.200:000$000 " "
"	60.000 " 80.000	1.600:000$000 " "
"	80.000 " 100.000	2.000:000$000 " "

mais 20:000$000 por grupo de 1.000 visitantes ou fracção, pelo augmento a frequencia annual.

Alem dessas Taxas, pagarão ainda 1:000$000 por 1.000 habitantes ou racção da população fixa da Estação de Cura, Repouso ou Turismo.

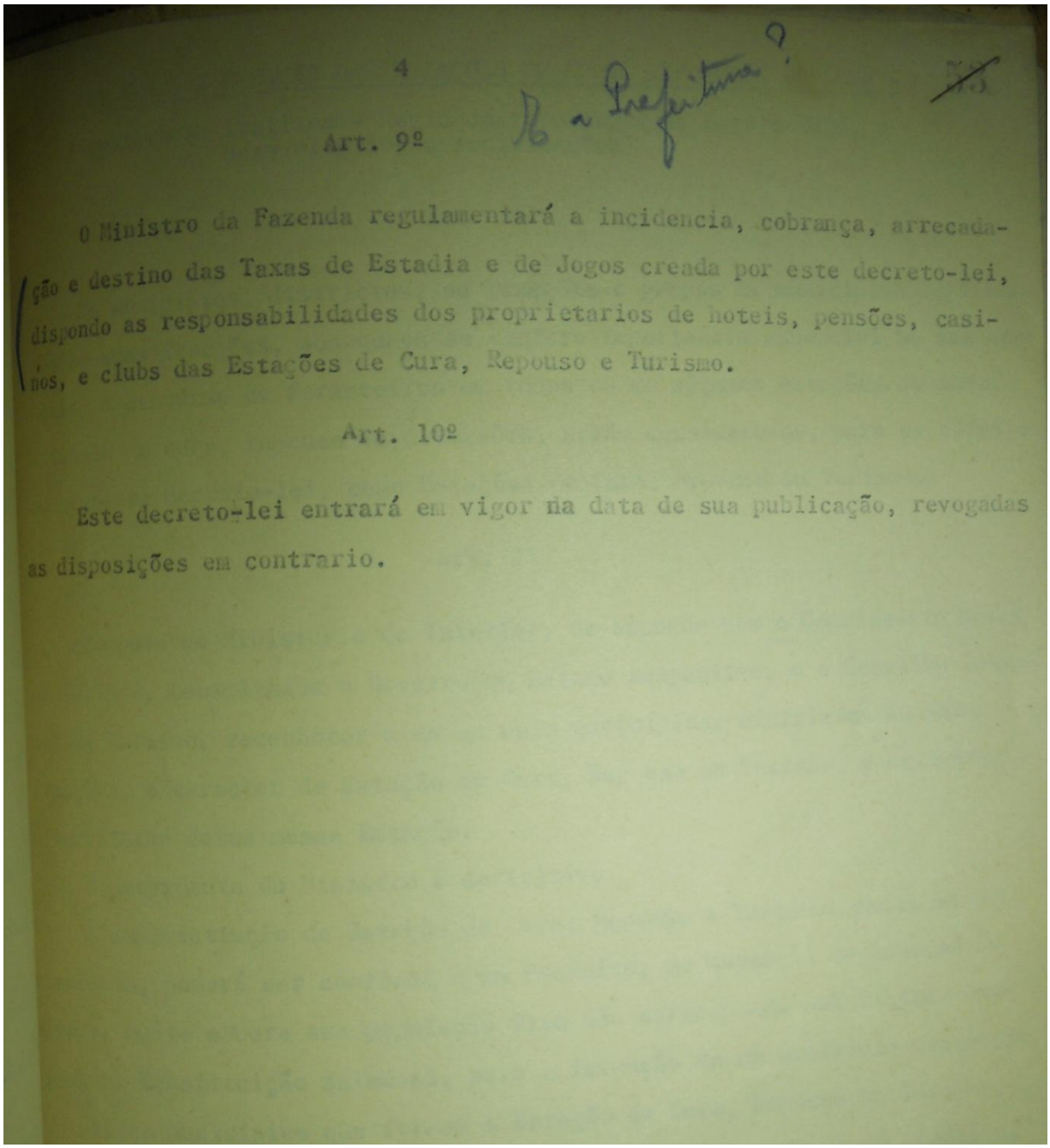
rag. unico - Quando a Estação de Cura, Repouso ou Turismo se achar proxima de um centro de população, a distancia tal que as communicações entre ellas se façam por meios baratos e accessiveis, o calculo da Taxa á base da população fixa, se fará, tendo em vista a somma das populações de ambas.

Art. 8º

O producto da arrecadação das Taxas de Estadia e de Jogos, recolhido Thesouro Nacional, será repartido:

70 % para os Estados de onde provieram, para exclusivo emprego no aparelhamento de suas Estações de Cura, Repouso e Turismo, obedecida a legislação federal em vigor;

30 % para occorrer ás despezas do Commissariado Geral do Turismo, dentro de suas finalidades legaes.



4

Art. 9º

O Ministro da Fazenda regulamentará a incidencia, cobrança, arrecadação e destino das Taxas de Estadia e de Jogos creada por este decreto-lei, dispondo as responsabilidades dos proprietarios de hoteis, pensões, casinos, e clubs das Estações de Cura, Repouso e Turismo.

Art. 10º

Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

DISPÕE SOBRE A CREAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE CURA, REPOUSO E TURISMO -
(Organização Italiana - Regio decreto-legge 15 aprile 1926, e suas ulteriores modificações)

Art. 1º

Os municipios, districtos, ou fracções e grupos de municipios confinantes ou suas fracções, aos quaes se confere importancia essencial na sua economia, o concurso de forasteiros em todas ou em algumas estações do anno, a titulo de cura, repouso ou diversões, serão considerados, para os effeitos do presente decreto-lei, como Estações de Cura, Repouso ou Turismo.

Art. 2º

Compete ao Ministerio do Interior, de accordo com o Commissario Geral do Turismo, consultados o Governo do Estado respectivo, e o Conselho Nacional de Turismo, reconhecer a um ou mais municipios, districtos ou suas fracções, o caracter de Estação de Cura, Repouso ou Turismo, e delimitar o territorio dessa mesma Estação.

O provimento do Ministro é definitivo.

A administração da Estação de Cura, Repouso e Turismo, assim caracterisada, poderá ser confiada a um Prefeito, de nomeação do Governo do Estado, muito embora sua população fixa não corresponda aos limites exigidos na Constituição Estadoal, para a formação de um municipio distincto.

Si os municipios que formam a Estação de Cura, Repouso ou Turismo, são limitrophes, sua administração poderá ser confiada a um só Prefeito.

Art. 3º

Dentro de 90 dias a contar da publicação deste, o Ministerio do Interior, reconhecerá as Estações de Cura, Repouso e Turismo já existentes no paiz, tendo em vista a importancia de sua frequencia annual e suas installações e qualidades essenciaes.

Art. 4º

As revogações e as modificações de declaração do reconhecimento das Estações de Cura, Repouso e Turismo e de seus territorios, estão sujeitas ás formalidades do Art. 2º.

Art. 5º

Além da Camara Municipal legislativa, o Prefeito das Estações de Cura, Repouso ou Turismo, será assistido por um Syndicato de Iniciativas, orgão consultivo e de estudo dos principaes emprehendimentos e providencias, ligados ao desenvolvimento da Estação.

Art. 6º

O Syndicato de Iniciativas de cada Estação de Cura, Repouso e Turismo deverá ser constituido da seguinte forma:-

1º - De um Presidente designado pelo Governador do Estado;

2º - De um representante do Conselho Nacional de Turismo;

3º - De um representante do Touring Club do Brasil;

4º - De dois membros, um, engenheiro; outro, medico, designados pelo Chefe dos Serviços de Saude Publica do Estado;

5º - De um repfesentante da industria de hoteis e pensões, e de um representante dos commerciantes e industriaes locaes; ambos escolhidos pelas respectivas associações, ou, em falta dessas, designadosppela Camara Municipal ou pelo Prefeito.

Os membros do Syndicato permanecerão no cargo quatro annos e poderão ser reeleitos.

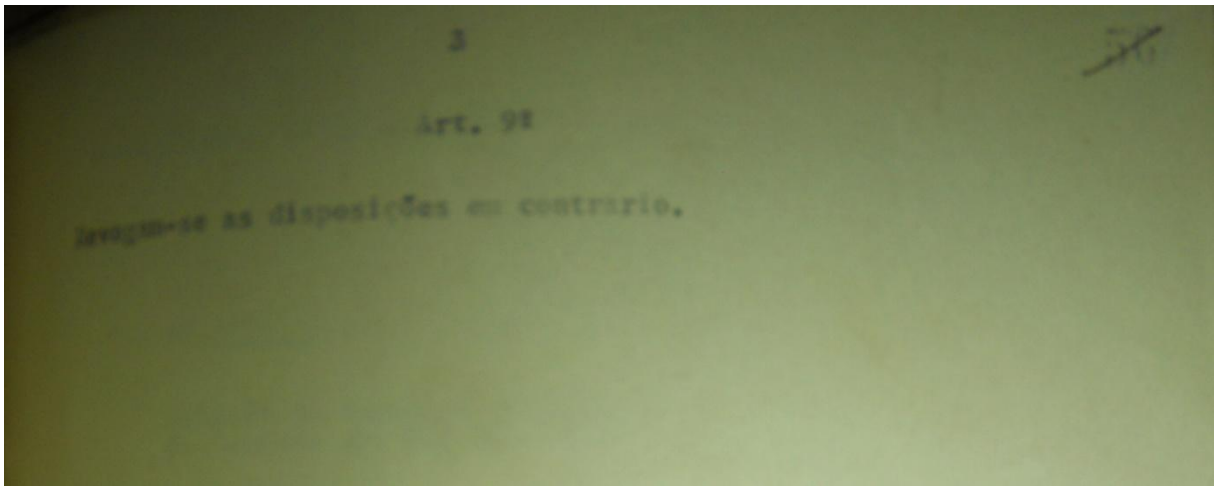
Auxiliará o Syndicato um secretario por elle designado.

Art. 7º

A administração das Estações de Cura, Repouso e Turismo, se regerá pelas normas dictadas na organização municipal do Estado, em tudo que não contrarie os dispositivos que a legislação federal, a ellas concernente, determinar, devendo obedecer, ainda, ás regras geraes estabelecidas pelo Governo Federal dentro da organização turistica do paiz.

Art. 8º

Alem dos impostos e taxas de competencia municipal, serão attribuidas ás Estações de Cura, Repouso e Turismo, as tributações creadas pelo Governo Federal, para as mesmas.



3

Art. 9º

Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO C: “Regio Decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371 - Istituzione di un Commissariato per il Turismo”

Fonte: Gazzetta Officiale del Regno DÍtalia, Nº 107, 09/05/1931, p. 2023

Numero di pubblicazione 737.

REGIO DECRETO-LEGGE 23 marzo 1931, n. 371.
Istituzione di un Commissariato per il Turismo.

VITTORIO EMANUELE III

PER GRAZIA DI DIO E PER VOLONTÀ DELLA NAZIONE

RE D'ITALIA

Visto l'art. 3, n. 2, della legge 31 gennaio 1926, n. 100;
Ritenuta la necessità urgente ed assoluta di provvedere;
Sentito il Consiglio dei Ministri;
Sulla proposta del Capo del Governo, Primo Ministro Segretario di Stato;
Abbiamo decretato e decretiamo:

Art. 1.

È istituito un Commissariato per il Turismo, cui è preposto un Commissario nominato con decreto Reale, su proposta del Capo del Governo, Primo Ministro Segretario di Stato.

Il Commissario per il Turismo è alle dipendenze del Capo del Governo.

Art. 2.

Spetta al Commissariato per il Turismo di dirigere e coordinare tutte le attività concernenti il turismo; di promuoverne lo sviluppo, e di vigilare su tutti gli enti, istituti, organizzazioni e comitati che svolgono azione nel campo turistico.

Art. 3.

Con decreti del Capo del Governo, Primo Ministro Segretario di Stato, saranno emanate tutte le norme occorrenti per l'attuazione del presente decreto, il quale entra in vigore il giorno della sua pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* del Regno, e sarà presentato al Parlamento per la conversione in legge. Il Capo del Governo, proponente, è autorizzato alla presentazione del relativo disegno di legge.

Ordiniamo che il presente decreto, munito del sigillo dello Stato, sia inserto nella raccolta ufficiale delle leggi e dei decreti del Regno d'Italia, mandando a chiunque spetti di osservarlo e di farlo osservare.

Dato a Roma, addì 23 marzo 1931 - Anno IX

VITTORIO EMANUELE.

ANEXO D:“Decreto Del Capo del Governo, 20 aprile 1931 - Norme di attuazione del Regio Decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371, relativo alla istituzione del Columissariato per il turismo”

Fonte: Gazzetta Officiale del Regno DÍtalia, Nº 114, 19/05/1931, p. 2020-2021.

DECRETO DEL CAPO DEL GOVERNO 20 aprile 1931.

Norme di attuazione del R. decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371, relativo alla istituzione del Commissariato per il turismo.

IL CAPO DEL GOVERNO
PRIMO MINISTRO SEGRETARIO DI STATO

Veduto il R. decreto-legge 23 marzo 1931, n. 371, concernente la istituzione di un Commissariato per il turismo;

Ritenuta la necessità di emanare norme per l'attuazione del decreto-legge predetto;

Decreta:

Art. 1.

Al Commissario per il turismo spetta l'azione di Governo in materia di turismo.

Tale azione si esplica specialmente:

a) nello impartire le direttive da seguirsi, su quanto interessi il turismo, dalle Amministrazioni dello Stato e dagli enti, istituti ed organizzazioni che svolgono attività nel campo turistico, e nel vigilare a che le direttive stesse siano osservate;

b) nel coordinamento delle attività delle Amministrazioni e degli enti pubblici e privati, in quanto la loro azione interessi il campo del turismo, e di tutte le iniziative e manifestazioni che a questo si riferiscono;

c) nella vigilanza e nel controllo su tutte le organizzazioni o Comitati nazionali, regionali, provinciali o locali del turismo; nonchè sulle aziende autonome di cura, soggiorno e turismo, sulle industrie alberghiere, sulle agenzie di viaggio e sugli uffici di turismo, per quanto riguarda la loro attività nel campo turistico;

d) nello studiare, elaborare e promuovere i provvedimenti occorrenti per l'attuazione dei compiti indicati alle precedenti lettere *a*), *b*) e *c*) nonchè quelli, comunque, diretti alla migliore disciplina ed allo incremento delle attività turistiche nazionali.

Art. 2.

Il Commissario per il turismo ha facoltà di adottare i provvedimenti occorrenti ad assicurare l'osservanza delle direttive impartite, da parte degli enti, istituti ed organizzazioni, sottoposti alla sua vigilanza.

Art. 3.

Tutte le attribuzioni assegnate alla Presidenza, al Consiglio d'amministrazione ed al Comitato esecutivo dell'ENIT dallo statuto dell'Ente, approvato con R. decreto 6 maggio 1929, n. 881, sono deferite al Commissario per il turismo.

Il controllo della gestione finanziaria dell'Ente è demandato ad un Collegio di cinque revisori, nominati dal Capo del Governo.

Di essi, tre sono effettivi e due supplenti.

I revisori durano in carica un anno e possono essere confermati. Essi compilano ogni anno una relazione sul bilancio, che deve essere sottoposta al Capo del Governo.

Art. 4.

È istituito il Consiglio centrale del turismo.

Il Consiglio è presieduto dal Capo del Governo, o, in sua vece, dal Commissario per il turismo, ed è composto dai seguenti membri, nominati con decreto Reale, su proposta del Capo del Governo:

il direttore generale delle Ferrovie dello Stato,

il direttore generale del Lavoro italiano all'estero;

il direttore generale dell'Amministrazione civile presso il Ministero dell'interno,

il direttore generale della Produzione industriale e degli scambi,

il direttore generale della Marina mercantile,

il direttore generale delle Belle arti,

il direttore generale dell'Aviazione civile,

il direttore generale dell'ENIT,

il direttore generale dell' Azienda autonoma statale della strada,

il presidente del C.O.N.I.,
il presidente del Touring Club Italiano,
il presidente del Reale Automobile Club d'Italia,
il presidente dell'Istituto nazionale L.U.C.E.,
il presidente dell'Istituto nazionale per l'esportazione,
il presidente dell'Istituto coloniale fascista,
il presidente della Lega navale italiana,
il presidente del Club Alpino italiano,
il presidente del Reale Aero Club d'Italia,
il presidente della Confederazione generale fascista dell'industria italiana;
il presidente della Confederazione nazionale fascista del commercio;
il presidente della Confederazione nazionale imprese trasporti marittimi ed aerei,
il presidente della Confederazione nazionale fascista trasporti marittimi e navigazione interna,
il presidente della Confederazione generale bancari fascista,
il presidente della Federazione nazionale fascista alberghi e turismo,
sei esperti, scelti fra persone che abbiano specifica competenza tecnica in materia di turismo.

Art. 5.

Il Consiglio centrale del turismo è organo consultivo e di studio del Commissario del turismo.

Art. 6.

Il Commissario per il turismo ha sede a Palazzo Viminale.

Esso è autorizzato ad avvalersi, per i suoi uffici, anche dei locali di proprietà di enti posti alla sua dipendenza.

Art. 7.

Per il funzionamento dei servizi di sua competenza il Commissario per il turismo si avvarrà di personale appartenente agli enti direttamente da esso dipendenti.

Possono, inoltre, con decreto del Capo del Governo, essere comandati a prestar servizio, negli uffici del Commissario per il turismo, impiegati di ruolo delle Amministrazioni dello Stato, nei limiti strettamente indispensabili.

In casi eccezionali e per reali esigenze tecniche, potrà essere assunto dal Commissario pel turismo personale con contratto a termine, secondo le norme generali dell'impiego privato.

Art. 8.

In appositi capitoli del bilancio del Ministero delle finanze, sotto la rubrica « Presidenza del Consiglio dei Ministri - Commissario per il turismo » saranno stanziate le somme occorrenti per il funzionamento e lo svolgimento delle attività del Commissario per il turismo.

Art. 9.

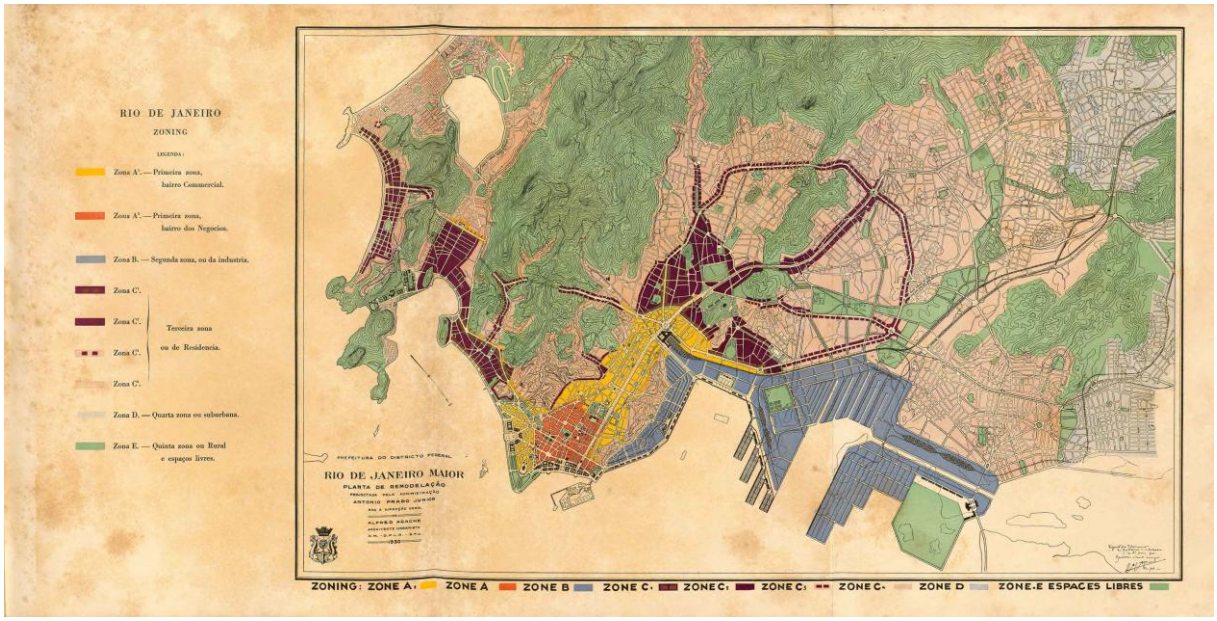
Il presente decreto entra in vigore il giorno della sua pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* del Regno.

Roma, addì 20 aprile 1931 - Anno IX

Il Capo del Governo,
Primo Ministro Segretario di Stato:
MUSSOLINI.

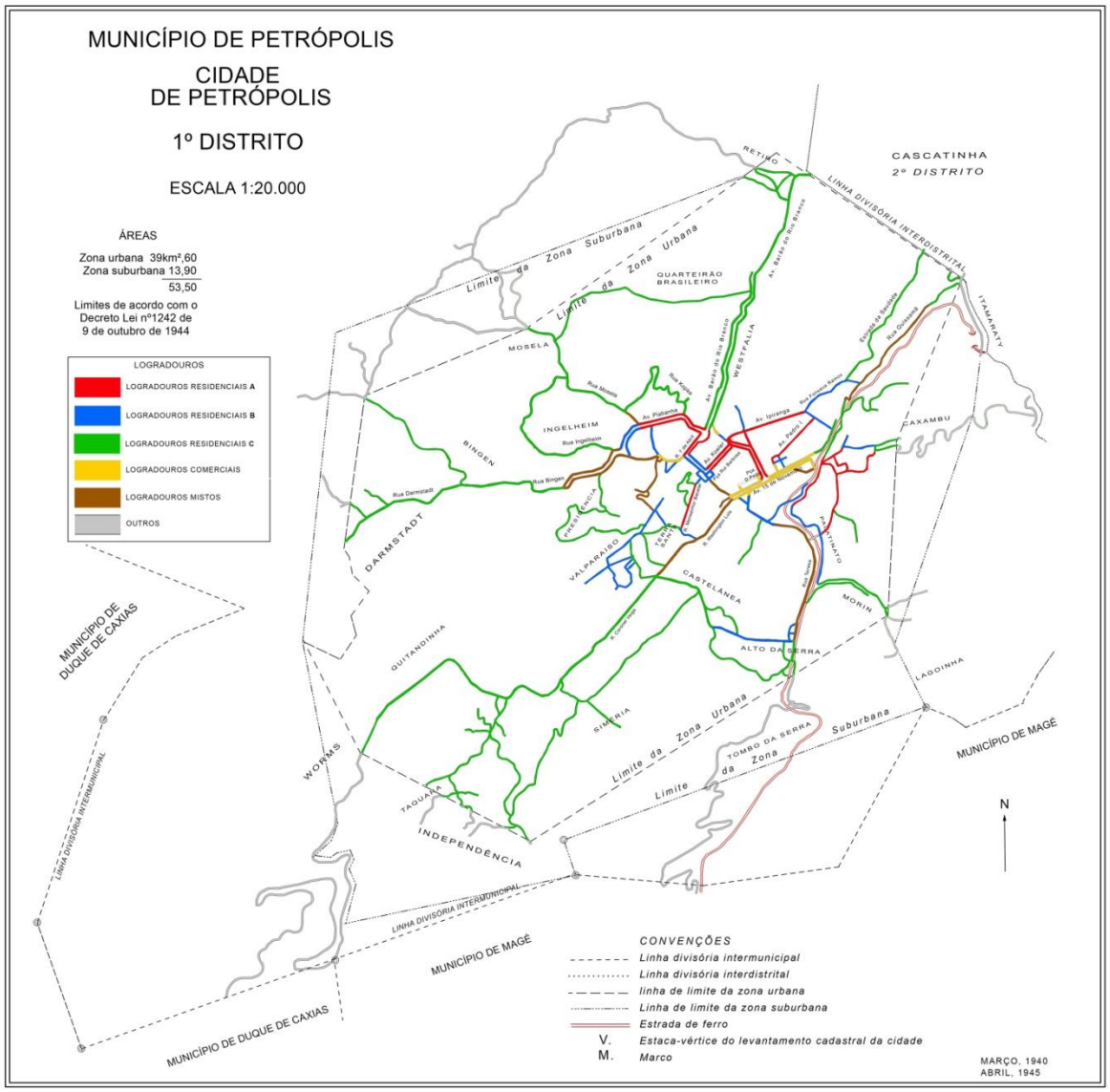
(3323)

ANEXO E: Mapa do zoneamento proposto para a Cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Agache (1930, p. 220)

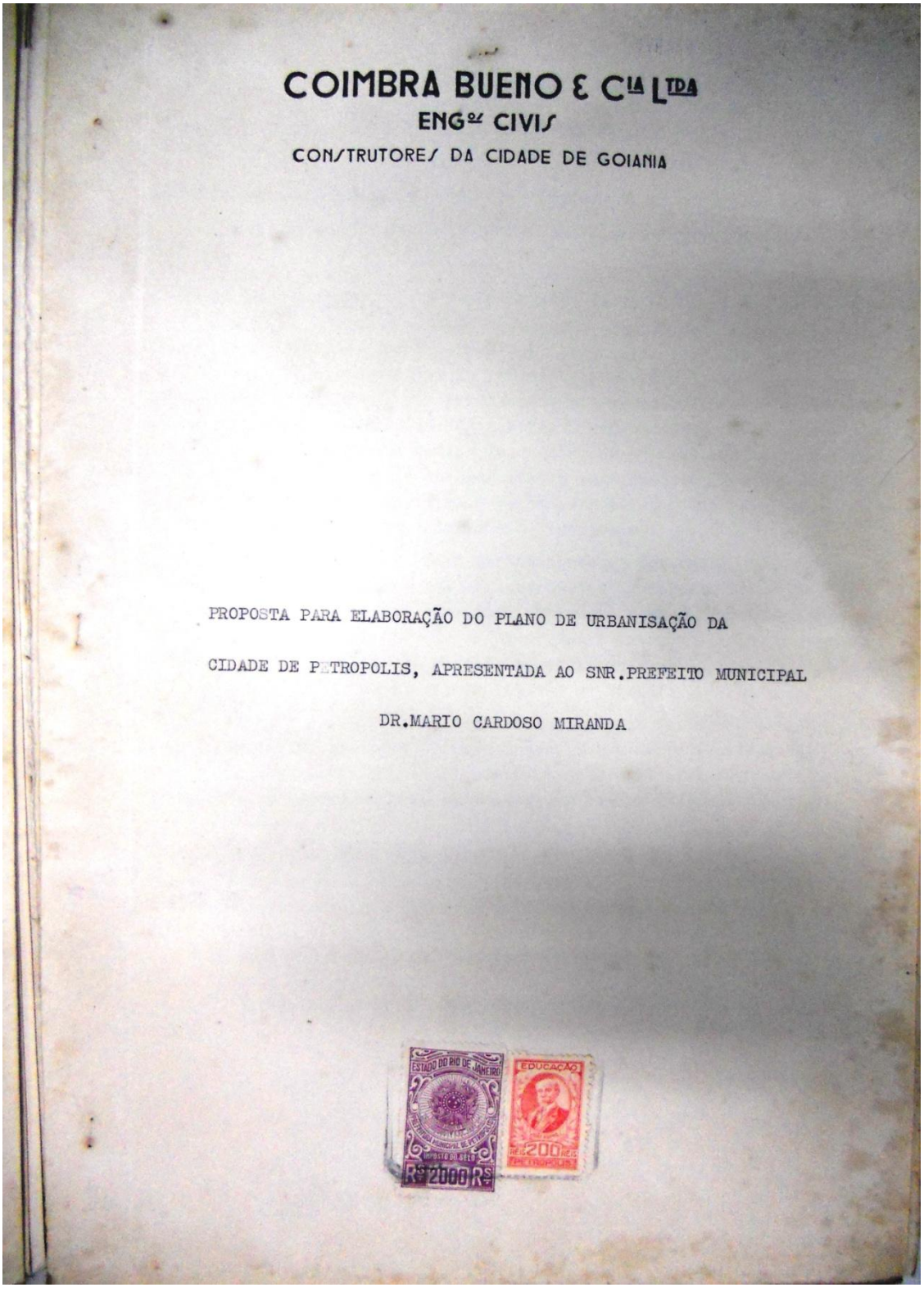

RIO DE JANEIRO
ZONING
LEGENDA:
Zona A¹. — Primeira zona, bairro Commercial.
Zona A². — Primeira zona, bairro dos Negocios.
Zona B. — Segunda zona, ou da industria.
Zona C¹.
Zona C².
Zona C³.
Zona C⁴.
Terceira zona ou de Residencia.
Zona D. — Quarta zona ou suburbana.
Zona E. — Quinta zona ou Rural e espaços livres.
PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL
RIO DE JANEIRO MAIOR
PLANTA DE REMODELAÇÃO
ALFRED AGACHE
1930
ZONING: ZONE A¹ ZONE A² ZONE B ZONE C¹ ZONE C² ZONE C³ ZONE C⁴ ZONE D ZONE E ESPACES LIBRES

ANEXO F: Decreto-Lei de Zoneamento (1941) sobreposto ao mapa de Petrópolis (1945).

Fonte: Adaptado do mapa “PETRÓPOLIS-CIDADE. Planta da cidade de Petrópolis: 1º Distrito. Petrópolis, Prefeitura Municipal de Petrópolis, Diretoria de Engenharia, 1945. 1:20.000, 66 X 65 cm.” (Arquivo Histórico do Museu Imperial).


MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
CIDADE
DE PETRÓPOLIS
1º DISTRITO
ESCALA 1:20.000
ÁREAS
Zona urbana 39km²,60
Zona suburbana 13,90
53,50
Limites de acordo com o Decreto Lei nº1242 de 9 de outubro de 1944
LOGRADOUROS
LOGRADOUROS RESIDENCIAIS A
LOGRADOUROS RESIDENCIAIS B
LOGRADOUROS RESIDENCIAIS C
LOGRADOUROS COMERCIAIS
LOGRADOUROS MISTOS
OUTROS
CASCATINHA
2º DISTRITO
RETIRO
LINHA DIVISÓRIA INTERDISTRITAL
Limite da Zona Suburbana
Limite da Zona Urbana
QUARTEIRÃO BRASILEIRO
MOSELA
WESTFÁLIA
INGELHEIM
BINGEN
DARMSTADT
VALPARAÍSO
CASTELANEA
QUITANDINHA
SIMERIA
WORMS
TAQUARA
INDEPENDÊNCIA
FAXAMBU
MORIN
ALTO DA SERRA
LAGOINHA
TOMBO DA SERRA
ITAMARATY
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
LINHA DIVISÓRIA INTERMUNICIPAL
MUNICÍPIO DE MAGÉ
N
CONVENÇÕES
Linha divisória intermunicipal
Linha divisória interdistrital
linha de limite da zona urbana
Linha de limite da zona suburbana
Estrada de ferro
V. Estaca-vértice do levantamento cadastral da cidade
M. Marco
MARÇO, 1940
ABRIL, 1945

ANEXO G: “Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada pelo Escritório Coimbra Bueno ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso de Miranda”



COIMBRA BUENO & Cia LTDA

ENGºs CIVIS

CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANISAÇÃO DA

CIDADE DE PETROPOLIS, APRESENTADA AO SNR.PREFEITO MUNICIPAL

DR.MARIO CARDOSO MIRANDA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

IMPOSTO DE SELO

Rs 2000 Rs

EDUCAÇÃO

Rs 200 Rs

PETROPOLIS

COIMBRA BUENO & Cia LTDA
ENGos-URBANISTA/-ARQos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANISAÇÃO DA CIDADE DE PETROPOLIS

APRESENTADA AO SNR.PREFEITO MUNICIPAL DR.MARIO CARDOSO MIRANDA

=======

Capitulo 1º - Introdução - A firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda.,em entendimento que teve a honra de manter com essa Prefeitura Municipal, por intermedio do Engenheiro Abelardo Coimbra Bueno e do seu consultor tecnico de urbanismo Professor Alfred Agache,poude constatar a justa e larga compreensão do Exmo.Snr.Prefeito e dos Engenheiros que o secundam na administração municipal do que representa o plano de urbanismo para a vida da cidade, já em vista do atual surto de crescimento, já em face das magnificas perspectivas futuras, que se aproximam, como consequencia,seja da industrialisação do país, seja da construção da variante da rodovia Rio-Petropolis.

Fato particularmente agradavel, tambem constatado neste convivio, foi que as autoridades Municipais estão em perfeita identidade de vistas com a administração estadual, evidenciando , assim, que a eficiente direção do Exmo. Interventor Cte. Ernani Amaral Peixoto mantem a unidade de orientação indispensavel às grandes realisações, em todos os setores administrativos do Estado.

Em visitas feitas pelo Professor Alfred Agache e pelo Engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, foram observadas as ideias gerais com que se norteia a atual administração municipal e, bem assim, observados os problemas mais eminentes com que se depara.

Tais visitas não permitem senão a formação de ideias gerais que são a base sobre a qual está elaborada a presente proposta. Assim sendo a citação de problemas e observações de possiveis soluções, citadas no texto desta proposta ou sustentadas nas conversações que os tecnicos tiverem a honra de manter com os elementos da administração municipal não representam partidos adotados. Não são mais que um primeiro diagnostico sugerido pelos sintomas mais evidentes e, como tal sujeitos a modificações ou mesmo a abandono a que conduzirem os futuros estudos.

Coimbra Bueno

COIMBRA BUENO & Cia LTDA
ENGos-URBANISTAS-ARQos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Capitulo 2° - As credenciais dos proponentes - Os problemas de urbanismo, dada a sua variedade e extensão não podem ser dominados por uma unica mente humana. É necessario um corpo de tecnicos cada um especialisado em seu setôr e grupados em uma organisação capaz de manter a unidade, a orientação geral e dos estudos. Tem sido dentro deste espirito que a firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda. vem se especialisando, ha varios anos, como urbanistas, de forma que pode, hoje, apresentar uma organisação, composta de tecnicos experimentados cujos nomes representam garantias, já de per si, e cuja eficiencia do conjunto, já pode ser atestada por apreciavel bagabem de serviços executados.

A firma dispõe de numeroso pessoal especialisado, dentre os quais se destacam:-

a) Os seus dirigentes, engenheiros Jeronymo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno que, dentre outros serviços, dirigiram as construções da cidade de Goiania e que foram agraciados com o titulo de "Construtores da cidade de Goiania", por decreto do Governo do Estado de Goiáz;

b) O arquitéto urbanista Professor Alfred Agache, de renome internacional, e bem conhecido no Brasil onde projétou a remodelação do Rio de Janeiro, Capital do paíz. O Professor Agache é autor de varios projétos de urbanisação em todo o mundo. Na França ele contribuiu em larga escala para o preparo, embelezamento e extensão de grandes cidades, como Paris, Reims, Dunquerque, Dieppe, Orleans, Tours, Creail, etc.. Fóra da França foi consultado muitas vezes. Foi assim que as cidades de Stambul e Ankara recorreram á sua reconhecida experiencia; Portugal confiou-lhe a remodelação da Costa do Sol; Recife, Porto Alegre e outras cidades do interior do nosso paíz pediram sugestões; e já é bem conhecido o sucesso que obteve o projéto elaborado para interlagos, futuro bairro residencial da capital paulista. O Professor Agache, nas suas inumeras viagens no velho e novo mundo, adquiriu, junto com os seus conhecimentos tecnicos, grande experiencia em materia de urbanismo, experiencia esta, da qual fez participar numerosos alunos nos cursos de ensinamentos superior no "Collége Libre des Sciences Sociales à Paris", onde continúa a ser titular da sua cathedra de Professor.

Coimbra Bueno & Cia

COIMBRA BUENO & CIA LTDA
ENGS-URBANISTAS-ARQS
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

c) Dr. Salvador Duque Estrada Batalha - arquitéto - Professor da E. Nacional de Belas Artes e autor de inumeros projétos dentre os quais as instalações da Estação Balnearia de Poços de Caldas (Hoteis, Casinos, Termas, etc);

d) Pessoal tecnico para os demais serviços.

- Organisação -

A firma apresenta os seguintes trabalhos:

1° - No Estado de Goiás:-

a) Plano de urbanisação de Goiania, nova Capital do Estado de Goiás e sua execução, pelo que fomos distinguidos com o titulo de "CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA"conforme Decreto n° 580, de 2 de Abril de 1938;

b) Plano de urbanisação da progressista cidade de Rio Verde , situada no Sudoeste Goiano, e em execução, já se achando concluidas varias partes, inclusive campo de aviação;

c) Plano de urbanisação da cidade de Jataí, tambem da zona do Sudoeste Goiano, e tambem em execução;

d) Plano de urbanisação de São Simão, situada nas margens do rio Paranaíba, ponto de convergencia de todo o sistema rodoviario do Sudoeste Goiano. Este plano está na fáse de estudos preliminares;

e) Plano de urbanisação da estancia hidro-mineral de Caldas Novas, em estudos

2° - No Estado de São Paulo:-

a) Plano de urbanisação da cidade de Luiziania, inteiramente nova, e situada na zona entre as E. Ferro Paulista e Noroeste e Tupan;

b) Plano de urbanisação de Colombia, nas margens do rio Grande (divisa com Minas Gerais). Este plano está na fase de estudos preliminares e levantamentos;

Coimbra Bueno & Cia

COIMBRA BUENO & CIA LTDA
ENGºS-URBANISTAS-ARQTOS
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

3° - No Estado de Mato Grosso -

a) Remodelação da cidade de Cuiabá, com abertura de novas avenidas, abastecimento d'agua, ponte e porto do rio Cuiabá, construções de predios publicos, etc., obras estas que fomos distinguidos pelo Governo do Estado, além de varias obras federais, como Quartel do 16° B. S.

Além desses serviços a firma está atualmente executando os seguintes:

a) Plano de urbanisação da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná;

b) Idem para as cidades de Araruama e Atafona, no Estado do Rio de Janeiro.

.....

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO & Cia LTDA
ENGos-URBANISTAS-ARQos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Capitulo 3° - Diagnostico da cidade de Petropolis - O plano de urbanisação de Petropolis, dentre outros fatores, terá de observar:

1) As funções principais de cidade:

a) Descanço e veraneio (cidade jardim)
b) Parque industrial;
c) Capital provisoria da Republica;
d) Turismo

As funções de cidade de descanço e parque industrial são antagonicas. Isso deve ser objéto de cuidadosos estudos (zoneamento, regulamentação, trafego)

2) Caracteristicos tipicos da cidade:

a) Paisagisticos:- o "facies" da cidade deve ser conservado (vegetação, rios, recantos pitorescos)
b) Historicos.

3) Trafego:

a) O interurbano, quer o ferroviario, quer o rodoviario, apresentam aspectos diferentes, seja como trafego de passagem, seja como de destino;
b) O trafego interno;
c) Transporte coletivo interno e interurbano:- pontos de irradiação com previsão das diversas zonas da cidade;
d) Transporte coletivo interurbano - (estação rodoviaria).

4) Tendencias:

Condições e causas que determinam:
a) a localisação de industrias;
b) a vida comercial;
c) turismo
d) função de recreio.

5) Extensão: quer imediata, quer de futuro remoto:-
a) as condições metereologicas, topograficas e geograficas que devem eleger os locais, para onde orientar o crescimento da cidade;
b) os fatores de crescimento:- "variante Rio-Petropolis", surto industrial.

6) Sistema hidrografico:

a) os problema das inundações;

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO & Cia LTDA
ENGos-URBANISTAS-ARQos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

b) o tratamento dos "talwegs"
c) esquema geral do sistema de esgotamento das aguas pluviais na cidade atual e nos projétos de extensão imediata.

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO E Cia LTDA
ENGos-URBANISTAS-ARQtos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Capitulo 4° - Especificação dos serviços - Dentro da observancia dos fatores acima citados e de outros cuja influencia, de futuro se evidenciar, o plano constará do seguinte:-

a) Projeto para remodelação e embelezamento da parte urbana:

1) Esboços gerais e traçados de linhas mestras do plano de urbanisação em estudo.
2) Ante-projéto do plano geral, que será submetido á apreciação da Prefeitura.
3) Projéto definitivo de arruamento, praças e distribuição de espaços livres, na escala de 1/2.000.
4) Projéto de zoneamento com o estabelecimento das diversas zonas: comercial, industrial, residencial, de recreio e demais setores da vida urbana, tendo em vista o zoneamento já existente.
5) Projéto de jardins, praças e parques, play-grounds, compreendidos no plano.
6) Projéto de stadiuns e praças de esportes em geral
7) Estudo do trafego de veiculos na cidade, com detalhe das praças e cruzamentos mais importantes, sinalização etc.
8) Projéto de aproveitamento de sitios pitorescos para fins de recreio e turismo.
9) Estudo da localisação das areas a serem reservadas para estabelecimento dos serviços publicos urbanos como: escolas, hospitais, mercado, corpo de bombeiros, etc.

b) Remodelação da parte suburbana e extensão da zona urbana atual:

10) Estudo esquematico das rêdes de comunicações e transportes interno da cidade, em articulação com os planos do estado.
11) Estudo de localisação das areas para extensão imediata e em futuro remoto.
12) Estudo do aproveitamento racional das areas das imediações para reflorestamento, horticultura, fruticultura e demais elementos para o abastecimento da população urbana.

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO & Cia LTDA
ENGos-URBANISTAS-ARQos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

c) Estudos complementares e regulamentos;

13) Remodelação da entrada principal na cidade

14) Remodelação das praças principais,

15) Estudo de uma variante para desviar o transito Rio-Petropolis

16) Estudo de uma avenida-parque elevada para reunir os diferentes vales com tuneis preparados para uma eventual defeza passiva.

17) Estudo e indicação para solução dos problemas do escoamento das aguas pluviais e inundações.

18) Regulamentos que constituirão o plano de urbanização, como sejam: codigo de construções, regulamento de loteamento, regulamento de utilização de areas, etc.

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO E CIA LTDA
ENGOS-URBANISTAS-ARQOS
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Capitulo 5° - Dados a serem fornecidos pela Prefeitura - Os serviços acima serão executados sobre os dados seguintes, a serem fornecidos pela Prefeitura:

1) Regime das aguas: - levantamento das bacias - altura da chuva - observações anteriores;
2) Estudos de aguas e esgotos afim de coordenar as soluções destes como o plano de urbanisação;
3) Recobrimento: aero-fotografico dos terrenos (mosaico ou copias fotograficas isoladas de cada chapa das fotografias do recobrimento);
4) Levantamento topografico expeditos ou de precisão, senão de toda a cidade, ao menos das partes que forem necessarias;
5) Loteamento simplesmente apresentados ou já aprovados pela Prefeitura;
6) Estudos tecnicos já feitos para a cidade;
7) Dados sobre trafego, historia, estatistica, finanças;
8) Observações metereologicas dos diversas vales da cidade;
9) Levantamento cadastral das zonas que forem necessarias.

NOTA - A exatidão dos detalhes dos serviços dependerá da precisão dos dados acima. Caso a Prefeitura não possa fornecer tais dados a Firma poderá levanta-los mediante entendimentos posteriores.

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO E CIA LTDA
ENGOS-URBANISTAS-ARQOS
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Capitulo 6° - Serviços de carater urgente - Pelas observações feitas são os seguintes:

1) zoneamento,
2) entrada da cidade,
3) trafego na parte central da cidade,
4) inundações e aguas pluviais
5) regulamentação das construções,
6) solução do problema dos arranha-ceus.

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO & Cia LTDA
ENGos-URBANISTA-ARQtos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Capitulo 7° - Preço - Fórma de pagamento:-

1) Preço:- A firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda. se propõe a elaborar o projéto completo de remodelação, extensão e embelezamento da cidade pelo preço de Rs. 965:000$000 (novecentos e sessenta e cinco contos de réis).

2) Fórma de pagamento:- O pagamento será efetuado em moeda corrente do país, da seguinte fórma:

1a. prestação: correspondente a 20% do preço total, ao ser dada a autorização para inicio dos serviços;

2a. prestação: correspondente a 20% do preço total, em 30 de maio de 1941;

3a. prestação: correspondente a 20% do preço total, em 30 de novembro de 1941;

4a. prestação: correspondente a 20% do preço total, em 30 de julho de 1942;

5a. prestação: correspondente a 20% do preço total, ao fim do serviço, 4 mêses após a entrega de originais, relatorios, calculos, etc..

3) Prazo:- Para execução do projéto completo, de acôrdo com as especificações dos serviços constantes da presente proposta, a firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda., propõe o prazo final de 24 (vinte e quatro) mêses a partir da data da aceitação da presente proposta.

Do prazo acima estipulado serão descontados:

a) Os prazos em que as plantas e detalhes ficarem em mãos dos poderes públicos, para aprovação;

b) Os prazos em que os serviços se interromperem em virtude do retardamento no fornecimento de dados e elementos oficiais, de que a firma proponente necessitar para elaboração do projéto;

c) Os prazos em que os serviços se interromperem em virtude de motivo de força maior, como epidemias, calamidade pública, guerra

d) Os prazos correspondentes ao atrazo de pagamento por parte do Estado, dos preços estipulados e nos prazos fixados.

NOTA I - Depois dos 4 primeiros mêses de trabalho, já será possivel a execução de algumas obras dentro do plano de urbanização em estudo para o que forneceremos os detalhes necessários á execução dos serviços de caráter urgente (capitulo 6°)

NOTA II - A entrega dos serviços irá sendo feita á proporção que forem sendo executados, sendo que os esboços gerais deverão ser entregues antes do pagamento da la. prestação.

Coimbra Bueno & Cia Ltda

COIMBRA BUENO & Cia LTDA
ENGos-URBANISTAS-ARQos
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Capitulo 8a°- Disposições gerais -

a) A firma proponente entregará a Prefeitura todos os desenhos originais, calculos, relatorios, estudos, etc., que constituirão os planos, bem como submeterá á apreciação da mesma todos os ante-projétos para serem devidamente aprovados, antes da confecção dos definitivos,

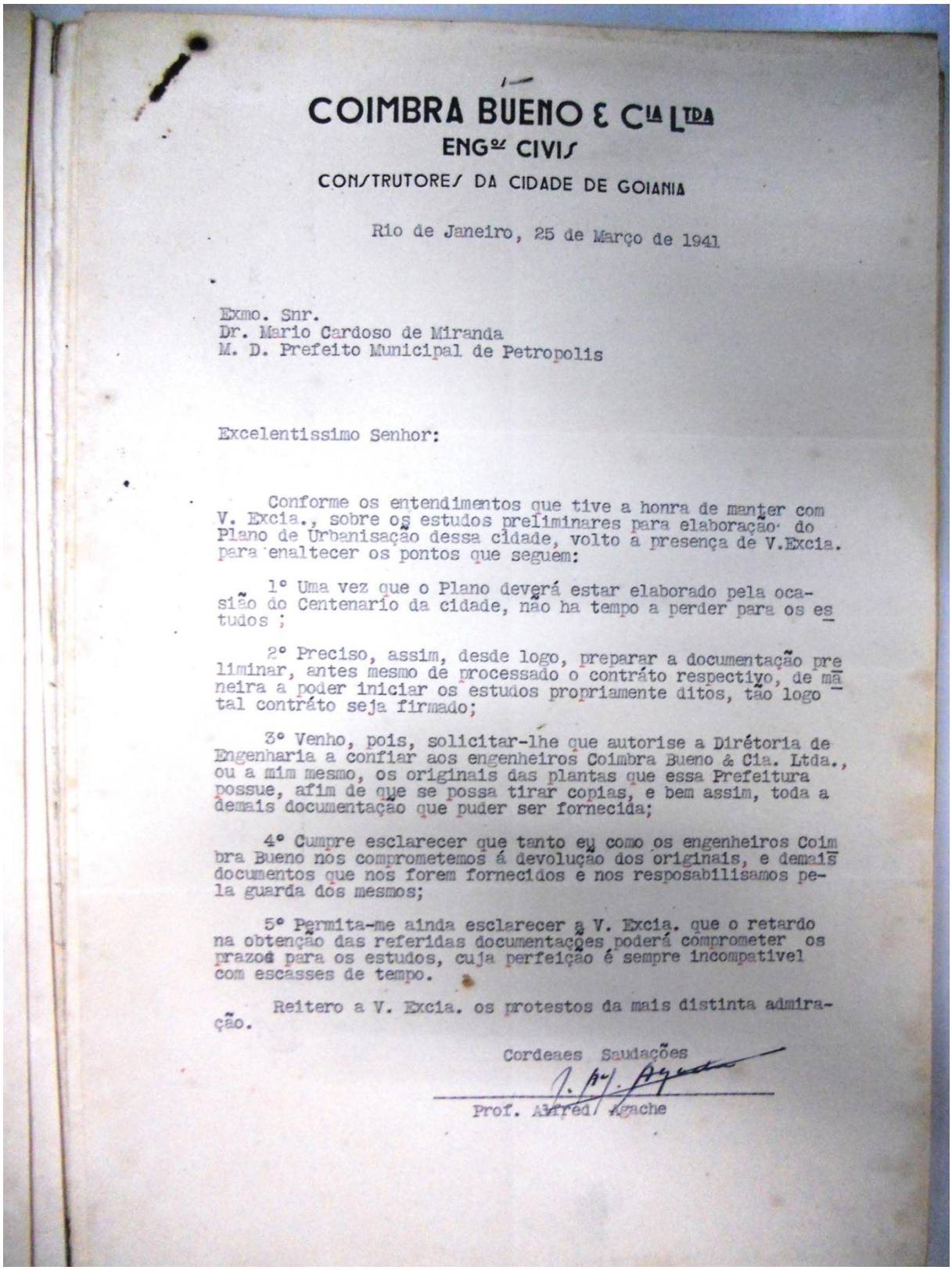
b) Sendo objéto da presente proposta exclusivamente os estudos e serviços tecnicos concernentes ao plano de urbanisação, acima especificados, ficam excluidos das obrigações da proponente todo e qualquer projéto de edificios, pontes, viadutos, cais, estradas, estruturas de concreto armado e construções em geral,

c) a Prefeitura facilitará a obtenção dos dados necessarios á elaboração dos projétos intercedendo junto ás repartições publicas competentes, no sentido de serem os mesmos fornecidos,

d) a Prefeitura facilitará consultas aos planos oficiais, federais, estaduais e municipais, de viação, industrial, agricola, etc.

Coimbra Bueno & Cia Ltda
Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro 1947

JT.



COIMBRA BUENO & Cia LTDA

ENGos CIVIS

CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

Rio de Janeiro, 25 de Março de 1941

Exmo. Snr.
Dr. Mario Cardoso de Miranda
M. D. Prefeito Municipal de Petropolis

Excelentissimo Senhor:

Conforme os entendimentos que tive a honra de manter com V. Excia., sobre os estudos preliminares para elaboração do Plano de Urbanisação dessa cidade, volto a presença de V.Excia. para enaltecer os pontos que seguem:

1º Uma vez que o Plano deverá estar elaborado pela ocasião do Centenario da cidade, não ha tempo a perder para os estudos ;

2º Preciso, assim, desde logo, preparar a documentação preliminar, antes mesmo de processado o contráto respectivo, de maneira a poder iniciar os estudos propriamente ditos, tão logo tal contráto seja firmado;

3º Venho, pois, solicitar-lhe que autorise a Diretoria de Engenharia a confiar aos engenheiros Coimbra Bueno & Cia. Ltda., ou a mim mesmo, os originais das plantas que essa Prefeitura possue, afim de que se possa tirar copias, e bem assim, toda a demais documentação que puder ser fornecida;

4º Cumpre esclarecer que tanto eu como os engenheiros Coimbra Bueno nos comprometemos á devolução dos originais, e demais documentos que nos forem fornecidos e nos resposabilisamos pela guarda dos mesmos;

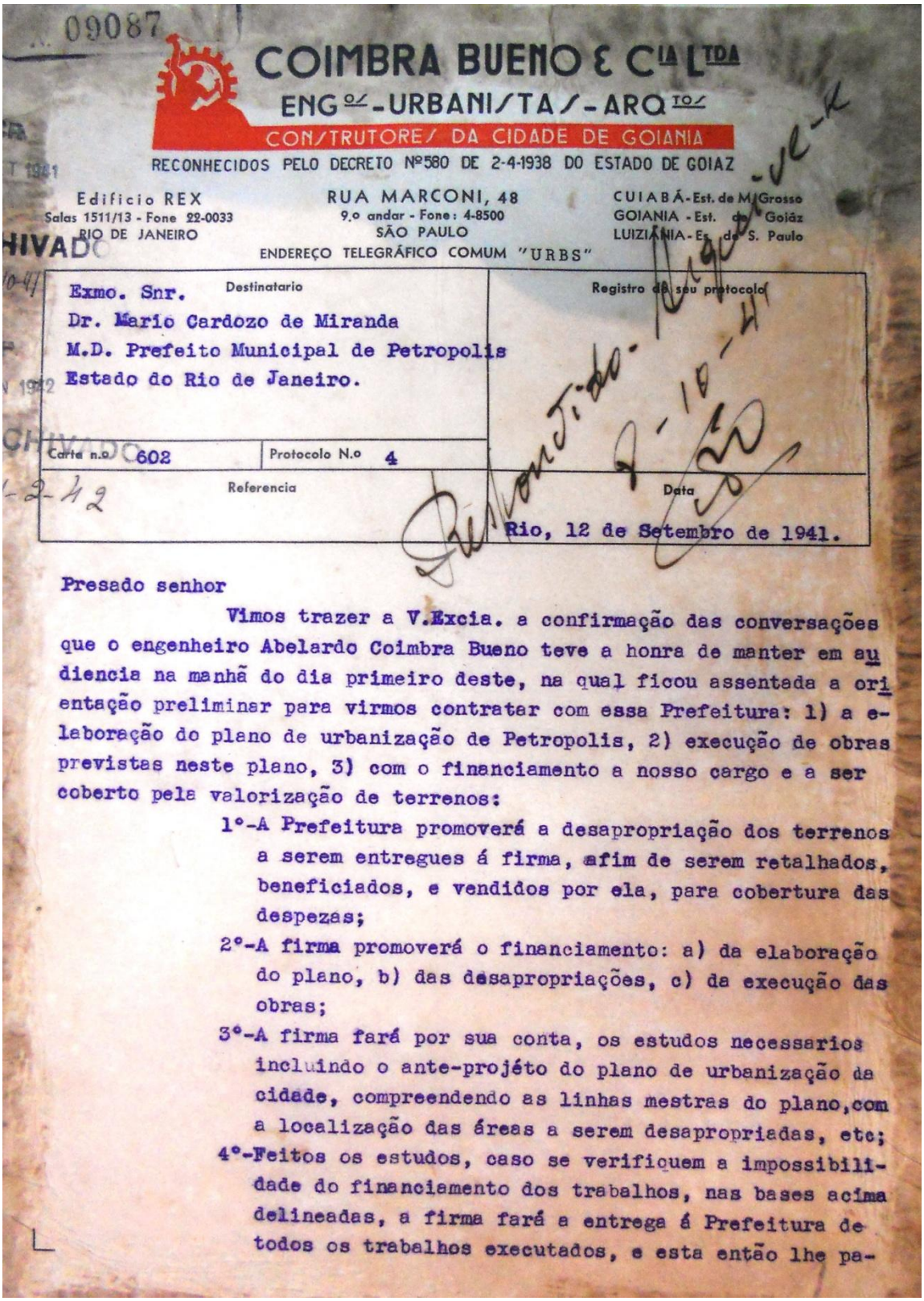
5º Permita-me ainda esclarecer a V. Excia. que o retardo na obtenção das referidas documentações poderá comprometer os prazos para os estudos, cuja perfeição é sempre incompativel com escasses de tempo.

Reitero a V. Excia. os protestos da mais distinta admiração.

Cordeaes Saudações

Prof. Alfred Agache

ANEXO H: Contraproposta da firma Coimbra Bueno endereçada ao Prefeito Cardoso Miranda



09087

COIMBRA BUENO & CIA LTDA

ENGOS-URBANISTAS-ARQTOS

CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

RECONHECIDOS PELO DECRETO Nº580 DE 2-4-1938 DO ESTADO DE GOIAZ

Edificio REX
Salas 1511/13 - Fone 22-0033
RIO DE JANEIRO

RUA MARCONI, 48
9.o andar - Fone: 4-8500
SÃO PAULO

CUIABÁ - Est. de M. Grosso
GOIANIA - Est. de Goiáz
LUIZIÂNIA - Es. de S. Paulo

ENDEREÇO TELEGRÁFICO COMUM "URBS"

Destinatario

Exmo. Snr.
Dr. Mario Cardozo de Miranda
M.D. Prefeito Municipal de Petropolis
Estado do Rio de Janeiro.

Registro de seu protocolo

Carta n.o 602 | Protocolo N.o 4

Referencia

Data

Rio, 12 de Setembro de 1941.

Presado senhor

Vimos trazer a V.Excia. a confirmação das conversações que o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno teve a honra de manter em audiencia na manhã do dia primeiro deste, na qual ficou assentada a orientação preliminar para virmos contratar com essa Prefeitura: 1) a elaboração do plano de urbanização de Petropolis, 2) execução de obras previstas neste plano, 3) com o financiamento a nosso cargo e a ser coberto pela valorização de terrenos:

1°-A Prefeitura promoverá a desapropriação dos terrenos a serem entregues á firma, afim de serem retalhados, beneficiados, e vendidos por ela, para cobertura das despezas;

2°-A firma promoverá o financiamento: a) da elaboração do plano, b) das desapropriações, c) da execução das obras;

3°-A firma fará por sua conta, os estudos necessarios incluindo o ante-projéto do plano de urbanização da cidade, compreendendo as linhas mestras do plano, com a localização das áreas a serem desapropriadas, etc;

4°-Feitos os estudos, caso se verifiquem a impossibilidade do financiamento dos trabalhos, nas bases acima delineadas, a firma fará a entrega á Prefeitura de todos os trabalhos executados, e esta então lhe pa-

COIMBRA BUENO & CIA. LTDA.
ENGENHEIROS CIVIS
CONSTRUTORES DA CIDADE DE GOIANIA

DESTINATARIO	CARTA N.º	DATA	FOLHA N.º
Dr. Mário Cardozo de Miranda	602	12/9/41	2

pagará, como contribuição para despezas, a importancia de 100:000$000 (cem contos de réis);

5º-A Prefeitura baixará os átos administrativos necessarios ao plano acima delineado.

Nós queremos expressar, Senhor Prefeito, a admiração pela larga visão administrativa que revelou ao nos sugerir o plano acima delineado.

Planos assim ideados, já têm sido praticados no extrangeiro (como, por exemplo em Paris, para a execução do Boulevard Haussmann), articulando-se as iniciativas privadas com os poderes públicos na escução de beneficios de utilidade coletiva. No Brasil entretanto, tais iniciativas são ainda novidades. A nossa legislação só nos ultimos anos vem sendo orientada para este desideratum, estando já definida, nas suas linhas mestras, mas faltando, ainda, uma rotina administrativa, já fixada, que possa servir de nórma a todos os processos e átos administrativos necessarios, circunstancias essas que irão certamente dificultar o trabalho de V.Excia. nessa tarefa.

V.Excia. nessa tarefa irá abrir caminhos e, nisso, estamos prontos a colaborar com todos nossos esforços, certos que conseguiremos estabelecer normas uteis para uma mais estreita colaboração entre as emprezas particulares e os poderes públicos, tão necessarios ao bem comum.

Estamos certos de termos interpretado fielmente o pensamento de V.Excia. quando fez a sugestão do plano ao Dr. Abelardo Coimbra Bueno, e se por ventura estivermos incorrendo em algum equivoco, solicitamos a V.Excia. a fineza de um esclarecimento.

Respeitosos cumprimentos.

Coimbra Bueno & Cia. Ltda.

ACB/ESB.